IHGM EM REVISTA

EDIÇÃO ELETRÔNICA

Número 6 – OUTUBRO-DEZEMBRO - 2023
SÃO LUIS – MARANHÃO

A presente obra está sendo publicada sob a forma de coletânea de textos fornecidos voluntariamente por seus autores, com as devidas revisões de forma e conteúdo. Estas colaborações são de exclusiva responsabilidade dos autores sem compensação financeira, mas mantendo seus direitos autorais, segundo a legislação em vigor.

EXPEDIENTE
DIRETORIA DO IHGM GESTÃO 2023-2025
Chapa “Pe. João Dias Rezende Filho”

COMPONENTES DA CHAPA “PE. JOÃO DIAS REZENDE FILHO”

NOME	CADEIRA	CARGO
DILERCY ARAGÃO ADLER	01	PRESIDENTE
JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA	21	VICE-PRESIDENTE
ELIZABETH SOUSA ABRANTES	24	1ª SECRETÁRIA
EDNA MARIA DE CARVALHO CHAVES	30	2ª SECRETÁRIA
JOSÉ RIBAMAR DE CASTRO RAMOS	03	1º TESOUREIRO
MADALENA MARTINS DE SOUSA NEVES	37	2ª TESOUREIRA
JOSÉ MARCELO DO ESPÍRITO SANTO	14	DIRETOR DE PATRIMÔNIO
RITA IVANA BARBOSA GOMES	53	DIRETORA SER. DIVULGAÇÃO
CRISTIANO DE LIMA VAZ SARDINHA	32	CONSELHO FISCAL – TITULAR
ABIANCI ALVES DE MELO	29	CONSELHO FISCAL – TITULAR
FRANCISCO ROBERTO BRANDÃO FERREIRA	38	CONSELHO FISCAL – TITULAR
FELIPE COSTA CAMARÃO	13	CONSELHO FISCAL – SUPLENTE
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	36	CONSELHO FISCAL – SUPLENTE
ANTÔNIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	09	CONSELHO FISCAL – SUPLENTE

CONSELHO FISCAL

Revista INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO
Rua de Santa Rita, 230, Centro
65015-430 - São Luis – Maranhão

O **Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)** é uma instituição da sociedade civil de estudos de caráter científico que tem como objetivos estudar, debater e divulgar questões sobre história, geografia e ciências afins, referentes ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão, dentre outras finalidades.

Fundado em em 20 de novembro de 1925, na cidade de São Luís, em comemoração ao centenário do imperador D. Pedro II, sendo sócios fundadores da instituição: Antônio Lopes da Cunha, Justo Jansen, José Domingos da Silva, José Ribeiro do Amaral, Wilson da Silva Soares, Domingos de Castro Perdigão, Barros e Vasconcelos, Pe. Arias de Almeida Cruz, Pe. José Ferreira Gomes, José Pedro Ribeiro e José Eduardo de Abranches Moura.

Entre suas finalidades estão: estudar, debater e divulgar questões sobre história, geografia e ciências afins, referentes ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão; cooperar com os poderes públicos em estudos que visem ao engrandecimento científico e cultural do Estado, colocando-se à disposição das autoridades para responder a consultas e emitir pareceres sobre assuntos pertinentes às suas finalidades; defender e velar pelo patrimônio histórico do Maranhão.

O IHGM possui um calendário cultural anual para comemoração das datas relevantes da história, promovendo palestras, seminários, conferências, simpósios, cursos, além de disponibilizar o acervo para consultas e promover visitas guiadas.

Atualmente o IHGM é composto por sessenta membros.

IHGM - Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

FALA DA PRESIDENTE

PALAVRAS DA DIRETORA

SUMÁRIO

EXPEDIENTE	
FALA DA PRESIDENTE	
FALA DA DIRETORA	
SUMÁRIO	
HOMENAGEM PÓSTUMA A ANTÔNIO LOPES, PATRONO DO IHGM	DILERCY ARAGÃO ADLER
ANIVERSARIANTES	
MEDALHA MÉRITO CULTURAL UFMA	
JOAQUIM HAICKEL	
MEU AMIGO PIPOCA	
VIRIATO GASPAR	
BILHETE EM LEMBRANÇA DE UM IRMÃO (em memória de Antônio Carlos Lima)	
	CONVITES
ARTIGOS	
DILERCY ARAGÃO ADLER	
MARIA FIRMINA DOS REIS E NÉLIDA PIÑON: DOIS ÍCONES DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA FEMININA NO BRASIL- BREVE ENSAIO LANÇAMENTO: ESFINGE – DECIFRA-ME OU DE DEVORO, DE DILERCY ADLER	
CHARLES MARTIN	
ESTÓRIA E HISTÓRIA: MOMENTOS DE MARIA FIRMINA DOS REIS	
GILMAR PEREIRA SILVA	
PERSONALIDADES DA INDEPENDÊNCIA DO MARANHÃO	
MHARIO LINCOLN	
COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DO FACETUBES RESPONDEU SOBRE QUEM FUNDOU SÃO LUÍS DO MARANHÃO?	
EDMILSON SANCHES	
RODRIGO OTÁVIO BAIMA PEREIRA, 95 ANOS UM LIVRO E O LIVRO – (Para o livro “Ribamar Cunha – Trajetória de um Vencedor”, Imperatriz: Iorcupha, 2017) OBRA REUNIDA, DE ADAILTON MEDEIROS (CAXIAS 1938 – RJ, 2010) TRINTOLOGIA POÉTICA – Posfácio ao livro Trintologia Poética, de Carvalho Jr CRIME ORGANIZADO, SOCIEDADE DESORGANIZADA AUTOPOIÉISIS — DEZ METAPOEMAS DE EDMILSON SANCHES “O POETA NÃO SE ACANHA AO FALAR DE AMOR AO MUNDO NEM DE FALAR AO MUNDO SEU AMOR” TERESA: A SANTA D’ÁVILA E DA VILA QUANDO O AMOR É UMA QUESTÃO DE LÍNGUA...	
LUIZ THADEU NUNES E SILVA	
NOSSO TEMPO É HOJE, A VIDA COMEÇA AGORA	
AYMORÉ ALVIM	
O TEATRO NO AMBIENTE CULTURAL DE PINHEIRO.	
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	
DISCURSO DE POSSE COMO ASSOCIADA CORRESPONDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS A SITUAÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DA FRANÇA QUINHENTISTA E SEISCENTISTA E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERIOR DO REINO NO PERÍODO DISCURSO DE RECEPÇÃO À BIBLIOTECÁRIA ALINE CARVALHO DO NASCIMENTO, COMO NOVA SÓCIA EFETIVA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO	
JOSÉ JORGE	
LIVRO DE ROMANCES ENVOLVENDO HISTÓRIAS DAS CURACANGAS QUE APARECEM NA BAIXADA MARANHENSE	
JOSÉ CLÁUDIO PAVÃO SANTANA	
DESCONSTITUCIONALISMO?	
SONIA AMARAL	
O PROCESSO	
JOAQUIM HAICKEL	
A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 35 ANOS DEPOIS	

ONTEM SONHEI COM MEU PAI	
SOLENIIDADE DO "JUBILEU DE OURO" (50 ANOS) DE FORMATURA DA 1A TURMA DE PSICOLOGIA DO CEUB (1973).	
YURI COSTA / MARCO ADRIANO FONSÊCA	
A ESCRAVIDÃO E A RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES	
SINÉSIO BARRETO	
THOMAS MOSES	
GERSON ANTUNES – DE CAXIAS	
JAMES McCABE - MISSIONÁRIO EM VARGEM GRANDE	
MIGUEL MATTAR – DO MARANHÃO	
DIOGO GALHARDO	
LIGADOS NO TEMPO E NO ESPAÇO”: ESTUDO COMPARADO ENTRE GODOFREDO VIANA E CARLOS MAXIMILIANO NA FORMAÇÃO DO PERFIL NOTÁVEL ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA	
LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ	
1612, OUTUBRO, 20: PRIMEIRA MISSA NO VINHAIS VELHO	
YURI COSTA ; MARCO ADRIANO FONSÊCA	
VAMOS FALAR SOBRE RACISMO ALGORÍTMICO	
LUIZ TADEU NUNES E SILVA	
ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE	
PIRAGUAÇÚ, O SURUBIM GIGANTE DO RIO PARNAÍBA(BICÓ)	
FREDERICO A. REBELO TORRES	
PADRE ARIAS CRUZ (1932)	
"O CUSTO DA OMISSÃO E A ATEMPORALIDADE DO DISCURSO DO SENADOR SARNEY"	
CARLOS NINA	
AO INSTALAR TELÉGRAFO NO SUL DO ANTIGO MT, RONDON ENCONTROU ONÇAS E PIRANHAS	
SILVIA FRIAS	
PRISMAS	
ROSA MARIA SOARES BUGARIN	
BATALHA DE GUAXENDUBA DÁ SÃO LUÍS AOS LUSOS	
EUGES LIMA	
UM PLANO ANTIRRACISTA PARA O BRASIL	
- YURI COSTA; - MARCO ADRIANO FONSÊCA	
COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DE 98 ANOS DE FUNDAÇÃO DESTA CASA, COM A OUTORGA DO TÍTULO DE SÓCIO HONORÁRIO A PERSONALIDADES	
QUATRO PALAVRAS, QUATRO MULHERES	
EDMILSON SANCHES	
O “HERÓI OBSCURO” DO 17 DE NOVEMBRO DE 1889	
Euges Lima	
ACADEMIA PAN-AMERICANA DÁ POSSE A EDMILSON SANCHES	
NASCIMENTO DE MORAES – PROFESSOR E AMIGO	
FREIRE DE LEMOS	
DESTAQUE: NOVO MEMBRO DO IHGM	
SÃO LUIS ANTIGAMENTE	
APRESENTAÇÃO DE CARLOS GASPAR EM SUA POSSE NO IHGM	
MÁRIO M. MEIRELES	
DUNSHEE DE ABRANCHES - Discurso de Posse no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a 28.jul.92	
CARLOS GASPAR	
ADMINISTRAÇÃO	

29 • Novembro

Aniversário de
falecimento

Antônio Lopes

Patrono, Secretário
Perpétuo e Fundador do
Instituto Histórico e
Geográfico do Maranhão
(IHGM)

HOMENAGEM PÓSTUMA A ANTÔNIO LOPES, PATRONO DO IHGM

Em 29 de novembro de 1950 faleceu o ilustre intelectual maranhense Antônio Lopes. Comumente o aniversário de falecimento é uma data não muito fácil de se tratar. No entanto, pode ser compreendida como ocasião oportuna para se realizar uma Homenagem Póstuma, fazendo com que o nome, os méritos e o legado do ente querido sejam lembrados. Assim, a data em questão não implica, necessariamente, uma data triste, mas antagonicamente, simboliza ocasião de demonstração de deferência e reconhecimento ao homenageado. E tirar um tempo para tornar essa data especial, compartilhada por pessoas com sentimentos comuns, é de notória significação.

Destarte, nesta data especial queremos expressar o reconhecimento deste sodalício ao Patrono desta Casa, Secretário Perpétuo e Fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão-IHGM. Antônio Lopes nasceu em Vianna, em 25 de maio de 1889. Homem de letras, jornalista brilhante e professor ilustre, uma das mais vigorosas mentalidades maranhenses. Concluiu o curso de Ciências Jurídicas, na cidade de Recife - Pernambuco, em 1911 e, em São Luís - Maranhão, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito, em 1918.

Iniciou suas atividades literárias em Recife, ainda quando estudante, ao lançar *Litania da Morte*, a sua primeira obra, deixando visível sólida formação cultural.

Em 1926, assumiu o cargo de Intendente Municipal, em São Luís. Na imprensa, escrevia com fluência e precisão. Segundo Josué Montello, "Tudo o que escreveu, Antônio Lopes disseminou em jornais e revistas. De fato, suas atividades jornalísticas foram intensas". Na Educação atuou como Diretor da Instrução Municipal também em São Luís, oportunidade em que operacionalizou gestão dinâmica, de alta eficiência, imprimindo conceitos da Escola Nova. Nos vários cargos importantes assumidos demonstrou alta eficiência.

No estudo da História, foi também incontestável o seu trabalho, constatado por meio de artigos, ensaios e livros publicados e a fundação do Instituto de História e Geografia, em 20 de novembro de 1925. Diz Antônio Lopes: “Em 1925, tomei a iniciativa de reunir alguns homens de boa vontade na livraria de Wilson Soares, expondo-lhes a minha ideia de se comemorar o centenário do nascimento de Dom Pedro II com a inauguração, nesta capital, de um Instituto de História e Geografia.”

Assim, foi fundado o Instituto, com a anuência de Justo Jansen, Ribeiro do Amaral, José Domingues, Barros e Vasconcelos, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, José Abranches de Moura, Arias Cruz, Wilson Soares e José Ferreira Gomes, João Braulino de Carvalho, Raimundo Lopes, Fran Pacheco, Carlota Carvalho e Antônio Dias, seus fundadores.

Sem sombra de dúvida Antônio Lopes era possuidor de múltiplos talentos e desenvolveu, com admirável competência, atividades científicas, acadêmicas, jornalísticas e culturais. Assim, a sua imortalidade dá-se pelo conjunto das obras que legou ao Maranhão e, para além dele!

A Antônio Lopes o reconhecimento e louvor de todos os Sócios do IHGM, a sua Casa!!!

Dilercy Aragão Adler

Presidente

PARABÉNS!

Roberto Brandão

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão o parabeniza pelo seu aniversário, com votos de saúde, paz e prosperidade! Felicidades!

06 • Outubro

Parabéns!

Abianci Alves de Melo

Ocupante da Cadeira Nº 29

Desejamos que você tenha sempre muita saúde, paz, harmonia e sucesso.

12 • Outubro

Parabéns!

**Raimundo da
Silva Costa**

Ocupante da Cadeira Nº 28

Desejamos que você tenha
sempre muita saúde, paz,
harmonia e sucesso.

05 • Novembro

Parabéns!

**Maria Goretti
Cavalcante de
Carvalho**

Sócia Efetiva do IHGM

Desejamos que você tenha
sempre muita saúde, paz,
harmonia e sucesso.

Maria Hélia Cruz de Lima

Sócia Efetiva do IHGM, ocupante da Cadeira nº 26,
Patroçada por Luis Felipe Gonzaga de Campos

Nós do IHGM, desejamos que o seu dia
seja recheado de momentos incríveis!
Vida longa, com saúde e felicidade!

—Feliz Aniversário!—

Academia Luso-Brasileira de Letras

RESULTADO DO CONCURSO LITERÁRIO JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA/ 2023
TEMA: "GONÇALVES DIAS, o poeta multifacetado"

1º LUGAR: ANA LUIZA ALMEIDA FERRO - ALBL, membro correspondente, pelo Maranhão (Diana Sabrini)

2º LUGAR: JORGE EDUARDO MAGALHÃES DE MENDONÇA - ALBL, RJ. (Aluisio Caminha)
MARIA ESTHER PAES BARRETO RODRIGUES - ALBL, RJ. (Augusto)

3º LUGAR: ADILIO JORGE MARQUES - ALBL, RJ. (Fratel Zelator)
RITA DE CÁSSIA CODÁ DOS SANTOS - ALBL, RJ. (Manus Isqoroqota)

MENÇÃO ESPECIAL: CECY BARBOSA CAMPOS - Academia Juizforana de Letras - MG. (Bitita)

MENÇÃO HONROSA: ABILIO KAC - ALBL, RJ (Tupi)

PREMIAÇÃO: LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS - Rua Pereira da Silva, 310 - Laranjeiras. DIA 23 de novembro, das 15 às 18h, após a palestra do PROFESSOR PAULO ALCÂNTARA GOMES, sobre "Um breve histórico da Universidade de Coimbra".

Maria Amélia Amaral Palladino
Secretária - Geral

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Av. dos Portugueses, 1966, - Bairro Vila Bacanga, São Luís/MA, CEP 65080-805
Telefone: (98) 3272-8000 - <https://www.ufma.br>

Ofício nº 744/2023/GR

À Senhora
DILERCY ARAGÃO ADLER
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)

Assunto: **Outorga da distinção honorífica MÉRITO CULTURAL.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23115.021782/2023-23.

Senhora Presidente,

1. Com os cordiais cumprimentos, a Universidade Federal do Maranhão tem a satisfação de comunicar que, por iniciativa do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) será agraciado com a distinção honorífica MÉRITO CULTURAL, concedida às personalidades e instituições que contribuíram notavelmente para a cultura no Estado, em diversos segmentos, como literatura, música, teatro e artes plásticas.
2. Dessa forma, convidamos Vossa Senhoria, na condição de presidente dessa Instituição, para se fazer presente na cerimônia de entrega da honraria às 18h do dia 03 de outubro de 2023, no Palácio Cristo Rei, localizado na Praça Gonçalves Dias - Centro, em São Luís/MA.
3. Caso haja impossibilidade de comparecimento ao referido evento, solicitamos, por gentileza, a indicação do nome, cargo, e-mail e telefone do(a) representante.
4. Sem mais para o momento, subscrevo-me, renovando os votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **NATALINO SALGADO FILHO, Reitor(a)**, em 22/09/2023, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufma.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0729607** e o código CRC **809F0412**.

MÉRITO CULTURAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

*O Magnífico Reitor da Universidade Federal do Maranhão, Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, convida para a cerimônia de outorga da Dignidade Universitária **Mérito Cultural**.*

*Local: **Palácio Cristo Rei**
(Praça Gonçalves Dias, s/n - Centro, São Luís - MA)*

*Data: **3/10/2023***

*Horário: **18h***

O reitor da Universidade Federal do Maranhão, Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, convida para a cerimônia de outorga da dignidade universitária Mérito Cultural, a ser realizada no dia 03/10 (terça-feira).

Instituições homenageadas com Mérito Cultural - 2023

Academia Atheniense de Letras e Artes
Academia Bacabalense de Letras
Academia Bernardense de Letras e Artes
Academia Caxiense de Letras
Academia Codoense de Letras, Artes e Ciência
Academia Grajauense de Letras e Artes
Academia Imperatrizense de Letras
Academia Ludovicense de Letras
Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares
Academia Maranhense de Letras
Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências
Academia Sambentuense de Artes e Letras
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
Sociedade Brasileira de Médicos Escritores - Regional Maranhão

Personalidades homenageadas com o Mérito Cultural - 2023

Adalberto Concelção da Silva (Zumbi Bahia) (*In Memoriam*)
Antonio José Silva Oliveira
Daniely Gaspar de Sousa
Félix Alberto Gomes Lima
Gustavo Martins Marques
Jonas Rodrigues de Moraes
José de Jesus Figueiredo (Zé Olhinho)
José Jorge Leite Soares
José Marcelo do Espírito Santo
Kátia Evangelista Regis
Pergentino Holanda Silva

*Minha terra tem palmeiras
onde canta o sabiá...*

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicentenário de Gonçalves Dias

13 a 22 de outubro

9h às 21h

Praça Maria Aragão

Sesc

**INSTITUTO
CULTURAL
VALE**

**PREFEITURA DE
SÃO LUÍS**
POR UMA CIDADE MELHOR

**SECULT
SEMED**

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

*Minha terra tem palmeiras
mas canta o Sabiá...*

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**Dilercy
Adler**

ESCRITORA

14 de outubro

18h

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

*Minha terra tem palmeiras
mas canta o Sabiá...*

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**Elizabeth Sousa
e Sandra Regina**

ESCRITORA

14 de outubro

18h

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

CONVITE

LANÇAMENTO

RUY PALHANO

14 OUT | 18H

Local: 16ª Feira do Livro de São Luís (FELIS)

Praça Maria Aragão

Feira do Livro de São Luís
16ª Felis
Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias
13 A 22 DE OUTUBRO

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

Elizabeth Sousa Abrantes
Sandra Regina Rodrigues dos Santos

A SENHORA DO MARANHÃO
uma biografia de

ANA JANSEN

Elizabeth Sousa e Sandra Regina
ESCRITORA

14 de outubro 18h

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

Sesc INSTITUTO CULTURAL VALE PREFEITURA DE SÃO LUÍS SEMED

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicentário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**ANA
LUIZA**

ESCRITORA

16 de outubro **19h**

Praça Maria Aragão - Auditório Gonçalves Dias

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicentário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**LUIZ
THADEU**

ESCRITOR

20 de outubro **18h**

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

LANÇAMENTO DO LIVRO COM AUTÓGRAFO

Feira do Livro de São Luís
16ª Felis
Celebra o Bicenário de
Gonçalves Dias
13 A 22 DE OUTUBRO

William Amorim
e Rosana Murray

ESCRITORES

📅 17 Outubro 🕒 18h

📍 Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

13 à 22 de outubro - Praça Maria Aragão

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicenário de
Gonçalves Dias

*Minha terra tem palmeiras
onde canta o sabiá...*

CONVITE

A Prefeitura de São Luís por meio da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) e Secretaria Municipal de Educação (Semed), para a roda de conversa "A gente e o mar- vida e obra de Lopes Bogéa", a ser realizada no auditório Maria Aragão.

Convidados : Jonilson Bogéa (coletivo escritores maranhenses), Heleudes Bogéa (filha e responsável pelo acervo) , e Zema Ribeiro (jornalista rádio Timbira do Maranhão, Farofafá).

Participação especial: estudantes da EMMUS/Semed

📅 18 de outubro de 2023 🕒 17h às 18h

📍 **PRAÇA MARIA ARAGÃO, SÃO LUÍS - MA**

Sesc INSTITUTO CULTURAL VALE

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
POR UMA CIDADE MELHOR | SECULT SEMED

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**SANATIEL
PEREIRA**

ESCRITOR

20 de outubro

18h

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

INSTITUTO
CULTURAL
VALE

SECULT
SEMED

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis

Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

**PERFORMANCE
POÉTICA**

**Gonçalves Dias
e a poesia**

COM:
Uimar Júnior

21/10 às 17h e 19h

Praça Maria Aragão - Espaços da Feira do Livro

INSTITUTO
CULTURAL
VALE

SECULT
SEMED

Noite de Autógrafos

O escritor Jäder Cavalcante convida para o lançamento de sua mais recente obra: **Não vou virar estatística.**

MESA DE HONRA

Dra. Kazumi de Jesus Tanaka
Delegada de Polícia Civil
Coordenadora da CODEVIM

Prof. Marcos Fábio Belo Matos
Acadêmico da ABL e da AIL
Vice-Reitor da UFMA

Prof. João Melo Bentivi
Presidente da Academia
Atheniense de Letras e Artes

Prof. Natalino Salgado Filho
Membro da Academia Maranhense de Letras
Reitor da UFMA

APOIO

ESMAM

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DO MARANHÃO

Local: Palácio Cristo Rei (Praça Gonçalves Dias)
Data: 26 de outubro de 2023 - **Início:** 19h

Feira do Livro de São Luís

16ª Felis
Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**MICHEL
HERBERT**

ESCRITOR

19 de outubro

18h

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

Sesc

INSTITUTO
CULTURAL
VALE

PREFEITURA DE
SÃO LUÍS
POR UMA CIDADE MELHOR

SECULT
SEMED

Feira do Livro de São Luís
16ª Felis
Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias
13 A 22 DE OUTUBRO

ENCONTRO

ACADEMIA SAMBENTUENSE DE ARTES E LETRAS

ESCRITORES CONVIDADOS:

Álvaro Urubatan Melo
Antônio Melo
Joaquim Itapary
Sanatiel de Jesus Pereira

20 de outubro

18h

**Praça Maria Aragão
Auditório Maria Aragão**

INSTITUTO
CULTURAL
VALE

PREFEITURA DE
SÃO LUÍS SECULT
SEMED
POR UMA CIDADE MELHOR

Feira do Livro de São Luís
16ª Felis
Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias
13 A 22 DE OUTUBRO

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**ÁLVARO
MELO**

ESCRITOR

20 de outubro **18h**

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

INSTITUTO
CULTURAL
VALE

PREFEITURA DE
SÃO LUÍS SECULT
SEMED
POR UMA CIDADE MELHOR

Lançamento

O engenheiro agrônomo, escritor e "globetrotter" Luiz Thadeu Nunes e Silva estará lançando o seu livro "Das muletas fiz asas". O evento irá acontecer nessa sexta-feira (20), durante a Feira do Livro de São Luís, que está sendo realizada na praça Maria Aragão. Luiz Thadeu é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e também subsecretário de Cultura do governo do Estado.

O escritor Luiz Thadeu com o americano Steve Wozniak, dono da Apple, em encontro na ABAV, no Rio de Janeiro

ACADEMIA MARANHENSE DE CIÊNCIAS

AMC VAI À ESCOLA

18/10

Liceu Maranhense

Lançamento do Projeto e Concurso de Redação:

COORDENAÇÃO
Prof. Dr. Dayse Martins
Prof. Dr. Rosiméria Carvalho
Prof. Eva Barros

Roda de conversa
"Minha história com a Ciência"

Prof. Dr. Henrique Mariano Costa do Amaral
Presidente da AMC

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEDAC
Secretaria de Estado de Educação
DE SÃO LUÍS

URE
São Luís

20ª ESMP LITERÁRIA

SEMANA DO LIVRO E DA BIBLIOTECA

O BICENTENÁRIO DE GONÇALVES DIAS

PALESTRANTE
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO
Promotora de Justiça, escritora e membro da Academia Brasileira de Filosofia, AML e ALL

DIA 23 DE OUTUBRO (SEGUNDA-FEIRA)
DAS 10H ÀS 12H
Local: IEMA - Itaqui-Bacanga

Público-Alvo: Estudantes e professores do IEMA Itaqui-Bacanga

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

ESMPMA
Escola Superior da Ministério Público
do Estado do Maranhão

CAFÉ LITERÁRIO COM CONVIDADOS DE CAXIAS

Feira do Livro de São Luís
16ª Felis
Celebra o Bicentário de
Gonçalves Dias
13 A 22 DE OUTUBRO

TEMA:
GONÇALVES DIAS,
ENCANTADO E ETERNO!

CONVIDADOS:
DIOGO GUALHARDO
ELIZEU ARRUDA
EUGES LIMA

MEDIADOR:
WYBSON CARVALHO

PERFORMANCE:
ETERNIDADE DE GONÇALVES DIAS
NAS ÁGUAS DO OCEANO ATLÂNTICO.
COM SILVANA MENEZES

21 de outubro

16h30

Praça Maria Aragão
Auditório Gonçalves

Sesc

**INSTITUTO
CULTURAL
VALE**

**PREFEITURA DE
SÃO LUÍS**
POR UMA CIDADE MELHOR

**SECULT
SEMED**

Feira do Livro de São Luís

16ª FeLiS

Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

*Minha terra tem palmeiras
onde canta o sabiá...*

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**YURI
GIVAGO**

ESCRITOR

22 de outubro **18h**

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

Feira do Livro de São Luís

16ª FeLiS

Celebra o Bicentenário de
Gonçalves Dias

13 A 22 DE OUTUBRO

*Minha terra tem palmeiras
onde canta o sabiá...*

LANÇAMENTO DE LIVRO COM AUTÓGRAFO

**ELIZABETH,
PEDRO E YURI**

ESCRITORES

22 de outubro **18h**

Praça Maria Aragão - Espaço do Escritor

Em uma só noite na FeliS (14/10), três autores do IHGM, lançando seus livros: Dilercy Adler, Ruy Palhano e Elizabeth Abrantes!

Hoje foi dia de assistir a palestra "Literatura negra infanto-juvenil para além da representatividade", na Feira do Livro de São Luís.

Sobre a palestra? - Excelente e impactante. Parabéns à Luanda Campos e Anita Machado!

A verdadeira história de Tudo e tudo mais , foi lançado na Felis , em noite que teve também participação na sessão de autógrafos dos escritores Ana Luiza Ferro e Geraldo lensen.

A verdadeira história de Tudo tem desde a história de Tudo à verdadeira história do NADA, da Calcinha ao Beijo, de Erasmo Carlos a Belchior, da fake-news ao demônio do Tempo ao infinito. Enfim, tem tudo e mais um pouco.

Com humor e sem as partes chatas das histórias.

CAFÉ LITERÁRIO COM CONVIDADOS DE CAXIAS

Feira do Livro de São Luís
16ª Felis
Celebra o Bicenário de
Gonçalves Dias
13 A 22 DE OUTUBRO

TEMA:
GONÇALVES DIAS,
ENCANTADO E ETERNO!

CONVIDADOS:
DIOGO GUALHARDO
ELIZEU ARRUDA
EUGES LIMA

MEDIADOR:
WYBSON CARVALHO

PERFORMANCE:
ETERNIDADE DE GONÇALVES DIAS
NAS ÁGUAS DO OCEANO ATLÂNTICO.
COM SILVANA MENEZES

21 de outubro
16h30

Praça Maria Aragão
Auditório Gonçalves

10 de outubro, aconteceu a reunião da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) com o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, (IHGM). Na ocasião, foi apresentado ao Instituto o projeto da reforma do imóvel para a sua futura sede, sito à Praça Antônio Lobo (onde viveu o Imortal Antônio Lobo e funcionou a casa do estudante da UEMA). O projeto está sob a responsabilidade do IPHAN.

Do Instituto estiveram presentes:
Presidente: Dilercy Adller, Vice-presidente: José Augusto Oliveira, Diretor de patrimônio: Marcelo do Espírito Santo, Conselheiro: Roberto Brandão, Sócio efetivo: Salvio Dino.

MEU AMIGO PIPOCA

JOAQUIM HAICKEL

Dentre tudo que se possa dizer de Antônio Carlos Lima, jornalista e escritor, membro da Academia Maranhense de Letras, falecido no domingo, 8 de outubro, uma coisa deve ser ressaltada: ele era um operário do texto.

Curioso, buscava todas as informações possíveis sobre o assunto que o interessasse, estudava-o em detalhes, ficava senhor da matéria e discorria sobre ela com domínio, propriedade e energia, como um auriga fazia com seus cavalos e sua biga.

Dono de grande refino e elegância literária, suas palavras pareciam ser assentadas como fazem os exímios pedreiros com os tijolos em uma parede. O reboco, o emassamento e a pintura ficavam por conta da sutileza e da ironia que ele cultivava, para disfarçar sua natural timidez pessoal.

Cultivou e refinou essa capacidade arquitetônica literária ao se especializar em redigir discursos políticos, função que não é devidamente valorizada em nosso país. Posição na qual o escritor, se tiver capacidade, e ele tinha, consegue incluir na fala do potentado, sutil e delicadamente, suas ideias.

Já estivemos de lados opostos, na política, mas isso não fez que desaparecesse o respeito e a consideração que sempre tivemos um pelo outro. Pelo contrário, ressaltou esses sentimentos entre nós. Coisa de sagitarianos!

Apaixonado por cinema, às vezes ele me ligava para comentar um ou outro filme, sugerir um tema para uma pesquisa sobre um personagem que merecia ser registrado em documentário e até para me desafiar a transpor para o cinema algumas de suas histórias, dívida que pretendo pagar.

Um dos maiores elogios que já recebi na vida, veio dele. Crítico severo, quase mordaz, certa vez ligou para mim, dizendo estar maravilhado com a visita que fez ao Museu da Memória Audiovisual do Maranhão, o MAVAM. Me disse ser somente possível valorizar, jamais valorar justa e adequadamente o trabalho que realizamos ali, até porque aquela era uma função que deveria ser realizada por governos e não pela iniciativa privada.

Ele não gostava de ser chamado pelo apelido - Pipoca. Ultimamente eu fazia força para não o chamar assim, mas nunca fiz isso na intenção de diminuí-lo, pois os verdadeiros amigos nunca nos diminuem... A não ser quando nos deixam, como agora.

Pipoca estará sempre conosco, pois é essa a imortalidade que se alcança nas academias de letras, o direito de ser lembrando e jamais esquecido.

BILHETE EM LEMBRANÇA DE UM IRMÃO
(em memória de Antônio Carlos Lima)
Viriato Gaspar

Vamos ficando cegos. Já não vemos
essa cor de manhã que em nós ardia.
Faltam-nos rumos para os nossos remos.
Faltam-nos braços para erguer o dia.
E somos, sempre mais, sempre tão poucos,
sempre no aceso dessa coisa fria,
dessa fauna de horrores e de ogros,
esgrimindo manadas de agonias.
E agora, meu irmão, que a treva aperta,
que há como uma mordança que congesta
a força de avançar, rasgar em frente,
que falta nos fará teu riso largo,
mas estarás no afã do nosso passo,
Antônio, amigo, irmão, em nós presente.

Viriato Gaspar
08/10/2023

DILERCY ADLER

MARIA FIRMINA DOS REIS E NÉLIDA PIÑON: DOIS ÍCONES DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA FEMININA NO BRASIL- BREVE ENSAIO

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente me proponho elucidar os termos que definem o formato do subtítulo do trabalho: historiografia e ícone. O primeiro diz respeito ao registro escrito da História, ou ainda como sendo a arte de escrever e registrar os eventos do passado. O termo historiografia também é utilizado para definir os estudos críticos feitos sobre aquilo que foi escrito sobre a História.

Ícone, no sentido figurado, consiste em algo ou alguém que se distingue ou simboliza determinada época, cultura, área do conhecimento. No contexto popular, um ícone também pode ser uma pessoa muito importante e reconhecida na sua área de trabalho. Por exemplo, um ícone do mundo da música ou do esporte é uma pessoa cujo bom desempenho nessa área é reconhecido amplamente.

No tocante ao título, registro o nome de duas *encantadoras* mulheres. Encantadoras no sentido mesmo de cativante, que encanta, seduz, atrai, configurando um ato mágico; beirando o significado de feitiço, a exemplo, de encantadores de cavalos, de serpentes. Foi assim que me senti ao entrar em contato com essas duas grandes escritoras.

Convém localizar de onde sai esta breve, mas, pertinente homenagem à mulher, na figura desses dois ícones do espaço feminino no mundo das artes. Assim, esclareço que é das

[...] Ladeiras, Escadarias, Mirantes, Telhados, Platibandas, Pedras de Cantaria onde se enroscam serpentes, Manguda, Palácio das Lágrimas, nascentes de água encantada a se derramar copiosamente por toda a Praia Grande, Rua Grande, Madre de Deus, e desembocam em praias de firmes areias e lençóis de águas cinza-claras e mornas que adornam e aquecem toda a ilha. Assim é São Luís! Sempre fazendo ecoar, ininterruptamente, pelos repiques dos seus tambores e vários sotaques que soam e saem vorazes por todos os cantos da ilha numa espetacular manifestação de amor e louvor à poética arte latina com suas raízes indígenas, africanas, europeias e orientais, transformadas em **genuína raça miscigenadamente pura de humanidade ímpar!** (ADLER, 2000, p. 3).

Se, por um lado, o ponto de partida é a terra de Maria Firmina, a afrodisíaca Ilha do Amor, São Luís do Maranhão, de outro, fica evidenciada na assertiva anterior a *miscigenada pureza da humanidade ímpar da*

raça humana. De fato, todo o Brasil se apresenta e se construiu a partir de vários povos e nações com histórias de inserção distintas em seu território, a partir das nações indígenas, as primeiras a habitarem estas terras.

Maria Firmina e Nélida Piñon têm ascendências distintas: a primeira tem as suas raízes na Mãe África e a segunda, na Galícia, concelho de Cotobade, na Espanha.

Algumas similitudes e especificidades dessas duas ilustres intelectuais, de caminhos construídos distintamente convergiram para que eu as elegesse como dois ícones da Historiografia Literária Feminina no Brasil, neste breve ensaio.

2. SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS

Falar sobre Maria Firmina não é uma tarefa fácil, considerando as condições objetivas da época em que ela viveu. Tempo pródigo em escassez de fontes de registros.

No entanto, um dado incontestável é que Maria Firmina dos Reis nasceu no bairro de São Pantaleão, em São Luís do Maranhão/Brasil, e viveu a maior parte da sua vida em Guimarães/Maranhão.

O mesmo não acontece com a sua data de nascimento e com a origem étnica da sua mãe, as quais, nos meus primeiros trabalhos, com base nas fontes disponíveis à época, eu registrava a data de 11 de outubro de 1825, como a do seu nascimento e que a sua mãe, Leonor Fellipa dos Reis, era branca, de origem portuguesa. Mas, pesquisas recentes (ADLER, 2017) comprovam, com base em documentos da Câmara Eclesiástica/Episcopal, encontrados e disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, que Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1822, foi batizada no dia 21 de dezembro de 1825, e a sua mãe era mulata forra, tendo sido escrava do Comendador Caetano José Teixeira. Quanto ao seu pai, em todas as fontes pesquisadas consta apenas o seu nome, João Pedro Esteves.

A imagem de Maria Firmina é outra fonte de querela, tendo reproduções das mais variadas formas, com adereços da época atual e que não condizem muito com os traços, que eu acredito sejam da sua personalidade. Ao lado disso, a preocupação maior é com a imagem da escritora Maria Benedita Câmara Bormann (Délia), cronista, romancista, contista e jornalista gaúcha, atribuída a Maria Firmina. Porém, no atual momento, esse equívoco vem sendo desfeito.

O Maranhão da época de Maria Firmina dos Reis apresentava peculiaridades, pois, como província, teve surgimento glorioso no cenário econômico da Colônia no século XVII, em plena vigência do Mercantilismo e encontrava-se inserido no mercado internacional, desde a expulsão dos franceses, em 1615 e em 1895, tendo chegado a ocupar o segundo lugar entre os estados industriais à frente da Capital Federal, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Por outro lado, cabe ressaltar que, segundo Charles Martin (1988), o primeiro romance brasileiro, *Úrsula*, de autoria de Maria Firmina dos Reis, teve pouca influência sobre outras obras e escritores, por ter sido publicado no Maranhão, longe dos centros culturais brasileiros mais importantes, dentre os quais, a Corte do Rio de Janeiro.

No caso de Maria Firmina,

[...] as barreiras a serem transpostas eram recrudescidas, pois, enquanto os homens brancos e ricos iam para a Europa estudar nas melhores faculdades, até meados do século XIX, poucas eram as mulheres educadas formalmente. A educação para mulheres, ainda de forma precária, foi iniciada no período imperial, com a chegada da família real ao Brasil (ADLER 2014, p. 9).

Maria Firmina, nunca saiu do Maranhão. Lobo, (2007, p. 363), na sua *Conclusão do Autorretrato de uma pioneira abolicionista*, expre

Apesar do recrudescimento das barreiras a serem transposta, Maria Firmina construiu um legado artístico-cultural de inestimável valor, tal como a sua obra mais conhecida e marcante, *ÚRSULA* (romance, 1859), que a colocou no Brasil, como a primeira romancista brasileira, além dos contos: *Gupeva* (romance de temática indianista, 1861) e *A Escrava* (conto antiescravista, 1887) e seu livro de poemas, “*Cantos à beira-mar*” (poesia,

1871), dedicado à memória da sua mãe. Tem participação na Antologia Poética Parnaso Maranhense: coleção de poesias, editada por Flávio Reimar y Antonio Marques Rodrigues (1861). Publicações em jornais literários, tais como: Federalista; Pacotilha; Diário do Maranhão; A Revista Maranhense; O País; O Domingo; Porto Livre; O Jardim dos Maranhenses; Semanário Maranhense; Eco da Juventude; Almanaque de Lembranças Brasileiras; A Verdadeira Marmota; Publicador Maranhense; e A Imprensa. Dentre as composições musicais: Auto de bumba-meu-boi (letra e música); Valsa, obra Gonçalves Dias e melodia de Maria Firmina dos Reis (ou como afirmam alguns: letra e melodia de Maria Firmina); Hino à Mocidade (letra e música); Hino à Libertação dos Escravos (letra e música); Rosinha, valsa (letra e música); Pastor Estrela do oriente (letra e música); Canto de recordação “à Praia de Cumã (letra e música) e Poemas avulsos: O meu Desejo; Uma tarde no Cuman; Ah! Não posso; No Álbum de uma Amiga; Ela! Seu nome; Confissão; Donzela, tu suspiras-esse pranto; Meditação; Nas praias do Cuman; Solidão e A uma amiga. Ainda, segundo Morais Filho (1975) apud Adler (2017,

[...] manuscritos, cadernos de romances e poemas, que não se sabe se inéditos foram perdidos [...] com base no depoimento de Leude de Guimarães, filho de uma das suas filhas adotivas, que um baú contendo documentos de Maria Firmina foi roubado numa pensão onde vivia em São Luís, mas que salvou uma parte do diário de Maria Firmina.

Vale ressaltar o papel da imprensa como importante veículo de comunicação à época das produções de Maria Firmina, visto que, segundo Morais Filho (1975), a entrada oficial de Maria Firmina dos Reis na Literatura maranhense foi bem recepcionada pela imprensa maranhense com palavras de entusiasmo e estímulo à estreante. No entanto, *Maria Firmina foi vítima, posteriormente, de uma amnésia coletiva, ficando totalmente esquecidos o seu nome e a sua obra, mas, como a Fênix, ressurgiu também das cinzas* (Morais Filho apud Adler, 2014, p.12).

Apesar desse lamentável episódio da nossa historiografia literária, após longo período de *hibernação*, Maria Firmina voltou ao cenário das letras, e as suas obras foram reveladas, (re)descobertas, trazidas à luz, pelas abençoadas mãos de Nascimento Morais Filho, maranhense, e Horácio de Almeida, paraibano (ADLER, 2014, p.6).

Nascimento Morais Filho, como um Sankofa, pássaro africano de duas cabeças, uma cabeça voltada para o passado e outra para o futuro, que, segundo a filosofia africana, significa a volta ao passado para ressignificar o presente, dedicou-se, incansavelmente, para dar novo significado à Maria Firmina dos Reis como mulher e como escritora e professora, dando a ela o lugar que lhe é devido na literatura maranhense e brasileira.

Considero ainda o ano de 1975 ano do verdejar de Maria Firmina, o marco que eu intitulei de o seu “Ano Rosa-de-Jericó”. Essa rosa é também chamada de flor-da-ressurreição por sua impressionante capacidade de “voltar à vida”. As Rosas de Jericó podem ser transportadas por muitos quilômetros pelos ventos, vivendo secas, sem água, mesmo durante muito tempo e, ao encontrarem um lugar úmido, elas afundam raízes na terra e se abrem, voltando a verdejar! (ADLER, 2017, p.65).

Nesse ano, 1975, considerado então o do sesquicentenário do aniversário de nascimento de Maria Firmina, o governador Osvaldo da Costa Nunes Freire inaugurou o busto da escritora na Praça do Partheon, em São Luís; promoveu a publicação da edição fac-similar do romance *Úrsula*; também foi lançado o livro de Nascimento Morais Filho: *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*; foi instituída a Medalha de Honra ao Mérito, pela Prefeitura Municipal de São Luís; foi criado um carimbo em sua homenagem, uma marca filatélica produzida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com tempo determinado de utilização, destinada a difundir o trabalho de relevantes personalidades e instituições, destacando comumente o motivo, a legenda, a data e o local de sua emissão. Um detalhe digno de realce é que na parte inferior do carimbo consta um grilhão de ferro rompido, como marca significativa da Campanha Abolicionista que Maria Firmina empreendeu por meio da literatura, e eu acrescentaria, e por meio da música (compôs o Hino da Libertação dos Escravos (1988), além da própria postura que retratava a sua orientação político-ideológica.

Outro dado digno de realce é que Maria Firmina viveu num século abundante em mudanças políticas estruturais da sociedade brasileira: nasceu no ano da Proclamação da Independência do Brasil, 7 de setembro

de 1822; testemunhou a Libertação dos Escravos, por meio da Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888 e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Além disso, dos 95 anos que Maria Firmina viveu neste plano físico (11 de março de 1822 a 11 novembro de 1917), *conviveu 66 anos com a escravidão*. Isso torna pertinente brindar o leitor com o Hino, a letra e música, de autoria de Maria Firmina dos Reis, em louvor ao término da escravidão, pelo menos em termos legais:

HINO À LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

Maria Firmina dos Reis

Salve Pátria do Progresso!

Salve! Salve Deus a Igualdade!

Salve! Salve o Sol que raiou hoje,

Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia

Da nefanda Escravidão!

Aqueles que antes oprimias,

Hoje terás como irmãos!

(1888).

Maria Firmina também deixou grandes contribuições à educação. Em 1847, concorreu à cadeira de Instrução Primária, tendo sido a única candidata aprovada nesse Concurso Público. Foi então nomeada professora de primeiras letras do sexo feminino da Villa de Guimarães e, ao se aposentar, no início da década de 1880, fundou a primeira escola mista gratuita do estado do Maranhão.

O meu contato mais próximo com Maria Firmina deu-se em Guimarães, por ocasião da divulgação do projeto Mil poemas para Gonçalves Dias, na *V Semana Literária Maria Firmina dos Reis*, promovida pelo *Centro de Ensino Médio Nossa Senhora da Assunção*, no período de 26 a 30 de novembro de 2012. Nessa ocasião vi, ouvi e vivi Maria Firmina na voz e interpretação teatral dos alunos da escola e me encantei!!!

Nesse evento, além de Maria Firmina, foram homenageados grandes nomes da Literatura Maranhense, como Gonçalves Dias, Sousândrade, Raimundo Correia, Artur Azevedo, Aluísio de Azevedo, José Loureiro, Ferreira Gular, Maria Firmina dos Reis, Josué Montello, Bandeira Tribuzi além de músicos maranhenses.

Mas foi em Guimarães que nasceu a ideia de trazer Maria Firmina de volta a São Luís, de forma honrosa, para ocupar um nobre lugar na sua cidade natal; um lugar digno da primeira romancista brasileira, qual seja, o de Patrona da Academia de Letras de São Luís. O nome de Maria Firmina foi proposto por mim e por Ana Luiza Almeida Ferro, tendo sido aprovado por unanimidade. Assim é que Maria Firmina dos Reis tornou-se a Patrona da Academia Ludovicense de Letras-ALL, Casa de Maria Firmina dos Reis.

3. SOBRE NÉLIDA PIÑON

Sou taurina e meu ascendente é sagitário. Conjugação de terra e fogo. Será que me explica? **Quanto aos sonhos, eles são discretos.** Talvez quisesse aprender a viver, a morrer. A manter a dignidade, a seguir **considerando a compaixão e a misericórdia sentimentos altaneiros, indispensáveis para o exercício da nossa** humanidade Será que falei demais?

Nélida Piñon

(entrevista de Wagner Lemos:) (grifos meus),

Nélida Cuiñãs Piñon, Nélida Piñon, nasceu, no bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro, no dia 03 de maio de 1937. Seu pai, Lino Piñon Muñños, comerciante, e sua mãe, Olívia Carmem Cuiñãs Piñon. O nome Nélida é um anagrama do nome do avô Daniel. Nas palavras de Nélida Piñon, em seu Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras: *Carrego comigo a sensação de haver, eu mesma, desembarcado na Praça Mauá, no*

início do século, no lugar dos meus avós, em busca da aventura brasileira, a única saga que ainda hoje estremece meu coração. Eles vieram da Galícia, do concelho de Cotobade, na Espanha.

Desde criança foi estimulada a ler e já escrevia pequenas histórias. Com oito anos, diz Nélide, em entrevista a Wagner Lemos, *proclamei-me escritora*. Aos 10 anos fez a sua primeira viagem à terra de seus pais. Graduou-se em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1961, aos 24 anos, estreou na literatura com o romance “Guia-Mapa de Gabriel Arcanjo”. Em 1965, aos 28 anos, viajou para os Estados Unidos com a bolsa “Leader Grant”, concedida pelo Governo norte-americano. Em 1970, aos 43 anos, inaugurou e foi a primeira professora da cadeira de Criação Literária da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1990 e 1996, foi catedrática da Universidade de Miami, onde ministrou cursos, realizou debates, encontros e conferências. Foi escritora-visitante da Universidade de Harvard, da Columbia, de Georgetown, de Johns Hopkins, entre outras.

Sua obra está traduzida para diversos países, entre eles, Alemanha, Espanha, Itália, Estados Unidos, Cuba, União Soviética e Nicarágua. Foi agraciada com inúmeros prêmios literários nacionais e internacionais. Dentre os internacionais: Juan Rulfo, do México; Jorge Isaacs, da Colômbia; Rosalia de Castro, da Espanha; Gabriela Mistral, do Chile; Prêmio Puterbaugh, dos Estados Unidos; o Prêmio Menéndez Pelayo, da Espanha. Em 2005 recebeu o Príncipe de Astúrias, pelo Conjunto da Obra. Também foi contemplada com títulos de *Doutora Honoris Causa* das universidades: Poitiers, Santiago de Compostela, Florida Atlantic, Montreal, entre outros.

Publicou: Guia-Mapa de Gabriel Arcanjo (1961); Madeira Feita Cruz (1963); Tempos das Frutas: contos (1966); Fundador (1969); A Casa da Paixão (1972); Tebas do Meu Coração (1974); A Força do Destino (1977); O Calor das Coisas (1980); Sala das Armas (1983); A República dos Sonhos (1984); Canção de Caetana (1987); O Pão de Cada Dia (1994); Até Amanhã, Outra Vez (1999) A Roda do Vento (1998); Vozes do Deserto (2004); Aprendiz de Homero: ensaio (2008); Coração andarilho: memória (2009); Livro das Horas: memória (2012); A Camisa do Marido (2014); Filhos da América (2016) e, em 2018, aos 81 anos, Nélide Piñon lançou *Uma Furtiva Lágrima*, que teve como motivação a experiência de sentir-se próxima da finitude, mas que, segundo ela, terminou fazendo com que se posicionasse diante da vida. Quanta força demonstra nessa etapa difícil da vida.

Foi eleita para a Academia Brasileira de Letras-ABL, em 27 de julho de 1989, na sucessão de Aurélio Buarque de Holanda, e recebida pelo Acadêmico Lêdo Ivo, em 03 de maio de 1990 (dia do seu aniversário de 53 anos). É a quinta ocupante da Cadeira nº 30, patroneada por João Carlos de Medeiros Pardal Mallet, que teve como Membro fundador Pedro Carlos da Silva Rabelo, sendo antecedida por Heráclito de Alencastro Pereira da Graça, Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Foi a primeira mulher a se tornar Presidente da Academia Brasileira de Letras, no biênio 1996-1997, e o Primeiro Centenário da ABL foi comemorado durante a sua gestão, em 1997.

Tive a grande honra de conhecer Nélide Piñon também por meio das palavras das suas publicações, de imagens e enredo cinematográfico e, além disso, pessoalmente em Salamanca, em novembro de 2018, por ocasião do *I Congresso Internacional de Literatura Brasileira Nélide Piñon en la República de los Sueños*, promovido pela Universidade de Salamanca na Espanha, de 12 a 14 de novembro de 2018, e em sua homenagem, conforme fica claro no subtítulo. Na ocasião a vi participando das atividades desse memorável evento de forma entusiasmadamente amável. Na *clausura* do evento testemunhei a figura de *uma frágil mulher*, que me surpreendeu com o vigor físico e melodiosidade de sua fala, elegantemente de pé, por aproximadamente uma hora. Constatei então uma fragilidade aparente, pois, de fato, no auge dos seus mais de 81 anos, aquela nobre escritora apresentava um viço no semblante e uma veemência delicadamente doce na sua voz.

Convém esclarecer que o meu objetivo maior de participar desse I Congresso Internacional de Literatura Brasileira Nélide Piñon en la República de los Sueños foi exatamente levar Maria Firmina dos Reis nos livros, no coração e na fala para sugerir que ela fosse inserida no rol de estudos do importante Centro de Estudios Brasileños de Salamanca.

E as duas, Maria Firmina e Nélide Piñon, se encontraram em Salamanca, quando da minha comunicação sobre *Maria Firmina dos Reis: seus Cantos à beira-mar e o conto indianista Gupeva*, livro produzido pela

Academia Ludovincense de Letras, em 2017, quando estava como Presidente da ALL Naquela ocasião senti a auência de Nélide Piñon, no tocante à divulgação do nome e obra de Maria Firmina dos Reis.

No momento desse encontro simbólico de Maria Firmina e Nélide, tive a certeza de que deveria escrever algo sobre as duas, também por ter visto que as semelhanças e as *dessemelhanças* entre diferentes pessoas resultam em formatos e respostas próximas com finalidades equivalentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DAS SEMELHANÇAS E DESSEMELHANÇAS DE MARIA FIRMINA E NÉLIDA

Maria Firmina nasceu no século XIX e viveu até o início do século XX. Nélide nasceu na primeira metade do século XX e permanece produtivamente vibrante neste século XXI. Há um século entre as duas, mas, apesar dos valores vigentes de cada época, das condições materiais de existência agudizadamente diferentes, ambas se pronunciaram/pronunciam no mundo de forma harmoniosamente atrelada à existência de um mundo axiologicamente humano. As famílias de ambas atravessaram o Atlântico, mas em condições e objetivos bem distintos:

Maria Firmina relembra a diáspora africana, a vinda e chegada ao Brasil, por meio das memórias da preta Suzana:

Tinha chegado o tempo da colheita e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância em nossas roças. Era um desses dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei - a nos braços de minha mãe e fui-me à roça colher milho. Ah! nunca mais devia eu vê-la...

[...] Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. **Era uma prisioneira - era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome da minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão.** Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. **Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava - pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! meu Deus! o que se passou no fundo da minha alma só vós o pudestes avaliar!...**

[...] Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. **Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa.** Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. **É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!** (REIS,1988, pp. 82-83). (grifos meus).

Enquanto Nélide, em seu Discurso de Posse na ABL registra a escolha do Brasil e a vinda dos seus avós, dizendo:

Trago, pois, na imaginação, vestígios de uma viagem que não fiz – com meu corpo – e o gosto do sal inerente à travessia atlântica. Trago, sim, comigo, junto à atração pelo novo, as hesitações típicas de quem penetra um país pela primeira vez e desconhece os costumes locais implantados há mais de quatrocentos anos.

[...] Não sei a que intriga e ardil do destino meus familiares obedeceram quando apontaram no mapa de suas aldeias o desenho febril e exaltado do Brasil.

[...] Afinal, cada homem viaja em busca de uma estrela que recebe o nome caro aos seus sentimentos. E traz às costas a sacola da ilusão e da intranquilidade.

[...] A caravela que navega no meu imaginário, como herança, insiste em que levantemos as velas. O vento que assopra conduz-nos pelas grotas de geografia indômita, vistoria palavras e sentimentos cravados no peito alheio. Espinhos de uma roseira que pende sob o fardo de juras e queixumes solitários. O Brasil, saído dessa fornalha, alimenta a fome verbal de seus filhos.

A viagem dos seus avós é interpretada não somente como aventura, na busca da estrela, mesmo com a sacola da intranquilidade, mas também como ilusão, que sempre ajuda o ser humano a empreender novas descobertas, novo rumos.

Ambas têm uma vasta obra artístico-literária e trabalharam com pioneirismo na educação. Maria Firmina com a primeira escola mista; Nélida inaugurou e foi a primeira professora da cadeira de Criação Literária da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As condições objetivas de vida das duas são bem distintas: Maria Firmina, no Nordeste, pertencente a um estrato social sem grandes recursos econômicos, longe do circuito da Corte, época em que a educação para mulheres se apresentava de forma precária. No Maranhão, os homens brancos e ricos iam estudar na Europa nas melhores Faculdades. Apesar dessa realidade, Maria Firmina foi capaz de produzir uma vasta obra. Eu a considero autodidata, a sua produção cultural demonstra erudição. Por outro lado, Nélida viveu num ambiente rico de estimulações, entre livros, teatros, viagens e boas escolas.

Ambas ousadas e ambivalentemente serenas, contidas em algumas situações. Coincidentemente, ambas falam de seus trabalhos de forma tímida. No Prólogo do romance *Úrsula*: Maria Firmina o inicia declarando: [...] *mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume*. E Nélida expressa, em entrevista a Wagner Lemos: *A persistência em prosseguir, em jamais desistir de considerar meus textos imperfeitos. Sempre em busca do meu Graal que constituía simplesmente de uma página relativamente limpa, próxima à minha aspiração literária*.

Ambas utilizam a arte como instrumento de equalização social a exemplo da questão da liberdade relativa à escravidão, da questão indianista e de gênero, dentre outras.

Dentro desse contexto, um episódio que demonstra a sensibilidade e consciência política de Maria Firmina dos Reis diz respeito ao dia em que foi receber o título de nomeação para exercer o cargo de professora na Vila de Guimarães: Seus familiares queriam que fosse de palanquim (espécie de liteira em que as pessoas mais ricas se faziam transportar, conduzidas por escravos) e ela recusou-se irrevogavelmente explicando: *Negro não é animal para se andar montado nele*. De forma inteligente e verdadeiramente cristã, afirmava que *a escravidão contradizia os princípios do cristianismo, que ensinava o homem a amar o próximo como a si mesmo*.

No tocante a retratar o outro, tenho a clareza de que corro sérios riscos em deixar escapar algum viés imprescindível, assim como ainda o meu olhar traduzir, de modo não tão fiel, aquilo que vê. A própria Nélida confessa, ao falar de si mesma, em entrevista a Wagner Lemos:

As aspirações humanas, afinal, se confundem entre tantos escombros. Sabemos tão pouco dos instantes que foram fazendo o nosso destino, a ponto de traçarmos uma biografia completa, que não colida com o tempo e o espaço interiores.

[...] Não saberia inventariar o meu passado, dar-lhe credibilidade, apontar razões determinantes de um cotidiano ultrapassado e já entregue à minha mitologia pessoal. (<http://www.wagnerlemons.com.br/nelidapinon.htm>).

Espero não ter me distanciado da fidelidade neste traçado breve do perfil de cada uma dessas importantes musas, que inspiram outras tantas mulheres. Com certeza, existem muitas outras mulheres escritoras, intelectuais e artistas brasileiras que possuem perfis de ícones, mas escolhi Maria Firmina dos Reis e Nélida Piñon por motivos especiais e pessoais, já referidos.

Cada uma dessas mulheres, no seu tempo, no seu espaço físico-geográfico e de forma peculiar, segundo a condições objetivas do seu contexto histórico-cultural (século XIX, século XX), se firmaram como ícones da Historiografia Literária Feminina no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão (Org.). **II COLETÂNEA POÉTICA DA SOCIEDADE DE CULTURA LATINA DO ESTADO DO MARANHÃO: Latinidade**. São Luís: 2000.

ADLER, Dilercy Aragão. **MARIA FIRMINA DOS REIS: uma missão de amor**, São Luís: ALL, 2017.

ADLER, Dilercy Aragão. **ELOGIO À PATRONA MARIA FIRMINA DOS REIS: ontem, uma maranhense; hoje, uma missão de amor**. São Luís: ALL, 2014.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **MARIA FIRMINA FRAGMENTOS DE UMA VIDA**. São Luiz: COCSN, 1975.

REIS, Maria Firmina dos. **ÚRSULA**. Organização e notas de Lobo; Introdução de Charles Martin. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Presença Edições: Brasília INL, Coleção Resgate/INL, 1988.

LEMOS, Wagner. Nélida Piñon entrevista com Wagner Lemos
<http://www.wagnerlemons.com.br/nelidapinon.htm>

[PIÑON, Nélida. Discurso de Posse Academia Brasileira de Letras
http://www.academia.org.br/academicos/nelida-pinon/discurso-de-posse](http://www.academia.org.br/academicos/nelida-pinon/discurso-de-posse)

Lançamento em Brasília 07 de outubro e 14 de outubro na FeliS. homenagem ao Jubileu de Ouro da formatura da autora em de Psicologia, 1973, UniCeub-DF (1a turma.

Dilercy (Aragão) Adler. Nasceu em São Vicente Férrer/MA/ Brasil, em 07/07/50. É Bacharela, Licenciada e Psicóloga-CEUB/DF (1972/1973). Doutora em Ciências Pedagógicas-ICCP/CUBA (revalidação UnB), Mestre em Educação, Especialista em Pesquisa em Psicologia e Especialista em Sociologia. Trinta livros publicados (de poesia, acadêmicos, biográficos, história infantil e organização de antologias). É organizadora da Exposição (poesia e fotografia-100 poemas-posters de 61 poetas maranhenses). Organizou doze Antologias poéticas e tem participação em mais de cem antologias nacionais e internacionais. Já recebeu vários prêmios, troféus e menções honrosas por trabalhos poéticos e culturais.

Sócia Efetiva e atual Presidente (2021 a 2025) do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão-IHGM. Membro fundador e Presidente (2016-2017) da Academia Ludovicense de Letras – ALL. Presidente fundadora da Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão – SCLMA (1997-2017), Presidente da Sociedade de Cultura Latina do Brasil (2013...) e Senadora da Cultura do Congresso da SCL do Brasil. Vice-Presidente da Academia Maranhense de Trovas -AMT, 2ª Diretora de Fomentos da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil e 2ª Diretora Cultural da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil- Coordenadoria Maranhão, Diretora de Educação Cívica e Cultural e Relações Públicas da ANVEB -São Luis. Delegada no Maranhão do Liceo Poético de Benidorm-Espanha. Membro correspondente de várias Academias e Instituições culturais.

25/09/2023 21:49:40

PUBLICAÇÕES

- 2022 Meu Primeiro Livro de Trovas
- 2018 I Coletânea Poética da Sociedade de Cultura Latina do Brasil: construindo Pontes, Em comemoração aos 30 anos de fundação da SCLB (Org)
- 2015 Sobre Maria Firmina dos Reis (Org.)
- 2015 Cento e noventa poemas para Maria Firmina dos Reis (Org.)
- 2015 Doses Homeopáticas de Poesias: Lua e Poesia num ato libidinosamente sensual
- 2014 Circulo de Fuego – Org. Feliciano Mejía Revista do Movimento Amaro/ Peru com poesias de Dilercy Adler
- 2014 De subido à Deriva
- 2014 Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense; hoje uma missão de amor!
- 2014 Mil poemas para Gonçalves Dias: diário de viagem (Org)
- 2013 Mil poemas para Gonçalves Dias (Org)
- 2013 Sobre Gonçalves Dias (Org)
- 2012 Tinkuy
- 2011 Poesia feminina: estranha arte de parir palavras
- 2011 Uma história de Céu e estrelas
- 2008 Desabafos... Flores de Plástico... Libidos e Licores Liquidificados
- 2005 Joana Aragão Adler: uma história de amor e de fé... uma história sem fim
- 2005 Tratamiento Pedagógico de los valores Morales: de la comprensión teórica a la práctica consiente (Tese de Doutorado)
- 2004 Coletânea Poética da Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão LATINIDADE-IV (Org)
- 2003 Carl Rogers no Maranhão: Ensaios Centrados (Org)
- 2002 Alfabetização & Pobreza: A escola comunitária e suas implicações (Dissertação de mestrado)
- 2002 Coletânea Poética da Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão LATINIDADE-III (Org)
- 2001 Seme...ando dez anos
- 2000 Cinquenta vezes Dois Mil human(as) idade(s)
- 2000 Genesis-IV Livro
- 2000 Coletânea Poética da Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão LATINIDADE-II (Org)
- 1999 Arte Despida
- 1998 Coletânea Poética da Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão LATINIDADE-I (Org)
- 1997 Poematizando o Cotidiano ou Pegadas do Imaginário
- 1996 Circuito de Poesia Maranhense (Org)
- 1991 Crônicas & Poemas Róseos-Gris

O ano era 1969, um encontro de sonhadores na Capital Federal, Brasília. De um lado, um grupo de professores visionários se empenhando em criar um curso de Psicologia que extrapolasse a visão Comportamental/Behaviorista, única oferecida no único curso de Psicologia na capital do Brasil. Os renomados professores idealizavam um curso que contemplasse outras abordagens psicoterápicas histórica e cientificamente vigentes no âmbito mundial, à época, entre as quais: a Psicanálise, a Junguiana, a Rogeriana, a Gestáltica. De outro lado, estudantes provenientes de várias cidades brasileiras, ávidos por iniciarem a carreira de psicologia, que se materializa como conhecimento essencial para a saúde mental e emocional de um indivíduo, uma família e uma nação. O curso foi criado, e a primeira turma colou grau em 1972 (bacharelado e licenciatura) e em 16 de dezembro de 1973 (psicologia). Neste ano de 2023 comemoramos o nosso "Jubileu de ouro" e nos regozijamos por esse marco em nossas vidas!

Este grupo fez história ao longo de 55 anos de estudos e exercício profissional e continua a construir a história da Psicologia no Brasil. A todos nós, protagonistas dessa história, o meu reconhecimento e o meu louvor! Viva a Psicologia Brasileira! E que viva forte e pródiga onde estiver um psicólogo e/ou uma psicóloga!

Dilercy Aragão Adler
CRP-22/00001

Dilercy Adler
decifra-me ou te devoro
Esfinge

MAPLE BEAR, FALANDO DE GONÇALVES DIAS.

CONVIDEI MALU, UMA DAS AUTORAS E VENDEDORAS DO CONCURSO SOBRE GONÇALVES DIAS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

**QUEM VAI
ESTAR NA**

FILIM
6ª FESTA LITERÁRIA de ITAPECURU MIRIM
2023

8, 9 e 10 - NOVEMBRO
PRAÇA GOMES DE SOUZA - ITAPECURU MIRIM

Dilercy Adler
Escritora

Logos of sponsors: Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim, Sesc, Conselho de Desenvolvimento Econômico de Itapecuru Mirim, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso do Sul (FAPESP), and others.

CHARLES MARTIN

ESTÓRIA E HISTÓRIA: MOMENTOS DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Sócio Correspondente do IHGM -Nova York - EUA

Contar ou registrar?

Em certos casos “estória” é entendida a ver com ficção, configurar um conto. A “história” pode então ser tomada como fatos, como eventos reais. Na verdade: a história é apenas os fatos, os eventos, as pessoas envolvidas. A escrita desse material em relatos e livros é a historiografia: a escrita da história, assim como a biografia é a escrita de uma vida. A história acontece. Mas a forma escrita dela é feita.

Agora, vamos considerar uns aspetos da estória e da história do romance *Úrsula* e a escritora dele, Maria Firmina dos Reis. Para mim, a importância de Maria Firmina não tenha a ver com ela ter sido uma das primeiras escritoras ou escritores negros do Brasil, mas sim pelo trabalho dela ser essencial. Não pelo que era, mas pelo que ela fez: ela contou uma grande estória. É uma estória de respeito. Respeito entre dois jovens homens, Túlio e Tancredo, o primeiro sendo um negro escravizado, o segundo um homem branco livre. Os dois ficam representados, cada um, de coração aberto e de mentes do mesmo nível alto de entendimento. Isso, na história, se encontra pouco nas estórias. Os dois entendem a importância, a essência da liberdade, e Tancredo faz que Túlio consiga alforria. Um outro aspeto de liberdade, igualmente forte no livro, é o desejo de ter igualdade num casal e nesta parte o Tancredo mais uma vez figura, esta vez pelo amor que se desenvolve entre ele e a heroína do romance, a Úrsula. Os dois do casal desejam simplesmente amar e ser amados: ser respeitados, o que o romance mostra ser dificultado pela sociedade e pela a desigualdade dela muitas vezes criada entre homem e mulher. O romance relata estórias disso indicando vítimas e auto-vítimas de tais atitudes. E, ao final da estória—coisa frequentemente vista na história de todos os tempos até agora – o desejo para amor sem tais obstáculos muitas vezes fica destruído.

Úrsula notavelmente conta várias estórias dos escravizados-- pessoas que, na história, tinham culturas, passados e lembranças das terras natais, mas só raramente recebiam em estórias tratamentos tal detalhados e balanceados como neste romance.

Apesar da beleza e importância dessas estórias, a criadora delas, Maria Firmina, na história, foi geralmente negligenciada, esquecida. Hoje em dia a história reconhece ela muito mais. Há quem diz que um escritor como o Machado de Assis, também de ascendência negra ficou reconhecido mais facilmente por ele ser homem. Certamente este é o caso, mas Machado foi promovido mais do que Maria Firmina por causa do conteúdo das estórias dele. Com certeza a escrita dele é lindamente feita, intrincadamente tramada, e cheia de ironia e insinuações. Muito mais sutil e elegante as estórias dele são para com a escrita de Maria Firmina. Porém, acho que a diferença que facilitou a elevação dele e atrasou a posição dela seria que ele não levantou as considerações difíceis de raça que são levantadas por Maria Firmina. Ou seja, ele foi um escritor mais fácil

de digerir para a época, não só do Brasil escravizador, mas de toda a máquina de produção cultural do ocidente. Ela enfrentou as questões, ainda por encarar, que ele deixou ao lado. Machado não tinha personagens como ele mesmo: personagens negros pensativos, como se encontra em *Úrsula*. Ele escreveu histórias que seduzem. Ela fez histórias que analisam. Provavelmente ele nem entendeu que ele era negro, ou tinha sido treinado para esquecê-lo ou fugir o fato. Essa atitude não faz parte da obra de Maria Firmina, e aposto que tenha a ver com a relativa diferença do tratamento dela pela história: Ela contou histórias que a história não facilmente registrava. O que acontece quando a história é diferente? Quando a história vai contra a corrente? Quando a história vai contra o típico? Quando a história vai contra a história?

Hoje em dia, há muita discussão de “inclusão” de pessoas variadas de raça, gênero, idade, origem, mas temos que lembrar que diferença de ponto de vista é importante de reconhecer e respeitar, e acho que o exemplo de Maria Firmina se ergue bem.

Somos produtos de treinamento, não só de vontade. Precisa de muito valor para quebrar e abrir treinamento, educação. Nesse sentido, a história, em muitos aspectos, são as histórias usadas para explicar eventos e ocorrências. Pessoas como Maria Firmina mudam as histórias, e fazendo assim, abrem a história ou, mais precisamente, alteram e abrem a historiografia para melhor e mais amplamente contar história.

A revisão, claro, é uma prerrogativa da história: revisar a maneira como a história é vista. Não necessariamente para mudar os fatos e eventos -- mas para interpretá-los de maneira diferente, para contar histórias diferentes sobre eles, de acordo com os tempos atuais, ou para mudar os tempos atuais. A história não muda, mas a historiografia sim: o modo de contar a história muda: a ênfase, as escolhas do que contar e o que deixar de fora. Ou seja, a forma como a história é contada muda, e às vezes, os contadores e as contadoras mudam também.

Maria Firmina dos Reis contou uma grande história e sua própria história está sendo revisada.

José Nascimento Morais Filho falava dela como a primeira escritora a escrever um tema genuinamente brasileiro. Vamos lembrar que ela foi esquecida em seu tempo. Quem é esquecido em nossos tempos?

Mais uma história: um pesquisador norte-americano encontra um brasileiro, o Nascimento Morais Filho, e este conta para o outro a história de Maria Firmina dos Reis. O pesquisador, procurando coisas de destaque da cultura negra no Brasil, presta atenção. E coloca a obra da Maria Firmina em contextos no campo mundial, vendo além do Brasil.

De fato descobri informações sobre *Úrsula* por sorte. Pela sorte, em 1982 de visitar São Luís do Maranhão depois de algumas pessoas terem me indicado aquela região. Pela sorte de ter conhecido— provavelmente num café, não me lembro onde—o escritor e pesquisador José Nascimento Morais Filho. Ele, ao saber que eu estava procurando produções de cultura negra, especialmente em formas escritas, me fez conhecer o romance, *Úrsula*. Ele me levou à biblioteca Benedito Leite, pegamos uma cópia do livro, e comecei a lê-lo. Repito: tive muita sorte. E isso faz parte da história, agora. Mas a sorte não deve ocupar um papel tão importante em nossa aprendizagem.

Vamos continuar repetindo a história de Maria Firmina dos Reis, contando mais e mais histórias variadas para, como esta escritora, abrir e estender o alcance da história.

Espero que, nestas notas, tenha uma história para lembrar e continuar, não pensando dos primeiros a contar, mas aos conteúdos. Vamos reconhecer histórias que mudam a história, como vários momentos de Maria Firmina dos Reis. Vamos ver os riachos abrindo em rios!

EDMILSON SANCHES

RODRIGO OTÁVIO BAIMA PEREIRA, 95 ANOS

Fotos: 1) Rodrigo Baima. 2) Rodrigo Baima (ao centro), com Raing Rayg de Araújo Oliveira e Edmilson Sanches, no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC). 3) Rodrigo Baima, Wybson Carvalho, Arthur Almada Lima Filho, Erlinda Maria Bittencourt, Joaquim Vilanova Assunção Neto e Edmilson Sanches, no IHGC. 4) Foto de Rodrigo Baima quando jovem: ele é o primeiro à esquerda, agachado, com José Maria Machado. Entre os demais oito em pé, identificam-se Flávio Teixeira de Abreu, João da Providência Lima, Luís Leitão (era meu parceiro quase diário em jogos de palavras no bar "Recanto dos Poetas", do Arthur Cunha, na Praça Vespasiano Ramos ou Largo de São Benedito, em Caxias), Abel Martins, Mariano Vasconcelos. E os brasões do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e da Academia Brasileira de Letras, entidades de que Rodrigo Baima é membro.

Caxias deveria fazer festa.

Há 95 anos, em 12 de setembro de 1928, nascia Rodrigo Otávio Baima Pereira.

São 95 anos de um ser humano de memória e amor extraordinários quando o assunto é a cidade de Caxias -- também minha terra natal.

Sem ofensa a ninguém, Rodrigo Baima é daquele grupo dos mais caxienses dos caxienses.

Sempre portando uma pasta debaixo do braço, com documentos e informações sobre Caxias, mas, mais ainda, com mais informações na sua grande memória, Rodrigo Baima já chegou a ser chamado de "museu vivo de Caxias" -- evidentemente, pelo enorme acervo de dados, pelo conhecimento vivido e, também, pelo compartilhamento, com humildade, de seus saberes com os mais novos, estudantes, pesquisadores, escritores.

Rodrigo Baima é desses que merecem as melhores honrarias em vida.

A Academia Caxiense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Caxias já têm a honra de tê-lo em seus quadros de membros efetivos; é, portanto, meu confrade nessas duas Casas de Cultura.

No Ensino Médio, no Colégio São José, em Caxias, tive como colega de turma um dos filhos do Rodrigo, o Paulo Augusto, que faleceu em 2013. Seu Rodrigo, homem da História, certamente não previa nem queria vivenciar ou escrever este capítulo em sua vida... São assim os pais: não querem enterrar os próprios filhos... (Em uma das visitas que fiz à residência do Rodrigo, a conversa tocou, por um momento, no nome do filho Paulo, e vi os olhos de Seu Rodrigo marejarem, o silêncio instalar-se por uns instantes, a cabeça pender à direita dele, pensativo... Era o coração ainda saudoso e dolorido ante a perda filial.)

Lembro, por outro lado, uma passagem bem-humorada do seu Rodrigo Baima, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. Com jeito sério, ele comunica em meio a uma conversa em um pequeno grupo : " -- - Vamos ajudar o Edmilson Sanches a ganhar a prefeitura de Imperatriz". E, após breve pausa, complementou, entre risos: "Aí ele devolve Imperatriz para Caxias..."

Claro, era só uma lembrança do processo histórico e geográfico de autonomia de municípios que tiveram como matriz, como origem, o ainda hoje grande -- mas, evidentemente, não mais tão extenso -- território caxiense, de onde Imperatriz saiu e se tornou o segundo mais rico de todo o Maranhão. (Primeiro, ocorreu a autonomia de Pastos Bons, que era vila de Caxias; depois, de Pastos Bons saiu Grajaú; e, finalmente, de Grajaú saiu Imperatriz, segundo um documento de genealogia de cidades, do IBGE. Deste modo, Caxias é "mãe" territorial de Pastos Bons, "avó" de Grajaú e "bisavó" de Caxias...).

Pelos saudáveis e lúcidos 95 anos de vida e de defesa dos mais nobres valores caxienses, receba, Rodrigo, os parabéns de todos que -- talvez não tanto quanto você -- aprenderam a amar com orgulho a terra que nos viu nascer.

**UM LIVRO E O LIVRO – (Para o livro “Ribamar Cunha – Trajetória de um Vencedor”,
Imperatriz: Iorcunha, 2017)**

EDMILSON SANCHES

é membro da Academia Maranhense de Ciências, do Conselho Regional de Administração, do Conselho Regional de Contabilidade, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Internacional de Literatura Brasileira (Estados Unidos), do Instituto Histórico e Geográfico e Academia de Letras de Caxias, e de Academias de Letras dos Estados do Maranhão, Pará, Espírito Santo e São Paulo.

Capa do livro “Ribamar Cunha – Trajetória de um Vencedor” (acervo E. Sanches)

Diz a Bíblia que “no princípio era o Verbo, e o Verbo se fez carne”.

E a carne, Senhoras e Senhores, novamente se faz verbo — quando falamos ou escrevemos. Somos carne falante. Somos carne verbal. Somos verbo carnal.

Todo ser humano deveria terminar em livro — não apenas em túmulo.

Pois o livro vai além da morte. Pois, pior que a morte por não se estar vivo, é a morte por não ser lembrado. Pior morte não há que a de ser esquecido, de parecer que não fez falta ao mundo em que estava, ao universo que o rodeava.

Um livro não é um túmulo, do qual se vê só o que é externo. Um livro é um convite para entrar. É um chamado para conversar. É uma abertura para conhecer.

Um livro é uma certidão de eternidade. Um atestado de permanência.

Quando todos nós formos passado, o livro será — e estará — presente.

Quando formos esquecimento, o livro será lembrança.

E quando de tudo em nós nada existir, o livro existirá. E será semente germinadora de saber para quem não conheceu e fonte de recordações para quem esqueceu. O livro relembra. O livro ressuscita. Faz existir.

Cristo não estaria presente em orações nem teria sobrevivido em tantos corações se antes não tivesse existido em livro.

Na Europa, no século 19, um brasileiro morto de saudades de sua terra — o Maranhão — escreveu uns versos e os publicou em livro, seus “Primeiros Cantos”.

Séculos depois, as grandes, gigantescas, portentosas fábricas de tecido, que teciam o nome a fama nacional e internacional do Maranhão, todas essas fábricas desapareceram, voltaram ao pó. Mas o livro e os versos de Gonçalves Dias continuam e não há brasileiro que não tenha na mente os versos: “Minha terra tem palmeiras / Onde canta o sabiá”.

Senhoras e Senhores: nós passamos; o livro, não. O livro fica. O livro permanece. O livro é eterno. O livro é um diamante de papel.

E uma história que se transforma em livro é uma história sem fim. Pois um livro é para sempre.

O LIVRO

Como empresário, José de Ribamar Cunha foi tendo muitos negócios. Mas como cidadão ele continuou mantendo um único interesse: o desenvolvimento de Imperatriz, a busca por uma cidade melhor. Melhor para todos. Melhor de se viver e conviver.

Conheci José de Ribamar Cunha na década de 1970. Cliente do banco em que eu trabalhava (lembro até hoje o número das contas pessoa física e jurídica dele), conversava com aquele empresário discreto mas ao mesmo tempo cheio de bons assuntos e sadias preocupações, o que resultava em boas e longas conversas, troca de opiniões, jogo de ideias e sugestões, sobretudo no nosso caso, que tínhamos em comum também as coisas e causas de Imperatriz. As conversas mais demoradas ora eram em seu escritório, depois das seis da tarde, ali na avenida Getúlio Vargas, ao lado da agência do Banco do Nordeste, ora era, a convite, debaixo de pés de manga de sua residência, ali na Praça Tiradentes (que ainda não era aquele pardieiro, vítima da omissão, incompetência e desamor por Imperatriz em que se tornou).

Para isso, além de aconselhamentos que dava a políticos e a colegas empreendedores que o procuravam, Ribamar Cunha desejava transformar suas ideias em algo concreto. Queria iniciar um movimento. Formalizar entidades. Institucionalizar causas. Fazer “coisas” — pela cidade, não para si, pois disto não precisava: a cidade já lhe dera o suficiente.

Assim ele foi pensando e planejando, e para algumas dessas coisas e causas pensadas e planejadas me convidava para dar-lhes alguma forma. Tanto ele gostava das contribuições que eu dava que ele chegou a declarar: “Se eu não tivesse os negócios que tenho, faria fortuna com o talento de Edmilson Sanches”. Bom, sabe-se que pelo menos uma vez na vida cada um de nós comete um exagero...

José de Ribamar Cunha queria criar uma fundação. Pediu-me para fazer um estudo sobre o assunto. Avesso a badalações e ostentação, Ribamar Cunha fazia o bem sem olhar a quem. Sobre isto, eu já o ouvira dizer, mas ele também escreveu:

Ribamar e Odenice Cunha (Dona Didi). (Acervo: Família Ribamar Cunha)

“FAÇA QUANDO A PESSOA PRECISA,
NÃO QUANDO VOCÊ PRECISA DELA.”

Essas e diversas outras reflexões estão em seus inúmeros escritos, escritos a mão, manuscritos muito bem guardados.

Apoiador da causa de um novo estado (o Maranhão do Sul), pretendia criar uma entidade de “filhos e amigos do Sul do Maranhão”.

A fundação, após meus estudos comparativos apresentados a ele, Ribamar Cunha decidiu-se por uma associação, que os filhos e a Família Cunha hoje apresentam à sociedade imperatrizense — o Iorcunha, Instituto Odenice & Ribamar Cunha, que se dedicará a causas ligadas à cultura, ao esporte, ações sociais e outras.

Ribamar Cunha queria fazer mais. Ele era o mestre da obra; eu tentava fazer uma obra de mestre.

Como foi o caso do meu projeto da “Enciclopédia de Imperatriz”, para os 150 anos do município.

Por acaso Seu Ribamar tomou conhecimento do projeto e já foi me convidando para conversar e já foi convidando o filho Ribinha Cunha e uma dezena de amigos — EUCLIDES ANTÔNIO VIERA, FRANCISCO SANTOS SOARES (Franciscano), GESSÉ SABINO LEITE, HERMENEGILDO GOMES FERREIRA FILHO (Caboclo), JAIR ROSIGNOLI (in memoriam), JURANDIR TEIXEIRA DA SILVA, LIBERATO RODRIGUES DE MORAIS, LICÍNIO DA ROCHA CORTEZ (in memoriam), MARIA DAS GRAÇAS CORTEZ MOREIRA e MÁRIO DA ROCHA CORTEZ.

O sonho foi alimentado, as condições para sua realização foram construídas... e a “Enciclopédia de Imperatriz”, que eu escrevi, saiu como marco histórico-cultural da cidade sesquicentenária e como marca da capacidade de aglutinação de interesses por uma justa causa que amigos levam adiante.

A “Enciclopédia de Imperatriz”, por decisão dos doze amigos, não fez nenhum elogio nem concedeu espaços diferenciados para eles, a não ser — e com alguma resistência — uma minúscula apresentação microbiográfica sobre cada um em uma mesma página para todos, e pronto. Pelo menos a microbiografia revela a diversidade de cidades e estados de nascimento, de atividades profissionais e até de idade — e nada disso impediu a convergência de vontades e tudo isso contribuiu (pois diversidade é riqueza) para a transformação em realidade do livro que é, até hoje, a maior obra sobre Imperatriz, o maior lançamento editorial da cidade e um dos maiores do Estado, além de ser um dos maiores trabalhos de História, Economia, Cultura e Desenvolvimento já feito sobre um município brasileiro em todo o país.

Antes de fazer o livro sobre a trajetória de Ribamar Cunha, a convite da família, fui convidado para escrever o roteiro (“script”) de um longo documentário em vídeo sobre a vida do patriarca imperatrizense do clã dos Cunha. O trabalho foi feito, aliás, bem feito pela equipe de filmagem, edição e apresentação, credores do mérito maior.

Ainda em vida de José de Ribamar Cunha, pensava-se em um livro que acolhesse, além de sua história até ali, muito de seu pensamento, de suas histórias, dos casos e “causos”, de sua concepção de mundo... Ribamar Cunha era homem bem informado: depois do dia a dia das atividades empresariais, recolhia sentado, pernas cruzadas e, à tardinha, boquinha da noite, lia jornais e revistas, de Imperatriz, do Maranhão e nacionais. Portanto, seus pensamentos sobre o estado, o país, o mundo eram produto não só das informações que capturava mas, também, das reflexões que elaborava a partir do que lia e, depois, do que conversava, do que em TV e rádio via e ouvia. (Verdade, Seu Ribamar valorizava o rádio, e assistia a um ou outro programa de televisão).

Esse livro com história, pensamento, “causos” e concepções de mundo persiste na cabeça dos oito filhos como uma realidade que, mais dias menos dias, vai acontecer. Será um livro mais para a família, mais para os netos, bisnetos e gerações vindouras, para aqueles sobretudo que não puderam conviver com Seu Ribamar, sentir-lhe a firmeza de decisão e a alegria no coração. Será um livro-legado, uma obra-herança, um porta-retrato de papel e letras para que o que nesse livre se contiver emoldure as fotografias de José de Ribamar, de José de Ribamar e Maria Odenice, de Ribamar e Didi — ou seja, o formal e o informal, o grave e alegre, o discreto e o bem-humorado.

O livro “RIBAMAR CUNHA — TRAJETÓRIA DE UM VENCEDOR” foi um outro desafio. Menos por causa de Seu Ribamar. Não por causa da família. Na sua contenção editorial, a obra não pôde conter tudo,

nem todos. Como editor, eu tinha de estar lembrando e relembando aos filhos que papel não é de borracha, não estica. A boa vontade dos filhos de Seu Ribamar o levariam a acolher uma infinidade de conteúdos, sobretudo depoimentos de pessoas gratas, pessoas próximas, conhecidos, colegas, colaboradores, autoridades.

Mas em livro de cem páginas não cabe um milhão de amigos... Espera-se que os amigos que não estejam presentes no livro com depoimento se sintam representados pelos que nele estão. E se a lembrança de Ribamar Cunha estiver na memória deles e a afetividade estiver em seu coração, então todos continuam amigos...

O livro que neste 20/10/2017 se lança é um retrato 3 x 4 de uma história 1000 x 1000. Mas, em seu propósito, está feito.

Certa vez, em uma de suas reflexões, José de Ribamar Cunha escreveu:

“MINHA TRISTEZA É NÃO SER IMORTAL.”

Agora não tem mais tristeza.

Ribamar Cunha é imortal.

Nos céus, ao lado de Dona Didi.

Na terra, pelos seus filhos, pelos seus descendentes, pelo seu trabalho...

...E, por que não?, por este seu livro. (E. SANCHES)

*

APRESENTAÇÃO

“Aqui comecei, aqui cresci, aqui vou ficar.”

José de Ribamar Cunha, sobre Imperatriz, respondendo a convites para transferir seus empreendimentos para outras cidades e capitais)

*

Um homem com um propósito...

Uma região com potencial.

A economia com seus três setores... e um grupo empresarial presente em todos eles.

E foi nessa região de grande potencial, liderada por Imperatriz, na pré-Amazônia Maranhense, que o Grupo Empresarial Ribamar Cunha teve início, estabeleceu-se e ampliou-se para todo o estado. Imperatriz — a cidade que tanto Ribamar Cunha defendia e da qual, apesar das tentadoras propostas, não se afastava — é um grande polo econômico, de educação universitária, de serviços de saúde, de comércio e indústria, com a mais moderna fábrica de celulose do planeta.

Cheia de progresso e de títulos, Imperatriz é uma das maiores cidades do país. É considerada a “Princesa do Tocantins”, em razão de sua infraestrutura urbana...

...“Portal da Amazônia”, porque aqui esta região começa...

...“Metrópole da Integração Nacional”, pelos diversos modais de transporte, que se conectam com todo o Brasil...

...e “Capital Brasileira da Energia”, por ser a sede de subestação da Eletronorte, onde a eletricidade é recebida e qualificada e distribuída para toda a região e, se for o caso, suprimindo necessidades do país.

As empresas do Grupo Ribamar Cunha contam com as vantagens comparativas e competitivas de Imperatriz e da região que ela lidera:

– a Rodovia Belém—Brasília, onde localiza-se a sede do grupo...

...a Ferrovia Norte—Sul...

...a Estrada de Ferro Carajás...

...o Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam...

...a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo por Satélite...

...o Distrito Industrial de Imperatriz...

...a Usina Hidrelétrica de Estreito...

...e o majestoso Rio Tocantins, caudaloso, perene, por onde a história de Imperatriz começou.

Além disso, a região de Imperatriz tem uma característica única: é ao mesmo tempo Nordeste e Amazônia; portanto, beneficiada pelos recursos financeiros federais garantidos pela constituição para as duas regiões, para investimentos e promoção do desenvolvimento.

Com sua visão, talento e capacidade de trabalho, José de Ribamar Cunha, a partir de 1960 e com o ponto de apoio e de impulsão de sua mulher, Maria Odenice de Sousa Cunha, a Dona Didi, construiu uma das mais consolidadas e respeitadas histórias de empreendedorismo do Norte e Nordeste brasileiros.

Seu Ribamar, pode-se dizer, aos 82 anos, morreu prematuramente, tal era o vigor de seus projetos e o entusiasmo com que se dedicava ao ofício diário de imprimir sua visão nas decisões e sua supervisão nos negócios. Em 9 de fevereiro de 2014, o menino de Pastos Bons, que queria voar, deixou que o corpo baixasse à terra e a alma... a alma levantasse voo aos céus.

Seus filhos foram preparados e dão continuidade ao crescimento do Grupo. A empresa é familiar, mas a gestão é profissional.

Mais que herdeiros, Alzira, Ribamar Filho, Leoarrem, Leowdson, Neilamy, Edson e Karla são sucessores, sucessores dos negócios e legatários do patrimônio imaterial de dedicação, humanismo, respeito e amor deixado por Seu Ribamar e Dona Didi.

Este livro registra um pouco disso tudo.

EDMILSON SANCHES

OBRA REUNIDA, DE ADAILTON MEDEIROS (CAXIAS 1938 – RJ, 2010)

EDMILSON SANCHES

O caxiense Adailton Medeiros, jornalista, professor universitário, teólogo e escritor, e sua Obra Reunida (Rio de Janeiro: Imprimatur, 2022. Revisão e apresentação: Edmilson Sanches). (Imagens: acervo de Edmilson Sanches/Família Medeiros)

Apresentação

Esta Obra Reunida de Adailton Medeiros (1938—2010) há muito deveria ter chegado às mãos dos leitores. E não foi por falta de esforço dos irmãos Medeiros e da Editora, que tanto fizeram para o livro estar em circulação.

Coincidentemente, sem nada premeditado, Obra Reunida sai exatamente no ano — 2022 — em que no Brasil se registram três datas “redondas” relacionadas a movimentos culturais, literários e poéticos aos quais, pode-se dizer, vincula-se o fazer poético-literário de Adailton Medeiros: o centenário do Modernismo (com a Semana de Arte Moderna, 1922), os 70 anos do Concretismo (com os poetas da revista Noigrandes, 1952) e os 60 anos da Poesia Práxis (com o livro Lavra Lavra, de 1962, do paulista Mário Chamie, amigo de Adailton). E entre essas efemérides, uma outra, cara à bibliografia de Adailton Medeiros: em 2022 também completam-se os 50 anos de publicação de seu primeiro livro, O Sol Fala aos Sete Reis das Leis das Aves, de 1972.

Nascido em 16 de julho de 1938 no povoado Angical, em Caxias, Maranhão, onde também surgiu literária/mente, Adailton Medeiros faleceu em 9 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro (RJ). Viveu 71 anos, 6 meses e 24 dias, mais de oitenta por cento desse tempo na capital fluminense, cidade de protagonismos e coadjuvações e de convergências e dispersões de fluxos e influxos culturais, (r)evoluções artísticas e feitos literários e seus efeitos co-literais.

Mas, se habitava numa capital, Adailton, em si e em sua obra, nunca se desabitou de seu interior — porque não desabilitou o recordar, não desativou o reviver. Infância, juventude e adultidade compõem a santíssima trindade que o faz ser ele o mestre de obras que se replica nelas, suas obras de mestre.

Nesse processo, a “Princesa do Sertão” (Caxias) se une à “Cidade Maravilhosa”, com a geografia literária adailtoniana, com seu próprio tópos, mostrando que o Riacho Praquê deságua no Rio de Janeiro. O Praquê, riacho onde diziam ter ouro enterrado, era lindo e o caminho para ele, limpo. Caminho de árvores, flores. Caminho de pedras. (E me vem à memória “Caminho de pedra”, música de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, gravada em 1958 por Elizeth Cardoso: “Velho caminho por onde passou / O meu carinho chamando por mim, ô, ô / Caminho perdido na serra / Caminho de pedra / Onde não vai ninguém / Só sei que hoje tenho em mim / Um caminho de pedra / No peito também”).

Escrevendo sobre o homem – Foi no povoado Angical, nas proximidades do Riacho Praquê, em Caxias, que Adailton Medeiros expatriou-se do ventre máter, depois de evoluir de “espermatozoide feio e raquítico” (1), com cauda, para um “lagarto sem rabo” (2). Nasceu numa “casa de palha” (3), onde havia quintal com “folhas

das trepadeiras que se escancham na cerca” (4). Nasceu sobre um “jirau, [...] nobre catre” (5), numa “bela manhã” (6) daquele sábado, 16 de julho de 1938. (Neste mesmo dia e mês, cinquenta anos depois, apesar dos pesares e pensares, da vida ascética, anacorética, à inflexão para a lida literária, poética, Adailton, “criança cinquentenária” (7), reconhecia: “— como deve ser bom / nascer crescer envelhecer e morrer” (8).

Adailton foi o primeiro de dez irmãos, filhos do casal maranhense D^a Raimunda Borges de Lemos e Sr. Nadir Medeiros, proprietário de uma terra onde marido e mulher trabalhavam e de onde tiravam o sustento e tocavam a existência. Sobre o irmão, Maria Hilma, professora, escreveu: “Adailton Medeiros — ‘Dudu’, como era chamado pela família —, um grande exemplo de dedicação e bondade, o esteio da família na formação de seus irmãos no Rio de Janeiro. // Foi Irmão Cirilo Alexandrino no Mosteiro de São Bento por 4 anos, no Rio de Janeiro. Renunciou à vida religiosa para dedicar-se à vida de escritor, pois seu maior objetivo era deixar seu nome nas páginas dos livros, ser imortal. // Como irmã caçula, minha dedicação ao meu inesquecível ‘Dudu’: Um sonho que se foi — a vida. / O silêncio calou sua voz — a morte. / Um cérebro que não morre — a Sabedoria. / A saudade que fica para sempre — o adeus” (9).

Mas antes de sair do Angical para a cidade grande, Adailton foi para uma grande cidade — a dele, Caxias, terra e rima de Gonçalves Dias, de Teófilo Dias e de Celso Menezes, precursores, respectivamente, do Indianismo e do Parnasianismo na poesia e do Modernismo nas Artes Plásticas brasileiras; terra de Coelho Netto, indicado ao Prêmio Nobel de Literatura, introdutor do cinema seriado no Brasil, o escritor mais lido do Brasil e Portugal em sua época; terra de Ubirajara Fidalgo, criador do Teatro Profissional do Negro no país; de Liene de Jesus Teixeira, engenheira agrônoma e doutora em Botânica, primeira mulher a se formar em Agronomia na Universidade Federal de Viçosa (MG); de Raimundo Teixeira Mendes, criador da Bandeira do Brasil, redator de leis que, pioneiramente, no Brasil, levaram à separação Estado/Igreja, à proteção do doente mental e da mulher e do menor trabalhadores; terra de João Mendes de Almeida, que em São Paulo foi advogado e jurista, jornalista, presidente da Assembleia e principal redator da Lei do Ventre Livre; Aderson Ferro, pioneiro da Odontologia no Brasil e primeiro brasileiro a escrever e publicar livro sobre essa especialidade paramédica; e de tantos outros caxienses que, mercê de seus talentos, coragem e trabalho, legaram ontem um Brasil melhor hoje.

Com a família, Adailton mudou-se do Angical e foi para a zona urbana de Caxias, para o bairro Cangalheiro, Rua do Fio (10) — que, nos anos 1950, antes de ser a via por onde também passava a fiação do telégrafo (daí o nome), era chamada de Rua dos Velhacos, denominação que Adailton recupera e data em poema onde acopla uma cópula entre flor e folha, pendão e concha de plantas quiçá hermafroditas do novurbano quintal (11). A literatura adailtoniana rima — inclusive em versos brancos — poesia com (auto)biografia. Nada de egocentrismo, mas, sim, muito humanismo.

No mundo citadino caxiense, novas situações e emoções, peripécias e personagens se foram adentrando na vida e no imaginário de Adailton. A família mudou-se para a Rua do Cotovelo, onde a casa até hoje é dos Medeiros. Entre os personagens (de)cantados em poemas, o “grande” Ilário da Costa Veloso, o Seu Ilário, da Rua do Angelim, homem peiudo, de genitália acavalada, motivo de gozação da meninada e de gozo da mulherada (segundo Adailton alinhavou em trinta e quatro versos igualmente... desmedidos... [12]). O velho Ilário se inscreveria na memória menina e na poesia madura de Adailton Medeiros, espaços onde já pulsava, por exemplo, o cantador e rabequista Zé Baú (13), preto velho do povoado caxiense de mesmo nome — Baú —, amigo da família Medeiros. Zé Baú cantava bem, “tirava” Reis, isto é, executava música, canto ou oração no Dia de Reis, que a tradição cristã “calendarizou” como 6 de janeiro. Maria Hilma (re)lembra uma quadra do reisado: “Senhora dona de casa, / saia à porta da rua, / venha ver o Santo Reis, / que vem à procura tua”.

No início da adolescência, aos 13 anos de idade, o talentoso Adailton, aluno do Ginásio Caxiense, por seu desempenho nos estudos (1^o lugar), ganha bolsa do Governo do Maranhão (à época, administrado por Eugênio Barros, nascido politicamente em Caxias, onde foi prefeito). O garoto vai para o Rio de Janeiro, matricula-se no famoso Colégio Pedro II e, motivado e preparado, volta a cursar o restante do hoje Ensino Fundamental.

Mas, como se diz pelos desvãos da hinterlândia brasileira, às vezes, quando Deus dá com uma das mãos, o Capeta vem e sorrateiramente tira com a outra... Eis que o garoto Adailton é contagiado por um vírus e desenvolve parotidite, que não é outra senão a caxumba, a papeira. Fica 15 dias fora das aulas. A doença passa, Adailton volta para a escola, a doença passa... para o outro lado — porque, em pobre lutador, desgraça pouca

é bobagem. Mais 15 dias sem ir ao colégio. Total: um mês — e o rigoroso e quase bicentenário estabelecimento de ensino federal não teve misericórdia com quem tanto merecera estar matriculado nele... O menino Adailton voltou para a terra natal. Perde um ano. Reinicia outra vez os estudos. Torna-se líder e referência estudantil em Caxias. Vai crescendo e se desenvolvendo. Na Escola Técnica de Comércio, criada pelo amigo Monsenhor Clóvis Vidigal (falecido), presidiu o grêmio e, com a irmã Adailma, formou-se em Contabilidade. Estreia literariamente em jornal (o Cidade de Caxias), onde tinha seu nome no expediente. Assim nascia em letra de fôrma o jornalista e literato que anos mais tarde, em 1961, de volta ao Rio de Janeiro, trabalharia em Contabilidade com a irmã Adailma e depois sairia desse mundo de números para voltar-se para o universo das Letras, formando-se na última turma de Jornalismo (Comunicação Social) da antiga Universidade do Brasil, depois Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, onde também fez mestrado em Literatura. Como se diz, Deus escreve certo até por linhas incertas.

O retorno de Adailton ao Rio, sabe-se, é protagonizada pela irmã Adailma, que, tendo se mudado para a Cidade Maravilhosa, para lá levou de volta o primeiro irmão. Mais velha das irmãs, Adailma fora para o Rio trabalhar (inicialmente, com Contabilidade, numa editora e nos Correios), ser professora e fazer novos estudos. Formou-se em Administração e em Direito, tornou-se advogada e aposentou-se em cargo de destaque na área jurídica de uma das Forças Armadas do Brasil. Adailma é personagem e referência em poesias do irmão; leia-se, por exemplo, em “No divã amarelo”, poema do livro *Lição do Mundo*: “Ah – minha irmã (a que se encontra mais próximo) me liga / sempre e assim relemos antigos palimpsestos – Ocorre que / (apesar das nossas variáveis psíquicas) somos unidos e mais: / depositários e cúmplices de alguns segredos de família / [...]”. No poema “O casmurro”, no livro *Bandeira Vermelha*, o Poeta lembra-se da irmã quando conta/canta sobre Zé Aleixo, homem caboclo vindo de Loreto (MA), onde protagonizara um terrível drama familiar, e que era “pau pra toda obra”, de semear grãos a enterrar defuntos: “Mana – a minha irmã Adailma / – ele [Zé Aleixo] a chamava com saudade / da sua pobre menina morta / O velho Zé-Aleixo era casmurro: / “homem calado e metido consigo”. Em muitos textos, nos diversos livros, em títulos, citações e dedicatórias, Adailton traz para perto de si a família — pais, irmãos, sobrinhos e outros, ascendentes, colaterais e descendentes.

De 1990 a 1994 Adailton Medeiros viveu no multissecular Mosteiro de São Bento, localizado no morro de mesmo nome, no Rio de Janeiro. Ali era o Irmão Cirilo Alexandrino — certamente uma referência ao grego Cirilo, grande nome da Igreja, o Patriarca de Alexandria, que viveu nos séculos 4 e 5 e foi homem de elevada erudição e grande fecundidade na produção escrita.

Entretanto, o espírito beneditino do Verbo parecia menos intenso que o espírito bendito das Letras. Aquele exigia desapego, abandono, rejeição; estas, serviam (para) busca, encontro, subversão. Onde o espírito beneditino do Verbo impõe renúncia e cala, o espírito bendito das Letras põe denúncia e fala. Em um caso o escritor é interdito; no outro, é internúncio.

E Adailton queria voltar a se dedicar à vida de escritor... Desde o início da carreira literária a até seu período monástico, já escrevera oito obras e publicara sete: *Oculto Piano* (a primeira obra; inédita); *O Sol Fala aos Sete Reis das Leis das Aves* (1972); *Cristóvão Cristo : Imitações* (1976); *Revoltoso Ribamar Palmeira* (1978); *Braçada de Palmas* (1981); *Poema Ser Poética e Mais Oito Pré-textos* (1981); *Floração de Minas* (1982); e *Lição do Mundo*, que saiu em 1992, no meio do período da vivência monacal. Toda esse vigor literário, toda essa força literal trouxeram um bilhete azul para o monge beneditino e uma *Bandeira Vermelha* para o escritor bendito. Adailton saiu do mosteiro secular para continuar testamentário do século. E voltou a publicar.

Com duas edições em 2001, a primeira com o título *As Mulheres & As Coisas* (cuja edição, do Governo do Rio de Janeiro, Adailton classificou como de “péssima qualidade” [14]), o livro *Bandeira Vermelha* é, na primeira parte, uma tertúlia, um agrupamento de familiares, amigos e personalidades de A de Adélia a Z de Zuleide. Em outros livros (por exemplo, *Cristóvão Cristo : Imitações*), seja com poemas, em epígrafes ou dedicatórias, Adailton também exibe uma saudável destimidez ao tornar público seu apreço e carinho em relação àqueles que lhe são cara referência e para os nomes a quem dispensa rara reverência.

Sobre o homem que escreve – A obra de Adailton Medeiros junta-se às tantas obras dos tantos autores a merecerem estudo mais acurado. Aspectos literários e linguísticos, históricos e geográficos, políticos e sociais,

peçoais e que tais, entre outros, ululam e pululam, passam e perpassam nos/pelos textos adailtonianos. Um exemplo de pessoalidade, entre tantos, lê-se em “Objeto torturante”, do livro Lição do Mundo:

“Quando eu era menino desejava ter
– algum dia – um relógio de parede
pra bater como um sino de hora em hora
(bam bam bam) contando o tempo
Mais tarde percebi que esse objeto torturante
não consegue contar o tempo que é unitário
agorúnico
Ele vai contando – isto sim – nossos passos
para a morte”

A gênese desses versos vem, como dito no poema, do tempo do Adailton menino, que, ao visitar residências de pessoas “de condições”, via dentro delas o relógio, o que fazia germinar nele a vontade de ter um objeto igual em parede de sua casa.

Os aspectos pessoais — como os já referidos aqui — compreendem desde as mais ancestrais lembranças da infância na zona rural, as referências à primeira professora, Rosa Martins (“Recordações” e “Minha Mestre”, por exemplo, em *Oculto Piano*), às mais comuns ou improváveis ocorrências da maturidade na urbanizada metrópole carioca.

Desencoberto pela irmã Adailma no Rio de Janeiro, pós-morte do Autor, *Oculto Piano* era o primeiro livro que Adailton Medeiros pretendia publicar; fora escrito em Caxias, concluído provavelmente em 1958/1959, quando o Autor, com pouco mais de 20 anos, trabalhava na prefeitura local. Mas, pelas razões que nossa desrazão sequer atina, os originais — bem organizados, como organizado era o Autor (15) — foram ficando... ficaram esperando. Até familiares próximos desconheciam a existência desse Piano realmente, sem fazer blague, oculto. Adailton, os irmãos reconhecem, era de “temperamento fechado” em relação a certos assuntos (e quem não?).

A pretendida obra inaugural (*Oculto Piano*), quando se lê nela logo se vê: o Poeta (diletantemente?) se desafia, ousa, experimenta e experientia — comete um soneto assonante hexassílabo em “A”, isto é, com todas as 40 palavras iniciadas por essa letra, da monossilábica interjeição “ah!” ao polissilábico adjetivo “arcangenal” (16).

As referências a Caxias e ao Maranhão, ao tempo passado e às lembranças presentes, sejam lugares, pessoas, fatos, reflexões etc., iniciam-se com esse livro e, como um cambô ou fieira, vão elas transpassar praticamente toda a obra adailtoniana. Um trabalho de Onomasiologia, Onomatologia ou Onomástica e um Glossário, para esse e para todos os livros, poderiam destacar, explicitar e enriquecer mais ainda os termos ou expressões que, em muitos casos, jazem ou subjazem apenas como nomes próprios ou vocábulos ou acepções regionais ou unidades lexicais destinadas a “iniciados”.

Em 1972, logo no primeiro mês, como se abrindo as homenagens pelos dez anos da Poesia Práxis (17), Adailton Medeiros publica *O Sol Fala aos Sete Reis das Leis das Aves*, dedicado aos pais, D^a Raimunda e Sr. Nadir. Adailton parece estar à vontade: inicia o livro com um poema (“Concubinato dele & dela”) formado de oito estrofes (sete septilhas e uma oitava), somando 57 versos eneassílabos perfeitamente metrificadas (observadas as sinalefas próprias). Em seguida, adentra a obra com a variada configuração multicênica e polissêmica que o Modernismo, em especial a Poesia Práxis, adota ou rejeita, em termos de forma e conteúdo. Nesse encontro de contrários (tradição da escansão X introdução da inovação), o leitor vê e revê aliterações (como “jorro brotado no brejo do busto”); neologismos (“agorúnico”, “brasilindo”, “sensual”, “sisifuriosamente”, “textória” etc.); internetês, ou a linguagem abreviada da Internet (como o “q” [que] no verso “ante boca q engole [...]” (18); e um caudal de paronomásias (“de porto e parto”, “nave de neva de limo e lume”, “de sinos cimos”, “das misérias eternas / e ternas do tempo”, “tu âmago [...] / ou ômega [...]”, “barro berro”, “porto perto”, “plano / salão / pleno”, “asfalto bom creme / assalto com crime”, “terra torre”, “Aída //

a ida”, “pela pele / velar levar”, “prolíferas — proles e feras [...]”, “meninos sem rugas nem rugas”, “poeta — o poema independe de formas / de firmas [...]”).

Em 1976 Adailton Medeiros publica no Maranhão (São Luís) seu terceiro livro: *Cristóvão Cristo : Imitações*. À contenção formal da primeira parte, com 60 poemas de estrofe única com cinco versos (quintilhas), o Autor ajuntou sete “pré-textos”, com as características da Poesia Práxis, oferecidos para quatro grandes nomes da Literatura brasileira — Cassiano Ricardo, João Guimarães Rosa, Mário Chamie e Mário de Andrade —, além de um para o pai, outro para a mãe e o último para o filho (ele mesmo). É claro que, sendo um dos principais nomes da Práxis no Brasil, o caxiense diversificou na forma e, no conteúdo, referenciou e referendou obras daquele fantástico quarteto literário, “praxizando” os textos com a disposição das palavras e/ou versos, o aproveitamento, realce ou exploração das possibilidades visuais e semânticas dos vocábulos e linhas, a construção de neologismos e a desconstrução de termos etc.

O ano de 1978 marca a estreia de Adailton Medeiros em prosa de médio (per)curso, uma novela, um pequeno romance — que o Autor, em curta nota prévia, antecipa ser texto mal estruturado (“narrativas descosidas, flácidas”), com língua sem maior coesão (“não muito consistente”) e linguagem claudicante (“amparada por muletas quebradiças”). Essa advertência preambular parece exagerada e, sempre ali presente, parece cilício cingido à vista ao corpo da obra, sujeitando-a ao voluntário sacrifício de uma imprópria, indevida (des)consideração. É assim que Adailton Medeiros “apresenta” *Revoltoso Ribamar Palmeira*, obra de “maranhensidade”, indicada para os que sabem e para os que querem saber de alguns recortes acerca de coisas e causas, de conflitos e conflagrações e peculiares contornos de características históricas, político-sociais e regionais do estado. É um ótimo livro, gostoso de ler, com o Maranhão presente na linguagem e nos ambientes e com boas “surpresas” linguísticas/literárias, como rimas internas e aliterações (“sangue de lama, de limo e lodo”, “cachorros bebem, bala berrando, metralha malha”) e assonâncias (“um véu de urubus escurece teu tempo” — neste caso, o som /u/ presente em todas as palavras, exceto a preposição).

Em 1982 Adailton Medeiros torna público um “corpo estranho”, como foi classificado em texto prefacial (19). Trata-se do livro *Poema Ser Poética e Mais Oito Pré-textos*. A “estranheza” da obra é que se trata de uma dissertação de mestrado apresentada em... versos — o que era inusual naqueles idos e, creio, ainda hoje incomum. O Autor explica que o trabalho acadêmico recebeu o conceito “excelente”, com o que conquistou o título de mestre em Ciência da Literatura. *Poema Ser Poético* apresenta-se sem os penduricalhos (“detalhes”) metodológicos da dissertação, mas “compensa” com os “pré-textos” incluídos no título, oito poemas “praxísticos”, seis deles já constantes de livros anteriores e dois em homenagem ao baiano Adonias Filho e ao maranhense Josué Montello. Em *Poema Ser Poética*, o Autor exclama e, didático e incisivo, ensina:

“[...]
dura porém verdadeira distinção
aclaradora: artista versus ho-
mem comum. Pois no primeiro a
imaginação é produtiva ao passo
que reprodutiva no segundo no
homem comum: na gente domada.”

Uma década depois, em 1992, Adailton Medeiros tem lançado seu livro *Lição do Mundo*, obra demarcadora na vida do Autor — que, em um de nossos raros encontros em Caxias, em maio de 1998, pessoalmente me ofereceu, com singela dedicatória: “Para o Escritor e Acadêmico Edmilson Sanches, caxiense de sempre, com a admiração, estima e o abraço do Confrade e Conterrâneo Adailton”).

Lição do Mundo, dedicado a Honorato Medeiros, avô paterno (portanto, homem de muitas “lições do mundo”), reúne poemas do período de 1978 a 1990, este exatamente o ano de ingresso de Adailton na ordem beneditina. O próprio Poeta caracteriza essa obra como linha divisória de sua biografia. Ele escreve sobre o livro, em pequena nota antes do primeiro poema: “[...] encontrarás nele [no livro] as alegrias e as tristezas de um viver que se finda, e os gestos iniciais de um novo existir, pleno em busca da Justiça e da Graça”. Parece que o Poeta estava se despedindo, ou, como aqui e acolá se diz acerca dos que optam pela vida religiosa de renúncias e clausura, parece que estava “morrendo” para a existência secular e “renascendo” para a essência

espiritual. Lição do Mundo é quase uma autobiografia, repleto de autorreferências, de lembranças da infância, de tempos idos e vividos na terra natal. Tem até poemas com a data completa de nascimento e de aniversário de Adailton Medeiros, além de referências a seu cinquentenário (20), sua solidão, a religião/espiritualidade, a política, as citações cidadinas, a sensualidade e o erotismo, a metapoesia, a Poesia Práxis, personagens e personalidades, as dedicatórias para familiares, amigos e colegas escritores dali e d'além Mar/anhão. E a exclamação visceral: “ – Caxias! / — Caxias! / — Caxias! / — ó Pátria [...]” (21).

Esta particular heptalogia — Obra Reunida — de Adailton Medeiros se encerra em 2001 com Bandeira Vermelha, redenominação e reedição revista e aumentada do livro *As Mulheres & As Coisas*, lançado no mesmo ano. Na nova edição, o Poeta manteve “as coisas” no lugar e ampliou com mais dois poemas a seleta de mulheres, todas homenageadas com o nome como título do respectivo poema. Na segunda parte (“Sentido de Coisas”), o Autor traz de volta mais memórias de criança e escreve sobre o povoado caxiense onde nasceu — Angical: “[...] as terras de meu avô / são apenas / palavras vazias / mapas rasgados / lugares mortos [...]” (22). Pareceu-me ouvir semelhante – e anterior — lamento de Carlos Drummond de Andrade: “Alguns anos vivi em Itabira. / Principalmente nasci em Itabira. / [...] / Tive ouro, tive gado, tive fazendas. / Hoje sou funcionário público. / Itabira é apenas uma fotografia na parede. / Mas como dói!” (“Confidência do itabirano”, in *Sentimento do Mundo*, 1940)

Vanguarda poética – Adailton Medeiros é referência na vanguarda poética brasileira. Tem seu nome como verbete em enciclopédia e texto seu como exemplo em antologia — e aqui se tratam de obras de referência e excelência como a *Enciclopédia de Literatura Brasileira* (2001), dos respeitados Afrânio Coutinho e José Galante de Sousa, edição conjunta da Biblioteca Nacional e Academia Brasileira de Letras, e a igualmente (re)conhecida *Antologia dos Poetas Brasileiros: Fase Moderna* (volume 2, 1967), organizada por uma dupla de peso da grande Literatura Brasileira: o pernambucano Manuel Bandeira e o gaúcho Walmir Ayala.

Os livros de Adailton Medeiros mereceram a apreciação escrita de nomes entre os maiores e melhores da literatura, no Brasil e além — professores, escritores e críticos, conhecidos na Academia e reconhecidos no País e no Exterior. Entre estes nomes, Affonso Romano de Sant’Anna, mestre e doutor em Literatura, poeta, professor universitário e crítico literário mineiro; Afrânio Coutinho (1911—2000), bacharel em Medicina e doutor em Letras, professor de Literatura, ensaísta e crítico literário baiano; Antonio Olinto (1919—2009), contista, dicionarista, ensaísta, historiador da Literatura, novelista, poeta e romancista mineiro; Assis Brasil (1929—2021), crítico literário, cronista, ensaísta, jornalista e romancista piauiense; Carlos Drummond de Andrade (1902—1987), poeta, contista, cronista e farmacêutico mineiro; Cassiano Ricardo (1894—1974), jornalista, ensaísta e poeta paulista; Cunha e Silva Filho, piauiense, doutor em Letras e pós-doutor em Literatura, professor, crítico literário, escritor, amigo e biógrafo de Adailton Medeiros; Fausto Cunha (1924—2004), crítico literário, biógrafo, contista, novelista e romancista pernambucano; Foed Castro Chamma (1927—2010), ensaísta, poeta e tradutor paranaense; Francisco Venceslau dos Santos, doutor em Literatura, escritor, crítico literário, ensaísta, professor (Universidades estadual e federal do Rio de Janeiro), membro da Academia Brasileira de Filologia; Laís Corrêa de Araújo Ávila (1928—2006), bacharel em Línguas Neolatinas, poeta, editora literária e ensaísta mineira; Leodegário A. de Azevedo Filho (1927—2011), professor titular e emérito das Universidades estadual e federal do Rio de Janeiro, ensaísta e filólogo pernambucano; Luciana Stegagno Picchio (1920—2008), filóloga, historiadora da cultura e crítica literária italiana, especialista em Literatura Brasileira, entre outras áreas, com mais de 500 publicações sobre as literaturas e culturas de língua portuguesa, considerada a mais importante pessoa da Europa em estudos lusobrasileiros; Mário Chamie (1933-2011), fundador da Poesia Práxis, doutor em Literatura, poeta e crítico paulista; Nauro Machado (1935—2015), escritor maranhense, de reconhecimento nacional e internacional; Nelly Novaes Coelho (1922—2017), professora, crítica literária, ensaísta e pianista paulista; Sílvio Castro, escritor fluminense (poeta, romancista, ensaísta e crítico literário), graduado em Filosofia, doutor em Letras, livre-docente e professor de Literatura Brasileira na Universidade de Pádua, Itália; Telênia Hill, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutora em Letras, escritora e crítica literária.

Especificamente quando se fala sobre Praxismo/Poesia Práxis, o nome de Adailton Medeiros logo aparece ali entre os primeiros, com Mário Chamie. Trabalhos vários confirmam essa importância histórico-literária do poeta caxiense, inda que só em 1965 ele tenha aderido à Práxis, iniciada, como dito, em 1962, um ano depois do retorno definitivo de Adailton para o Rio). Alguns registros:

— o texto “Decisão – Poemas Dialéticos”, de Assis Brasil, publicado no número 15 da Revista de Letras (Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1993) historia: “E temos, enfim, a linhagem dos poetas construtivistas, reunindo-se aqui as Vanguardas: Concretismo, Praxismo, Processo, em destaque Augusto e Haroldo de Campos, Wladimir Dias Pino e, a esta altura, os menos ortodoxos Mauro Gama, Armando Freitas Filho, Adailton Medeiros”. O texto é sobre o livro de mesmo nome (Decisão – Poemas Dialéticos, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983; 2ª edição em 1985), de Pedro Lyra (1945—2017), professor, poeta, ensaísta e crítico cearense);

— Nielson Ribeiro Modro, em sua dissertação *A Obra Poética de Arnaldo Antunes* (Universidade Federal do Paraná, 1996), relaciona: “Mário Chamie foi não apenas o criador da poesia Práxis como também o principal poeta desta manifestação literária. Entretanto, podem ser citados ainda Cassiano Ricardo, Armando Freitas Filho, Adailton Medeiros, Camargo Meyer, Antônio Carlos Cabral, Mauro Gama, Ione Gianetti e mesmo Chico Buarque de Holanda que, em composições como ‘Construção’, utilizou o ‘espaço em preto’”. Nielson Modro é professor universitário em Joinville (SC), com mestrado em Literatura, Ciências Jurídicas e Direito;

— o artigo “Uma Odisseia no Centro Histórico de São Luís”, de Dinacy Mendonça Corrêa, publicado na Revista Garrafa, nº 22 (setembro/dezembro 2010), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, historiografa: “Os anos [19]70/80, aqui (no Maranhão) convencionados Geração Luís Augusto Cassas, abrem-se com o poeta Jorge Nascimento (1931), continuando com Arlete Nogueira (1936), Eloy Coelho Neto (1924), Cunha Santos Filho (1952), João Alexandre Júnior (1948), Chagas Val (1943), Francisco Tribuzi (1953), Alex Brasil (1954), Adailton Medeiros (1938)... Este último, tendo participação confirmada na vanguarda Práxis, no eixo Rio/São Paulo, sob a liderança de Mário Chamie”. Dinacy Corrêa é mestre e doutora em Letras e professora da Universidade Estadual do Maranhão;

— em texto inominado, publicado em blog na Internet (23), Francisco Miguel de Moura escreve sobre o poeta pernambucano Jamerson Moreira de Lemos e a certa altura destaca: “[Jamerson Lemos] Deixou muitos inéditos, entre os quais “Istmo Soledad”, ao qual dei um prefácio já publicado aqui e alhures, situando sua poesia e seu fazer poético entre os melhores cultores da poesia-práxis, uma corrente derivada do concretismo, cujos poetas brasileiros mais conhecidos são Mário Chamie, Armando Freitas Filho, Mauro Gama e Adailton Medeiros (este natural de Caxias – MA)”. Francisco Miguel de Moura é crítico e cronista, poeta e romancista, membro da Academia Piauiense de Letras;

— o livro *Música Popular e Moderna Poesia Brasileira* (São Paulo: Nova Alexandria, 2013), de Affonso Romano de Sant’Anna registra sobre a Poesia Práxis, nesta ordem: “Poetas: Mário Chamie, Armando Freitas Filho, Mauro Gama, Adailton Medeiros, Ione Gianetti, Camargo Meyer, O. C. Lousada Filho, Antônio Carlos Cabral, Cassiano Ricardo e o crítico José Guilherme Merquior”;

— e, mais recentemente, o livro *Pedro Geraldo Escosteguy: A Poética que Ultrapassa Fronteiras* (Porto Alegre: ediPUCRS, 2021), de Soraya Patrícia Rossi Bragança, que anota: “Participam do movimento Práxis, além de Mário Chamie, os poetas Armando Freitas Filho, Mauro Gama, Adailton Medeiros, [...]”. Soraya Patrícia é graduada em Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais e mestre e doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Adailton Medeiros foi membro de diversas instituições: Academia Brasileira de Literatura, Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro, Academia Internacional de Ciências Humanísticas (Uruguaiana – RS), Academia Uruguaianense de Letras (Uruguaiana), Associação Brasileira de Imprensa, Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, International Writers and Artists Association (Toledo, Ohio, Estados Unidos), Sindicato dos Escritores do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. É claro, Adailton era membro efetivo da Academia Caxiense de Letras (ACL), em sua terra natal. Éramos confrades na ACL — e lembro-me das boas conversas nas poucas vezes em que nos encontramos. Saíamos da Academia rumo ao tradicional Excelsior Hotel, onde sentávamos a uma das mesas postas na larga calçada.

Notas editoriais – I) Nesta Obra Reunida promoveu-se atualização ortográfica mas, em respeito ao próprio processo do fazer poético na Poesia Práxis, preservou-se o uso do hífen do jeito que o Autor originalmente grafou — por aglutinação ou contração ou justaposição — diversas palavras compostas, inclusive

antropônimos e neologismos. Evidentemente, em raríssimos casos, quando o texto e seu contexto não davam pretexto para uma hifenização “artística”, justificada pelo processo criador e criativo e pela liberdade poético-literária, decidiu-se, na forma das Bases XV, XVI e XVII do Acordo Ortográfico de 1990, pela atualização ortográfica da palavra até então composta — como é o caso, por exemplo, de “sub-povo”, tornada “subpovo”, a exemplo de “subpor”, “subprefeito”, “subproduto”.

II) Por outro lado, note-se e anote-se a eliminação do hífen como um recurso da Práxis de Adailton Medeiros: “ajudarme”, “sonharte”, “apertarme”, “descobrirme”, “roemte”, “consolate”.

III) Havia também duplo modo de grafar palavras e expressões estrangeiras, ora utilizando-se a tipologia normal, ora aplicando-se itálico, este que se preferiu, igualmente respeitada a permanência em normal para casos de nomes próprios e em situações que a razão do Autor preferiu não grifar.

IV) Os títulos de poemas, de livros e publicações periódicas também acomodavam grafias distintas, embora a tendência de o Autor ser majoritariamente pelo uso da grafia em caixa alta (para títulos de poemas) e, na forma da Base XIX, 1º, “c”, do Acordo Ortográfico, com maiúscula inicial no primeiro e nos demais vocábulos, à exceção de alguns elementos específicos, como preposições, conjunções etc., desde que no interior do bibliônimo, título ou intitutivo.

*

Contam os irmãos Adailma, Amaury e Maria Hilma — e o confirma Cunha e Silva Filho (24), amigo: era desejo recorrente de Adailton Medeiros reunir seus livros em volume único. Foi feita sua vontade.

No futuro, estou torcendo, a produção de Adailton Medeiros ganhará sua “Obra Completa”, com fixação de textos e com:

1) elementos pré-textuais – textos laudatícios de irmãos e outros familiares, apresentação, introdução, nota editorial, perfil biográfico, cronologia / linha do tempo;

2) elementos textuais – a) todas as dez obras publicadas — as sete aqui reunidas mais os discursos Braçadas de Palmas (de 1981) e Floração de Minas (1982) e os “Quatro Ensaios” (1985); b) os textos esparsos (poesia e prosa de antologias e outras obras coletivas, de revistas, jornais e outras publicações); c) os textos inéditos (manuscritos, datilografados, digitados e, havendo, os textos gravados em áudio e/ou áudio e vídeo); d) as entrevistas; e) a correspondência expedida (ativa) e recebida (passiva); e

3) elementos pós-textuais – a) comentários e textos críticos e acadêmicos (fortuna crítica) sobre o Autor e sua obra; b) dedicatórias para Adailton Medeiros; c) iconografia (fotografias, documentos, imagens de objetos e outros itens); d) Imprensa / Internet (clipping: recortes – de jornais, revistas e outras publicações, impressos; print screen de textos e imagens em portais, sites, blogs e outros espaços da rede mundial de computadores e grupos sociais em telefones celulares); e) glossário (lista de palavras específicas da obra de Adailton Medeiros — termos regionais, neologismos, palavras menos usuais etc., para maior compreensão do universo literário e pessoal do Autor); f) referências (relação de livros, revistas, jornais etc. consultados; arquivos particulares, públicos e institucionais visitados e utilizados); e g) índices cronológico, onomástico-enciclopédico e geral do volume.

Portanto, acima, nesta Apresentação, e mais adiante, nas obras reunidas, está o que, por enquanto, se deseja e o que, por enquanto, se oferece em termos da produção literária de Adailton Medeiros. Acerca dele, duas constatações finais, fraternas e eternas:

— do Adailton ser humano ficam nos irmãos as recordações do germano mais velho, que, como se fosse obrigação de primogênito, como se fosse dever de paiirmão, acolheu, estimulou e protegeu os demais o quanto pôde. São lembranças fra/ternas;

— e do Adailton intelectual, acadêmico, escritor, poeta, romancista, ensaísta, orador, professor (breve período nas Universidades Gama Filho, privada, e Federal do Rio de Janeiro) fica uma obra farta, forte, fértil, em livros autorais e antologias (inclusive no Exterior) e textos em publicações dispersas em revistas e jornais e mesmo inéditos — toda uma rica obra carregada de intensidade, técnica, criatividade, ousadia, emoção e muita referência e reverência à terra natal: a cidade de Caxias e sua caxienseidade. Lembranças e/ternas.

E falando em “caxienseidade”:

Angical, onde nasceu Adailton Medeiros... Boa Vista, onde nasceu Gonçalves Dias... Canabrava, onde nasceu Salgado Maranhão, amigo e, talqualmente Adailton, residente no Rio... Na História e na Geografia de Caxias, esse lugares – Angical, Boa Vista e Canabrava, todos na zona rural, ou ontem ou ainda hoje — coincidentemente formam um ABC simbólico da Grande Poesia brasileira, maranhense e caxiense que está varando séculos, por sua qualidade e identidade. Esse imprevisto ABC diz-nos que talento, Poesia, Literatura, Cultura são tanto necess/cidade capital quanto revel/ação interior. Nesse diapasão, estendo ao que já escrevi e indaguei: “[...] haveria no solo caxiense, no seu ar, na água, no ambiente, alguma etérea substância, uma intangível matéria, um invisível elemento ou uma especial propriedade que, por razões que a razão desconhece, se introduzisse, se infiltrasse em um ser e nele se impregnasse, hibernasse e homeopaticamente liberasse um poder, uma energia ou uma força que estimulasse a pessoa a esculpir caráter, a ter comportamentos e fazer brotar talentos e trabalhos diferenciados em relação ao comum da população? Enfim, pode a terra em que se nasce ter ou conter algo que influencie positivamente a inteligência e o desempenho de um filho dela? // A resposta parece ser sim. / [...] // Há quem defenda a influência direta dos fatores geográficos e climáticos na formação de pessoas e sociedades” (25).

*

As cinzas do corpo de Adailton Medeiros estão depositadas no Mosteiro de São Bento, na cripta de Nossa Senhora do Pilar (título espanhol e o mais antigo da Virgem Maria; outro título é Nossa Senhora do Carmo, cuja data litúrgica, 16 de julho, é o dia em que nasceu Adailton Medeiros. Não se sabe de um santo de devoção de Adailton, mas ele era um grande admirador de Santo Agostinho [354—430], o bispo de Hipona, filósofo e teólogo baluarte do Cristianismo).

A morte do talentoso maranhense de Caxias, após cirurgia para tratar de problemas no estômago, na madrugada de 9 de fevereiro de 2010, desapossou a Literatura brasileira de um dedicado escritor e dos mais consistentes cultores e representantes da Poesia Práxis. Tendo nascido numa manhã e falecido de madrugada, pode-se dizer que Adailton Medeiros saiu mais cedo do que chegou. Cedo demais... Antes de mudar de vida, ainda havia muito a escrever e muito escrito para publicar.

*

Eis assim, aqui, um tanto do Adailton Medeiros. Com sua emoção, seu telurismo, sua humanidade, suas utopias. Como, no ser humano, é de praxe.

Eis assim, aqui, um tanto do Adailton Medeiros. Com seu talento, sua inventividade, sua polifonia e polissemia. Como, em Poesia, é da Práxis.

NOTAS

01 “Autorretrato”, in Lição do Mundo.

02 “Autorretrato”, in Lição do Mundo.

03 “Quartinha Bordada”, in Lição do Mundo).

04 “Meu Amor”, in Lição do Mundo.

05 “Autorretrato”, in Lição do Mundo.

06 “Questão Ontológica”, in Lição do Mundo.

07 “Homenagem”, in Lição de Mundo

08 (idem)

09 Fotocópia de texto manuscrito entregue para Edmilson Sanches.

10 Redenominada como Rua Dirceu Baima, nome que ainda não “pegou”.

11 “Meu amor”, in Lição do Mundo.

12 “Retrato n.º 3 – o desmarcado (Ilário da Costa Veloso)”, in Lição do Mundo.

13 “Rabequinha de mandacaru”, in Lição do Mundo.

14 “Quanto ao livro que ele relançou mudando o nome — Bandeira Vermelha –, que foi patrocinado pelo Governo do Rio de Janeiro com a Academia Brasileira de Letras, ele [Adailton Medeiros] o achou de péssima qualidade. O caso foi isso.” (Mensagem em áudio da advogada e administradora Adailma Medeiros, irmã do Autor, em 11/01/2022).

- 15 “Adailton era metódico” (declaração de Maria Hilma Medeiros, professora, irmã do Autor, em 14/12/2021).
- 16 “Aurora”, in *Oculto Piano*.
- 17 Adailton Medeiros escreve “praxis”, sem acento, seguindo a opção gráfica do iniciador desse movimento, Mário Chamie, em 1962.
- 18 No poema “Pré-texto para Pobrícia/Lavadeira”.
- 19 “Teoria & Prática”, de Francisco Venceslau dos Santos, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 20 “Questão ontológica” e “Autorretrato”.
- 21 “Caxias recordada”.
- 22 “Fazendas”.
- 23 Link do texto: <http://krudu.blogspot.com/2012/01/jamerson-lemos-nos-suburbios-do-ocio.html>.
- 24 Blog “As Ideias no Tempo – Cunha e Silva Filho”. Link: <https://asideiasnotempo.blogspot.com/2010/02/adailton-medeiros-perda-de-um-poeta-e-5988.html>
- 25 Veja-se Teixeira Mendes – *Esse Nome é Uma Bandeira* (2ª edição, 2019), de Edmilson Sanches.

TRINTOLOGIA POÉTICA – Posfácio ao livro Trintologia Poética, de Carvalho Jr

EDMILSON SANCHES

Nota prévia: O professor, gestor escolar, escritor e ativista cultural Carvalho Jr., de Caxias – MA, pediu-me este posfácio em junho de 2015. Originalmente, escrevi-o nesse mês, dia 12. Daí a 114 dias, em 4 de outubro de 2015, o escritor completaria 30 anos e, para marcar a nova fase etária e, quiçá, literária, planejava lançar sua Trintologia Poética. Jovem, forte, casado, duas filhas, de bem com sua existência, tinha pela frente todo um futuro de vidas (pessoal, poética, na Educação, nos movimentos literários...) — como se deseja e se expressa na linha última do Posfácio. Nada na terra poderia prever que cinco anos depois, em 30 de março de 2021, sua vida física teria ponto final, pelo vírus da tal covid-19. Pouco tempo antes, estivemos juntos — como costumávamos fazer — ele, eu e o arquiteto, professor universitário e pesquisador Ezíquio Barros Neto, presidente da Academia Caxiense de Letras. Nós três, atulhados de ideias, ideais e inquietações sadias e apaixonados por nossa cidade natal, Caxias, andávamos a pé, vespertinos ou noctívagos, por diversas ruas da cidade, parávamos o mais das vezes no bar do Fiapu (Paulo Sérgio Barros Assunção), em frente à antiga e ancestral Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, ou no bar do Excelsior Hotel, e falávamos nossos pensares e pesares em relação a Caxias e ao mundo.

A história literária registra que os três mosqueteiros eram quatro — nunca dois... (E. S.)

Posfácio

Todos cantam sua terra. Alguns contam sua idade.

Carvalho Jr. faz os dois. Poeta e professor, canta e conta.

Ele agora conta trinta anos e, nesta sua Trintologia Poética, faz um retrospecto literário pessoal, espécie de anamnese textual de sua produção publicada até agora.

O autor não quis esperar a formação de um conjunto maior de títulos, não quis “ficar velho” para se dar ao luxo ou ao direito de organizar sua própria e primeira antologia.

Existiria um tempo certo para se proceder a uma autoantologia, uma colheita de flores poéticas no próprio horto literário, jardim de palavras?

Adrede e alhures, escrevi que, para alguns, haveria um marco etário, um mínimo cronológico, para alguém ser algo — por exemplo, ser autor de obras poéticas e constituir-se ator na cena literária.

Esquecem que — sem desprezar a importância/influência da vivência — literatura tem a ver mais com intensidade que com idade. Lembrem-se os exemplos — muitos — de escritores e artistas (deles adolescentes) que, décadas, séculos e milênios depois, continuam sendo motivo de citação e excitação. Rimbaud, francês que traficava e transgredia, poeta de rotas roupas e retos versos, escreveu obras-primas dos 15 aos 18 anos.

Castro Alves conheceu triunfo e glória literária aos 19 anos.

Mozart já compunha aos cinco anos e, aos 17, era contratado pela realeza austríaca.

Mary Shelley, britânica, nascida em 1797, tinha 18 anos quando começou a escrever Frankenstein, antropônimo que, mais que título de romance (terminado um ano depois), tornou-se sinônimo de “monstro” em todo o mundo — e é mais difícil criar pro mundo todo uma palavra do que, com palavras, criar uma história pra todo mundo.

Aos 19 anos, Clarice Lispector escrevia seu Perto do Coração Selvagem, romance de 1944.

Nesta entressafra de séculos e milênios há muitos casos, como os do alemão Benjamin Lebert (nascido em 1982), que faz sucesso como autor de romance publicado quando tinha 16 anos.

Também o californiano Christopher Paolini, nascido em 1983, que nunca foi à escola e aos 15 anos escreveu Eragon, história que virou filme e que é parte de uma quadrilogia de mais de 15 milhões de livros vendidos em todo o mundo.

O americano Nick McDonell tinha 17 anos (2001) quando escreveu Doze, seu muitíssimo aclamado romance de estreia.

Raquel de Queiroz, brasileira e nordestina, tinha 18 anos quando escreveu o famosíssimo O Quinze.

Escrevi, subsequentemente, que, em literatura, o novo não é estabelecido por certidões de nascimento (menos ainda – cruz credo! — por atestados de óbito). O novo é descoberto ou sentido no acento diferenciado com que um conteúdo (o sentimento) é revelado como forma.

Já li em algum lugar: Toda idade tem seu encanto, e não foi à toa que Balzac escreveu A Mulher de Trinta Anos.

Sendo homem e não tendo à disposição um competente escritor francês, resolveu Carvalho Jr. ele mesmo fazer sua Trintologia Poética, uma antologia — ou, como define o autor, “um álbum comemorativo” — de seus contados trinta anos.

Assegura Carvalho Jr. que sua Trintologia “encerrará um ciclo de publicações” até ele “voltar a publicar novamente só depois de um bom tempo”.

Sei o que é essa comichão de ver os próprios textos em letra de fôrma e enfeixados em livro. Quando na década de 1970 estava com meus dois primeiros livros (Larva e Ninfa) impressos na Folha de Caxias Artes Gráficas, já com notícias do lançamento produzidas e publicadas pelo Vítor Gonçalves Neto no O Pioneiro, com direito a ilustração (tempo de clichês feitos em São Luís, no Jornal Pequeno, ou em Teresina, na Comepi – Companhia Editora do Piauí), já com isso e mais o Gentil Menezes e o Raimundo Mário Rocha prometendo-me um diploma de homenagem (eu ainda na minoridade) em festa no seletor clube social Cassino Caxiense, com tudo isso e algo mais, de repente bateu-me uma repentina desvantagem de lançar (os) livros... e autorizei o operador de guilhotina e hoje excepcional encadernador Aldenor Pereira de Almeida a cortar, fragmentar todos os exemplares impressos... E para o tonel de resíduos de papel foram as tiragens impressas dos dois livros, para incredulidade do gerente da Folha de Caxias, Pedro Sousa (o Pedro Avião), e frustração de expectativas do dono da gráfica, o industrial Alderico Silva (cuja esposa, Dinir Silva, colega na Academia Caxiense de Letras). Bem antes de minha decisão de retalhar os livros, Seu Dá (como também era chamado Alderico Silva) costumava me convidar para conversar com ele na sua espetacular residência na rua 1º de Agosto, no centro de Caxias. Além de bater bom papo e trocar ideias, Seu Alderico me cumprimentava pelos trabalhos que seriam (seriam!...) lançados. (Mesmo sem eu ter lançado os livros, fui convidado pela direção do Cassino Caxiense para receber o tal diploma, das mãos do presidente Raimundo Mário Rocha, presidente do clube, em noite de gala e destaques que contou com outros homenageados e presença do cantor Dave MacClean, sucesso à época...).

Embora prometendo a si mesmo dar-se “um bom tempo” enquanto publicador de livros, não é o caso do Carvalho Jr. mandar estraçalhar obras inteiras, como fiz em meu citado (mau?) exemplo. Porém, isto não eximiu o trintenário escritor de, para os efeitos desta antologia, assumir o ingrato ofício de verdugo de seus próprios textos, pois que, (de)limitado pelo número, ele teve de executar a pena de isolar textos do contexto físico (o livro) que os unia uns aos outros: a Trintologia, como diz o título, compõe-se de trinta textos poéticos publicados em livros até agora em sua carreira indiminuta. É um mister dorido o ser juiz e algoz das próprias crias textuais, tanto que, na hora quase derradeira, o autor teve de informar ao prefaciador e ao posfaciador que fizera troca de textos. Sei que não foi fácil para ele, nem o é para nenhum autor que verdadeiramente estime os versos e textos que comete. Por que uns e não outros? Por questão de gosto pessoal? Por que são “melhores” ou mais “representativos”? Não são respostas fáceis.

De qualquer modo, nas palavras do autor, “quem não teve a oportunidade de conhecer minhas publicações anteriores”, agora a terá, com uma seleção em um só volume, constituindo-se, os textos selecionados, o crême de la crème ou as desejadas cerejas poéticas que se colhem de sobre a massa adiposa de bolos textuais.

Parar de publicar não é parar de escrever, muito menos deixar de ser a todo instante submetido às “tentações” sem-fim, endógenas e exógenas, dos mundos extra e intracorpóreos — tentações que, com o cardápio de conteúdos e a competência (e)laboradora do autor, podem se transformar em linhas diversas, de versos.

Esta Trintologia carvalhiana, no aniversário do autor, é o seletto presente que o escritor dá a si mesmo e irmãmente o abre e o reparte com outros.

Carvalho Jr., trinta anos. E cantando...

Carvalho Jr., trinta anos. E contando... 31... 40... 50...

Edmilson Sanches

edmilsonsanches@uol.com.br

CRIME ORGANIZADO, SOCIEDADE DESORGANIZADA

EDMILSON SANCHES

Só existe crime organizado em sociedades desorganizadas.

É isso mesmo. Não são os bandidos que são organizados: a sociedade é que ainda não se organizou o suficiente para combater os bandidos.

Ora, se gente safada,...

...se pessoas bandidas,...

...se indivíduos assassinos,...

...se mentes e mãos corruptas, mesmo tendo contra si todas as estruturas físicas,...

...todo o aparato logístico possível,...

...todos as normas legais,...

...todos os princípios éticos,...

...todos os preceitos morais,...

...todos os fundamentos religiosos...

...e todas as práticas comunitárias;

se, com tudo isso contra eles, os criminosos se “organizam”,...

...fazem e acontecem,...

...deitam e rolam,...

...pintam e bordam,...

...por que não se organiza, faz e acontece melhormente, maiormente, permanentemente, a grande maioria da comunidade, constituída de cidadãos pacíficos, organizações respeitáveis e autoridades responsáveis? Por quê?

Por que falam alto os bandidos e a comunidade emudece ou, quando muito, balbucia, gagueja, tartamudeia?

Por que arrotam arrogância e onipotência os facínoras e celerados e se acachapa e se humilha o povo?

Por que parecem tão cheios de si os corruptos e tão vazios de tudo os carentes?

Por que são tão seguros os que vivem à margem da lei e por que são tão inseguros os que a respeitamos?

Enfim, por que reina o crime e a sociedade se avassala?

O problema, repito, não é que o crime seja organizado: a sociedade é que se foi eticamente desorganizando ao correr dos tempos e ao cometer dos crimes.

Somos nós, os que não matamos, não roubamos, não (nos) corrompemos, somos nós os “bonzinhos” e “honestos” que, de alguma forma, colaboramos para que o mal se instale, a impunidade se instaure.

Não há nada de ruim que aconteça a uma sociedade que não seja com permissão dela (muitas das vezes pela omissão dela e, até, com o aval, o voto dela).

Como nós, os “certinhos”, frouxos, não ocupamos a maior parte das fatias de poder, o bolo político, o butim financeiro, essa verdadeira pilhagem social que advém do banditismo político (ou do politiquismo bandido) é repartida entre os “cargas-tortas” — que, auxiliados por uma rede de pessoas bem-postas e por um tremendo cinismo, uma imensurável hipocrisia e uma baita cara-de-pau, vão atropelando tudo e todos que estão no caminho que leva ao poder do dinheiro e ao dinheiro do Poder.

Enquanto isso, ficamos aqui embaixo, rezando o catecismo do “bom senso” que é, em verdade, omissão;...

...da esperança que é, verdadeiramente, passividade;...

...da fé que, ao final, é comodismo, é covardia disfarçada de virtude.

Ficamos confiando em Deus e nos confinando egoística e covardemente quando, aqui na Terra, no mínimo a responsabilidade deveria com Ele ser dividida. “Livre-arbítrio”... “Autodeterminação”...

Não “entramos” na “tal de política” porque “lá é tudo sacanagem”, e não devemos associar nosso sacrossanto nome a ela e ao que a ela se ligue.

“Administração Pública — disse um político menor, na presença de testemunhas — é para ladrões”. (A premissa, claro, é mais do que falsa, embora, infelizmente, ateste o nível de percepção a que chegou a gestão pública como corolário da Política).

A instituição “Política” não foi criada por Deus, como os Dez Mandamentos. A Política é coisa do ser humano e, em termos políticos, o que o ser humano faz, pode desfazer.

Portanto, política ruim só pode vir de gente ruim, ou da parte ruim dessa gente — gente que quer ganhar Poder esquecendo-se do Dever, aumentar o patrimônio diminuindo a personalidade (a sua e a dos outros).

Por conta disso, cultivam-se intrigas,...

...comerciam-se cargos,...

...industrializam-se mentiras,...

...trocam-se favores,...

...geram-se leis,...

...favorecem-se trocas,...

...acomodam-se situações,...

...aceitam-se imposições,...

...engolem-se frustrações,...

...vende-se a alma,...

...enfim, tudo o que, em termos éticos, causa repulsa, asco, nojo, vômito — embora, ao final, o sodomizado continue sendo o povo.

Com um “clima” desse na Política, com a extrema percepção negativa que o Povo tem dos políticos e da Política — onde, reforce-se, aprioristicamente “todos são ladrões” e “tudo não presta”—, em um ambiente assim bandidos só podem é se sentir em casa e se sentarem à mesa posta, que a comida é farta.

Podem até os marginais da Política ser minoria (e de fato o são), mas o poder de sedução do mal é tão grande no imaginário coletivo (e as últimas pesquisas científicas reconfirmam isso) que não tem adiantado muito mostrar a parede branca de virtudes da Política (e as há), pois que só será visto o ponto negro, pequeno, do vício que a endoa e contamina, macula e fere, fere e fede.

É nesse lodaçal de vícios,...

...é nessa lama amoral e imoral,...

...é nesse charco pútrido e fétido (que ocupa pouca área do terreno político mas que o compromete), é aí o espaço onde crescem os descarados, o pântano onde vicejam os sem-escrúpulos, que se organizam em “societas sceleris” (sociedade de bandidos), desenhando uma árvore “criminológica” cujos galhos e ramos vão-se estendendo rumo a outras instituições públicas e privadas (Poder Judiciário, empresas, organizações classistas e comunitárias).

E acontecem os desvios de influência, o tráfico de posições, os roubos, as mortes, a receptação, o acobertamento. Daí para a instauração, como regra, da estreiteza ética, da precariedade moral, da devassidão política, da obscenidade administrativa, pode ser um passo.

Portanto, contra o crime organizado, só uma sociedade mais do que organizada. Moralmente organizada. E esta sociedade se faz com pessoas conscientes de seus vários e cada vez mais múltiplos papéis — no trabalho, na igreja, na organização comunitária, no sindicato da categoria, na associação de classe, no clube de serviço, nos momentos de ócio etc.

Faz-se essa sociedade, cumulativamente, com a participação político-social e político-partidária, com a ocupação de certos espaços de Poder hoje desgraçadamente apropriados por quem, como ser sociopolítico, não vale o que o gato enterra.

Contra o crime organizado, só uma sociedade mais do que organizada, moralmente ética, eticamente moral, quase perfeita — e esta não existe só na cabeça de idealistas: reside também na simples vontade da maioria simples do povo, a ser reforçada e tangida por seres indutores que, além de conhecimento de causa e honestidade de propósitos, tenham verdade na voz,...

...alma nos olhos,...

...sensibilidade no coração...

...e vergonha na cara.

AUTOPOIÉSIS — DEZ METAPOEMAS DE EDMILSON SANCHES

EDMILSON SANCHES

E.Sanches

POEMA PARA UM JOVEM POETA

Não se iluda.
Toda a história do mundo
se faz com poucas letras.

Todo poema
é só um verso
ou uma só palavra
ou meia
ou palavra e meia
(às vezes, apenas uma letra
ou a intenção dela).

Todo romance,
um só capítulo
um fim único
capitulado.

Nada é múltiplo e vário.
Todo tanto
todo tudo
tudo quanto
é uma só unidade

que se desfaz
na mente
e na mentira
dos homens.

POEMA SEM DATA

Poeta,
não dates teus versos.
Eles não carecem de dia

de nascimento
— pois que não têm hora
para morrer.
Ainda assim, o que pudesses datar
seria o gesto gráfico
literal
frásico
expressional.
Esquecerias por certo a gestação
incubação
hibernação.

Poeta,
teus versos não precisam
— nem dependem —
de cronografia;
também dispensam
genealogia:
o poema não tem pai,
e se tem mãe, é filho da puta,
filho de uma égua,
é santo do pé do pote,
nasceu no oco da palmeira,
pode ter vindo de carona
na bolsa marsupial
ou no bico da cegonha.

Poeta,
expele teu poema
antes que ele salte de ti
e sobreviva
à tua vida
(subvida,
sobrevida).
Entretanto, nada de
dia
hora
mês
ano
local.

Os poemas estão por aí, soltos,
misturados à poesia.

Pegue-os.

Mas afasta deles
o gesto cartorário,
a mão tabeliã.

SPARRING

Peguei o discípulo e, de supetão,
dei-lhe um bogue na cara,
um murro nos peitos,
um soco no estômago,
um chute nos ovos.
Dei-lhe pena
e papel.

E garanti-lhe um minuto
de silêncio
para que escrevesse
sob/re sua dor.

PRESENÇA

Ele chegou, manso,
espumante.
Madrugada, duas horas.
Chuva caindo, chuva forte.
Vento soprando, do norte,
uivando, soluçando... morte.
Pegajoso, sem sono, sem dono,
incorporou-se.

E os livros feitos roupa de médico?
E as letras? Gastei-as eu?
Minha caneta: Sem tinta? Não. Sem ponta. A tinta flui.
Vai colorir a massa cinzenta.
Talvez assim pense cousas belas.

E versos melhores.

PERSIANA

Passam os foliões, passa a vida...
Não os agarra por quê, meu filho?
Acalma-te, mamãe, que o mundo gira
e os homens constroem casas.

(O poeta, absorto, visualiza a estante,
buscando nela uma vaga
para o seu próprio livro.)

NIHIL NOVI...

Eu via o discípulo
ouvir do ancião:
“Não existe o velho nem o novo;
tudo é repetição
— inclusive sua dúvida, filho,
inclusive esta explicação
e os versos do poeta que nos espia”.

PROCURA-SE UMA RIMA

Escrever é tão difícil...
Poetar é ainda um pouco mais. Não posso
descrever os telhados
se já não vejo telhados
-- as casas são verticais, geométricas, egocêntricas
e o telhado é campo de pouso. (Este era, antes,
aqui embaixo. O edifício tomou-o).

Meu nome tão falto de rimas...
Por que não nasci Bandeira? E com eiras
e beiras, fieiras, a lavadeira
e outras bobeiras
faria uma rima
de primeira.

Beleza se nascido Drummond e com
aquele som
naquele tom
-- e com o próprio com –
faria rimas com tudo
de bom.

Mas nasci -- oh pobreza rimática! – Sanches.
Estou cheio de lanches, Abranches, enganches,
escanches,...
Estou sem chances
para -- inútil rima --
revanches.

O QUE SEI

Meu conhecimento
é um ponto
.
neste verso singular
neste único verso
neste universo.

Meu conhecimento
apenas não é nada
porque ser nada
e ser tudo
não ficou para nós
seres humanos
de imperfeições
perfeitamente
feitos.

DESEJO

Quero o poema simples
que se aproxime do povo
e afugente os críticos.

(Bem, talvez “afugente” não seja povo;
talvez seja melhor “afaste”
ou quem sabe “arrede”.)

PRESENÇA

Ele chegou, manso,
espumante.
Madrugada, duas horas.
Chuva caindo, chuva forte.
Vento soprando, do norte,
uivando, soluçando... morte.
Pegajoso, sem sono, sem dono,
incorporou-se.

E os livros feitos roupa de médico?
E as letras? Gastei-as eu?
Minha caneta: Sem tinta? Não. Sem ponta. A tinta flui.
Vai colorir a massa cinzenta.
Talvez assim pense cousas belas.

E versos melhores.

“O POETA NÃO SE ACANHA AO FALAR DE AMOR AO MUNDO NEM DE FALAR AO MUNDO SEU AMOR”

EDMILSON SANCHES

– Prefácio ao livro “Tempo, Fugidio Tempo”, inédito, do advogado, escritor e acadêmico Altair José Damasceno, membro da Academia Imperatrizense de Letras

“Ó poetas de gabinete,
Que da vida sabeis apenas a lição dos livros,
Vossa poesia é um jogo de palavras.
Vossa poesia é toda feita de habilidades de estilo,
Sem a marca um pouco suja da experiência vivida.

Não sabeis de nenhuma espécie de sofrimento,
De nenhum dos aspectos sedutores do mal,
Não sabeis de nada que está realmente na vida.

[...]”

Não sei que idade tinha o poeta Ribeiro Couto quando escreveu os versos acima. Mas sei que ele contava no máximo 28 anos quando “Discurso Afetuoso” foi publicado como um dos poemas de seu livro de 82 páginas Um Homem na Multidão, de 1926 (Livraria Odeon, Rio de Janeiro).

Tão novo e já dando “receita” de poesia... Talvez isso e outras coisas mais sejam algo próprio da precocidade dos gênios — e Rui Esteves Ribeiro de Almeida Couto (até no nomão um decassílabo, “castigando” nas sinalefas...) foi, na letra da lei, magistrado e diplomata e, na lei das Letras, jornalista, poeta, contista e romancista, também escrevendo e publicando livros em francês (morreu em Paris, em 1963, aos 65 anos).

Certamente o receituário ribeiro-coutiano, pelo menos esse, não ficou para poetas como o autor deste livro, Altair José Damasceno.

Ribeiro Couto e Altair Damasceno não tinham, no tempo, como se conhecer, mas ambos teriam, no sofrimento, com o que se identificar. Por isso, deles não há como se lhes cobrar “experiência vivida” e, nesta, “a marca um pouco suja” — “sujo”, aqui, não o desasseio, a nódoa, a mancha (material ou moral), mas o padecimento, a penúria, as dificuldades, sim, materiais. Ambos os poetas sofreram a perda do pai. Ambos penaram com a escassez em casa e o desdobrar-se materno, para além do amor, no provimento do lar. Ambos zanzaram por Minas e São Paulo...

E seus poemas também contam, ou cantam, essa fase, com o modo que os poetas têm de dizer sua própria vida, em linhas, sublinhas, entrelinhas.

No seu “Soneto da Fiel Infância”, Ribeiro Couto como que arrola, nas duas quadras, as privações havidas e sentidas e como a dor daquele passado nele era mais dor no instante presente:

“Tudo que em mim foi natural — pobreza,
Mágoas de infância só, casa vazia,
Lutos, e pouco pão na pouca mesa —
Dói na saudade mais que então doía.

Da lamparina do meu quarto, acesa
No pequeno oratório noite e dia,
Vinha-me a sensação de uma riqueza
Que no meu sangue de menino ardia.

[...]”.

Em Altair Damasceno, as quadras do soneto “Momentos Passados-presentes” redizem, com a segurança de agora, as lembranças de outrora — inclusive lembranças do que não houve, mas que se deveria ter realizado, e lembranças que, realizadas, não deveriam ser lembradas. O poeta, agente e único senhor de sua história, sabe como dizer isso... poeticamente:

Sou alguém com os pés mais que fincados
Nas brumas do tempo que por mim passou,
Os meus olhos parecem inda voltados
Para as páginas que a vida amassou...

Quisera alguns momentos ter vivido,
Outros vividos tento esquecer,
Por mais que tento não os olvido
E a lembrança só os faz em mim crescer...

[...]”.

A “experiência vivida” de Altair Damasceno vai se enformando em versos, estrofes, poemas. Ela rediz duros momentos de criança e menino, que seguem vívidos no poeta e revividos em sua poesia. Como em “Caminhada”:

“Vou perseguindo
A prometida alegria
Grãos de felicidade
Na infância acenada
Até que à distância
Faço o tudo em nada

[...]

[...] meus raros desejos cumpridos
Sofridamente vividos”

E em “Quotidiano”:

“[...] vou levando as minhas cruzes
Só e sem reclamar das dores que me dão”

Igualmente, as três sextilhas de “Vontade de Ser Criança” recusa “os heróis de hoje”, “onde os sonhos são atacados” e prefere “[...] voltar pra minha infância / Sonhar os sonhos deixados...”.

O pai, Geraldo, e a mãe, D^a Alzemira, deram vida ao filho Altair (e a outros) e o filho, criador (“poeta”, em grego), sempre grávido dos pais, os faz nascerem e renascerem em vários textos deste livro e em todo o texto

da vida de seu autor. Em “Saudades de um Pai”, Altair Damasceno não quis contenção e explode os dois quartetos e três quintetos com as saudades — e dores — da perda paterna. Pincem-se estes quatro versos:

“Deixa um buraco profundo
Deixa um silêncio dorido...
Melhor não tivesse ido
[...]
Ou não me tivesse trazido”

Que dor saudosa ou que saudade dolorosa é essa em que, no lembrar a morte do pai, se deseja o não haver nascido? Que dor é essa em que o autor joga — desesperada e inutilmente — com o que não poderia (ou não deveria) controlar: nem a vida para o pai que morreu nem a morte para o filho que nasceu?...

O passado redivivo faz o poeta em “Lágrimas”: “Lágrimas sofridas” / “em mágoas vertidas”. Lágrimas que são “mil pedaços em mim / São gritos de saudades / São soluços de sonhos / Pesadelos medonhos / [...]”.

Talvez em “Saudade” o poeta tente apascentar o espírito que, humano, sofre e tenta recolocar os duros dias em seu devido tempo — o passado:

“A saudade escreve
Versos doloridos
Com melodias velhas
Que ferem meus ouvidos
Tempo, tempos idos”.

A partir daí, como em “Partida”:

“Só o tempo, senhor da memória
Quem sabe, um dia, sutilmente,
Arranque, de vez, a triste lembrança

Do que restou de nossa história”.

E Altair Damasceno acena a si mesmo, em seu “Dia a Dia”, soneto praticamente com todos os versos iniciados por verbos no infinitivo, mostrando a imperiosa, mandatária necessidade de agir, fazer coisas (im)positivas — novo caminho, novo amor, regar uma flor... E ali, em meio às catorze linhas, um verso que vale por uma revelação, pois é mister e mistério...:

“Plantar esperanças nas mãos de um menino”.

Mas este livro — “Tempo, Fugidio Tempo” — não é só lágrimas. Não, mesmo. Tem, muito mais, tempos floridos, amores incontidos, declarações derramadas, espiritualidade declarada.

Nos mais de cento e vinte poemas desta obra, o autor sabia muito bem o de que o mundo precisa, maiusculamente — Amor. Um terço (percentualmente diríamos trinta e três por cento) são poemas impregnados desse sentimento de afeição e atração, relação e dedicação, gosto e gozo.

O poeta não se acanha ao falar de amor ao mundo nem de falar ao mundo seu amor — Maria, mulher e mandatária, para quem o Altair-autor dedica o maior poema deste livro (mais de oitenta versos) e para quem o Altair-amor parece ainda enrubescer, especialmente quando dedica, à Senhora de seus sonhos, a realidade de seu amor Éros (o apaixonado...), o amor Storge (o amor familiar, pelos filhos que o casal tem), o amor Philos (de mútuo respeito entre si, como pessoas) e o amor Ágape, incondicional, sacrificial, dirigido à mulher que o homem tem como deusa e, no caso de poeta, também musa. É o próprio Altair que define e revela ou confirma: “Escrever, para mim, é dar vazão aos sentimentos despertados por tudo que me que cerca, de modo especial minha esposa e a natureza”.

Uma parte do total dos poemas, pouco mais de dezessete por cento, é autorreferencial, com as lembranças de aspectos da vida do autor, ele e seus pais, ele e sua mulher e filhos, e também o self, o eu lírico ou eu poético.

A Natureza tem seus dez por cento de cultivo. E em números percentuais que vão do nove a mais ou menos cinco por cento, o autor poematiza sobre pessoas, sobre o próprio fazer poético (metapoesia), sobre Espiritualidade (“A força da poesia inspirada pelos Céus é grande”, já observava Shakespeare), sobre a Humanidade ou humanismo e, é claro, sobre Imperatriz (o rio Tocantins sobressaindo, líquido e às vezes incerto). Altair Damasceno também faz crítica social e política — pois, como lembra Goethe: “Poetas não podem calar-se”.

Portanto, em “Tempo, Fugidio Tempo”, está uma poesia vária, pois vária, múltipla e ao mesmo tempo singularmente única foi/é a vida de seu autor.

O poema “Bem-me-quer?” evoca o provérbio — atribuído ora a Buda, a portugueses e a outros povos e autores — acerca do sândalo, a árvore cheirosa que deixa aroma no machado que a fere fundamente:

“Ainda assim, o singelo odor
Da pétala, já exaurida
Perfuma a mão que a mutila
No jogo do bem-me-quer”.

Jogo mortal esse, para a flor: a pessoa a despetala, e mata, na ilusão de que a última peça floral lhe possa ser positiva... Lendo o poema, não há como eu não me lembrar do “4º Motivo da Rosa”, de Cecília Meireles: “Não te aflijas com a pétala que voa: / também é ser, deixar de ser assim. / [...] / “Eu deixo aroma até nos meus espinhos; / ao longe, o vento vai falando de mim.” Ou de uma ode de Pablo Neruda, em que, contrariamente à flor, uma cebola se formou em formosura “pétala a pétala” — só se desfazendo no “fervente da panela”, para alimentar o pobre...

Em “Tempo, Fugidio Tempo” está... o tempo. Mais de quatrocentos termos nocionalmente relacionados a “tempo” foram utilizados em praticamente todos os textos poéticos, os quais, assim, de certo modo, estão como que elados por aquela fieira de palavras, um fio dúctil e atemporal trespassando todo o livro.

Leitor de poetas clássicos desde os tempos de seminário, Altair Damasceno enriquece, com a clássica forma do soneto, a diversidade formal desta sua segunda obra. E entre os mais ou menos trinta sonetos distribuídos neste “Tempo, Fugidio Tempo”, três ou quatro apresentam algumas singularidades formais, como em “Pai Nosso”, “Tributo a Raimundo Trajano” e, creio, em “Para Jacylene e Ricardo”. As singularidades são os sonetos ampliados, ou sonetos de cauda, também chamados sonetos com coda ou sonetos com estrambote. Trata-se do acréscimo de um ou mais versos às clássicas catorze linhas. Desde o século 13, quando o poeta italiano Giacomo de Lentini criou o soneto, que a forma desse poema vem sendo submetida a “subversões”, isto é, alterações — tanto na quantidade dos versos quanto na disposição deles, desfazendo o conhecido grupo de dois quartetos e dois tercetos. O gênio colossal de Stratford-upon-Avon, William Shakespeare, por exemplo, fez sonetos compactos, em um bloco só, sem divisão estrófica, e, por sua vez, o monumental Luís de Camões, que, soldado, entrava em batalhas, e, escritor, apenas as relatava, chegou a acrescentar, ao menos uma vez, mais três versos aos catorze tradicionais do soneto. Camões, soldado, brigava com espada, e, escritor, lutava com palavras...

Já Altair Damasceno, aos catorze versos de “Pai Nosso”, acrescentou ao final um dístico dissilábico (“Pai meu, / Pai nosso...”). Em “Tributo a Raimundo Trajano”, a novidade é a interpolação — por força da formação de acróstico — de um verso entre os dois tercetos. No soneto “Para Jacylene e Ricardo”, a “cauda”, a linha final, é uma expressão interjetiva de felicidade, com onze sílabas poéticas, como nos precedentes dois tercetos hendecassilábicos.

Quase não praticado nos dias atuais, é ao poeta Altair Damasceno que o soneto ampliado fica devendo um pouco de sua sobrevida na Literatura, pelo menos por aqui, nestes rincões pré-amazônicos.

*

Há pessoas que, como a Fênix, nascem várias vezes. É o caso de Altair Damasceno: em 1950, em Mantena (MG), nasceu menino amado; nos duros anos de 1964 a 1968, seminarista no Espírito Santo e em São Paulo, nasceu poeta no noviciado; e em 2009, nas páginas da Academia Imperatrizense de Letras no jornal O

Progresso, nasceu autor publicado. Um ano depois, em outubro de 2010, sessenta anos de vida, colocou a público parte de sua intimidade: lançou seu primeiro livro, “Versos Íntimos”.

Separados no tempo por 267 anos, os poetas Camões e Castro Alves foram unidos como fonte de inspiração pela mesma pessoa. Altair José Damasceno tem especial devotamento pela obra eterna do bardo lisboeta Luís Vaz de Camões e do vate baiano Antônio Frederico de Castro Alves, dos quais avivam-lhe a atenção os versos chamados “heroicos”, aqueles originalmente feitos para registrar/exaltar proezas humanas em batalhas, guerras, aventuras, e que têm a tônica mais forte nas sílabas poéticas sexta e décima.

Pois foi assim que nasceu o poeta Altair, já se mirando nos maiores...

E por que tanta produção — sabe-se — e tão pouca publicação (em livro)? Um livro a cada dez anos...

Primeiro, que não existe regra, tempo, motivo para se publicarem textos em forma/formato de livro. E se eles existirem — o tempo, o motivo, a regra –, cingem-se tão somente ao livre-arbítrio do escritor. “Fiat voluntas tua”...

Segundo: a essa altura do campeonato, Altair Damasceno, emérito enófilo, sabe muito bem a utilidade de barris para vinhos...

...a necessidade de affinage ou amadurecimento para queijos...

...e a imprescindibilidade das gavetas para textos.

Gavetas são boas para textos como toneis e caves ou adegas são boas para vinhos e armazéns climatizados são recomendáveis para queijos.

Enquanto, no vinho e no queijo, o tempo melhora os produtos, no caso dos textos, o tempo, espera-se, melhora o ser humano... que por sua vez há de ir revendo, relendo, reescrevendo o que lhe foi permitido compor. É o ato de burilar o texto. Lamber a cria. A correção a frio após o calor do ato criador.

Essa pode ser a razão, ou uma delas, de autores guardarem seus escritos e aguardarem a bênção de Cronos.

Nada mais pertinente: Cronos é deus do tempo. Fugidio tempo...

Filho de Urano, o céu, e Gaia, a Terra, Cronos é o tempo no seu modo menos contemporizador e mais destruidor — “O tempo, esse devorador das coisas”, já constatava o poeta romano Ovídio em um dos livros de suas “Metamorfoses”. O tempo não condescendente, o tempo intolerante, inclemente: o tempo que passa, arisco, inconquistável. Inexpugnável. Fugidio.

“Tempo, Fugidio Tempo”, dois mil anos depois, uniu-se ao “fugit irreparabile tempus”, a exortação geórgica do poeta clássico romano Virgílio, um século antes de Cristo. O menino Altair, “compelido — como conta o próprio Autor — a ler os poetas gregos e romanos” guardou nos baús da memória essa referência e tesouro de que o Altair adulto agora se vale, na titulação deste seu novo livro.

Aliás, neste 2020, quando em 15 de outubro o poeta Altair José Damasceno completar 70 anos, valerá a pena brindar igualmente ao poeta Públio Virgílio Maro, que, além de inspirar o Altair, também nasceu em 15 de outubro... do ano 70 a. C. Não são divinas essas coincidências?...

Virgílio é o poeta do “tempo que foge”.

Altair, do “tempo fugidio”.

O que, senão a Poesia, pode de modo belo fazer o tempo passado encontrar-se com o tempo presente?

O passado e o presente de um homem. Ambos estão aqui. Neste livro.

Aproveite. Leia.

Pois o tempo passa.

Esquivo. Arredio.

Tempo fugidio...

TERESA: A SANTA D'ÁVILA E DA VILA

Ilustrações: A igreja de Santa Teresa d'Ávila, em Imperatriz (MA), e capa de alguns livros de/sobre Santa Teresa d'Ávila, da biblioteca de Edmilson Sanches.

Você sabia que Santa Teresa d'Ávila não morreu no dia 15 de outubro, mas no dia 4 desse mês?

Saiba a grande coincidência, de alcance mundial, que ocorreu neste dia. Teresa d'Ávila é considerada um dos maiores gênios que a Humanidade já produziu.

Mesmo ateus e livres-pensadores enaltecem sua vida e inteligência, a força persuasiva de seus argumentos, seu estilo vivo e atraente e seu profundo bom senso. (EDMILSON SANCHES)

No dia 15 de outubro de 1827 Dom Pedro 1^a oficializou o Ensino no Brasil. Em 1963 a data foi nacionalmente oficializada também como Dia dos Professores. O 15 de outubro é o dia em que se homenageia, em diversas partes do mundo, Santa Teresa d'Ávila

A santa de Ávila também é a santa da Vila. Da Vila do Frei. Da Vila de Imperatriz.

(2) A PADROEIRA - 15 de outubro é o dia de Santa Teresa d'Ávila, também chamada Santa Teresa de Jesus. A data é a do dia de sua morte, há 441 anos, em 1582. Santa Teresa é a padroeira de Imperatriz e conta-se que sua imagem foi trazida pelo frei Manoel Procópio do Coração de Maria, o fundador da cidade. Segundo a Diocese de Imperatriz, a imagem da santa que se encontra na igreja imperatrizense que leva o seu nome foi trazida pelo frade carmelita, que logo cuidou de erguer um templo próprio para Santa Teresa. Esse templo, hoje, é a igreja matriz, na avenida frei Manoel Procópio do Coração de Maria.

(3) A CIDADE - Santa Teresa nasceu em 28 de março de 1515, na cidade de Ávila, Espanha. Daí o nome com que também chamam a santa: Teresa d'Ávila, que significa Teresa da cidade de Ávila. No tempo em que viveu, chamado o "século áureo" da Espanha, Santa Teresa pôde ver seu país tornar-se um grande império, que ia além de seu continente, a Europa, e estendia-se da Argentina à Califórnia, nos Estados Unidos. Hoje, a Espanha é um país de 506 mil quilômetros quadrados (menor que o estado de Minas Gerais) e 47 milhões de habitantes (pouco mais do que o estado de São Paulo, que tem 44,4 milhões de habitantes). A cidade de Ávila é classificada como Patrimônio da Humanidade. Tem 231 km² e 58 mil habitantes. Está situada a mais de 1.100 metros de altitude (dez vezes mais que Imperatriz) e é comum nevar no inverno, com ventos fortes, gerando bloqueio das rodovias. Ávila é cercada por uma muralha do século 11 -- a mais bem conservada da Europa --, que mede 2 km de comprimento e tem 88 torres. Em homenagem a sua ilustre filha, há muitos templos religiosos dedicados a Santa Teresa. A Catedral de Ávila tem em seu exterior desenhos de imagens selvagens, que, segundo acreditavam, serviam para assustar invasores.

(4) A FAMÍLIA - O nome de Santa Teresa era Teresa de Cepeda y Ahumada, filha de dom Alonso de Cepeda e dona Beatriz de Ahumada. Seu avô paterno era Juan Sanches, um rico mercador judeu, admirado pelos seus

dotes de administrador mas odiado por ser um “cristão-novo”, isto é, um judeu convertido ao cristianismo através do batismo, o primeiro dos sete sacramentos da Igreja Católica Apostólica Romana. Os filhos de Juan Sanches, inclusive dom Alonso, pai de Teresa, ingressaram na nobreza. Não era a “alta” nobreza, mas uma nobreza, digamos, “classe média”. Para isso, compraram direitos de fidalguia e casaram-se com mulheres fidalgas. Santa Teresa, porém, em seus escritos, não menciona esses aspectos de nobreza da sua família. Teresa teve bastante irmãos, 10 ou 11 ao todo. Era, contudo, a mais querida. Os pais eram tementes a Deus e ensinaram Teresa na virtude da piedade e das prendas domésticas. Ouvia muito seus pais lerem a vida de santos da Igreja. O ambiente era convidativo: noites longas de inverno, lareira e o calor da família. Essas leituras impressionaram tanta a garotinha que, aos 7 anos de idade, junto com seu irmão Rodrigo, tentou uma fuga da cidade, pois queria “ver a Deus”.

(4) A RELIGIOSA - Quando tinha 13 anos, Teresa vê morrer-lhe sua mãe, dona Beatriz, que era a segunda esposa de seu pai. Sem sua mãe, Teresa lança-se aos pés da Virgem Maria, pedindo-lhe que seja sua mãe. O pai a coloca no Mosteiro das Irmãs Agostinianas e, em um ano e meio que lá permanece como interna, reacende em Teresa sua vontade de servir a Deus. Aos 20 anos, Teresa foge de casa. Era o dia 2 de novembro de 1535. Entra no Mosteiro da Encarnação de Ávila. Quer ser religiosa, carmelita -- coisa que o pai não aprovava. Mas Teresa sabia que o amor que ela queria não estava nem na Terra nem nos homens. Eram os Céus, era Deus a fonte provedora do amor que lhe bastava. Passou três anos em dedicada vida religiosa, que foi obrigada a largar para tratar-se, pois estava severamente doente. O mal se agravou e em 1539 é dada como morta. Só não foi enterrada porque seu pai não deixou. Três dias depois, Teresa volta à vida e, embora parálitica, retorna ao mesmo convento em Ávila. É a São José que ela credita seu restabelecimento. Nos 15 anos seguintes (seu pai já morrera, em 1543) Teresa tem crises espirituais, resiste e, aos 39 anos, tem sua transformação mais profunda. Isso ocorre após contemplar uma imagem de Jesus Cristo cheio de feridas das lanças dos soldados. Daí o nome de Teresa de Jesus. Sua conversão é tão completa que ela rompe seus laços com a materialidade humana.

Morre a mulher. Começa a nascer a santa.

(5) A CARMELITA - Aos 45 anos, em 1560, Santa Teresa ouve, numa reunião de monjas, uma sugestão meio brincalhona de fundar um convento. Contra tudo e contra todos, ela cria, em 24 de agosto de 1562, o Mosteiro São José -- o nome era a lembrança do santo que lhe devolvera à vida. Os superiores carmelitas não aprovaram a iniciativa de Teresa e ela foi obrigada a voltar ao convento. Mas não descansou: no final de 1562 é aprovada a fundação e Roma dá-lhe a condição de fundadora e legisladora. Daí em diante, até o ano de sua morte (1582), Teresa fundou 17 mosteiros para mulheres e 13 para homens. Eram os Carmelitas Descalços, expressão que lembra a observância à pobreza e à disciplina rigorosa. Os carmelitas só deixaram de andar descalços quando viram ser mais prudente estar calçados, no caso, com humildes sandálias de cordas, as mais usadas pelos mais pobres.

(6) A SANTA - Santa Teresa de Ávila escreveu muito, orou sempre. Foram mais de 15 mil cartas e diversos livros, entre eles "Livro da Vida", "Caminho de Perfeição", "As Moradas", "As Fundações".

Em 15 de outubro de 1582, na cidade de Alba de Tormes, Teresa mudou de vida. Morreu para sobreviver nos corações e na fé dos que a ela se devotam. Em 27 de setembro de 1970 o Vaticano declarou Santa Teresa “Doutora da Igreja”. Com isso, a doutrina e espiritualidade de Santa Teresa deixaram de lhe pertencer e também deixaram de ser apenas da ordem carmelita. Foram transformados em tesouro de toda a Igreja.

(7) A DOUTORA - Santa Teresa de Ávila está entre os 33 doutores da Igreja, entre eles 3 mulheres. Foi a segunda mulher a ter esse título. A primeira foi Santa Catarina de Sena (nascida em 1347; morreu em 1380); a terceira foi Santa Teresa de Lisieux (1873—1897).

(8) A DATA - O dia 15 de outubro só se tornou o dia de Santa Teresa de Ávila por uma coincidência. Na verdade, Teresa morreu em 4 de outubro, 11 dias antes. Entretanto, exatamente naquele dia, mês e ano (4 de outubro de 1582), aconteceu a reforma do calendário: saiu o calendário juliano, adotado pelo imperador Júlio César desde o ano 46 antes de Cristo, e entrou, com poucas modificações, o calendário gregoriano, implantado pelo papa Gregório 13. A substituição de calendários se deu porque a Igreja não estava concordando com uma incorreção no calendário anterior -- que, por sua vez, substituíra com vantagem o calendário egípcio. Uma

falha de cálculo fizera com que, ao longo do tempo, houvesse um erro de 11 dias. Assim, como os dias santos da Igreja baseavam-se no calendário, poderia ocorrer que a Páscoa caísse no inverno e o Natal, no outono. O acerto no calendário foi feito e o dia 4 de outubro de 1582, quando morreu Santa Teresa, passou a ser 15 de outubro. Esse calendário é o que usamos ainda hoje.

CRONOLOGIA

1515 – Nasce santa Teresa, em 28 de março, na cidade de Ávila, Espanha.

1522 – Junto com um irmão, tenta fugir de casa, aos sete anos de idade, para “ver a Deus”.

1528 – Morre sua mãe, dona Beatriz.

1535 – Foge de casa, em 2 de novembro, e entra no Mosteiro da Encarnação de Ávila.

1538 – Sai do mosteiro, severamente doente, para tratar-se em casa.

1539 – O mal se agrava e é dada como morta. Três dias depois, volta à vida.

1543 – Morre seu pai, dom Alonso.

1560 – Ouve, aos 45 anos, sugestão para fundar um convento.

1562 – Cria, em 24 de agosto, o Mosteiro São José.

1582 – Morre aos 67 anos, em 15 de outubro, na cidade de Alba de Tormes (Espanha).

FRASES DE TERESA D'ÁVILA

“O progresso da alma não está no muito refletir, mas no muito amar.”

“A oração não é senão um ato de amor, e é insensato pensar que só se pode orar quando se dispõe de tempo e de solidão.”

“Deus tem cuidado dos nossos interesses muito mais do que nós mesmos.”

“Uma ou duas pessoas que digam a verdade valem mais do que muitas reunidas.”

“Jamais chegaremos a conhecer-nos se juntos não procuramos conhecer a Deus.”

“A companhia do bom Jesus é proveitosa demais para que nos afastemos dela. O mesmo acontece com a companhia de Sua Santíssima Mãe!”

“Quem começa a servir verdadeiramente o Senhor, o mínimo que Lhe pode oferecer é a própria vida.”

“Nada te inquiete, nada te meta meda. Tudo passa, Deus sempre permanece o mesmo. A paciência tudo consegue. Àquele que tem Deus consigo, nada há de faltar. Só Deus basta!”

QUER CONHECER UM POUCO MAIS SOBRE A PADROEIRA DE IMPERATRIZ?

Alguns livros de e sobre Santa Teresa d'Ávila (ou Santa Teresa de Jesus), da biblioteca de Edmilson Sanches:

- 1) "Teresa, a Santa Apaixonada" - Rosa Amanda Strausz - (Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2004)
- 2) "30 Dias com Santa Teresa de Jesus" - Padre Antônio Lúcio da Silva Lima (org.) - (Editora Paulus, São Paulo, 2001)
- 3) "Itinerário Espiritual de Santa Teresa de Ávila" - Frei Pedro Paulo Di Berardino - (Editora Paulus, São Paulo, 1999)
- 4) "'Deixe-se Amar' - Experiência de Deus com Teresa d'Ávila" - Frei Patrício Sciadini - (Edições Loyola, São Paulo, 2004)
- 5) "Quando o Coração Reza..." - (seleção de textos de Frei Patrício Sciadini) - (Editora Cidade Nova, São Paulo, 2007)
- 6) "As Fundações" - Santa Teresa de Jesus - (Edições Loyola, São Paulo, 2012)
- 7) "La Vida, Las Moradas" - Santa Teresa De Jesús (edição em castelhano) - (PML Ediciones, Madrid, 1995)

8 -) "Caminho de Perfeição" - Santa Teresa de Jesus - (Edições Paulinas, São Paulo, 1977)

9) "Livro da Vida" - Santa Teresa de Jesus - (Edições Paulinas, São Paulo, 1983)

10) "Santa Teresa" - (coleção Gigantes da Literatura Universal - Editorial Verbo, Lisboa, 1972)

A peça teatral "Teresa", de Alexandre Dumas, não está relacionada a Teresa d'Ávila (tenho uma edição em italiano de 1880, publicada em Milão pelo livreiro C. Barbini, número 297 da Biblioteca Ebdomadaria Teatrale).

QUANDO O AMOR É UMA QUESTÃO DE LÍNGUA...

Uma vez um leitor me perguntou se eu havia percebido, na avenida principal da cidade, uma faixa cuja mensagem de amor não obedeceria aos padrões da norma culta da Língua Portuguesa.

Passando pela dita avenida, conferi. Estava lá: “PARABÉNS, N., PELO O SEU ANIVERSÁRIO. ESTA HOMENAGEM É UM POUCO DO TUDO QUE POSSO TE OFERECER”.

Vou frustrar aquele leitor. O que tem a mensagem? Há uma impropriedade: “pelo” seguido do artigo “o” (“pelo” já é aglutinação de preposição mais esse artigo).

Agora, é outro papo a “mistura”, numa mesma mensagem, da terceira pessoa do singular (“seu”, de "seu aniversário") com a segunda pessoa do singular (“te”, de "te oferecer").

Em defesa do emissor, poderíamos, "mutatis mutandis" [mudado o que deve ser mudado], repetir o professor Napoleão Mendes de Almeida: “Ortografia é processo de escrever a fala, e não processo de obrigar a escrever o que não se fala”.

No caso do “seu” + “te”, a mensagem reproduz um hábito dos mais arraigados no falar cotidiano brasileiro — a migração espontânea do “você” para o “tu” e vice-versa.

Foi essa mesma singeleza e despreocupação, essa informalidade própria das declarações, ambientes e "jogos" românticos, foi essa "coisa" muito mais verdadeira que o anônimo amigo / namorado / marido mandou reproduzir na mensagem.

O amor é lindo, e, se ele não segue nem as trilhas da racionalidade, como iria percorrer os trilhos da gramaticalidade?

Uma das frases mais pronunciadas é "TE AMO", e ela também não está no dito padrão "culto", formal, clássico, da Língua. Mas, exceto em novelas e literatura de época, quem haveria de escrever ou, mais ainda, falar (ao pé da nuca, os pelinhos se eriçando...) a forma "correta" "AMO-TE", que é claudicante, entrecortada? Assim, prefira-se o fluido, contínuo, sussurrante "TE AMO".

O amor vai além da Gramática. Chega às nuvens... (e sabe Deus até onde ele chega mais... chega mais...).

Sobretudo para o amor fica valendo a observação:

A Gramática é muito boa para quem chega até ela, mas é ruim para quem não passa dela.

Repita-se: o amor vai além da gramática...

...embora, na hora certa, exija bom uso... da língua... [rs].

(Ah bondosa "maldade"!...).

*

(*) No Brasil, o Dia Nacional da Língua Portuguesa -- 5 de novembro -- foi instituído pela Lei federal nº 11.310, de 12 de junho de 2006. O dia 5 de novembro é uma homenagem a um dos maiores estudiosos e cultivadores da Língua Portuguesa no Brasil, o advogado, político e escritor baiano Ruy Barbosa, nascido nessa data em 1849.

Em Portugal, comemora-se o Dia Nacional da Língua Portuguesa em 10 de junho, dia de falecimento do genial poeta português Luís Vaz de Camões, aclamado autor de “Os Lusíadas”.

Já o Dia Mundial (ou Internacional) da Língua Portuguesa, 5 de maio, é data instituída pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2009, ratificada dez anos depois, em 25 de novembro de 2019, na 40ª Conferência da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Em anos anteriores, a UNESCO já aprovava datas para outras línguas: 20 de março (Francês), 20 de abril (Chinês), 23 de abril (Inglês e Espanhol), 6 de junho (Russo), 18 de dezembro (Árabe), além de 23 de setembro para as Línguas Gestuais (como a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, que em nosso país é comemorada no dia 24 de abril) e o 21 de fevereiro, Dia Internacional da Língua Materna, quando se deve(ria) lutar pela preservação e fortalecimento dos idiomas de cada país. (Em 21 de fevereiro de 1952 a polícia de Bangladesh matou,

ateando-lhes fogo, diversos jovens estudantes, que não admitiam a imposição da língua urdu como único idioma nacional e passaram a defender a existência e cultivo da língua bengali, também falada naquela região da Ásia, que se tornaria em 1971 a República Popular do Bangladesh. “Bangladesh” significa “nação bengali”).

EDMILSON SANCHES

edmilsonsanches@uol.com.br

LUIZ THADEU NUNES E SILVA

NOSSO TEMPO É HOJE, A VIDA COMEÇA AGORA

O escritor e globetrotter Luiz Thadeu em entrevista para o programa “Na minha época”, TV Mirante
[Nosso tempo é hoje, a vida começa agora - Só Sergipe \(sosergipe.com.br\)](http://sosergipe.com.br)

Luiz Thadeu Nunes e Silva ()*

Convidado pela jornalista e produtora Bruna Castelo Branco, gravei o programa “Na minha época”, que foi ao ar hoje, 23/09. Bruna migrou do jornal impresso, onde a conheci, para a produção de matérias de TV.

A pauta era para falar sobre pessoas com mais de 60 anos que continuam ativas e produzindo.

A população mundial está envelhecendo, no Brasil não seria diferente.

Em 2020, o número de idosos no Brasil chegou a 42,1 milhões. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a tendência de envelhecimento da população vem se mantendo e o número de pessoas com mais de 60 anos no país já é superior ao de crianças com até 9 anos de idade.

Envelhecer é uma dádiva reservada a poucos, a maioria fica pelo caminho. Então, já que continuamos vivos, vamos aproveitar. Se olharmos com atenção, podemos detectar o aparecimento de um novo grupo social que antes não existia: pessoas que agora têm entre sessenta e oitenta anos. A este grupo pertence uma geração que expulsou a palavra envelhecimento da terminologia, porque simplesmente não tem a possibilidade de fazê-lo nos seus planos atuais e de futuro.

Hoje os conceitos e o olhar para o idoso – palavra que não gosto – mudaram muito.

Algum tempo atrás uma pessoa com 50 anos era considerada velha. Etarismo hoje é crime. Aos 60, 70, 80 anos, as pessoas estão estudando, trabalhando, descasando, casando novamente, descobrindo os prazeres do sexo. Muitas atrás de um grande amor. À procura de dividir a vida, o edredom, a companhia. Enfim, atrás de resignificarem suas caminhadas. São os “ageless”, termo em inglês para designar principalmente as mulheres que não se limitam aos esteriótipos da idade. Um bom exemplo é a garota Susana Vieira, aos 81 anos, ativa, produzindo e atrás de um namorado. Sim, ela continua gostando de sexo. Susana está viva e com o fogo da gata. Tenho uma amiga de 63 anos, que só descobriu o orgasmo após ficar viúva. O novo namorado, escolado na arte de amar, levou-a ao nirvana.

Em minhas andanças pelo mundo tenho visto homens e mulheres, sós ou acompanhados, vivendo e vivenciando novas experiências.

Luiz Thadeu em andanças pelo mundo

Na entrevista, o apresentador João Marcus, 62 anos, mostrou fotografias minhas em diferentes lugares do mundo, e apresentou-me como Engenheiro Agrônomo, escritor, estudante de Jornalismo e globetrotter, que é como gosto de ser chamado. Ou seja, aquele que anda pelo globo.

No outono da vida, quando tenho menos tempo pela frente do que deixei para trás, procuro fazer o que gosto, o que me deixa feliz. A vida é construção contínua e permanente, viver é dádiva. O desafio é envelhecer, cheio de planos e metas de futuro. Jamais um velho rabugento, que pensa que sabe tudo da vida. Ninguém sabe.

Ao encerrar um ciclo de 35 anos como funcionário público federal, nunca me apresentei ou deixei que me chamassem de aposentado. Sabem por quê?

Segundo os espanhóis, aposentados são aqueles que voltam para seus aposentos e não tomam mais decisões importantes na casa.

Hoje, trabalho a convite do governador Carlos Brandão na SETUR, estudo Jornalismo, escrevo para jornais de norte a sul deste imenso Brasil. Estou ativo.

Acho que ainda tenho muito a aprender, um pouco a ensinar. Prestes a completar 65 anos, sou “seminovo”, com sede e fome de conhecimentos, novas experiências.

Todos envelhecemos, mas não envelhecemos todos da mesma maneira.

Um brinde à vida

A uns, envelhecem os olhos; a outros, envelhece o olhar.

A uns, envelhece a boca; a outros, envelhece o beijo.

A uns, envelhece o pescoço; a outros, envelhece o colo.

A uns, envelhece a memória; a outros, envelhece o sonho.

A uns, envelhece o corpo; a outros, a alma.

O tempo de fora é o tempo de vida; O tempo de dentro é a vida do tempo...

Meu tempo é hoje. Um brinde à vida, essa coisa mágica que obriga a nos reinventarmos todos os dias.

UM DEDO DE PROSA

UM CAFÉ NA CALÇADA

LUIZ THADEU NUNES E SILVA*

Sentado em uma mesa, na calçada do Café Tortoni, na avenida de Mayo, em Buenos Aires, ao entardecer, os vi passar.

Carcomidos pelo tempo, caminhavam devagar. Mãos enrugadas, feito pergaminho, a dele segurava a dela. A outra mão, por sua vez, segurava uma bengala.

Nunca os tinha visto, certamente nunca mais os verei. São personagens que observo em viagens pelo mundo, que tangenciam meu tempo, e se perdem na imensidão do universo.

Sempre que posso, sento em um Café, de preferência na calçada, nos lugares que visito, nos finais da tarde, e fico observando os transeuntes. Pessoas voltando para casa, pais com filhos pequenos, recém saídos da escola. Alguém com o cachorro a passear. O frenesi de um final de tarde, quando o sol se põe dando lugar à lua é o happy hour, ou seja, «a hora feliz; a parte do dia que mais gosto.

O casal que passou por mim, naquele entardecer, conversava baixinho.

Elegantes, bem trajados. Ela, em um vestido azul marinho abaixo dos joelhos; um xale de tricô vinho a cobrir os ombros, protegendo-a do frio que fazia no outono. Ele com calça de veludo marrom, camisa xadrez, e boina. Típicos moradores de Buenos Aires. Admiro a elegância dos portenhos.

A observá-los, vi que faltava um pouco de equilíbrio no andar, mas sobrava experiência. A juventude já se fora, dando lugar às vivências dos que têm o privilégio de conhecer. Certamente te-

riam muitas e boas histórias para contar.

Faltava a pele lisa da juventude, sobravam marcas de expressão que guardam segredos e cumplicidades de laços feitos ao longo dos anos.

Quem eram? Onde moravam? Morariam nas cercanias do Tortoni? Em um apartamento da Avenida de Mayo? Tinham muito tempo de casados, ou se juntaram a pouco? Teriam filhos? Perguntas sem respostas. Nunca saberei.

Poucos sabem o que é o amor, mas em contrapartida muitos são os que gritam a palavra "te amo" pelas ruas mundo afora.

Pergunto-me, quantos serão os que sabem traduzir

com exatidão o sentimento que lhes habita no coração quando alguém nos sussurra essa palavra mágica que pode mudar toda uma vida.

O amor, que nos dá asas, pode ser a nossa maior (des)ilusão. É um caminho com duas saídas que por vezes nos deixa confusos. É preciso olhar para o fundo de quem nos diz amar e ter

a capacidade de ver tudo o que o outro pode estar a esconder de nós. Aquele amor maravilhoso, aquele desejo caloroso que nos faz voar pode ser apenas o disfarce de alguém que nos vai atirar para o abismo dos sofrimentos. Em contrapartida existe aquele amor que parece demasiado silencioso e que nos abraça sempre com pequenos nada para acrescentar felicidade aos nossos dias. São as voltas invertidas de um só sentimento que nos faz sonhar e por vezes pode também provocar uma dor difícil de suportar, quando a história em que procurávamos um final feliz acaba dessa forma dolorosa que nos leva a concluir que o amor pode ser.

Não, o amor não é raro. Raras são os aqueles que sabem amar.

Hoje, sentado em um café, em minha tórrida Ilha do Amor, a observar transeuntes, retornando do trabalho, alguns com filhos com uniforme escolar; pessoas entretidas com seus smartphones, tudo tão corrido, lembrei daquele casal de senhores, caminhando lentamente, que passou por mim no Café Tortoni, em Buenos Aires. Caminhavam de braços dados no tempo deles.

Luiz Thadeu Nunes e Silva*

Eng. Agrônomo, Palestrante, cronista e viajante: o latino americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes da terra. Autor do livro "Das muletas fiz asas". Membro do IHGM, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

GILMAR PEREIRA SILVA

PERSONALIDADES DA INDEPENDÊNCIA DO MARANHÃO

Como parte da recente comemoração dos 200 anos da Independência do Maranhão, apresento à historiografia maranhense traços biográficos e genealógicos de personalidades que tiveram participação destacada no processo de Independência até esta data com biografias incipientes ou desconhecidas: Major *João José da Cunha Fidié*- Comandante da resistência portuguesa no Piauí e Caxias; Coronel de Milícia *Manoel Teles da Silva Lobo*- Colaborador de Lord Cochrane e o Capitão *Salvador Cardoso de Oliveira*- Comandante de Tropa Avulsa, bem feitor da Independência de Itapecuru Mirim que muito contribuiu para a proclamação da Independência do Maranhão em 28 de julho de 1823.

FIDIÉ, João José da Cunha (1788-1856, traços biográficos genealógicos): Nasceu em Lisboa em 27.08.1788 onde veio falecer em 1856. Filho legítimo do 2º matrimônio de Fernando Antônio Fidié (1º nome, †03-01-1800, Mestre Armador, natural do lugar dos Calvos, freguesia de Lourdes de Lisboa, batizado na freguesia de São José de Lisboa) e Dona Genoveva Benedita de Jesus Cunha (†08-10-1811, batizada na freguesia de Nossa Senhora da Benedita patriarcado de Lisboa), moradores às portas de Santo Antão, na “Fazenda da Bula, no Vale de Chelas, freguesia de São José, Reino de Portugal. A certidão de casamento de Fernando e Genoveva extraída em 10 de janeiro de 1831 no livro competente nº14. p.22v pelo vigário Coadjutor José Marques Pereira da paróquia de São José de Lisboa, verifica-se que se casaram em 25-09-1776 com especial Provisão do Ilmo. Cardeal Padrinho na casa e quinta (Fazenda Bula) que o contraente possuía no Vale de Chelas, patrimônio do primeiro casamento com Maria Antônia da Silva falecida na mesma freguesia. Genoveva, solteira, filha legítima de Pedro da Cunha Madeira, já defunto, e de Antônia Maria Joaquina, nascida e batizada na freguesia de Benedita de Santa Maria Maior, Termo da Vila de Alcobaça, ambos moradores da freguesia de São José. Testemunharam o casamento José da Cunha

Ribeiro e Francisco Antônio Cabral. Fidié foi batizado aos 07 dias do mês de outubro de 1788 na Igreja Patriarcal de Santa Justa pelo principal da igreja Dom Furtado José de Mendonça. Foram seus padrinhos o novíssimo Senhor Príncipe Dom João por seu procurador o Ilmo. Marquês de Valença e a rainha Nossa Senhora por seu procurador o Conde de Vila Flor. Foram seus irmãos: Cipriano Antônio (+26-09-1777), Joana Rita (+06-06-1786), Plácida Laureana (+1790), Maria Antonieta (+13-07-1796), Firmina Herculana (+ 21-10-1792) e Felipa Lina Cunha Fidié (+20-09-1797). Do 1º matrimônio de Fernando Antônio Fidié (1º nome) e Maria Antônia da Silva ocorrido na freguesia de Santa Maria Madalena de Lisboa em 22 de setembro 1762 nasceram os filhos Pedro e Fernando Antônio Fidié (2º nome, presbítero da ordem de São Francisco). Dona Maria Antônia da Silva era natural, batizada em 08 de julho de 1714 na freguesia de S. Maria de Lourdes, termo de Lisboa. Filha legítima de Manoel Duarte mestre pedreiro natural de Monte mor, freguesia de Lourdes, batizado em 29- 10-1689 e Maria da Silva natural do lugar dos Calvos, batizada em 24-03-1690 e casados em 29-04-1713 na mesma freguesia; neta pelo lado paterno de Francisco Duarte (filhos de Artênio Costa e Martha Duarte, batizado em Cintra em 19- 04-1643) e Luiza João(Filha de Luiz Jorge e Isabel João, batizada em Lourdes em 15-04-1746), naturais e casados em 10- 08-1672 na freguesia Lourdes; pelo lado materno, de Antônio Fernandes, batizado em 10-8-1653 e Domingas da Silva, batizada em 09-01-1656, ambos batizados na freguesia de Santa Maria de Loures e casados na igreja de São Sebastião de Lisboa em 16-12-1693. Fernando Antônio Fidié (1º nome), nasceu aos dois dias do mês de fevereiro de 1733 e batizado no dia 15 do mesmo mês e ano na freguesia de São José de Lisboa. Foram os seus padrinhos o Conde de Redondo Fernando de Souza Coutinho e Jacinto Rodrigues Pereira; madrinha a Condessa do Redondo Dona Margarida de Vila Nova e Rodrigo Saterone. Fernando (1º nome) era filho legítimo de Jerônimo Fidié, padeiro de pão francês e biscoito, natural e batizado na freguesia de Santiago de Perpilhão, Reino da França e com Pascoa Maria em 2ª núpcias, nascida em 18 -04- 1712 na freguesia de Santa Catarina de Monte Sinai, Lisboa. Fernando e Pascoa, casaram-se na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai da cidade de Lisboa aos 29 dias do mês de abril de 1726. Jerônimo Fidié foi casado em primeiras núpcias com Teresa Fidié, natural da cidade de Santiago de Perpilhão, Reino da França, que faleceu na freguesia de São Paulo de Lisboa, do qual tivera uma filha de nome Mariana Teresa Fidié. Fernando Antônio Fidié (1º nome) era neto, pela parte paterna, de Joseph e Ana Fidié, ambos naturais, batizados e moradores do Bispado de Santiago de Perpilhão, Reino da França; pela parte materna, de Domingos da Costa e Domingas Coelho, naturais, batizados e moradores na freguesia de Santa Justa de Lisboa(Auto de Justificação datado de Lisboa, janeiro de 1831 que fez Cipriano António Fidié e seus seis Irmãos, para se habilitarem aos seus vencimentos do irmão Brigadeiro Cosme Damião da Cunha Fidié que morrera solteiro(AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE CIPRIANO ANTÓNIO FIDIÉ, 1831).

João José da Cunha Fidié assentou praça como cadete em janeiro de 1809 no regimento de Infantaria n.º 10, tomou parte na guerra da península, assistindo às batalhas do Buçaco, Albuera, Vitória, Pirenéus, Nivelles, Nive, Orthez e Toulouse, aos sítios de Olivença e Badajoz, e a diversos combates e ações que se feriram até ao fim da campanha. Ofereceu-se depois para ir na Divisão dos Voluntários do El- Rey a Montevideo, mas não foi admitido por ser tenente moderno. Em 1817 embarcou para o Brasil na divisão portuguesa, e como o seu regimento não havia sido nomeado para essa expedição, trocou com um oficial de Infantaria n.º 15, conseguindo assim partir para a América, onde serviu em 1817 e 1818. Foi ajudante de ordens do governador da ilha da Madeira em 1819 e 1820, Brigadeiro do Exército português(TORRES, 1904).

A 1ª referência na historiografia nacional é como Capitão de Ganadeiros pertencente ao 15º Batalhão de Infantaria do Rio de Janeiro na divisão destacada do Exército de Portugal no Brasil conforme despacho da Secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros e da Guerra de 06 de fevereiro de 1818 em comemoração à aclamação de El Rey Nosso Senhor Dom João VI(EL-REY, 1818).

Decreto Imperial do Palácio de Queluz de 09 de dezembro de 1821 ele, no posto de Major, e mais 10 outros militares são nomeados Governadores das Armas das Províncias do Brasil, aquele para Província de Piauí(CONCILIADOR[MA], 1821-1823) que toma posse cargo em agosto de 1822, marchando logo para a Vila de Parnaíba, a mais importante daquela Província.

Sustentou uma renhida luta com os partidários da independência. Chamado pelas autoridades de Caxias, foi dirigir a defesa dessa vila, mas crescendo as forças dos revoltosos ao passo que as dos defensores iam diminuindo pelas privações e pelo desalento, a praça rendeu- se e Fidié foi preso e mandado oito meses

depois entre uma escolta para a cidade de Oeiras. Transferido para a Baía, passou ao Rio de Janeiro onde ficou encarcerado na fortaleza da Ilha de Villegagnon, até que D. Pedro I lhe deu liberdade, permitindo-lhe que regressasse a Portugal. Em 1825 foi nomeado primeiro comandante do Real Colégio Militar, e por vezes durante a ausência do Diretor, ficou encarregado da direção deste estabelecimento até que, saindo de Lisboa e apresentando-se no Porto ao duque de Bragança, foi por ele nomeado subdiretor do arsenal daquela cidade. Regressando depois a Lisboa, foi Diretor efetivo do Colégio Militar desde 1837 a 1848, ano em que teve a sua exoneração, reformando-se em 1854 no posto de Tenente-General. Escreveu: *Breves esclarecimentos acerca do Colégio Militar*, oferecidos às Cortes, Lisboa, 1843; *Varia Fortuna de um Soldado Português*; é uma memória de interesse pessoal, e comprovativa das preterições que alegava ter sofrido no acesso a postos superiores. Foi condecorado com a Comenda da Ordem de São Bento de Avis com pensão anual de 100 mil réis ao Sargento mor de Infantaria por Decreto Imperial de 03-02-1825 do Palácio do Alfeite (TORRES, Op.cit., 1904)

Era irmão do Brigadeiro Graduado *Cosme Damião da Cunha Fidié* nascido em 1790 e falecido em 10-11-1830 em estado de solteiro e participou ativamente da contenção da revolução pernambucana de 1817. Damião Fidié por Decreto Real de 09-09-1805 o então cadete do 2º Regimento foi nomeado Capitão de Infantaria Ajudante de Ordem (09/1810-01/1818) do Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia onde aí foi promovido ao posto Coronel em 1817 e possuidor de elevados conhecimentos de Arquitetura Civil os empregou na construção de obras públicas na Bahia, desenhando a planta do Palácio da Associação Comercial da Bahia inaugurado solenemente em 28-01-1817; foi Comandante da Ilha de Itaparica (1819-1820), do 11º Batalhão de Infantaria do Rio de Janeiro (1818) e Governador da Ilha de Porto Santo a partir de 1820 (Decreto de 20-03-1824) na Ilha da Madeira (GAZETA EXTRAORDINÁRIA[RJ], 1820). Foi reformado no posto de Tenente-General, agraciado com Ordem de Avis no grau de Comendador e ocupou cargo de Diretor do Real Colégio Militar de Portugal (TORRES, op.cit., p.205,1904).

SILVA LOBO, Manoel Teles da (1800-1855, traços biográficos): Nasceu em 1800 na heroica cidade de Cachoeira/BA, pardo, filho de pais favorecidos de alguma fortuna. Depois dos preparativos em sua terra natal seguiu para Universidade de Coimbra onde chegou a se matricular no Curso de Direito, mas teve de abandonar e retornar ao Brasil pelo fechamento da escola por conta do processo de Independência do Brasil. Na Bahia se engajou em defesa da Independência do Brasil o que lhe rendeu as comendas Hábito de Cristo e Oficial da Ordem do Cruzeiro de D. Pedro I. Em 1824 foi nomeado para Secretaria de Governo do Maranhão (10-07-1824), depois Vice-Presidente (12/1824) e Presidente Interino da Província (07/1825) por determinação de Cochrane, após prisão, deposição e envio para Rio de Janeiro do presidente Miguel Inácio Freire Bruce. No Maranhão em 1825 contraiu matrimônio com Dona Ana Jansen Soeiro de Castro Lobo, filha do Coronel Isidoro Jansen Pereira, abastado fazendeiro da região de Itapecuru-Mirim e Coroatá, do qual teve três filhas (já casadas) e dois filhos e contraiu viuvez em 31 de outubro de 1851 quando aquela tinha 58 anos nascida em 09 de julho de 1793. Em 1º de dezembro de 1855, às 18:30h, faleceu de hidropisia no peito em sua fazenda Santa Cruz onde foi aí enterrado em sepultura rasa próximo dos restos mortais de D. Ana Soeiro esposa do Coronel Isidoro Jansen Pereira, termo de Coroatá, sob os cuidados de sua filha Emília Jansen Telles Lobo, parentes e amigos (O OBSERVADOR[MA], 1855).

Pesam sobre sua memória: salvação questionável de capital São Luiz dos bombardeios do ambicioso Lord Cochrane, dando-lhe 106 contos de réis do Tesouro Provincial a pôr em risco a vida, a honra e fazendas dos habitantes da ilha, para tanto deu seu voto de desempate como Presidente Interino da Província contra a decisão desfavorável do Procurador da Fazenda Imperial do Maranhão, que dias depois, o transferiu para Província da Bahia sem motivação aparente; Conspirar para derrocada do Governo de Bruce mesmo sendo seu Secretário de Governo legitimamente nomeado pelo Imperador; pois sendo casado com a filha Coronel Isidoro Jansen Pereira e outras personalidades da época, opositores do governo Bruce, foi acusado de apoiar, arregimentar ou, no mínimo, fazer vistas grossas às notícias que circulavam em São Luiz dos adversários de Bruce que intencionavam derrubar seu Governo (ABRANCHES, 1825).

Com a queda e prisão de Bruce é promovido por Cochrane à Presidente Interino da Província e neste posto manda prender adversário políticos e até jornalista, remetendo deportado para Lisboa o proprietário do Censor em 03-05-1825 a bordo do navio Aurora, João Antônio Garcia de Abranches, por ter criticado atos de seu governo como o pagamento às pressas a Lord Cochrane; impedir a posse do Presidente nomeado por S.M.I,

Pedro José da Costa Barros, que se refugiou no Pará até sua posse em 02- 09-1825 das mãos de Patrício José de Almeida e Silva, outro Vice-Presidente empossado em 06- 07-1825(IDEM, p.127,1825).

Tem-se notícia de sua única obra intitulada "A calúnia desmascarada", Rio de Janeiro, 1828, 9 páginas, *In-fol.* — E' uma defesa por acusações que lhe foram feitas pelo presidente do Maranhão, Pedro José da Costa Barros(BLAKE, 1900).

Foi Brigadeiro de Milícia inicialmente por 10 dias pelo Decreto Imperial n.79 de 14 de julho de 1841, pois teve sua patente revogada após aprovação em reunião Conselho Superior Militar ocorrida no dia três do mesmo mês e ano. Com esta decisão ficou estabelecido nas Consultas sobre reformas de Oficiais de Milícias, que houverem de subir a Imperial Presença, se lhes não conte o tempo decorrido da Carta de Lei de 18 de agosto de 1831 em diante(MINISTÉRIO DA GUERRA, 1849).

Em Sessão acalorada na Câmara dos Deputados em 5 outubro de 1843, Cândido Mendes de Almeida esclarece os fatos afirmando que Silva Lobo havia apresentado patente de Capitão e Coronel de Milícia do Mearim depois de extinta as Milícias pelo Decreto de 18-08-1831, contestado por seu oponente Franco de Sá(MENDES DE ALMEIDA, 1843).

Em 16 de junho de 1849 o Imperador revoga a resolução de 03 de novembro de 1840 que impedia sua condição de acesso ao generalato, restabelecendo sua patente de Brigadeiro de Milícia, talvez por influências e laços de amizade com Manoel Felizardo e Souza e Melo, Governador da Província do Maranhão ao tempo do início da Balaiada de 1839; agora Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Marinha e encarregado Interino do Ministério da Guerra (MINISTÉRIO DA GUERRA, op.cit., p.329, 1849).

Deixou o Governo Provincial para assumir mandato de Deputado Geral da 1ª legislatura maranhense (1826-1829). Como parlamentar foi o autor de Projeto de Lei na Sessão de 07-06-1827. , propondo desvincular a Vila de Caxias da judicatura de Província de Minas Gerais estabelecida pelo Alvará Régio de 10-10-1754 e criar a Comarca de Caxias(LOBO, 1827) , efetivando-se o dito projeto com a Lei Provincial nº 7 de 29/04/1835.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Salvador de (traços biográficos): Personalidade destacada no processo da Independência do Maranhão, mas apesar de visto e admirado tanto e por aqueles que no passado viveram no seu tempo, não teve reconhecido devidamente seu valor como deveria na forma de participação merecida nas Juntas Provisórias Governativas formadas durante o processo de consolidação da Independência do Maranhão. Talvez isso possa ser explicado pelo seu grau de instrução menor e não pertencer à parentela familiar formada por bacharéis e militares de alta patente da província que dominavam cenário política maranhense da época.

Intelectuais maranhenses ainda do século XIX contemporâneos de Salvador Cardoso ou daqueles que o conheceram ou ouviram falar de seus feitos heroicos ao tempo da independência, tentaram atribuir seu real valor e até idealizar a imagem do herói.

Quase 40 anos depois, (VIEIRA DA SILVA, 1972) informa que Salvador Cardoso de Oliveira teria nascido na Vila da Barra do Rio Grande afluentes do São Francisco, Província da Bahia, e descendente de uma família agrada daqueles Sertões. Descrevi- o como comerciante de gado estabelecido na praça de Caxias que depois mudara para Cachoeira Grande, Itapecuru Mirim, onde encontrou na família de Gaioso a precisa proteção para continuar negociar gados. Em uma de suas viagens a Caxias, teve notícia dos acontecimentos políticos do Piauí e regressou à Vila de Itapecuru mirim, arregimentou tropas e foi se juntar aos independentes do Piauí e Ceará e lutar contra Fidié.

Outro intelectual, o médico Antônio Henrique Leal em sua obra "Locubrações(LEAL, 1874), livro que o autor compila e amplia publicações diversas suas dispersas em jornais, na página 114 abre um capítulo intitulado, " A Independência do Maranhão e Salvador Corrêa de Oliveira", grafa Corrêa, ao invés de Cardoso, em que descreve o encontro no porto do Estanhado, do então Alferes nomeado pelo Governo do Piauí, na beira do rio Parnaíba, deste com os independentes do Piauí, Tenente coronel João da Costa Alecrim e o Major Luiz Rodrigues Chaves, idealizando uma imagem para o lendário Salvador Cardoso de Oliveira:

Guiava-os um homem no parecer de 30 a 40 anos, de estatura regular, corpulento sem ser gordo e reforçado de espáduas. Em seu rosto simpático, franco e não vulgar brilhavam uns olhos pardos,

vivos e expressivos, que refletiam o valor que era dotada esta alma temperada pelo amor da pátria e da liberdade. Emolduram-no barbas crescidas e bastos cabelos pretos em harmonia com tez morena tostada pelo sol (IDEM, p.129-130, 1874).

O presente autor identificou processo de Salvador Cardoso de Oliveira existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro com data de 21-03-1826 requerendo concessão de **“pensão vitalícia para suas três filhas menores de idade” e confirmação de patente de Capitão de 1ª Linha”(Grifo nosso)** quando fora nomeado Capitão Ajudante no Governo do Maranhão como reconhecimento e compensação pelos serviços prestados à causa da Independência do Maranhão que transcrevemos as seguintes as informações mais relevantes sobre o biografado(AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE SALVADOR CARDOSO DE OLIVEIRA, 1826):

Quase no final do processo por alguém que cuidava e compilava documentos apenas ao processo do requerente, descreve de forma resumida seus feitos heroicos durante o processo de Independência do Maranhão:

Cardoso de Oliveira com idade de 33^a, morador residente no lugar denominado Santo Antônio na Ribeira do Itapecuru-Mirim, Província do Maranhão, estabelecido em lavouras quando teve a notícia de que na Vila da Parnaíba (19 de outubro de 1822) e a cidade de Oeiras (24 de janeiro de 1823) haviam aderidas ao governo de D. Pedro I, sem a menor hesitação e com o maior entusiasmo, convocou não só aos seus irmãos e parentes, mas o povo em geral para imitarem aquela honrosa deliberação. A ação de Salvador começou descendo às margens férteis do rio Itapecuru povoadas por ricos e poderosos agricultores aos quais persuadiram a cederem homens armados para compor sua tropa e combater àqueles resistentes ao Governo de D. Pedro I na vizinha província do Piauí. As ações e diligências por ele e seus homens arregimentados logo foram identificadas pelo suspeito inimigo de S.M.I o Coronel Antônio de Sales Nunes Belford (Comandante de Itapecuru-mirim), o qual tomando medidas hostis contra ele e seu bando, contudo só conseguiu que fosse preso o seu irmão Tomaz Cardoso, que o remeteu para a cidade de São Luís do Maranhão (IDEM, doc.n.28, 1826).

Era natural na Província de Minas, nascido em 1789. Quando fez viagem em companhia de seu filho menor de 13 anos de Portugal para o Rio de Janeiro, em 1835, tinha 46 anos, lavrador, estatura 61 polegadas (=2,54cm.); rosto comprido; cabelo e sobrancelhas castanhos; olhos negros e cor branca, dados constantes no passaporte nº 2422, emitido em Lisboa em 11-10-1835(IDEM, doc.n.9, 1826).

Quando deu entrada em seu processo na Corte do Rio de Janeiro em 1826 tinha 37anos, afirmava residir no lugar denominado Santo Antônio na Ribeira do Itapecuru-mirim e o Regente Diogo Antônio Feijó em 11 de agosto de 1836 emitiu parecer favorável ao requerente para concessão da pensão anual de seis centos mil reais, como sobrevivência para suas três filhas, repartidamente, Isabel Maria de Oliveira, Francisca Ovídia de Oliveira e Thereza Bella de Oliveira e chancelou sua concessão pelo Decreto de 24 de setembro de 1836(IDEM, doc.n.2, 1826).

Constituiu em 20-10-1836 como seu legítimo procurador na Corte para responder por sua petição o Capitão Thomaz Alves (IDEM, doc.n.3, 1826).

Neste processo justificação de seus feitos durante o processo de independência, para fazer jus ao que requeria, arrolou testemunhas de suas ações daqueles que o conheciam ou presenciaram muitas delas, que prontamente e espontaneamente, emitem pareceres.

Joaquim Viera da Silva e Sousa, Governador da Província do Maranhão (1832-1834), em parecer datado de 07-05-1833 assim o descrevia:

É um daqueles homens que tendo prestado relevantes serviços a Independência do Brasil como eu fui testemunha até hoje ainda não conseguiu do governo coisa alguma que possa mostrar aos seus contemporâneos que o Brasil agradecido tem reconhecido seus bons serviços. Parece, pois que é chegada a ocasião de se premiar a um homem que tão bom serviço tem prestado à independência e à Liberdade (IDEM, doc.n.5, 1826).

Outra personalidade de destaque atendeu sua solicitação, o Barão da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins, que enaltece suas qualidades de combatente nas províncias do Piauí e Maranhão durante as Guerras de Independência e é de parecer favorável para concessão da pensão para suas três filhas menores (IDEM, doc.n.13, 1826).

Salvador Cardoso para provar seu estado de saúde e ser merecedor do que requeria a Regência, anexou também atestados médicos datados emitidos em São Luiz em 1833 que atestavam padecia há muito tempo de uma inflamação crônica de ambos os olhos que em consequência da mesma está inteiramente cego do olho esquerdo e que do olho direito muito pouco ou se queira apenas distinguir apenas grandes vultos pelos Drs. José Miguel Pereira Cardoso, datado de 6 de março de 1833 e Antônio Soares de Lessa de 10 de março de 1833 (IDEM, doc.n.7 e 6, 1826).

Quanto à solicitação de confirmação de patente de Capitão de 1º linha do Exército Imperial, o parecer do Conselho Superior Militar de 8 de junho de 1831 não foi favorável sua confirmação por afirmar:

Apesar de ficar comprovado pelo suplicante ter prestado relevantes serviços em prol da Independência do Maranhão e atestado por depoimentos, sua nomeação ao posto que requer foi feita por quem não era autorizado, devendo os serviços prestados pelo suplicante serem recompensados de outra forma (IDEM, doc.n.10, 1826).

Após a adesão do Maranhão à Independência do Brasil em 28 de julho de 1823 sua Tropa Avulsa permaneceu estacionada no Convento das Mercês de São Luiz para garantia da ordem na Capital da Província, conforme dois documentos manuscritos assinados como Comandante em recebimento de numerário para pagamento de sua tropa, assinando em 11 de setembro como Alferes Comandante Auxiliador e sobrenome Jutahy (JUTAHY, 1823) e como Capitão Ajudante do Governo do Maranhão em 31 de outubro (OLIVEIRA, 1823).

Em sessão da Assembleia Provincial presidida pelo Barão de Coroatá de 23 julho de 1856 foi lido requerimento seu solicitando subsídio dos cofres provinciais para educar suas três filhas, Izabel, Francisca e Thereza (PUBLICADOR MARANHENSE, 1856). Em 19-10-1861 morador de Vizeu, Estado do Pará, anunciava na imprensa maranhense que a partir daquela data passava procuração ao seu filho, Sulpício Cardoso de Oliveira, alegando seu estado atual de cegueira e idade avançadas, para administrador de sua casa e fazenda naquele estado (PUBLICADOR MARANHENSE, 1861). Teve um filho de mesmo nome, Salvador Cardoso de Oliveira (CONSTITUIÇÃO [PA], 1877).

Araripe, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escrevendo sobre a Independência no Maranhão, afirma que o conheceu já sego em 1854 e na idade avançada de mais de 80 anos na Comarca de Bragança/PA, onde fez menção com entusiasmo suas patrióticas proezas e a outros beneméritos propugnadores da causa brasileira (ARARIPE, 1885).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, J. A. G. D. [Manifesto da mais bárbara violência, inaudito e atroz procedimento praticado pelo Presidente Interino da Província do Maranhão, Manoel Teles da Silva Lobo, à face e por consentimento de Lord Cochrane, Marquês do Maranhão...]. O Censor Maranhense. São Luiz [MA]: Homeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional RJ: 1-6 p. 1825.

ARARIPE, T. D. A. Independência no Maranhão. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (RJ). Rio de Janeiro: IHGB. 48-parte II: 166 p. 1885.

AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE CIPRIANO ANTÓNIO FIDIÉ. AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE CIPRIANO ANTÓNIO FIDIÉ E SEUS IRMÃOS, DE LISBOA, IRMÃOS DO BRIGADEIRO COSME DAMIÃO DA CUNHA FIDIÉ, PARA SE HABILITAREM AOS SEUS VENCIMENTOS. Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra C, mç. 5, n.º 25, cx. 86. Lisboa, Portugal, p.42. 1831.

AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE SALVADOR CARDOSO DE OLIVEIRA. Processo de Justificação, reconhecimento e compensação pelos serviços prestados à causa da Independência do Maranhão.

Secção de Manuscritos: Cód. atual 962,41 / código antigo 678,16. Biblioteca Nacional RJ. Rio de Janeiro., p.37. 1826.

BLAKE, A. V. A. S. Manoel Teles da Silva Lobo. Dicionario bibliographico brasileiro. BLAKE, S. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. VI: 205 p. 1900.

CONCILIADOR[MA]. Nomeações de Governadores das Armas das Províncias do Brasil. Palácio de Queluz. Homeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São Luiz[MA]. Typografia Nacional Maranhense. 67: 5 p. 1821-1823.

CONSTITUIÇÃO[PA], A. Irmãos Sulpicio e Salvador Cardoso de Oliveira, réus em sessão de Jury de Bragança/PA em 21-03-1877. Belém-PA: Homeroteca Digital Biblioteca Nacional. 70 1877.

EL-REY. Expediente dos Negócios Estrangeiros e Guerra no ato de aclamação do El -Rey em 06 de fevereiro de 1818. Divisão do Exército Português destacada para o 15º Batalhão de Infantaria do Rio de Janeiro. **Gazeta do Rio de Janeiro**, 13, 1818.

GAZETA EXTRAORDINÁRIA[RJ]. Traços Biográficos de Cosme Damião da Cunha Fidié. Gazeta Extraordinária[RJ]. Rio de Janeiro: Homeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional RJ. 7: 2 p. 1820.

JUTAHY, S. C. **Manuscrito nº 287-Alferes Comandante Auxiliar, comunica ao Tesoureiro das rendas imperiais, o pagamento da sua tropa. Maranhão, 11/09/1823.** Coleção de Manuscritos da Biblioteca Pública Benedito Leite - Acervo Digital. São Luiz[MA]. 1823.

LEAL, A. H. **Locubrações.** Lisboa, Portugal: Typografia Gastão Irmão, 1874. 346 p.

LOBO, M. T. D. S. 27ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral Legislativa do Império de 07 de Junho de 1827 : Projeto de Lei propondo a criação da Comarca de Caxias[MA] e sua desvinculação da judicatura da Relação de Minas Gerais imposta pelo Alvará Régio de 10 -10-1754. Império do Brasil: Diário da Câmara dos Deputados[RJ]. Rio de Janeiro: Homeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional RJ: 285 p. 1827.

MENDES DE ALMEIDA, C. Sessão de 05 de Outubro de 1843: Acusações a Manoel Teles da Silva Lobo. Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ) Rio de Janeiro: Homeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional: 319 p. 1843.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Governo Central Ministério da Guerra. Manda que fique sem efeito o Decreto de 14 de junho de 1841 que cassou a Manoel Teles da Silva Lobo, no Maranhão, a patente de Brigadeiro de Milícia. O Observador Maranhense. São Luiz[MA]: Homeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional RJ. 836: 4 p. 1849.

O OBSERVADOR[MA]. Nota Necrológica de Manoel Teles da Silva Lobo. O Observador. nº 443.p.4. São Luiz[MA]: Homeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional RJ. 443 1855.

OLIVEIRA, S. C. D. **Manuscrito nº 285- Vários recibos de soldos vencidos de pagamento dos soldados da tropa sob seu comando no Quartel da Mercês no Maranhão, 31-10-1823.** Coleção manuscritos Biblioteca Pública Benedito Leite - Acervo Digital. São Luiz[MA]. 1823.

PUBLICADOR MARANHENSE. Requerimento de subsídio para educar suas três filhas, Isabel, Francisca e Thereza de Salvador Cardoso de Oliveira. 173, 1856.

PUBLICADOR MARANHENSE. Procuração passada a seu filho Simplicio Cardoso de Oliveira. 240, 1861.

TORRES, J. R. João José da Cunha Fidié. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. **TORRES, J. R.** Lisboa, Portugal. III: 453 p. 1904.

VIEIRA DA SILVA, L. A. **História da independência da Província do Maranhão, 1822-1828: edição commemorativa ao sesquicentenário da independência do Brasil.** 1972 1972. 600 p.

MHARIO LINCOLN

COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DO FACETUBES RESPONDEU SOBRE QUEM FUNDOU SÃO LUÍS DO MARANHÃO?

(Arte e texto introdutório - Jornalista Mhario Lincoln, editor sênior do Facetubes-MTB-SLZ).

Daniel de La Touche em dois momentos: um, criado por IA; e o outro, o personagem do performista humano, ator Uimar Junior

"A cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, no Brasil, tem uma história complexa e fascinante que envolve tanto franceses como portugueses. A fundação da cidade é frequentemente atribuída a ambas as

nacionalidades, o que faz com que essa seja uma questão interessante para estudiosos da história brasileira e colonial. Desta forma, decidimos perguntar à inteligência artificial do Facetubes sobre essa dúvida. A IA respondeu e nós conservamos a resposta em gênero, número e grau, sem nenhuma revisão, nem edição".

Obs: As respostas da IA variam de caso a caso, em razão da introdução do 'prompt' a ser perguntado.

Pergunta: explique as questões sobre a fundação da Cidade de São Luís, Nordeste do Brasil, capital do estado do Maranhão. E quais os aspectos positivos dela?

A Inteligência Artificial do Facetubes, assim respondeu, *ipsis litteris*:

DANIEL, o francês

"(...)

O francês Daniel de La Touche, também conhecido como Senhor de La Ravardière, foi o responsável por uma das primeiras tentativas de colonização da região, no ano de 1612. Ele chegou com o objetivo de estabelecer a colônia "França Equinocial", sob a autorização do rei Henrique IV da França. Os franceses formaram uma aliança com os índios locais e construíram o Forte de São Luís, que foi nomeado em homenagem ao rei francês Luís XIII.

Portugueses

Porém, a presença francesa em São Luís foi de curta duração. Em 1615, os portugueses, sob o comando de Alexandre de Moura, conseguiram expulsar os franceses e assumiram o controle do forte e da região. A partir desse momento, a cidade passou a ser uma possessão portuguesa, e é mais frequentemente associada à colonização portuguesa do Brasil. A cidade foi, então, integrada ao estado do Maranhão, que mais tarde se tornaria parte do Brasil. Aliás, quando o Brasil ficou independente, o Maranhão só veio aderir ao movimento, quase 1 ano depois.

Conclusão

Ambas as nações tiveram papéis na fundação e na história inicial de São Luís. No entanto, enquanto os franceses foram os primeiros europeus a tentar estabelecer uma colônia ali, foram os portugueses que conseguiram efetivamente incorporá-la como parte de seus territórios ultramarinos. Assim, poder-se-ia dizer que os franceses fundaram o primeiro estabelecimento, mas foram os portugueses que fundaram a cidade como parte do império colonial português.

Então, dependendo do contexto em que a questão é colocada, a resposta poderia favorecer tanto os franceses quanto os portugueses. O que é inquestionável é que a cidade de São Luís possui uma rica história que reflete a complexa interação entre diferentes culturas e nações na formação do Brasil.

São Luís, capital do estado do Maranhão, possui uma riqueza histórica, cultural e natural inigualável. Sua importância para o cenário brasileiro se manifesta em diversos âmbitos, e aqui estão alguns destaques:

História Colonial e Arquitetura

São Luís é a única cidade brasileira que lhe é atribuída a fundação por franceses. A cidade tem um dos maiores conjuntos atualizados coloniais preservados do Brasil, reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1997. Alguns dos charmosos prédios das ruas do centro histórico são revestidas por azulejos portugueses que, também, contam a história da cidade.

Literatura

O Maranhão deu ao Brasil alguns de seus mais proeminentes literatos. Gonçalves Dias, um dos maiores poetas românticos do Brasil e autor da célebre canção "Canção do Exílio", é apenas um dos muitos talentos que a

cidade produziu. Outras figuras literárias notáveis incluem Ferreira Gullar, Aluísio Azevedo e Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira. Na política, uma das maiores expressões da região ainda pode ser considerado o ex-presidente da República, maranhense Jose Sarney, que além de político é da Academia Brasileira de Letras e um dos aplaudidos dos romancistas brasileiros, tendo "Saraminda", como top de leitura e vendas.

Cultura e Tradições

São Luís é um caldeirão de influências culturais. A presença de tradições afro-maranhenses como o Bumba-Meu-Boi, o Tambor de Crioula, o Cacuriá, e outros, dão um colorido especial às festividades da cidade. O São João de São Luís é uma experiência única, assim como seu Carnaval com os tradicionais Blocos de sujo e os Fofões.

Natureza

Uma vasta área litorânea, com suas praias, dunas e lagoas, tornam a cidade um dos destinos mais cobiçados do Brasil. A fauna, incluindo os famosos guarás, pássaros de coloração vermelha-viva, e a flora são outros tesouros naturais do estado, incluindo-se, aí, uma das maiores áreas de mangues naturais das cidades nacionais.

Ilustração da única obra musical citada pela IA.

Linguagem

São Luís é frequentemente apontada como um dos lugares onde se fala um dos portugueses mais "puros" no Brasil, embora, com características e expressões únicas do maranhês.

Culinária e Música

A gastronomia maranhense é um reflexo da mistura de culturas da região. Ingredientes como camarão, caranguejo, peixe-pedra e outros frutos do mar são combinados com especiarias, arroz de cuxá, vapatá e outros ingredientes locais para criar pratos saborosos e únicos. Tais exemplos e gostosuras estão no CD "Sotaque Maranhense na Arte de Cozinhar", constante na matéria sobre o "Gourmand World Cookbook Awards", um prêmio que laureia as melhores publicações da gastronomia mundial. Os maranhenses Wellington Reis e José Ignacio são citados mundialmente pelo prêmio que ganharam em Örebro, encrustada na província de Närke, na região da Gotalândia, ao sul da Suécia.

Epílogo

A soma de todos esses aspectos faz de São Luís uma cidade inigualável em termos de contribuição para a cultura, história e identidade brasileira. Como Gonçalves Dias expressou tão bem, há um laço emocional profundo que muitos ludovicenses sentem por sua terra natal, um testemunho da rica tapeçaria de experiências que a cidade e o estado do Maranhão oferecem.

(...)"

AYMOREÉ ALVIM

O TEATRO NO AMBIENTE CULTURAL DE PINHEIRO.

Desde o início do Movimento Cultural de 1920, Pinheiro passou por uma série de transformações, principalmente, no seu ambiente artístico-cultural.

Foram criados a Loja Maçônica Renascimento de Pinheiro, o Jornal Cidade de Pinheiro, a Biblioteca Popular, o jornal A Vanguarda, os teatros Guarany, Santo Inácio e São José, o Rádio Clube Pinheirense, o Cassino Pinheirense, o Salão do Cinema além de cursos de primeiro e segundo grau. Não podemos esquecer, contudo, a fundação de times de futebol, o esporte preferido por todos, times de Voleibol e Basquetebol. O bumba-meu-boi, reisados, festa do Divino, tambor de crioula e pastorais eram manifestações que já existiam antes de 1920, mas que receberam incentivos e ainda fazem parte do Calendário turístico-cultural do município. O importante desse Movimento foi que, ao mesmo tempo, se preocupou em atender os diferentes segmentos sociais da cidade recém-criada e preservar essa riqueza já existente.

De todas essas atividades, destacamos o teatro como instrumento importante, no campo educacional, pois amplia o conhecimento e ajuda na formação da cidadania pela contribuição que dá, principalmente, às crianças e aos jovens para o seu desenvolvimento intelectual e expressão dos seus sentimentos e emoções.

A primeira casa dessa arte milenar, em Pinheiro, antecedeu o movimento de 1920. Na segunda metade da década de 1910, José Cruz Lima e esposa, dona Santa, criaram o “Recreio de Maria”, um salão, na própria residência, onde eram apresentados dramas, comédias, pastorais por crianças e jovens de ambos os sexos.

Mas foi a partir do Movimento Cultural que as atividades teatrais foram consolidadas. Foi criado o Teatro Guarany, instalado, na Rua Siqueira Campos, em frente ao atual Patronato São Tarcísio. Na sua inauguração, em 22 de janeiro de 1922, foi levado ao palco o drama bíblico Esther, dirigido pela professora Raimunda Nogueira. Do elenco participaram as senhoritas Naíza Sousa, Zirza Jinkings, Inah Guterres, Rosalina Castro, Alice Guterres Sousa e Inez Frazão. Em maio desse mesmo ano, o Teatro voltou a abrir suas portas

com a comédia “Chalé à beira da estrada” com interpretação a cargo dos jovens artistas: Benedito Durans, Alcides Reis, Antônio Beckman, Ulysses Durans, Cândido Castro, Antônio Durans, Ataliba Ribeiro, Paulo Soares e os cantores de fados e sambas Alice e Waldemir Guterres Soares.

Com o desaparecimento do Teatro Guarany surgiu o Teatro Santo Inácio, fundado, em 25 de março de 1925, cuja sede ficava, na atual Avenida Getúlio Vargas, onde se encontra o Armazém Paraíba.

Coronel Libório foi a peça inaugural. Era uma comédia escrita, produzida e dirigida por Waldemir Soares que, também, atuava como ator juntamente com o seu grupo formado pelos jovens: Benedito, Antônio e Ulysses Durans, Paulo Castro, Raimundo Soares, Vicente Costa, Odím e Ernani Leite e Carlos Pimenta.

Outras iniciativas que ocorreram, na segunda metade dessa década, foram promovidas por dona Izabel Fialho Felix com o apoio do pároco, padre Severo, por dona Fausta Abrão e pela Sociedade Cívico-Teatral

Pinheirense, fundada em 1925. Tudo isso reflete a boa atmosfera criada pelas artes que envolvia o povo de Pinheiro.

A década de 1930 foi, também, muito fecunda em artes, educação e cultura.

No local onde está, atualmente, o Grupo Escolar Odorico Mendes, na Praça da República, foi instalada, em 1933, a primeira sala de cinema pela Empresa Felix & Frutuoso.

Com o desaparecimento do Cassino Pinheirense, um grupo de cidadãos, tendo à frente Dr. Antenor Abreu e Izidoro Pereira, criou, no local onde funciona o atual Forum, o Clube Recreativo Pinheirense que além das festas que oferecia, abriu espaço para o teatro. Lá foram representadas pastorais e comédias de cujo elenco participaram várias senhoritas da sociedade local como Alcinda e Lucinda Gomes, Inez de Castro, Maria Rosa Serra, Fausta Gomes, Nice Peixoto, Ondina Castro e outras. Na área de esportes, apoiou as primeiras iniciativas de criação de times de basquete e volley-ball para os quais chegou a construir quadras, nas suas dependências.

Com a segunda guerra mundial, houve uma parada do movimento que só retornou, em fins da década de 1940, com os trabalhos realizados pela professora Olga Leitão, no Grupo Escolar Elizabetho Carvalho, que funcionava na atual Avenida Presidente Dutra onde se encontra um Templo Evangélico. Nos anos de 1950 e 1960, as atividades teatrais prosseguiram, no Colégio Pinheirense cujas peças eram dirigidas pela Sra. Maria Ewerton dos Santos, no teatro da Casa de Paulo de Tarso sob a direção da Sra. Benedita Castro e pelos estudantes quando em férias que eram dirigidos pelo padre Luís Zechinatto.

Estas reminiscências devem servir de estímulo aos agentes públicos e educadores de Pinheiro, para que dêem prosseguimento ao teatro local pela importância que tem, no desenvolvimento e na formação cultural e artística da criança e do jovem, em face do exemplo que nos foi legado pelos nossos antepassados.

ANA LUIZA ALMEIDA FERRO

DISCURSO DE POSSE COMO ASSOCIADA CORRESPONDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS¹

Ana Luiza Almeida Ferro²

É de Cícero uma das mais poéticas e precisas definições da História: *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*. “Testemunha dos tempos”, a iluminar a verdade ou as verdades dos homens, a dar contínua vida à memória, a ensinar sobre a vida das gentes, a trazer sempre vívido o passado, como um baú inesgotável de lições para as novas gerações, assim é a História, a construir, macular, rever e de novo celebrar e destruir reputações, a edificar e varrer civilizações e cidades, a acompanhar a eterna odisseia de cada Ulisses em particular e da humanidade como um todo, seja em busca do ideal da perfeição do Santo Graal, seja em busca do Velo de Ouro da prosperidade e do poder, seja em busca das especiarias das Índias ou da riqueza florestal e mineral da Amazônia. O tempo, que é a sua bússola e devora fatos cotidianamente, à maneira de Cronos, costuma erodir os mais sóbrios e seculares monumentos e edificações, cujas ruínas refletem um passado de olvidados tesouros e anunciam um futuro de horizontes incertos. Mas, em meio a essas ruínas do tempo, ainda vicejam, em solo árido ou fértil, sob sol ou sombra, os ideais. São eles que movem o homem, como este move o mundo. E são esses ideais que fazem do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais o magnífico trem que conhecemos, de vagões e assentos exclusivos, sempre a percorrer os trilhos e a cortejar as estações da terra drummondiana, como incansável testemunha dos humores do tempo e fiel intérprete dos meandros da História.

Neste dia de festa, assenhoreada pelo júbilo, tenho a honra de embarcar, como associada correspondente, nesse trem de homens e mulheres que viajam pelos trilhos da História e percorrem os vales contíguos da Geografia, Antropologia, Paleontologia, Arqueologia, Genealogia, Heráldica, Medalhística, Paleontologia e Sociologia,

¹ Proferido na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG, em Belo Horizonte-MG, na data de 26 de novembro de 2022.

² Promotora de Justiça, professora, escritora, historiógrafa, poeta e conferencista internacional. Doutora e Mestre em Ciências Penais (UFMG). Pós-Doutora em Derechos Humanos (Universidad de Salamanca, Espanha). Professora da ESMP-MA. Membro da European Society of International Law (ESIL), do PEN Clube do Brasil, da Academia Brasileira de Direito (ABD), da Academia Brasileira de Filosofia (ABF), da Academia Maranhense de Letras (AML), do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e de várias outras instituições culturais. Membro de Honra da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica. Associada correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Detentora de certificados pela University of Cambridge, Inglaterra, e de diplomas pela Université de Nancy II, França. Autora de 19 livros, sobretudo de Direito penal, História e poesia, entre os quais *O Tribunal de Nuremberg, Quando, Crime organizado e organizações criminosas mundiais e 1612*. Recebeu o Prêmio “Poesia, Prosa e Arti figurative” (Itália), a Menção Honrosa do prestigioso Prêmio Pedro Calmon 2014 (IHGB) e o tradicional Prêmio Literário Nacional PEN Clube do Brasil 2015. Venceu o Concurso “Monólogos históricos para o PEN Clube em tempos de confinamento e reclusão – 2020”. E-mail: alaferro@uol.com.br.

“comendo lenha e soltando brasa”, como diria João do Vale, em prol do objetivo de preservação, produção e divulgação de registros históricos e estudos nas áreas afins, tendo como foco o Estado de Minas Gerais, mediante a publicação da Revista e do Boletim, o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais, a realização de palestras, cursos, seminários, ciclos de estudos, comemorações cívicas e excursões culturais, a exemplo dos ciclos de palestras sobre a histórica viagem do Imperador Dom Pedro II à província de Minas Gerais, a Inconfidência Mineira e os 50 anos de desenvolvimento da política pública estadual de proteção ao patrimônio cultural mineiro, o 5º Seminário Mineiro de Genealogia, com a palestra “Origens e horizontes: genealogia e direitos”, entre outros meios presenciais ou virtuais.

Esse trem é produto de um grande sonho, que principiou a se materializar em 16 de junho de 1907, na ocasião em que membros do Clube Floriano Peixoto, presidido pelo Coronel Júlio César Pinto Coelho, se reuniram em Belo Horizonte e ouviram Antônio Augusto de Lima discursar “fazendo entrega da organização do Instituto a seus sócios fundadores”, o que foi levado a cabo com a instalação da entidade em agosto do mesmo ano, sob a presidência de João Pinheiro, escolhido por aclamação para tal missão, então presidente do Estado. Aí tomou corpo e alma o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG, a Augusta Casa de João Pinheiro, hoje sob as habilidosas mãos do professor José Carlos Serufo, egresso das tradicionais fileiras da Medicina. O exemplo maior veio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, fundado pelo Imperador D. Pedro II em 1838, com sede no Rio de Janeiro, por sua vez inspirado no *Institut Historique*, fundado em Paris, quatro anos antes. Também inspirado no IHGB, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, do qual sou sócia efetiva, nasceu em 20 de novembro de 1925, em reunião solene de um grupo de figuras não menos ilustres, sob a presidência de Justo Jansen Ferreira, secretariado por Antônio Lopes da Cunha, ocorrida em São Luís.

De fato, eu venho do Ministério Público do Norte, da ilha que os indígenas chamaram de Upaon-açu (“Ilha Grande”), os lusitanos, da Trindade, e os franceses, do Maranhão, onde, a 8 de setembro de 1612, os nobres François de Razilly e Daniel de la Touche, o primeiro católico e o segundo huguenote, numa prova de superação da intolerância religiosa reinante no século imediatamente anterior, de posse de cartas patentes concedidas pelo infante Rei Luís XIII, por meio da rainha regente Maria de Médicis, fundaram a França Equinocial, erguendo e fixando a cruz da fé cristã no solo maranhense e estabelecendo o núcleo originário da cidade de São Luís, a partir do Forte *Saint Louis*, em aliança com os índios tupinambás. A conquista se fez pelo mar: nas naus *Régent* e *Charlotte* e no patacho *Sainte Anne*, da expedição colonizadora francesa, vieram gentis-homens, soldados, colonos, artífices, marinheiros e quatro capuchinhos, dois dos quais seriam os primeiros historiadores do Maranhão: Claude d’Abbeville, autor da fantástica *Histoire de la mission des pères capucins en l’Isle de Maragnan et terres circonvoisines* (*História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*), originalmente publicada em Paris, no princípio de 1614, e Yves d’Évreux, Superior da missão no Brasil setentrional, autor da também fascinante *Suite de l’histoire des choses plus memorables advenuës en Maragnan, és années 1613 & 1614* (*Seguimento da História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*), obra igualmente publicada naquela cidade no ano de 1615, edição destruída pelo tipógrafo François Huby – por ordens superiores, para evitar embaraço nas relações com a Espanha, alegada senhora do Brasil nos termos da União das Coroas Ibéricas –, de que sobraram pouquíssimos exemplares, nenhum completo, um dos quais salvo por oportuna interferência de Razilly. O Maranhão era então a porta para o vasto território amazônico, no qual se escondia, de acordo com a crença, o famoso *Eldorado*. A propósito, é grande a controvérsia sobre a origem e a significação de seu nome, sendo uma das principais hipóteses a defendida por Teodoro Sampaio, para quem o vocábulo, do tupi, indicaria o mar corrente. Não por acaso, o grande rio das Amazonas foi inicialmente conhecido como rio Maranhão nas bandas de cá e, ainda hoje, o Amazonas se chama Marañon nas bandas de lá, isto é, nos países andinos. E o Maranhão, não devemos esquecer, é o estado com o segundo maior litoral no Brasil.

Já Minas, distante do mar mas perto do céu, coroado por serras, sempre teve o seu nome associado aos minérios aqui encontrados em abundância e que constituíram a primeira grande riqueza da região, em especial o ouro, como nota Aires do Casal. Mal sabiam os exploradores do Maranhão e do norte do Brasil dos séculos XVI e XVII que o *Eldorado* ficava aqui, nas Minas Gerais. E foram ditas “gerais”, provavelmente em oposição às minas particulares ou em atenção à grande quantidade e variedade dos minérios. Minas, como era inicialmente conhecida, tornou-se a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1709, vinculada ao Estado do Brasil, e,

posteriormente, a Capitania de Minas Gerais em 12 de setembro de 1720, nascida da cisão da anterior, com capital na antiga Vila Rica, dando origem a 300 anos de muitas lutas e conquistas, irrigadas de sangue e suor, em efeméride concretizada em 2020 e oportunamente celebrada pelo IHGMG, conquanto sob as restrições da pandemia. Desta capitania, originaram-se a província de Minas Gerais a partir de 1821, primeiramente sob o sinete do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, logo substituído pelo do Império, e, mais tarde, o estado homônimo, sob a forja da República, na qual gradativamente adquiriu um protagonismo político-econômico ainda maior nos rumos do país, de que são provas a época da Política do Café com Leite, conduzida a partir da presidência de Campos Sales (1898-1902), na República Velha, o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), conhecido pelo plano de ação desenvolvimentista dos “cinquenta anos em cinco”, e a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República em 1985, a qual seria assumida por seu vice-presidente, o maranhense José Sarney, nos albores da Nova República, em decorrência da morte do grande artífice da redemocratização.

O Maranhão, por sua vez, teve nos séculos XVII, XVIII e XIX, em suas primeiras décadas, os períodos mais expressivos de protagonismo na história do Brasil, de que são exemplos a efêmera, mas significativa, experiência da França Equinocial (1612-1615), cuja queda fez naufragar o sonho de um império ultramarino gaulês na América do Sul e abriu aos lusitanos os caminhos para a conquista definitiva da parte norte do Brasil, a instituição e a instalação do Estado do Maranhão (depois transformado em Estado do Maranhão e Grão-Pará), com sede em São Luís e área abrangendo o território aproximado dos atuais estados do Acre ao Ceará, respectivamente em 1621 e 1626, autônomo em relação ao Estado do Brasil, e a época de grande progresso desencadeada pela criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, por obra da visão do Marquês de Pombal, na qual São Luís chegou a ocupar, sob o ciclo do algodão, “à vista de sua população e riqueza, o quarto lugar entre as cidades brasileiras”, na avaliação dos naturalistas germânicos Johan Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Phillip Von Martius. Em virtude de sua relação mais íntima com a Coroa lusa do que com o centro do poder no Brasil, o Maranhão apenas aderiu à Independência do Brasil em 28 de julho de 1823, quase um ano após a proclamação desta.

Se abundam diferenças entre as formações política, econômica e cultural do Maranhão e de Minas Gerais, há, por outro lado, muitos trilhos compartilhados pelos dois estados na História do Brasil e muitas estações comuns ao IHGMG e ao IHGM na persecução de seus fins. De pronto, lembremos que ambos os institutos buscaram inspiração no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nasceram sob a marca de um Antônio, seja o Augusto de Lima do IHGMG, seja o Lopes da Cunha do IHGM. Até a capital mineira guarda uma relação curiosa com a capital maranhense: Belo Horizonte, primeira cidade planejada do Brasil hodierno, inspirada em urbes como Paris e Washington, já foi Cidade de Minas, antigo Curral del Rei, enquanto São Luís se situa na ilha já conhecida como das Vacas.

O Maranhão e Minas Gerais estão unidos pelos caminhos da literatura e da História. Possuem dois dos maiores poetas do Brasil: Gonçalves Dias, autor romântico de versos consagrados até no Hino Nacional e saudado, por José de Alencar, como “o poeta nacional por excelência”, pois “ninguém lhe disputa na opulência da imaginação, no fino labor do verso, no conhecimento da natureza brasileira e dos seus costumes selvagens”, e Carlos Drummond de Andrade, expoente do Modernismo brasileiro, cuja data de nascimento é homenageada no Dia Nacional da Poesia. Uma das maiores escritoras maranhenses, Lucy Teixeira, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e se dedicou à vida literária ao lado de figuras do quilate de Otto Lara Resende, Murilo Rubião, Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino. Mário Martins Meireles, um dos maiores historiadores maranhenses, nascido na Atenas Brasileira, de quem tenho a honra de ser parente, pela via de meu avô paterno, o ferroviário João Meireles Ferro, residiu e trabalhou, durante certo tempo, nesta terra de Tiradentes, onde, inclusive, nasceu uma de suas filhas. Muitos outros laços poderiam ser aqui evocados, mas o maior deles quiçá seja a vocação comum para a valorização da tradição, bem como para a aspiração e defesa da liberdade. Não por acaso ocorreram no Maranhão a Revolta de Beckman (1684) e a Balaiada (1835-1845) e em Minas a Revolta de Vila Rica, com Filipe dos Santos (1720), e a Conjuração Mineira de 1789, esta a mais emblemática tentativa de emancipação política do Brasil Colônia, abortada pela delação de Silvério dos Reis, que, para tristeza nossa, terminou seus dias no Maranhão e foi enterrado na Igreja de São João Batista, em São Luís. A bandeira estadual que hodiernamente tremula nos céus mineiros reverencia a bandeira projetada pelos inconfidentes, com um triângulo central e a reveladora expressão latina *Libertas quæ sera tamen* (“Liberdade ainda que tardia”), extraída de um dos versos do poeta Virgílio. Já a bandeira maranhense foi

criação do poeta Sousândrade, inspirado no pavilhão nacional dos Estados Unidos, cuja independência (1776) igualmente influenciara os participantes da Inconfidência Mineira. Ainda sobre a defesa da liberdade, não podemos esquecer o famoso Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943, assinado por 92 vultos da intelectualidade mineira, a exemplo de Afonso Arinos de Melo Franco, Artur Bernardes, Milton Campos e Pedro Aleixo, sob o signo do liberalismo, pugnando pelo fim do Estado Novo varguista e pela redemocratização do país, fundada em uma noção de democracia de caráter social, portanto, não somente político.

Quanto à valorização da tradição, não por acaso os centros históricos de São Luís, Diamantina e Ouro Preto, o Conjunto Moderno da Pampulha e o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas são patrimônios mundiais culturais reconhecidos pela UNESCO. Cá aproveito para render tributo ao legado lusitano em São Luís, a Cidade dos Azulejos, capital brasileira exibindo o maior número de casarões em estilo tradicional luso e o maior conjunto arquitetônico homogêneo no contexto latino-americano.

O Maranhão e Minas olham para o futuro sem olvidarem o passado e ainda ostentam o *glamour* da província, oscilando entre um conservadorismo arraigado em princípios e valores temperados pela passagem do tempo e a preocupação com a busca do protagonismo diante das novas realidades e do avanço tecnológico.

De 2000 a 2003 residi em Belo Horizonte. Minha vida então, entretanto, não era “subir Bahia e descer Floresta”, como diria Rômulo Paes, mas subir e descer a Álvares Cabral, a caminho e de volta da Vetusta Casa de Afonso Pena na João Pinheiro, onde tive o privilégio de cursar mestrado e doutorado em Ciências Penais na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi também nesta cidade em cujas ruas moram o Brasil e o mundo que iniciei minha carreira como escritora: dos 19 livros que publiquei, sete levam o selo de editoras mineiras – Mandamentos e Del Rey.

Hodiernamente vivemos uma época de crise, que transborda do rio da Ética e invade as margens da História. Na visão do psicanalista francês Charles Melman, o novo homem privilegia o prazer e a estética em desfavor, respectivamente, do saber e da ética, em um tempo de admirável liberdade, mas infecundo para o pensamento, no qual o excesso se tornou a norma. Esse excesso nem sempre foi adequadamente combatido, como atestam algumas decisões judiciais que cederam à tentação de uma temerária restrição à liberdade de expressão e, mais inquietante, da censura. Voltando no tempo, lembremos que, para Kant, o ser humano não é natural e espontaneamente ético, daí ter necessidade de imperativos morais e normas para dominar as resistências da sensibilidade. A vontade, determinada pela razão, é boa por definição e é regida pela lei moral, cuja forma de enunciação é o imperativo categórico, que prescreve tipos de conduta universalizáveis. *Dieser Imperativ ist kategorisch... Dieser Imperativ mag der der Sittlichkeit heissen*. “Este imperativo é categórico... Este imperativo pode ser chamado o da Moralidade”, prega o filósofo de Königsberg. Na ética kantiana, a vida política é presidida pelo Direito, que é orientado para a compatibilização do exercício externo da liberdade dos cidadãos. A lei universal do Direito encontra síntese na máxima: “age exteriormente (socialmente) de tal modo que o exercício de teu livre-arbítrio possa coexistir com a liberdade dos outros.”

No Brasil de nossos dias, de cuja realidade não escapam Minas e o Maranhão, o que observamos, todavia, é o exercício abusivo da liberdade por uns em detrimento da liberdade de outros, desrespeitados em sua própria dignidade como pessoas, sujeitos de direitos, provocando a contínua deterioração de princípios éticos e dos costumes sociais e políticos.

O relativismo levado às últimas consequências, por outro lado, chancela condutas antiéticas, em nome do “jeitinho brasileiro”, com uso de racionalizações dúbias, do tipo “ninguém é dono da verdade” ou “todo mundo faz”. O patrimonialismo, o clientelismo político, o assistencialismo sem porta de saída e a espécie de liderança alicerçada na figura do “salvador da pátria” estão impregnados nas práticas incrustadas no meio social. A luta anticorrupção, que parecia ter vingado por estas plagas por um tempo, na esteira de iniciativas louváveis como a Operação Lava-Jato, tem sofrido seguidos retrocessos, mormente nas searas legislativa e jurisprudencial, na contramão do Direito internacional. Talvez devêssemos indagar, como Carlos Drummond de Andrade: “E agora, José?” E agora, que a eleição passou, que o povo sumiu, que o país rachou? Não há como ignorarmos que, no meio do caminho, tem uma pedra. Ou várias. E talvez devêssemos responder, como Gonçalves Dias: “A vida é combate, / Que os fracos abate, / Que os fortes, os bravos, / Só pode exaltar.”

Vale cá recorrermos às lições do icônico Manifesto dos Mineiros: “Tal qual se vê, desejamos retomar o bom combate em prol dos princípios, das idéias e das aspirações que, embora contidas ou contestadas, haveriam de

nos dar a Federação e a República, não como criações artificiais de espíritos românticos e exaltados, mas sim como iniludíveis imposições de forças históricas profundas. [...] Em verdade, Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a nação.”

E é nesse contexto que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais concretiza ano a ano o sonho comum de Antônio Augusto de Lima e João Pinheiro e realiza a visão de Cícero sobre a História. Este sodalício é legítima testemunha dos tempos, a iluminar a verdade ou as verdades dos homens e das mulheres das Minas Gerais, a dar contínua vida à memória, como guardião maior dos valores e dos princípios da gente mineira, em defesa da cultura deste estado.

Pelo galardão deste dia especial, agradeço a Deus, Nosso Maquinista Maior, à minha família, especialmente à minha mãe e ao meu saudoso pai, eternos mestres e anjos da guarda, ao Venerando IHGMG e aos seus sócios, em particular à tríade carolina, isto é, ao Presidente José Carlos Serufo e ao Secretário-Geral Antonio Carlos de Albuquerque, que, com a cordialidade e galhardia que lhe são características, primeiro me abriu as portas da Casa de João Pinheiro, na companhia de um saudoso colega das briosas fileiras do Ministério Público, o Procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta, que presidia este sodalício na ocasião de minha eleição.

Por derradeiro, é mister recordarmos que são a força de um ideal e a magia de um sonho que movem o IHGMG. Embarcar nesse trem é percorrer o Caminho Novo das Minas Gerais e poder garimpar, pela janela do tempo, as pedras preciosas que enfeitam a história e a geografia desta terra abençoada pelo exemplo de Joaquim José da Silva Xavier e dos inconfidentes.

Muito obrigada.

A SITUAÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DA FRANÇA QUINHENTISTA E SEISCENTISTA E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERIOR DO REINO NO PERÍODO

Ana Luiza Almeida Ferro*

1. Considerações iniciais

Teve a Reforma Protestante terreno fértil na França, onde um problemático cenário socioeconômico, político e religioso, caracterizado pelo enriquecimento desmedido da burguesia, pelo empobrecimento exacerbado do povo, pelas dívidas contraídas pelos nobres, pela persistência das crises financeiras, pelo renovado choque entre ambições feudais e o poder real, pela rivalidade entre famílias nobres, pelo aumento do antissemitismo e pelos abusos de parte do clero, incluindo papais, favoreceram a formação de um clima de intolerância, radicalismo e confronto.

De princípio, o movimento seduziu os intelectuais e, depois, os nobres e os homens das finanças, mas não angariou, em geral, a simpatia do povo. No período entre 1555 e 1560, parcela expressiva dos membros da alta nobreza gaulesa adotou a nova fé, entre os quais o Príncipe de Condé, movido por ódio ao monarca no poder, e Gaspard de Coligny, respeitado sobrinho do Condestável de Montmorency e dito almirante, título sem suporte na realidade, pois não possuía experiência prática no ofício, o mesmo que apoiou o empreendimento da França Antártica como principal ministro de Henrique II e passou de aliado a inimigo de Villegagnon, não devendo ser olvidado que teve sua filha Luísa casada com o protestante alemão Guilherme de Nassau (1533-1584), ou Guilherme I de Orange-Nassau ou, ainda, Willem van Oranje em neerlandês, [Príncipe de Orange](#), líder maior do movimento de independência dos [Países Baixos](#) em relação à poderosa Espanha.

Como efeito de todo esse caldeirão e da crescente divulgação das ideias protestantes, o número dos adeptos da doutrina de Calvino já montava a aproximadamente dois milhões em 1560, correspondendo a quase 10% da população francesa. O reformista, de sua praça-forte em Genebra, desde 1555, encarregara por volta de 200 pastores de pregarem em solo gaulês, os quais lá estabeleceriam 670 igrejas e 2.150 comunidades.³

A tradição aponta oito guerras de religião na França, sendo quatro durante o reinado de Carlos IX (1562-1563, 1567-1568, 1568-1570 e 1572-1573) e quatro nos governos de Henrique III e Henrique IV (1574-1576, 1576-1577, 1579-1580 e 1585-1598), consistindo em um conjunto de campanhas militares interrompidas por breves suspensões das hostilidades.

2. As guerras de religião na França

De linha intransigente, o partido católico era liderado pela família Guise,⁴ à qual pertenceram, entre outros, os irmãos Francisco – pai do célebre Henrique de Guise e de Luís, Cardeal de Guise –, Carlos, Cardeal de Lorena,

* Promotora de Justiça, professora, escritora, historiógrafa, poeta e conferencista internacional. Doutora e Mestre em Ciências Penais (UFMG). Pós-Doutora em Derechos Humanos (Universidad de Salamanca, Espanha). Professora da ESMP-MA. Membro da European Society of International Law (ESIL), do PEN Clube do Brasil, da Academia Brasileira de Direito (ABD), da Academia Brasileira de Filosofia (ABF), da Academia Maranhense de Letras (AML), do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e de várias outras instituições culturais. Membro de Honra da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica. Associada correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (HGMG). Detentora de certificados pela University of Cambridge, Inglaterra, e de diplomas pela Université de Nancy II, França. Autora de 19 livros, sobretudo de Direito penal, História e poesia, entre os quais *O Tribunal de Nuremberg*, *Quando*, *Crime organizado e organizações criminosas mundiais e 1612*. Recebeu o Prêmio “Poesia, Prosa e Arti figurative” (Itália), a Menção Honrosa do prestigioso Prêmio Pedro Calmon 2014 (IHGB) e o tradicional Prêmio Literário Nacional PEN Clube do Brasil 2015. Venceu o Concurso “Monólogos históricos para o PEN Clube em tempos de confinamento e reclusão – 2020”. E-mail: alafferro@uol.com.br.

³ Ver, a propósito, Mariz e Provençal (2007, p. 32-33); e Provençal (2006, p. 46).

⁴ Sobre a família Guise, ver o artigo “The House of Guise”, extraído de *Blackwood’s Magazine*, em THE ECLECTIC MAGAZINE OF FOREIGN LITERATURE, SCIENCE, AND ART (1850, p. 118-134).

e Cláudio, Duque de Aumale, tios de Maria Stuart, enquanto o partido huguenote, não menos extremado, era comandado pelos Bourbons, Condés e Colignys. O tio de Gaspard de Coligny, Anne de Montmorency, Condestável de França, porém, manteve-se na fé católica e fiel à Coroa. Ao regressar do Brasil à França, coerentemente, Villegagnon juntou-se ao primeiro partido, vindo a ser ferido em Rouen e bem-sucedido na defesa de Sens no ano de 1567, frustrando os interesses do Príncipe de Condé. Os principais líderes católicos e protestantes pereceriam todos violentamente, a exemplo de Francisco de Guise em 1563; Anne de Montmorency em 1567; Luís de Bourbon, fundador da Casa de Condé e primeiro Príncipe de Condé, em 1569; Gaspard de Coligny em 1572; Henrique de Guise e o Cardeal de Lorena em 1588.

Durante o seu reinado, o católico Henrique II, protetor de Villegagnon, enfrentara, em meio a guerras, uma difícil situação econômica, aos poucos domada; ora tolerara, ora hostilizara os adeptos da Reforma; e tentara conter a difusão deste movimento no país, ao mesmo tempo em que, guardando um sentimento de desconfiança com respeito às posições do Sumo Pontífice, promovera, no exterior, uma política expansionista, marcada pela associação com os príncipes protestantes germânicos e com os turcos e por expedições enviadas ao Canadá, ao Brasil e à África, mais exatamente ao Marrocos. Sob influência do Condestável de Montmorency, chefe de suas forças armadas, e dos cardeais de Lorena e de Tournon, criara, logo no primeiro ano de seu governo, isto é, em outubro de 1547, no Parlamento de Paris, uma câmara especial dedicada aos processos de heresia, que seria conhecida como “Câmara Ardente”, pelo destino conferido aos condenados: a fogueira. Após a morte do soberano em 1559, a França adentrou um período de profunda instabilidade no campo dinástico e acentuação dos conflitos entre católicos e huguenotes.

Eloquente evidência dessa conjuntura é que, no curto lapso temporal de 1559 a 1612, o país teve quatro reis, dois deles assassinados, talvez três, e duas regentes.

Francisco II (1544-1560), primogênito de Henrique II com Catarina de Médicis, da dinastia dos Valois, esposo de Maria Stuart, foi o que reinou por menos tempo: apenas um ano, falecendo de uma otite purulenta, ou de tuberculose, ou, ainda, conforme uma hipótese, de envenenamento, sem descendentes.

No ano de 1560, os protestantes, sob a liderança do Príncipe de Condé, promoveram uma malograda tentativa de sequestro do monarca e dos poderosos irmãos Francisco e Carlos de Guise, a chamada Conspiração de Amboise, daí decorrendo violentas represálias por parte dos católicos, como a execução dos rebeldes, as quais forçaram Condé a fugir na sequência imediata, propiciando aos Guises o aumento de sua influência.

Carlos IX (1550-1574),⁵ irmão de Francisco II, terceiro filho varão de Henrique II com Catarina, era apenas uma criança quando ascendeu ao trono, de maneira que a sua mãe assumiu o governo como regente por vários anos, posição que já ocupara no passado por breve período quando da campanha de seu esposo na Lorena.

A florentina Catarina de Médicis sempre tencionou a preservação dos direitos de seus filhos no atinente ao cetro gaulês. Com tal intento, sua política interna ora privilegiou os interesses dos católicos, ora favoreceu os interesses dos protestantes nos conflitos religiosos, ora optou por uma atitude tolerante em relação aos calvinistas, ora descambou para uma ação implacavelmente repressiva no respeitante a estes.

Sua política externa agasalhou ambições expansionistas. Defensora das investidas francesas no Brasil desde a época do Rei Henrique II, opôs-se à União Ibérica, em que se deu a união das coroas portuguesa e espanhola, na figura de seu primo Felipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), após o falecimento do Cardeal D. Henrique em janeiro de 1580, o qual, por seu turno, já quase septuagenário, sucedera ao lendário D. Sebastião I, desaparecido na Batalha de Alcácer-Quibir ou Batalha dos Três Reis no norte do Marrocos em 1578, enquanto guerreava contra o exército de um sultão local, aliado dos otomanos.

⁵ A título de curiosidade, o governo de Carlos IX está associado a uma das mais conhecidas versões do começo da tradição do dia da mentira, 1º de abril. Em 1564, foi ele quem, com a adoção do calendário gregoriano, instituiu o dia 1º de janeiro como marco inicial do ano. Anteriormente, o Ano Novo era celebrado em 25 de março, princípio da primavera, estendendo-se as comemorações por uma semana, isto é, até 1º de abril. Os franceses mais conservadores não aderiram à alteração e mantiveram a celebração na data do passado, o que lhes tornou alvo de zombarias por parte dos aderentes à mudança, que passaram a lhes enviar presentes esdrúxulos ou convites referentes a festas inexistentes, em brincadeiras chamadas de *plaisanteries*, gerando dúvidas e confusão na mente das pessoas sobre a veracidade da data. Nasceu então a tradição do 1º de abril como o dia da mentira, que depois ganhou a Inglaterra e o mundo.

A morte do soberano lusitano desencadeou uma crise sucessória, porque ele não deixou herdeiros, permitindo que pretendentes lusos e estrangeiros disputassem o trono, a exemplo de três netos de D. Manuel I de Portugal: a Infanta Catarina, Duquesa de Bragança; António, Prior do Crato; e Felipe II de Espanha, que venceria a queda de braço pela força das armas, invadindo o território português. Catarina de Médicis também se apresentou como candidata à sucessão,⁶ porém acabou firmando um acordo secreto com o prior, pelo qual ela o apoiaria na luta pelo poder e renunciaria ao seu alegado direito à Coroa lusitana em favor dele, ao passo que ele, uma vez à testa do governo luso, reconheceria as reivindicações francesas a respeito do Brasil, cujo Vice-Rei seria o primo da Rainha-Mãe, Filippo Strozzi.

Revela Charles de la Roncière não somente o encontro e o acerto de natureza sigilosa entre o representante de Catarina de Médicis e D. António, mas igualmente os planos ambiciosos da rainha no tocante à ajuda militar ao aliado e ao assenhoreamento do Brasil:

Don Antonio aprendeu, na sua chegada à França, como nós o queríamos: o irmão do rei, François d'Alençon, debateu com ele o preço de nossa cooperação. A renúncia de sua mãe ao trono de Portugal comportava certas compensações que foram estabelecidas entre os dois príncipes em 6 de outubro de 1581, por ocasião de um encontro secreto numa cidade de Eu. Lá somente assistiam como testemunhas Vimioso e Strozzi.

De algumas confidências escapadas a este no curso de uma conversa com Brantôme, podia-se conjecturar que um grande papel lhe estava reservado nas combinações da rainha-mãe, um papel incompatível com o cargo de coronel general da infantaria. Convidado a se desfazer de seu ofício por cinquenta mil escudos, Philippe Strozzi obedeceu, não sem pesar. [...]

O que ele compreendia por isso? Certas cartas de provisões misteriosas, que ele acabara de receber, estabeleciam-no como 'tenente-general ou vice-rei, sem que fosse necessário especificá-lo mais particularmente, em certo lugar para onde o dito senhor de Strozzi se encaminhasse:' ele devia ter, 'ele sozinho, o total encargo, comando e intendência em nome de Sua Majestade no sítio e lugar acima referido'.

Este lugar, a gente saberia por um envelope lacrado para ser aberto apenas no dia da partida. E de uma mão entorpecida pela idade, com uma ortografia demasiado fantasista para que eu a reproduza, mas com uma amplitude de visão espantosa, eis que magnífico plano de campanha traçava a velha rainha:

Strozzi, após haver ocupado a Madeira, terminará de restabelecer os Açores sob o domínio português. Brissac, com suas tropas, se assegurará das ilhas do Cabo Verde. Com a chegada do mês de agosto, Strozzi, deixando nas ilhas forças suficientes para conservá-las, se encaminhará para o Brasil com o resto de seu exército. – Assim, era do Brasil que o primo da rainha fora nomeado vice-rei. António e Catarina haviam 'ficado de acordo que, restabelecido ele nos seus

⁶ "O desaparecimento do rei Sebastião no campo de batalha de El-Ksar em 1578 deixava a coroa de Portugal a um ancião, ao cardeal Henrique. Preocupado com o futuro, Henrique I convidou os seus sucessores eventuais a fazerem valer, em sua vida, as suas pretensões. Foi então que a rainha Catarina de Médicis, sempre em busca de um trono para o último de seus filhos, descobriu direitos à coroa de Portugal como herdeira em linha colateral da Casa de Boulogne e não temeu entrar em competição com o rei da Espanha, um príncipe de Bragança e o neto ilegítimo do rei Manuel. Alguns meses depois, antes que fosse designado o herdeiro presuntivo, em 15 de janeiro de 1580, a sucessão se abria pela morte do rei Henrique I. [...] 'Perseguir meu dito direito sobre Portugal não é prejudicar ninguém', respondia a rainha-mãe às observações do embaixador da Espanha" (LA RONCIÈRE, 1910, v. 4, p. 167-168, tradução nossa). Este é o texto original: "La disparition du roi Sébastien sur le champ de bataille d'El-Ksar, en 1578, laissait la couronne de Portugal à un vieillard, au cardinal Henri. Soucieux de l'avenir, Henri I^{er} convia ses successeurs éventuels à faire valoir, de son vivant, leurs prétentions. C'est alors que la reine Catherine de Médicis, toujours en quête d'un trône pour le dernier de ses fils, se découvrit des droits à la couronne de Portugal comme héritière en ligne collatérale de la Maison de Boulogne et ne craignit point d'entrer en compétition avec le roi d'Espagne, un prince de Bragance et le petit-fils illégitime du roi Emmanuel. A quelques mois de là, avant que fût désigné l'héritier présomptif, le 15 janvier 1580, la succession s'ouvrait par la mort du roi Henri I^{er}. [...] 'Poursuivre mondit droit de Portugal, ce n'est faire tort à personne', répondait la reine mère aux observations de l'ambassadeur d'Espagne." A frase da rainha é extraída de uma de suas cartas, datada de 13 de setembro de 1581.

Estados, ela teria para suas pretensões a região do Brasil' (LA RONCIÈRE, 1910, v. 4, p. 173-175, tradução nossa).⁷

Volvendo ao período de Carlos IX, no plano interno, no início de 1562, o Parlamento de Paris negou-se a permitir aos huguenotes a prática de sua fé fora das cidades. Muito pior sucedeu no dia 1º do mesmo ano, quando ocorreu o Massacre de Vassy, episódio tido como desencadeador das guerras de religião, em que os homens de Francisco de Guise, ferido no rosto com uma pedrada por um protestante, perpetraram a matança de cerca de 60 calvinistas e feriram aproximadamente 200, os quais haviam se reunido em culto no interior de um celeiro, na localidade de Vassy, que abrigava uma expressiva congregação de fiéis da Reforma, próxima aos domínios dos Guise.

O fatídico acontecimento, aparentemente uma retaliação a excessos anteriores cometidos pelos convertidos ao protestantismo, de qualquer forma injustificável, rendeu a Francisco de Guise a alcunha de “Açougueiro de Vassy”, dada por seus inimigos.⁸ A Primeira Guerra de Religião findou apenas com o Tratado de Amboise no ano subsequente.

Foi ainda durante o reinado de Carlos IX, provavelmente por determinação da onipresente Catarina de Médicis, cuja influência sobre o filho jamais cessou, que se verificou o massacre da “Noite de São Bartolomeu”, sangrento e emblemático episódio das guerras de religião, em que houve uma sequência coordenada, patrocinada pela Coroa, de ataques e homicídios em larga escala perpetrados contra protestantes, por católicos, integrantes de todas as classes sociais, desencadeados em 24 de agosto de 1572, dia de São Bartolomeu, em Paris, quando das celebrações pelo casamento entre o nobre huguenote Henrique de Navarra e a princesa católica Margarida de Valois, irmã do monarca – união essa, ironicamente, idealizada para apaziguar as disputas de caráter religioso –, com desdobramentos em várias outras cidades gaulesas pelos dias que se sucederam, resultando no assassinato de mais de 30.000 partidários da Reforma, 3.000 destes somente em Paris, onde o Sena teria se coberto de vermelho do sangue das vítimas.

Destacava-se, entre os mortos, Gaspard de Coligny, o qual foi arrastado de sua cama, em que se recuperava de um atentado anterior à sua vida, golpeado mortalmente, jogado pela janela, decapitado e lançado desnudo no famoso rio. O popular líder católico Henrique de Guise ou Henrique de Lorena (1550-1588) teria ordenado a sua eliminação e até desferido um pontapé em seu cadáver, por culpá-lo pelo assassinio de seu pai Francisco de Guise, anterior Duque de Guise, proeminente chefe militar, anos antes, pela ação de um protestante, na oportunidade em que ele se preparava para tomar Orléans aos seguidores de Condé, conhecido fato da Primeira

⁷ A redação em francês é a seguinte: “Don Antonio apprit, à son arrivée en France, comment nous l’entendions: le frère du roi, François d’Alençon, débattit avec lui le prix de notre concours. La renonciation de sa mère au trône de Portugal comportait certaines compensations qui furent réglées entre les deux princes, le 6 octobre 1581, lors d’une entrevue secrète dans une ville d’Eu. N’y assistaient comme témoins que Vimioso et Strozzi. De quelques confidences échappées à celui-ci au cours d’une conversation avec Brantôme, on pouvait conjecturer qu’un grand rôle lui était réservé dans les combinaisons de la reine mère, un rôle incompatible avec la charge de colonel général de l’infanterie. Invité à se défaire de son office pour cinquante mille écus, Philippe Strozzi obéit, non sans regret. [...] Qu’entendait-il par là? Certaines lettres de provisions mystérieuses, qu’il venait de recevoir, l’établissaient ‘lieutenant-générale ou vice-roy, sans qu’il fût besoin de le spécifier plus particulièrement, en certain endroit où ledit sieur de Strozzi s’acheminait:’ il devait avoir, ‘lui seul, la totale charge, commandement et intendance de par sa Magesté en l’endroit et lieu dessusdit’. Ce lieu, on l’apprendrait par un pli cacheté à n’ouvrir que le jour du départ. Et d’une main alourdie par l’âge, avec une orthographe trop fantaisiste pour que je la reproduise, mais avec une largeur de vues étonnante, voici quel magnifique plan de campagne traçait la vieille reine: Strozzi, après avoir occupé Madère, achèvera de remettre les Açores sous la domination portugaise. Brissac, avec ses troupes, s’assurera des îles du Cap Vert. Le mois d’août venu, Strozzi, laissant dans les îles des forces suffisantes pour les conserver, s’acheminera vers le Brésil avec le reste de son armée. – Ainsi, c’était du Brésil que le cousin de la reine était nommé vice-roi. Antoine et Catherine étaient ‘demeurés d’accord que, luy restabli dans ses Etats, elle auroit pour ses prétentions la région du Brésil.’” O plano em causa, informa ainda Roncière em nota de rodapé, foi submetido ao monarca da época, *in casu*, Henrique III, que o aprovou em 3 de maio de 1582, repousando o original em São Petersburgo, na Biblioteca do Hermitage. *Ibidem*, p. 175.

⁸ Ver, sobre o Massacre de Vassy, “The French Wars of Religion”, extraído de *Blackwood’s Magazine*, em THE ECLECTIC MAGAZINE OF FOREIGN LITERATURE, SCIENCE, AND ART (1850, p. 461). O artigo tem por referência o segundo volume da obra *Histoire des Ducs de Guise*, de autoria de René de Bouillé, publicada em 1849.

Guerra de Religião. Embora Coligny jamais haja admitido o desempenho do papel de mandante, ele comemorara publicamente tal morte na época.

Apenas dois anos após a formalização da Paz de Saint-Germain, que estabelecera uma trégua, encerrando a Terceira Guerra de Religião, teve lugar o massacre da “Noite de São Bartolomeu”, do qual Henrique de Guise foi um dos beneficiários em termos políticos. A propósito, este Duque de Guise teve atuação marcante em várias das guerras em questão: por exemplo, na mesma Terceira Guerra de Religião, sobressaiu-se nas batalhas de Jarnac e Moncontour, ambas em 1569; e na Oitava Guerra de Religião, liderando os católicos, triunfou sobre os huguenotes nas batalhas de Vimory e d’Auneau, as duas em 1587. Ele alcançou o posto de Prefeito de Paris e chegou a ser nomeado Chefe Geral dos Exércitos do Reino.

Henrique III (1551-1589), também filho de Henrique II e Catarina, tornou-se o soberano da França com a morte de Carlos IX no ano de 1574. Reinou em tempo de grande turbulência político-social, motivada, sobretudo, pela continuidade das guerras de religião, permitindo, além disso, o mergulho da França em nova crise financeira. Lutou contra o enfraquecimento do poder real e foi um dos protagonistas da Guerra dos Três Henriques, juntamente com o protestante Henrique de Navarra, posteriormente Rei Henrique IV, marido de sua irmã Margarida de Valois, e Henrique de Guise, Príncipe de Joinville e Duque de Guise, chefe da Liga Católica – apoiada pela Espanha, inclusive financeiramente –, antigo aliado, depois rival, a quem mandou assassinar em dezembro de 1588, para extirpar a ameaça que ele representava à sua autoridade e ao seu trono, pela sua popularidade, influência e aliança com o monarca hispânico Felipe II. Em consequência, Henrique III igualmente sucumbiria alguns meses adiante, mais precisamente em agosto de 1589, apunhalado pelas mãos de um fanático, o frade jacobino Jacques Clément. Assim findou a dinastia dos Valois.

Foi no curso de seu governo que ocorreram as missões de Strozzi no Brasil, a partir de 1576, sob ordens de Catarina de Médicis, e a União das Coroas Ibéricas (1580-1640), pela qual Portugal e, conseqüentemente, o Brasil, passaram ao domínio da Espanha, primeiramente de Felipe II (1527-1598). Enquanto a Rainha-Mãe lutava pelos interesses franceses no Brasil, contestando oficialmente e nos bastidores com o Prior do Crato os direitos alegados pelo soberano espanhol, entre outras providências, a radical Liga Católica, dirigida por Henrique de Guise, negligenciou as possibilidades gaulesas na América lusitana, favorecendo os objetivos do também católico Felipe II, seu aliado no conflito com os calvinistas, ao deixar a terra brasileira aos hispânicos em 1584.

Não se desenrolaram as coisas em harmonia com o planejado e desejado por Catarina, porque o seu primo Strozzi, no comando de uma expedição luso-francesa, a serviço sigiloso da Coroa gaulesa, em prol da causa de D. António, morreu após a derrota na Batalha naval de Vila Franca, travada em 26 de julho de 1582 nos Açores, contra uma armada luso-castelhana, chefiada pelo Marquês de Santa Cruz de Mudela, D. Álvaro de Bazán, defendendo os interesses de Felipe II.

Como a expedição não ostentava cunho oficial reconhecido, porquanto Catarina não a assumiu como uma iniciativa sancionada pela Coroa, os numerosos prisioneiros franceses, oitenta fidalgos e trezentos e treze soldados e marinheiros, pagaram o insucesso militar com a vida, condenados à morte que foram como piratas e perturbadores da paz pública. Tão somente foram poupados os pilotos e os jovens abaixo de dezessete anos. Os fidalgos foram supliciados por meio do garrote em um cadafalso erguido em Vila Franca, ao passo que os demais foram enforcados. Filippo Strozzi teve seu corpo lançado ao mar de um galeão ibérico sem honras militares.⁹ A sua morte e o triunfo das pretensões de Felipe II sobre as do Prior do Crato enfraqueceram os esforços reivindicatórios franceses em relação ao Brasil por Henrique IV (1553-1610), cognominado o Grande, antes Henrique de Navarra, chefe huguenote sobrevivente do massacre da “Noite de São Bartolomeu”, inaugurou a dinastia dos Bourbons, tornando-se rei quando foi assassinado Henrique III, seu primo e cunhado, em 1589. Mas teve de conquistar o seu reino pelas armas. Venceu o Duque de Mayenne, novo líder da Liga Católica, após o assassinio de Henrique de Guise, em Arques em setembro de 1589 e, novamente, em Ivry em março do ano seguinte. Percebendo que somente seria aceito por seus súditos, majoritariamente católicos, se adotasse a religião dominante, abjurou a fé protestante em Saint-Denis no dia 25 de julho de 1593 e foi coroado em Chartres em 26 de fevereiro de 1594, entrando em Paris no mês subsequente. Obteve a absolvição do Papa

⁹ Ver La Roncière (1910, v.4, p. 188-190).

Clemente VIII. É dele a espirituosa observação de que Paris bem valia uma missa, dita em 1593, para “justificar” a sua adesão ao catolicismo.

Derrotou o espanhol Felipe II, católico fervoroso, que invadira o território gaulês em apoio à Liga, o mesmo personagem real da poderosa esquadra conhecida como “Invencível Armada”, peça principal da fracassada tentativa de subjugar a Inglaterra de Elizabeth I em 1588. Firmou o Tratado de Vervins com a Espanha em 2 de maio de 1598, pelo qual foram restabelecidas as cláusulas da Paz de Cateau-Cambrésis, de 1559.

Monarca de notável visão política e administrativa, sábio, pragmático, preocupado com o bem-estar de seu povo e decidido a combater as paixões religiosas que haviam ensanguentado o seu país por quase meio século, não foi chamado de o Grande ao acaso.

Na esfera religiosa, pacificou a França, por meio do Édito de Nantes (1598), que garantiu aos huguenotes a livre manifestação de seu credo nas cidades em que o culto era anterior a 1597, o direito de reunião em assembleias particulares e o livre acesso aos empregos e instituiu 151 lugares de refúgio, dos quais 51 eram *places de sûreté*, espécies de praças fortificadas, sob o controle dos calvinistas.

Na seara econômica, recuperou as combalidas finanças do reino e o recolocou em um caminho de prosperidade, revertendo a difícil situação econômica causada pelos anos de instabilidade político-social e guerra civil. Para tal, contou com a valiosa atuação de seu principal ministro, o despótico, mas competente, Maximilien de Béthune, Duque de Sully. Oliveira Lima frisa exatamente esse aspecto de reconstrução nacional:

Henrique IV recebia um país devastado, sem recursos e sem ordem, pilhado a um tempo pelos governadores e pelos salteadores; seu mérito foi levantá-lo, restabelecendo as finanças, desembaraçando a agricultura, disciplinando os grandes, protegendo as reservas do país. A França conheceu de novo dias felizes sob o seu governo e do seu ministro, o duque de Sully (1560-1641). O rei interessava-se diretamente pelo bem-estar dos seus súditos, querendo, na sua frase se não autêntica, pelo menos expressiva da sua personalidade, que cada francês tivesse ao domingo a sua canja de galinha (LIMA, [1960?], p. 284).

Sob o reinado de Henrique IV e a administração do Duque de Sully, influenciado pelas ideias mercantilistas, caracterizadas pela criação de um mercado interno, associada ao protecionismo contra a concorrência estrangeira, foram incentivados a produção agrícola, a pecuária, a indústria e o comércio, com uma estratégia de limitação da importação e fomento à exportação, ancorada em uma eficiente reforma fiscal, dedicada à persecução dos objetivos de equilíbrio e robustecimento do Tesouro Real, organização da arrecadação e formação das condições econômico-financeiras para o desenvolvimento.

Isto levou a uma melhoria do padrão de vida do povo, o que valeu ao rei o respeito e a estima da maioria de seus súditos e das gerações futuras, retratado como déspota esclarecido por Voltaire, em um poema épico de 1715, intitulado “Henríada”, e como encarnação das concepções de liberdade individual e senso democrático pelo alemão Heinrich Mann, em um romance histórico sobre a sua vida, dividido em duas partes, respectivamente publicadas em 1935 e 1938.

Concomitantemente, o soberano fortaleceu bastante o poder real perante a nobreza, sempre saudosa dos tempos feudais, utilizando-se de suborno ou da força. Edward Burns assim sintetiza as realizações, nesse campo, de Henrique IV e de seu mais importante colaborador:

Nessa tarefa teve a assistência eficiente de seu primeiro ministro o duque de Sully. Rabujento, despótico e avarento, Sully foi o perfeito predecessor de Colbert, no século XVII. Durante anos o rei e seu fiel servo trabalharam para restaurar as finanças abaladas de França; Sully dedicou seus esforços principalmente à reforma fiscal, visando eliminar a corrupção e o desperdício e trazer maiores rendas para o tesouro real. Empenhou-se também no incremento da prosperidade agrícola dragando pântanos, cultivando terras devastadas, subsidiando a criação de gado e abrindo mercados estrangeiros para os produtos da terra. O rei dedicou grande parte de sua atenção ao incremento da indústria e do comércio. Introduziu em França a manufatura da sêda, e graças aos

subsídios e monopólios encorajou outras indústrias, firmando tratados comerciais favoráveis com a Inglaterra e a Espanha. Henrique, porém, não se limitou a fazer reformas econômicas. Interessou-se também profundamente pelo aniquilamento do poder renascente da nobreza e seus esforços nesse sentido foram tão bem sucedidos, que repôs a monarquia na posição superior que conhecera no fim da Guerra dos Cem Anos. Seu governo foi inteligente e benévolo, mas não menos despótico (BURNS, 1957, v. 2, p. 528).

Na política externa, o monarca procurou inserir a França em uma posição de destaque no cenário internacional, em relação, por exemplo, a uma participação significativa no disputado comércio do Mediterrâneo e das Índias Orientais, à retomada da meta de conquista do Novo Mundo, incluindo o intento de estabelecimento de colônia no Brasil setentrional, e, principalmente, à implementação de uma política de oposição aos interesses da Espanha e dos Habsburgos e de aproximação e até aliança com soberanos protestantes. Com tal propósito, revigorou as forças armadas e estimulou a muitas vezes interrompida ou adiada expansão ultramarina do país.

Esposo da famosa Margarida de Valois, a Rainha Margot, rompeu definitivamente os seus laços matrimoniais com a irmã de Henrique III em 1599, com as bênçãos da Santa Sé, e, no ano seguinte, casou-se com Maria de Médicis, descendente dos Habsburgos, filha de Francisco I de Médicis, Grão-Duque da Toscana, e sobrinha de Catarina de Médicis. Foi um matrimônio motivado, sobretudo, por razões financeiras, ligadas a interesses políticos, posto que a noiva, apelidada de “Grande Banqueira”, pertencia a uma família credora da Coroa francesa, os influentes Médicis.

Do mesmo modo que o seu antecessor, o já deveras popular Henrique IV também sofreu morte violenta em 14 de maio de 1610 dentro de seu coche em Paris, na Rua de la Ferronnerie, pela adaga de outro fanático católico, o monge François Ravaillac. Não fora o seu desaparecimento precoce, talvez a colônia da França Equinocial, que seria fundada em 1612 no Maranhão, houvesse tido vida longa. Seu assassino, possivelmente um doente mental, que viera à cidade a pé, envenenado por panfletos louvando a figura de outro regicida, Jacques Clément, ouvira dizer que Henrique IV tencionava entrar em guerra contra o papa e planejava um massacre, ao estilo da “Noite de São Bartolomeu”, contra os católicos. Na verdade, o marido de Maria de Médicis, que escapara de atentados anteriores contra a sua vida, pretendia apoiar os príncipes protestantes em uma guerra contra a Casa d’Áustria e a Espanha de credo católico. Não teve chance. Ravaillac foi preso logo em sequência, torturado e executado, tendo o seu corpo sido esquartejado e queimado. O seu nome passou a ser vedado para designar qualquer pessoa do reino.

Aproximadamente duas horas e meia após a ação criminoso, o Parlamento de Paris declarou regente a esposa florentina de Henrique IV, em face da menoridade do delfim, que seria conhecido como Luís XIII (1601-1643), então com quase 9 anos de idade.

3. As figuras de Maria de Médicis e Richelieu

Para a maioria dos historiadores, a regência de Maria de Médicis foi deletéria para os esforços de reconstrução do país promovidos por Henrique IV. Pierre Deyon decreta que a menoridade de Luís XIII deixaria o reino à mercê de “perigos temíveis”, que a rainha regente “não possuía talento algum político” e que, de 1610 a 1634, “a orientação da política exterior da França, oposta àquela que o rei imaginara, deixou o campo livre aos empreendimentos de Madri e de Viena” (DEYON, 1999, p. 415, tradução nossa)¹⁰. Para Edward Burns, os anos subsequentes à morte de Henrique IV “foram cheios de incertezas e de confusão até 1624, quando Luiz XIII [...] confiou a direção de seu reino ao cardeal Richelieu” (BURNS, 1957, v. 2, p. 528).

¹⁰ As asserções do autor na língua original são as seguintes: “De 1610 à 1634, l’orientation de la politique extérieure de la France, opposée à celle que le roi avait imaginée, laisse le champ libre aux entreprises de Madrid et de Vienne. [...] La minorité de Louis XIII, qui avait à peine neuf ans, allait exposer la France à des dangers redoutables. Marie de Médicis ne possédait aucun talent politique, et l’influence qu’elle accorda à quelques membres de son entourage intime, en particulier à Leonora Galigai et à son mari Concini, discrédita son gouvernement.”

Maria de Médicis (1575-1642), com efeito, não se imortalizou nos livros da História por suas virtudes políticas. Seu governo (1610-1617) foi marcado pela forte e danosa influência de um aventureiro italiano, Concino Concini, esposo de sua irmã de leite e camareira Leonora Galigai, o qual chegou a ser alçado à posição de marechal. Dispensou os serviços de Sully, que tanto contribuía para o êxito da administração anterior. Enquanto o seu marido fora habilidoso ao lidar com as ambições e maquinações dos nobres, em proveito da afirmação da autoridade real e da recuperação das finanças, Maria tentou conquistar-lhes o apoio à custa de pensões e favores, sacrificando o Tesouro Real. “Era um resto de feudalismo anárquico que se traduzia sobretudo pelo assalto ao tesouro, ajudando a confusão a situação criada aos reformados, de um Estado dentro do Estado, a ponto tal que pensaram em separar-se e formar república”, explica Lima ([1960?], p. 286).

Em 1614, pressionada pelos nobres, a rainha regente convocou os Estados gerais, assembleia reunida em tempos de crise como órgão político de consulta e deliberação, constituída de representantes das três ordens sociais ou estados, isto é, o Primeiro Estado (o clero), o Segundo Estado (a nobreza) e o Terceiro Estado (o povo), os quais defenderam interesses antagônicos. O Terceiro Estado se insurgiu contra as pensões concedidas aos nobres, prejudiciais às finanças do reino, e propôs o reconhecimento da autoridade do monarca gaulês como superior à autoridade papal, o que foi recusado tanto pelo clero, quanto pela nobreza. Prevaleram as manifestações destes últimos. Mas a ideia do absolutismo logo daria vigorosos frutos no solo francês.

Permitiu Maria de Médicis o renascimento das tensões adormecidas entre os católicos e os huguenotes, estes temerosos de algum retrocesso quanto aos direitos políticos e de liberdade de consciência sacramentados no Édito de Nantes, em virtude da realidade do catolicismo como religião da maioria da população gaulesa e da regente, da grande influência do núncio apostólico sobre a rainha e dos planos de casamento das crianças reais Luís e Élisabeth, respectivamente com Ana de Habsburgo ou Ana d’Áustria, infanta da Espanha, e Felipe de Habsburgo, Príncipe das Astúrias, futuro Felipe IV de Espanha e Felipe III de Portugal, países integrantes da católica União Ibérica.

Todavia, não foi da Rainha-Mãe a ideia de união por casamento das casas reais da França e da Espanha, mas do Papa Clemente VIII, padrinho do delfim, a qual fora estimulada pelo próprio Henrique IV pelo menos até 1609, quando a deterioração das relações com os hispânicos e os Habsburgos o fizera abandonar o projeto e considerar outras opções matrimoniais.¹¹

Luís XIII contraiu núpcias com Ana d’Áustria em 21 de novembro de 1615 e Élisabeth de Bourbon ou de França casou-se com Felipe, herdeiro do cetro ibérico, em 25 do mesmo mês e ano, coroando a política hispanófila de Maria de Médicis.

O término oficial da regência aconteceu em 2 de outubro de 1614, com a proclamação da maioria do rei, porém a rainha, agora na qualidade de chefe do Conselho real, ainda se conservaria no poder até 1617, quando o jovem Luís XIII assumiria de fato o trono em um “golpe de Estado”, ao ordenar a detenção e talvez a morte de Concini, tido como uma espécie de usurpador – o qual foi efetivamente morto por Vitry, capitão dos guardas do rei, aparentemente em decorrência de um gesto interpretado como de resistência à ordem de prisão –, e autorizar o afastamento de sua mãe do governo, por intermédio da ação de seu ministro, o Duque de Luynes, seu favorito desde 1614. Ela foi exilada no Castelo de Blois, mas de lá escapou em fevereiro de 1619 e promoveu guerras contra o seu filho, que acabou por perdoá-la.

Maria de Médicis ainda voltou a exercer influência na Corte após 1620, sendo a principal responsável pela ascensão do célebre Richelieu na cena política francesa, o qual, graças à interferência da florentina, foi admitido no Conselho do Rei em abril de 1624 e tornou-se chefe do órgão em 13 de agosto do ano em questão. Enquanto esteve próxima ao soberano, armou intrigas contra o seu próprio filho e a esposa deste.

Por derradeiro, no ano de 1630, descontente com o crescente antagonismo do seu antigo protegido Richelieu em relação aos Habsburgos, governantes católicos da Espanha e dos Estados austríacos, Maria esforçou-se para que Luís XIII o destituisse de suas funções como primeiro ministro, mas foi ele quem, surpreendentemente, sobrevivendo à *journée des Dupes* (dia dos Tolos, em 11 de novembro), conseguiu do

¹¹ Ver Dubost (2009, p. 395).

monarca um novo – e, desta feita, definitivo – afastamento da rainha, a qual, nos anos que se seguiram, apoiou as pretensões de Gastão de Bourbon, Duque de Orléans, também seu filho, ao cetro gaulês, jamais concretizadas, e não cessou de buscar a queda de Richelieu, igualmente sem sucesso, até morrer em Colônia, Alemanha, em 1642. O Cardeal de Richelieu enfrentaria ainda outras conspirações contra si e permaneceria como o braço direito de Luís XIII, denominado o Justo, até o mesmo ano de 1642, quando faleceria, poucos meses depois de sua quase algóz.

Entretanto, Jean-François Dubost, em alentada biografia da governante florentina, intitulada *Marie de Médicis: la reine dévoilée* (2009), insurge-se contra a historiografia que retrata de modo impiedosamente desfavorável a rainha. Doutor em História pela Universidade de Paris 1 (Sorbonne), o professor universitário, estribando-se em uma nova leitura de fontes tradicionais e na análise de novas fontes, e sem desconsiderar as contradições das políticas e estratégias abraçadas pela italiana, defende que ela demonstrou habilidades de inovação para buscar a superação dos problemas inerentes à sua carência de legitimidade para governar a França, que ela tinha um papel a desempenhar como católica devota nas rédeas de uma nação europeia de proa, em meio a um mundo conturbado pelas tensões político-religiosas e pelos interesses dinásticos, e, mormente, que ela buscou respeitar o legado de seu marido Henrique IV, pacificador do reino, e reforçar a visão do poder como algo de base aristocrática, acabando por concorrer para a afirmação das engrenagens do absolutismo, que viria a vitimá-la.

Nessa esteira, Dubost, não sem alguma razão, argumenta que a Rainha-Mãe, apesar de tal realidade ser constantemente omitida na historiografia francesa, procurou dar continuidade aos projetos marítimos e coloniais de seu esposo, tendo uma atuação significativa na meta de expansão marítima do país:

Outro aspecto na ação de Maria de Médicis foi largamente ocultado pela tradição historiográfica: o encorajamento dado às expedições marítimas e coloniais. Lembramo-nos das tentativas que ela conduziu a título pessoal em 1603 e em 1609. Uma vez regente, ela se esforçou aí também para se aproveitar do ímpeto adquirido no reinado precedente, ao sustentar os empreendimentos de promoção do grande comércio marítimo e as expedições coloniais (DUBOST, 2009, p. 381, tradução nossa).¹²

Lembra o autor, ainda, que Maria não foi responsável pelo desaparecimento de companhias gaulesas de navegação criadas sob o governo de Henrique IV, no período de 1601 a 1604, que eram inspiradas no modelo das Companhias das Índias Orientais inglesa e holandesa, esta a mais famosa, e que, inclusive, ela injetou novo ânimo no projeto, no ano de 1611, ao colocar sob proteção real a companhia dirigida pelo francês Godefroy e pelo flamengo Girard Le Roy, a única a sobreviver à concorrência e hostilidade dos batavos, concedendo-lhe o aumento e a confirmação de seus privilégios por dois anos.

Dubost até especula se não foi precisamente a demissão do Duque de Sully, refratário aos planos marítimos e coloniais do monarca Henrique IV, que possibilitou o revigoramento desses planos de companhias comerciais. Ademais, o historiador enfatiza que as cartas patentes de 1611 que puseram a indigitada companhia sob salvaguarda real ostentam os traços do mercantilismo clássico¹³ e que a rainha resolveu pessoalmente

¹² Este é o texto na língua original: “Un autre aspect dans l’action de Marie de Médicis a été largement occulté par la tradition historiographique: l’encouragement donné aux expéditions maritimes et coloniales. On se souvient des essais qu’elle avait tentés à titre personnel en 1603 et en 1609. Devenue régente, elle s’est efforcée là aussi de poursuivre sur la lancée du règne précédent en soutenant des entreprises promouvant le grand commerce maritime et les expéditions coloniales.”

¹³ “As cartas patentes de 1611 que colocam a companhia sob proteção real contêm todos os aspectos do mercantilismo francês clássico: evitar as saídas de numerário do reino construindo uma frota de comércio francesa, recrutando marujos estrangeiros de experiência comprovada, reunindo os capitais necessários graças aos associados constituintes da companhia comercial. O não-desenobrecimento, ou possibilidade de não perder a sua qualidade, é garantida aos nobres que investiriam na empresa. O projeto é sustentado pelo almirante da França, Charles de Montmorency-Damville, irmão do condestável. Que, no final das contas, estes apoios tenham sido insuficientes e que os círculos de mercadores franceses não tenham acreditado nessas iniciativas, é incontestável: retomando estes projetos em 1664, Colbert se bate contra o mesmo tipo de resistência. Mas é coisa completamente diferente que afirmar, frequentemente com base nos protestos indignados de um Montchrestien, que a rainha e o seu governo

promover explorações gaulesas nas costas da África negra e, mais importante para o Brasil, confiou a François de Razilly a expedição da própria França Equinocial, desencadeada em 1612.¹⁴

Por seu turno, Charles de la Roncière atesta que o protestante Sully realmente não era um defensor do projeto colonial francês, conquanto feroz adversário da Espanha, tomando como parâmetro uma carta de 1608 redigida pelo ministro:

Inimigo encarniçado do rei católico, o huguenote aconselhava atingir a Espanha no coração e nas entranhas, ‘que eu estimo, pelo presente, residirem nas Índias Ocidentais,’ escrevia ele em 26 de fevereiro de 1608 ao presidente Jeannin: nosso papel é de subverter a rude dominação espanhola, sem pretender nada edificar sobre as suas ruínas. Nós não poderíamos ‘conservar tais conquistas, por serem demasiado distanciadas de nós e, por conseguinte, desproporcionadas em relação à natureza e ao cérebro dos franceses, que eu reconheço, para meu grande desgosto, não terem nem a perseverança nem a providência requeridas para tais coisas, mas que ordinariamente só usam o seu vigor, o seu espírito e a sua coragem para a conservação daquilo que lhes toca bem de perto. As coisas que permanecem separadas de nosso corpo por terras ou mares estrangeiros somente nos serão uma grande carga e de pouca utilidade’ (LA RONCIÈRE, 1910, v. 4, p. 277, tradução nossa).¹⁵

Sob outro prisma, é irrefragável que a política da regente de aproximação e valorização dos laços com a Espanha católica, então alegada senhora do Brasil, como resultado da União Ibérica, seria fatal para as pretensões de colonização gaulesa no norte do Brasil, começando pelo Maranhão.

Já Armand-Jean du Plessis, o Cardeal de Richelieu, não obstante os seus métodos nem sempre escrupulosos e não raras vezes cruéis, conduziu a França a um novo patamar no contexto internacional. “Coube-lhe, como ministro onipotente, realizar os principais objetivos da política de Henrique IV”, salienta Lima ([1960?], p. 286). Conforme resume Burns, sua conduta era guiada por dois fins básicos: “primeiro, destruir tôdas as limitações à autoridade de seu senhor; e, segundo, elevar a França à posição de nação mais poderosa da Europa” (BURNS, 1957, v. 2, p. 529).

No âmbito interno, a primeira meta o levou a submeter os nobres franceses em geral e a eliminar qualquer perigo maior de insurreição dos protestantes, mediante o emprego de espões, execuções em massa e ações militares.

manifestaram um total desinteresse pelos negócios marítimos e coloniais... Totalmente ao contrário, o interesse da rainha por estas questões parece dos mais vivos.” *Ibidem*, p. 382. (Tradução nossa). Este é o comentário no original: “Les lettres patentes de 1611 qui mettent la compagnie sous protection royale contiennent tous les aspects du mercantilisme français classique: éviter les sorties de numéraire du royaume en construisant une flotte de commerce française, en recrutant des marins étrangers à l’expérience éprouvée, en réunissant les capitaux nécessaires par l’intermédiaire des associés constituant la compagnie commerciale. La non-dérogance, ou possibilité de ne pas perdre leur qualité, est garantie aux nobles qui investiraient dans l’entreprise. Le projet est soutenu par l’amiral de France, Charles de Montmorency-Damville, frère du connétable. Qu’au bout du compte ces soutiens aient été insuffisants et que les milieux marchands français n’aient pas cru à ces initiatives, c’est incontestable: reprenant ces projets en 1664, Colbert se heurte au même type de résistances. Mais c’est tout autre chose que d’affirmer, souvent sur la foi des protestations indignées d’un Montchrestien, que la reine et son gouvernement ont manifesté un désintérêt total pour les affaires maritimes et coloniales... Tout au contraire, l’intérêt de la reine pour ces questions paraît des plus vifs.”

¹⁴ *Ibidem*, p. 381-383. A expedição, na verdade, também foi liderada por Daniel de la Touche.

¹⁵ LA RONCIÈRE. *Histoire de la marine française*, p. 277. (Tradução nossa). Este é o texto na língua original: “Ennemi acharné du roi catholique, le huguenot conseillait de frapper l’Espagne au cœur et dans les entrailles, ‘que j’estime, pour le présent, résider aux Indes Occidentales,’ écrivait-il le 26 février 1608 au président Jeannin: notre rôle est de bouleverser la rude domination espagnole, sans prétendre rien édifier sur ses ruines. Nous ne pourrions ‘conservar de telles conquestes, comme trop éloignées de nous et, par conséquent, disproportionnées au naturel et à la cervelle des François, que je reconnois, à mon grand regret, n’avoir ni la persévérance ni la prévoyance requises pour telles choses, mais qui ne portent ordinairement leur vigueur, leur esprit et leur courage qu’à la conservation de ce qui leur touche de proche en proche. Les choses qui demeurent séparées de notre corps par des terres ou des mers étrangères, ne nous seront jamais qu’à grande charge et à peu d’utilité.’”

No plano externo, o segundo escopo o direcionou para a luta contra o poder dos Habsburgos e da Espanha, levada a cabo em guerras onerosas. Por outro lado, fomentou reformas proveitosas nas finanças e na legislação, valorizou o exército e estimulou a educação e a literatura, sendo o fundador da Academia Francesa, modelo de nossa Academia Brasileira de Letras e de tantas outras instituições do gênero.

Se os calvinistas se sentiram ameaçados em seus direitos e em sua liberdade de consciência sob a regência de Maria de Médicis, foi sob o governo de Luís XIII que eles vieram a perder, não sem muita luta, a maioria dos direitos e privilégios conquistados durante o reinado de Henrique IV, que lhes possibilitavam praticamente viver em um Estado à parte dentro do Estado gaulês, o que, em última análise, como compreenderia Richelieu, punha em perigo a própria unidade política do reino. Mesmo antes da assunção do cardeal ao posto de primeiro ministro, Luís XIII, via Duque de Luynes, então seu homem forte, reimplantou a religião católica no Béarn em 1620, que foi reunido à Coroa. Os huguenotes, aliados aos ingleses, tiveram proibidas as suas assembleias e perderam as suas praças fortificadas em geral, excluindo-se duas.

Ulteriormente, restou aos protestantes a cidade de La Rochelle, sua derradeira *place de sûreté* (praça de segurança). Mas não por muito tempo: em 1627, Richelieu, o novo ministro todo-poderoso, empreendeu o cerco de La Rochelle, isolando-a por uma linha de fortificações de vários quilômetros e pelo bloqueio de seu acesso por mar, dando-se a sua capitulação incondicional um ano depois.

Pelos termos da Paz d'Alès (1629), nome de uma cidade rendida em sequência pelo exército de Luís XIII, os huguenotes puderam preservar as suas garantias civis e religiosas, ou seja, a sua liberdade de credo, contudo deixaram de possuir qualquer praça forte ou fortificação, o que lhes tolheu a capacidade militar, e tiveram suprimido o privilégio das assembleias políticas. Aliás, comenta Oliveira Lima que o cardeal estadista destruiu a importância política do elemento protestante, “pôsto que lhe deixando a franquia do culto: êle próprio conquistou o baluarte de La Rochelle, após um sítio que durou um ano e custou 15.000 vidas, e dominou os huguenotes do Sul, onde era grande sua fôrça” (LIMA, [1960], p. 286).

As guerras de religião e as suas marcas e cicatrizes na sociedade gaulesa ao longo da segunda metade do século XVI e do começo do século XVII, refletidas no duradouro antagonismo entre católicos e protestantes, prejudicaram sobremaneira as duas grandes experiências colonizadoras da França no Brasil, desde os acalorados embates teológicos e os fortes desentendimentos entre Villegagnon e os pastores calvinistas na Guanabara, que ressoariam pelos anos avante, até a situação, no mínimo desconfortável, do huguenote Daniel de la Touche como um dos líderes da expedição no Maranhão, majoritariamente, como a anterior, composta por católicos. É o que sustentam Mariz e Provençal (2007, p. 36-38):

Por muito tempo, nas regiões leste e sul da França, uma feroz oposição sobreviveu entre as duas facções religiosas, assim como um terrível rancor pelas atrocidades cometidas. Hoje, os cristãos estão reunidos no ecumenismo e é muito difícil imaginar a volta dos perigos ocorridos, dos quais foram vítimas a França Antártica e, mais tarde, embora um pouco menos, a França Equinocial, duas tentativas de colonização que tiveram tudo para consolidar-se.

Em 1555, quase todos os emigrantes que chegaram à Guanabara com Villegagnon eram católicos. O único protestante conhecido era Nicolas Barré, homem honesto e fiel secretário de Villegagnon, testemunho imparcial da vida na França Antártica. Entretanto, os poucos anabatistas que se integraram na expedição causaram distúrbios na colônia; foram os primeiros a desertar e tentaram impor a sua violência no núcleo social.

Em 1557, desembarcou na Guanabara um grupo de protestantes, núcleo – segundo Calvino e Coligny – de uma futura emigração de perseguidos religiosos na França. Entre eles, se encontravam 14 pastores, representantes de sete facções de sua religião, cinco donzelas para fins matrimoniais e o depois famoso Jean de Léry; todos chefiados por Pierre Dupont de Corguilleray e Pierre Richer. Eles se opuseram a Villegagnon numa disputa dogmática que provocou o fracasso da França Antártica.

Já a iniciativa para a implantação de uma França Equinocial no Maranhão pertenceu aos protestantes Daniel de La Touche de La Ravardière e Charles des Vaux de Sainte Maure, apoiados pelo rei Henrique IV. O financiamento foi obtido graças aos católicos, aos irmãos Razilly e ao

banqueiro Harlay de Sancy, que participaram da viagem com quatro capuchinhos. No entanto, em carta particular da rainha Maria de Médicis a La Ravardière antes da partida da expedição, a viúva de Henrique IV impôs a predominância dos católicos e ordenou a volta dos protestantes. [...]

La Ravardière era o único dos chefes da expedição francesa de 1612 que adotava a religião reformada e esse fato foi sempre motivo de desconfiança e hostilidade da parte dos católicos e da rainha-regente, contribuindo para o fracasso do empreendimento colonial.

Como acontecera no século anterior na Guanabara, embora de uma maneira mais amena, as discussões religiosas motivaram, em parte, a volta à França de François de Razilly e o desinteresse da regente Marie de Médicis e do novo rei, Louis XIII, pelo empreendimento no Maranhão. Não houvesse tantas paixões religiosas, é provável que ambas as implantações coloniais tivessem tido sucesso.¹⁶

Em tom afim, La Roncière (1910, v.4, p. 2, tradução nossa) deplora, com ardor poético, os conflitos que tumultuariam a França e afetariam negativamente os seus empreendimentos coloniais:

É então que a bela campanha dos armadores normandos em favor da liberdade dos mares deu seus frutos, triunfando ao mesmo tempo sobre a apatia oficial e o ostracismo português. Nossos mapas se enriqueceram com uma França Antártica, uma França Equinocial, uma Nova França, enquanto o Eldorado abria risonhas perspectivas às imaginações em busca de aventuras. Ai! as enganadoras miragens! Nós ainda não havíamos compreendido que marinha de guerra e colônia estão em função uma da outra, que uma nação sem naus é um pássaro sem asas. E nossas colônias caíam sucessivamente por falta de socorro da mãe-pátria. Que digo eu! Elas caíam vítimas de suas dissensões intestinas, que arrancavam de Dominique de Gourgues este grito de desespero: ‘A décima parte dos homens que morreram na menor de nossas guerras civis teria sido bem mais do que suficiente para conquistar a extensão de vários reinos!’¹⁷

4. Últimas considerações

Diversos foram os motivos que determinaram o malogro da expansão do protestantismo na França, entre os quais a não adesão dos monarcas gauleses à fé reformada, diferentemente dos soberanos ingleses e dos príncipes alemães; o posicionamento contrário do Parlamento de Paris, detentor da autoridade jurídica, ao movimento da Reforma; a firme e robusta resistência oferecida pelo partido católico; o profundo golpe na causa protestante representado pelo massacre da “Noite de São Bartolomeu”, ceifando a vida de importantes líderes e defensores, assim destruindo a força do movimento, que viu o número de adeptos cair de cinco milhões para somente um milhão no ano de 1598; a não conversão do povo francês e, em especial, do parisiense, à doutrina de Calvino; o fato de que o partido huguenote não se preocupou com a conquista da simpatia do povo às novas ideias, restringindo-se ao esforço de sedução dos nobres, dos intelectuais e dos homens de negócios; e o recurso dos protestantes ao apoio de príncipes estrangeiros, em afronta ao patriotismo do povo.¹⁸

¹⁶ Ver também Provençal (2006, p. 49).

¹⁷ Tal é o texto no original: “C’est alors que la belle campagne des armateurs normands en faveur de la liberté des mers porta ses fruits, en triomphant à la fois de l’apathie officielle et de l’ostracisme portugais. Nos cartes s’enrichissent d’une France Antarctique, d’une France Équinoxiale, d’une Nouvelle-France, cependant que l’Eldorado ouvrait aux imaginations en quête d’aventures, de riantes perspectives. Hélas! les décevants mirages! Nous n’avions point encore compris que marine de guerre et colonie sont fonction l’une de l’autre, qu’une nation sans vaisseaux est un oiseau sans ailes. Et nos colonies tombaient tour à tour faute d’être secourues par la mère-patrie. Que dis-je! Elles tombaient victimes de ses dissensions intestines, qui arrachaient à Dominique de Gourgues ce cri de désespoir: ‘La dixième partie des hommes qui sont mort en la moindre de nos guerres civiles, eust esté trop plus que suffisante pour conquister l’estendue de plusieurs royaumes!’” O teor do presente artigo se baseia no capítulo intitulado “A situação político-religiosa e a política exterior da França no crepúsculo do século XVI e no alvorecer do século XVII”, incluído em Ferro (2014a, p. 159-180); e Ferro (2014b, p. 159-180).

¹⁸ Ver Mariz e Provençal (2007, p. 36); e Provençal (2006, p. 48-49).

As guerras de religião ocorridas na França quinhentista, maior símbolo do persistente antagonismo entre católicos e protestantes, deixaram fundas marcas na sociedade do crepúsculo do século XVI e do alvorecer do século XVII, vindo a prejudicar significativamente as duas grandes experiências colonizadoras dos gauleses no Brasil, ou seja, a França Antártica, no Rio de Janeiro, e a França Equinocial, no Maranhão.

REFERÊNCIAS

BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. Tradução de Lourival Gomes Machado e Lourdes Santos Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1957. v. 2. Título do original norte-americano: Western Civilizations.

DEYON, Pierre. La France baroque, 1589-1661. In: DUBY, Georges Henrique (org.). *Histoire de la France des origines à nos jours*. Paris: Larousse, 1999. (Collection In Extensio).

DUBOST, Jean-François. *Marie de Médicis: la reine dévoilée*. Paris: Payot & Rivages, 2009.

FERRO, Ana Luiza Almeida. *1612: os franceses na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís*. Lisboa: Editorial Juruá, 2014a.

FERRO, Ana Luiza Almeida. *1612: os papagaios amarelos na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís*. Curitiba: Juruá, 2014b.

LA RONCIÈRE, Charles de. *Histoire de la marine française: en quête d'un empire colonial: Richelieu*. Paris: Plon-Nourrit, 1910. v. 4.

LIMA, Oliveira. *História da civilização*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1960?].

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

PROVENÇAL, Lucien. As guerras de religião da França no século XVI. In: MARIZ, Vasco (Org.). *Brasil-França: relações históricas no período colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006. p. 45-49. (Biblioteca do Exército; Coleção General Benício, 425).

THE ECLECTIC MAGAZINE OF FOREIGN LITERATURE, SCIENCE, AND ART. New York: W. H. Bidwell, v. 21, set./dez. 1850.

DISCURSO DE RECEPÇÃO À BIBLIOTECÁRIA ALINE CARVALHO DO NASCIMENTO, COMO NOVA SÓCIA EFETIVA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO¹⁹

Ana Luiza Almeida Ferro²⁰

Exmo. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Deputada Iracema Vale, na pessoa de quem saúdo os demais membros dessa Casa do Povo,

Exma. Sra. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), Professora Dilercy Aragão Adler, na pessoa de quem saúdo todos os confrades, sócios da Casa de Antônio Lopes,

Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senador Flávio Dino, confrade da Academia Maranhense de Letras,

Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado do Maranhão, Confrade Felipe Costa Camarão,

Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça do meu Ministério Público do Estado do Maranhão, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau,

Exmo. Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Ricardo Duailibe,

Ilma. Sra. Aline Carvalho do Nascimento, empossanda na Cadeira nº 43 do IHGM, patroneada por Tasso Fragoso,

Exmo. Sr. Sálvio Dino de Castro e Costa Junior, empossando na Cadeira nº 11 do IHGM, patroneada por Sebastião Gomes da Silva Belfort,

Exmos. Deputados Júlio Mendonça e Roberto Costa,

Estimados professores Nicolau Dino de Castro e Costa Neto e Helena Heluy, na pessoa de quem saúdo todas as mulheres aqui presentes,

Digníssimas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das diversas carreiras jurídicas,

Prezados familiares dos empossandos,

Senhoras e senhores,

Em *Dom Quixote*, Miguel de Cervantes se refere à História como *émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir*, isto é, “êmula do tempo, repositório das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro”. Ela alumia as sombras do passado, move as areias do presente e sopra os ventos do porvir. Ela acompanha o caminhar da

¹⁹ Proferido no Plenário Nagib Haickel do Palácio Manuel Beckman (Assembleia Legislativa), em São Luís-MA, na data de 23.06.2023.

²⁰ Promotora de Justiça, professora, escritora premiada, historiógrafa, poeta, conferencista internacional, oradora e declamadora, nascida em São Luís-MA. Doutora e mestra em Ciências Penais (UFMG) e pós-doutora em Derechos Humanos (Universidad de Salamanca, Espanha), é Membro de Honra da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica, membro da European Society of International Law, do PEN Clube do Brasil, da Academia Brasileira de Filosofia, da Academia Brasileira de Direito, da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, entre outras entidades. Detém certificados de proficiência da University of Cambridge (Inglaterra) e diplomas pela Université de Nancy II (França), como o *Diplôme supérieur d'études françaises*. É docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP-MA. Escreveu mais de 15 livros, sobretudo jurídicos, historiográficos, de poesia e crônicas, além de numerosos artigos. Tem poemas publicados em inglês e italiano. Foi entrevistada no *Programa do Jô*, da Rede Globo (2010). Recebeu o Prêmio “Poesia, Prosa e Arti figurative” (Itália, 2014 e 2019), o Prêmio Literário Nacional PEN Clube do Brasil 2015 (Ensaio) e a Menção Honrosa do Prêmio Pedro Calmon 2014 (IHGB). É autora do verbete “Anticorrupção” no *Dicionário dos Antis*, bem como um dos vencedores do concurso “Monólogos históricos para o PEN Clube em tempos de confinamento e reclusão – 2020”.

humanidade, celebra e varre civilizações e cidades, costumes e tradições, ideias e concepções. Ela devora continuamente fatos e personagens, à maneira de um Cronos mitológico. Nesse cenário, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, fundado em 20 de novembro de 1925 por iniciativa de Antônio Lopes da Cunha, primeira instituição de pesquisa por estas plagas, assume, como as instituições congêneres do Brasil e do mundo, o papel de um Zeus moderno, ao provocar o “regurgitamento” desses mesmos fatos e personagens, devolvendo-os à luz do Sol e tirando-os do Tártaro do esquecimento.

E é essa Casa de Antônio Lopes, dirigida, com mãos seguras e competentes, pela Profa. Dilercy Aragão Adler, que se aproxima, sob a marcha, ora galopante, ora vagarosa, do tempo, de seu centenário, fato em boa hora lembrado por esta quase bicentenária Casa do Povo, presidida, pela primeira vez, por uma mulher, a Deputada Iracema Vale. Com perspicácia, sustenta o saudoso poeta José Chagas, que o “maior patrimônio é o da memória,/o que fica na mente coletiva,/o que não mais é coisa transitória,/porque o inconsciente faz que viva/e se eternize e seja mais que história”. Sendo assim, nada mais natural do que honrar o maior guardião da memória do Maranhão: o IHGM.

Mas esta tarde memorável tem outras razões. Hoje comemoramos o ingresso de dois novos sócios efetivos: a bibliotecária e professora Aline Carvalho do Nascimento e o advogado e professor Sálvio Dino de Castro e Costa Junior, respectivamente na Cadeira nº 43, patroneada por Augusto Tasso Fragoso, e na Cadeira nº 11, patroneada por Sebastião Gomes da Silva Belfort. Se não fora por outro motivo, já seria auspiciosa a circunstância de que hoje falamos de livros e leis, de uma bibliotecária e um advogado. Parodiando a afirmação de Monteiro Lobato de que um “país se faz com homens e livros”, pensamos que um país se faz com leis e livros. Leis, quando emanadas de fonte legítima, sob as bênçãos da Casa do Povo, produzidas em forja democrática, promovem a justiça. “Não há democracia sem Parlamento livre”, aponta o sempre parlamentar José Sarney. Livros, e mais livros, sempre livros, literários ou científicos, breves ou volumosos, físicos ou digitais, testemunhas da saga humana, são bastiões da cultura e do conhecimento humano e instrumentos indispensáveis para a educação solidária e libertadora de que nos fala o saudoso Prof. José Maria Ramos Martins em sua obra *Retalhos de uma vida*.

O IHGM é uma confluência de saberes, reunindo em seus quadros, do passado e do presente, os mais diversos profissionais. Coube-me a honrosa missão, pela qual agradeço desde já, de saudar uma bibliotecária. E por que tal é significativo? Ora, se a igreja é o templo da religião, a biblioteca é o templo do saber. As bibliotecas antecedem os próprios livros e sua história se confunde com o domínio da escrita. Já abrigaram tabletes de argila, rolos de papiros e pergaminhos, até chegarem ao livro propriamente dito. Da mais antiga, a biblioteca do rei Assurbanipal, da Assíria do séc. VII a.C., à mais famosa, a de Alexandria, criada pela dinastia ptolomaica do Egito, a qual, no seu auge, contava com 700 mil volumes de papiros, elas são monumentos ao conhecimento humano.

E quem é essa legítima herdeira dos monges copistas da Idade Média? Não bastasse ser Aline, palavra de origem celta, significando “de linhagem nobre, graciosa, atraente”, o que é visível aos olhos, ela também é Carvalho e do Nascimento. Do Carvalho, árvore sagrada para muitos, por sua robustez e grandiosidade, extrai a força com que dirige, com competência e zelo, a Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite. Do nascimento em Barras, Piauí, rincão da família da genitora, traz os princípios e valores que lhe foram incutidos, com amor e dedicação, pela mãe Durvalina Carvalho do Nascimento e pelo pai Edmundo Soares do Nascimento, ambos já desaparecidos, do contrário certamente os veríamos na primeira fila deste plenário. É a caçula da família, pois lhe antecederam na viagem da cegonha Mônica Carvalho do Nascimento e Edmundo Soares do Nascimento Filho, além de Maurélio Carvalho do Nascimento, desafortunadamente falecido em 2017. Entretanto, a cidade maranhense de Codó a viu ser gerada e criada. E São Luís a recebeu aos 14 anos de idade. Principiou seus estudos na Escola Santa Filomena, das Irmãs Missionárias Capuchinhas. A Irmã Anunciata, como boa anunciadora, em suas aulas de redação, estimulou-lhe o amor pela escrita. A iniciação se completou no Colégio Dom Bosco, aquele da rua do Passeio, onde cursou o ensino médio, culminando com o ingresso na Universidade Federal do Maranhão – UFMA pela porta do Curso de Biblioteconomia. Ao estagiar no SESC, foi atraída para a biblioteconomia social e compreendeu que a sua vocação residia na biblioteca pública.

Não resistiu ao chamado do magistério. Foi como professora pró-labore da UFMA que conheceu o seu primeiro trabalho, ministrando aulas em diversos cursos sobre métodos e técnicas de pesquisa e estudo bibliográfico. Em sequência, por seis anos, foi professora substituta do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, tendo sob sua regência as disciplinas de Materiais Especiais em Bibliotecas e Gestão em Bibliotecas Públicas.

Pela via do concurso público, conquistou o seu espaço nos domínios estaduais, passando a integrar o quadro de efetivos da Secretaria de Estado da Cultura, com lotação na Biblioteca Pública Benedito Leite. Foi amor à primeira, à segunda e a perder de vista. Nem a aprovação, pouco tempo depois, em concurso público para bibliotecário da UFMA, que a inseriu na equipe do Núcleo de Bibliotecas da UFMA, com a função de Bibliotecária Chefe do Serviço de Informação Bibliográfica, teve o condão de afastá-la da Biblioteca Pública Benedito Leite. Recorreu à demissão, e a UFMA perdeu uma profissional de escol. Igualmente foi aprovada em concursos para bibliotecário no TRF e no TRT e para escriturário do Banco do Brasil.

Além de Diretora da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite, é Coordenadora da Rede de Bibliotecas Faróis do Saber, do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão. Já lá se vão 30 anos de amor pela Benedito Leite, onde também já desempenhou os cargos de Diretora da Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa, Diretora Técnica e Coordenadora do Escritório de Direitos Autorais. Na verdade, nenhum setor ou serviço da Benedito Leite lhe é estranho: atendimento, trabalho técnico, difusão cultural e gestão.

Ademais, é membra e Instrutora do Comitê Estadual do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, desde a sua implantação no solo maranhense em 1997, e Representante do Estado do Maranhão no programa de Visitas Internacionais, promovido pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, com o tema “Bibliotecas Públicas Brasileiras e Norte-Americanas”. Aline coordena a Biblioteca Pública Benedito Leite, no programa de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. É membro do Comitê Gestor da Pessoa com Deficiência no Estado do Maranhão. É membro titular do Fórum Permanente do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado do Maranhão, bem como organizadora do Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, publicado em 2007. Foi Conselheira Titular do Conselho Estadual da Mulher, líder dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas da Região Nordeste e membro do Comitê Nacional para Sustentabilidade das Bibliotecas – COALISÃO.

Idealizou ou coordenou vários projetos. Já realizou trabalhos de incentivo à leitura em comunidades carentes: Coroadinho, Jaracaty, Quebra Pote, Desterro, Maracujá, Vila Embratel, Coqueiro, Maracanã, Muruaí, Fialho e Igarauí.

A intensa atividade como bibliotecária não lhe fez renunciar ao magistério, exercendo o mister em cursos e oficinas de incentivo à leitura e formação de mediadores e leitores, com temas variados: dinâmicas de leitura na escola e na biblioteca, ação cultural na biblioteca, leitura e pesquisa, leitura pela ludicidade, a magia da leitura, organização e dinamização de bibliotecas, ler e brincar com a literatura infantil, leitura e cidadania, acessibilidade em bibliotecas públicas, incentivo à leitura na prática em bibliotecas públicas, entre outros.

No campo da pós-graduação, é Especialista em Leitura e Formação de Leitores e em Elaboração de Programas e Projetos. Possui MBA em Gestão Pública.

Na seara acadêmica, é membro correspondente da Academia Vargem-Grandense de Letras, da Academia Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes e da Academia João Lisboense de Letras.

Possui diversos artigos publicados em anais de congresso e na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, além de crônicas e poemas autorais, ainda não publicados. A escrita é um de seus *hobbies*, a reclamar a concretude da publicação.

Aline herdou do pai, grande leitor e incentivador da leitura, o amor pelos livros. Já a mãe, sua figura feminina de proa, lhe legou o gosto pela escrita e oratória e a paixão pela música e pela dança.

Para um bibliotecário não deve ser fácil escolher um autor referencial. Mas ela me confidenciou que figuram, na sua seleta lista, Bartolomeu Campos de Queirós, Jorge Luís Borges, Cora Coralina, Antonio Cândido e Gonçalves Dias. Inspiram-na ainda as vidas de Maria Aragão e Maria Firmina dos Reis.

Mas o grande amor de sua vida tem 24 anos de idade: seu filho Vinícius Nascimento de Azevedo, concludente de Engenharia Mecatrônica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, torrão de sua família paterna. Se ele houvesse de ter um irmão, seria Edmundo Soares do Nascimento Neto, outro que usufrui de lugar especial no coração de Aline, onde igualmente habitam os irmãos Edmundo Filho e Mônica, os sobrinhos-netos e outros familiares...

Contou-me um passarinho que Aline tem lugares secretos para determinados livros, cujo paradeiro nem a família sabe; que ela costuma presentear os sobrinhos-netos com livros, às vezes autografados; que ela já amanhece pensando na Biblioteca Pública Benedito Leite; e que ela pouco sai de casa e que, quando o faz, é geralmente para a Biblioteca, onde passa o dia. O mesmo passarinho contou-me que ela adora maratona filmes e séries, talvez buscando repetir as emoções proporcionadas pelos livros. Todavia, não a convidem para assistir a filmes de ação ou de terror...

Confreira Aline, sois uma guardiã da história das ideias e das gentes, com suas aventuras e desventuras e seus êxitos e insucessos, especialmente os produzidos em solo maranhense. Por isso, sois necessária ao IHGM.

O Brasil não pode prescindir de livros, de livrarias, de bibliotecas, do hábito da leitura, de leitores, para a formação de verdadeiros cidadãos. Hoje vivemos uma época de crise, que transborda do rio da Ética e invade as margens da História. Segundo o psicanalista francês Charles Melman, o novo homem privilegia o prazer e a estética em desfavor, respectivamente, do saber e da ética, em um tempo de admirável liberdade, mas infecundo para o pensamento, no qual o excesso se tornou a norma. Esse excesso nem sempre foi adequadamente combatido, como atestam algumas decisões judiciais que cederam à tentação de uma temerária restrição à liberdade de expressão e, mais inquietante, da censura. Na ética kantiana, a vida política é presidida pelo Direito, que é orientado para a compatibilização do exercício externo da liberdade dos cidadãos. A lei universal do Direito encontra síntese na máxima: “age exteriormente (socialmente) de tal modo que o exercício de teu livre-arbítrio possa coexistir com a liberdade dos outros.”

No Brasil hodierno, de cuja realidade não escapa o Maranhão, o que percebemos, contudo, é o exercício abusivo da liberdade por uns em detrimento da liberdade de outros, desrespeitados em sua própria dignidade como pessoas, sujeitos de direitos, provocando a contínua deterioração de princípios éticos e dos costumes sociais e políticos.

O relativismo levado às últimas consequências, por outro lado, chancela condutas antiéticas, em nome do “jeitinho brasileiro”. O patrimonialismo, o clientelismo político, o assistencialismo sem porta de saída e a espécie de liderança alicerçada na figura do “salvador da pátria” estão impregnados nas práticas incrustadas no meio social. A luta anticorrupção, que parecia ter vingado por estas plagas por um tempo, tem sofrido seguidos retrocessos, na contramão do Direito internacional. Talvez devêssemos indagar, como Carlos Drummond de Andrade: “E agora, José?” E agora, que a eleição passou, que o povo sumiu, que o país rachou? Não há como ignorarmos que, no meio do caminho, tem uma pedra. Ou várias. E talvez devêssemos responder, como Gonçalves Dias: “A vida é combate, / Que os fracos abate, / Que os fortes, os bravos, / Só pode exaltar.”

Por isso, Senhoras e Senhores, o Brasil precisa de livros, mais livros, mais leitores, mais educação, mais reflexão. Por isso, Confreira Aline, precisamos de vós. Onde está o fogo que Prometeu roubou aos deuses? No mesmo lugar onde crepita a fogueira ao redor da qual se senta o sábio timbira para cantar os feitos do moço tupi, sob a advertência: “Meninos, eu vi!”

Professora e Confreira Aline Carvalho do Nascimento, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, sede bem-vinda. Vosso pai e vossa mãe vos aplaudem dos planos superiores. Transpondes hoje os umbrais de uma das mais antigas e relevantes instituições do Maranhão, aquela responsável pelo estudo e divulgação da História, da Geografia e das ciências afins relativas ao Brasil e, notadamente, ao Maranhão, assim como pela defesa do patrimônio histórico deste estado. Tomais assento em uma cadeira que tem como patrono um militar, magistrado e escritor, Augusto Tasso Fragoso. Uma confluência de muitos saberes, portanto. Novos campos esperam a vossa sementeira. Uma vez mais parodiando a frase de Monteiro Lobato, acreditamos que um país também se faz com mulheres e livros.

Muito obrigada.

JOSÉ JORGE

LIVRO DE ROMANCES ENVOLVENDO HISTÓRIAS DAS CURACANGAS QUE APARECEM NA BAIxada MARANHENSE SERÁ LANÇADO HOJE EM SÃO LUÍS

JAILSONMENDES.COM.BR

Livro de romances envolvendo histórias das Curacangas que aparecem na Baixada Maranhense será lançado hoje em São Luís

JOSÉ CLÁUDIO PAVÃO SANTANA

DESCONSTITUCIONALISMO?

Neste dia 5 de outubro de 2023 é comemorado o aniversário (de vida vida longa, desejo) do principal documento jurídico-político do Brasil. Há 35 anos era promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

Nasceu como uma espécie de salvadora da pátria pelos que imaginavam que jamais veríamos falar em ditadura. Trinta e cinco anos depois desapareceram os fuzis e baionetas, os tanques e metralhadoras, mas entraram em ação as Montblacs, Parkers e tantas outras armas gráficas mais sofisticadas.

A indumentária mudou do verde oliva para o preto com borlas, trazendo consigo incertezas que impõem uma reação institucional e constitucionalmente prevista de forma imediata.

Nenhuma tergiversação pode ser tolerada quando o assunto for as liberdades civis, porque o império do terror deve permanecer como fato histórico apenas, um exemplo a não ser repetido. Jamais!

Não se pode transigir com o cenário em que a indiferença imponha o temor (e a autoridade o terror) e que sob as vestes da empáfia se ponha acima da própria norma que da legitimidade de acesso ao munus, mas não é uma folha de papel em branco na qual sejam escritos os mais juvenis e fugazes impulsos delirantes.

Retrocesso, no mínimo, é o que se pode atribuir a essa insana saga de atropelamentos das decisões da Assembleia Nacional Constituinte. Bem ou mal, a Constituição que chamam de Federal, mas que ainda insisto em que seja chamada Republicana, foi produto de um tempo de restauração da ordem democrática civil.

Nesses últimos tempos o Congresso Nacional passou a ser solenemente ignorado, como se pouco fizesse sentido a sua existência. Um pouco por sua inação deliberada, um pouco pelas algemas virtuais de alguns dos seus membros. Os limites parecem já não mais ter limites.

No simbólico discurso do deputado Ulisses Guimarães, naquele dia festivo, soou como alerta que não pode ser esquecido: “Quem trai a Constituição é traidor da pátria!”. Hoje o deputado estaria envergonhado porque muitos dos (já não tão) jovens não compreenderam o custo das lutas e insistem em permanecer nos diretórios acadêmicos com discursos que já não encontram espaço na história civilizada, exceto na cabeça de imberbes revolucionários de iPhones ou desavisados “briseiros” envolvidos na fumaça dos baseados.

Há 38 anos leciono direito constitucional, 35 dos quais os debates sempre foram voltados à formação do sentimento constitucional, enfatizando que é necessário diferenciar promessa, compromisso e comprometimento. Podem até parecer no vocabulário comum como sinônimos, mas substancialmente são categorias diversas.

A Constituição da República não é um repositório de normas de conveniências. Muito menos um caderno de regras de etiquetas que cedam prevalência e encontrem eficácia conforme o humor das autoridades. Ela é um contrato, um compromisso com o qual devemos, todos, ter comprometimento como seres que alcançaram, com o constitucionalismo, as maiores conquistas da civilização contemporânea. Retroceder, jamais!

Neste dia em que a Constituição da República completa seus 35 anos, ela amanhece com o corpo assim: o Preâmbulo, 250 artigos em seu texto (digamos assim) dogmático, 114 artigos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 6 Emendas de Revisão e mais 131 Emendas Constitucionais de Reforma. Já não é mais a mesma; perdeu a originalidade, mas, sempre, deve ser observada.

Quando a Assembleia Nacional Constituinte estabeleceu que os Poderes da União são (devem ser) independentes e harmônicos, entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, não criou um simulacro. Não falou em três estados.

No dispositivo, que sucede a base do poder constituinte originário – o povo – deixou contido como enunciado lógico que o mecanismo de funcionamento da democracia representativa entrega ao Legislativo elaborar as leis, que ao Executivo, após sua sanção ou veto, cabe pô-las em prática e, sempre quando houver conflito no cumprimento ou dúvida na interpretação, ao Judiciário cabe atestar a compatibilidade com a Constituição da República e a juridicidade ou não.

Descumprir esta cláusula constitucional – que, alias, é inserida nas cláusulas pétreas – é desconfigurar a decisão política da Assembleia Nacional Constituinte, ou, como a melhor doutrina diz, é violar o princípio da justeza ou conformidade funcional.

A Constituição é da República, não é dos Poderes, embora a eles se dirija como limite para que observem-na com compromisso e comprometimento. A Constituição Viva que se busca invocar como passaporte ao criticismo judicial não passa de inversão lógica e retrocesso histórico ao estado arbitrário ultrapassado.

É evidente que a Constituição não pode quedar como um fóssil pelo tempo, por isso precisa ser oxigenada pela ação dos seus guardiões e intérpretes. Releituras são possíveis, ressignificações, não. Ressignificar é dar sentido diverso ao que recebeu um sentido anterior. Dizer que é proibido o uso do traje de banho permanece a mesma norma, embora sua leitura seja diversa quando a examinarmos para aplicação tendo como cenários um templo ou um clube de nudismo.

A interpretação constitucional demanda atenção e responsabilidade, boa-fé e comprometimento. Desatender a isto não é protagonismo judicial; é mero criativismo judicial apenas, ação contramajoritária que dá as costas à fonte do poder legítimo: o povo representado.

Que vivia a Constituição da República, mas como documento fundamental de um povo civilizado e livre, e que as autoridades compreendam, de uma vez por todas, que suas vontades, desejos e ideologias, devem ser reservados a livros ou diários pessoais. O que se escreve na Constituição é compromisso. Comprometam-se com a decisão. de 5 de outubro de 1988 ou serão apenas “traidores da pátria”.

SONIA AMARAL

O PROCESSO

Em qualquer país civilizado, as regras processuais devem ser observadas para a garantia dos direitos de todos: daqueles que não cometem ilícitos e daqueles que cometem

Escuto, com muita frequência, alguns afirmarem que “bandido bom é bandido morto”. Quem afirma isso acredita que a polícia, em “julgamento” sumário, ao prender quem delinque, deve “julgar” e executar a sentença, matando quem cometeu o delito. Desculpa os que pensam assim, mas não concordo.

Em qualquer país civilizado, as regras processuais devem ser observadas para a garantia dos direitos de todos: daqueles que não cometem ilícitos e daqueles que cometem. Essas garantias processuais são importantes para que não se cometam injustiças. Ou vocês acham que basta a polícia prender e a pessoa já é culpada? Creio que não.

E mesmo para aqueles presos em flagrante delito, o processo deve ser observado para que não se condene alguém a uma pena exacerbada, de forma subjetiva, pela preferência do julgador. Se não forem observadas as regras processuais, todos nós corremos o risco de sermos condenados ao arbítrio do julgador, de acordo com as suas preferências.

Juiz é um ser humano igual a você, que sente simpatia ou antipatia por determinadas pessoas; que faz opções ideológicas (mesmo não as declarando) e que, muitas vezes, pode ser influenciado por estas na hora de decidir; que tem, enfim, uma história de vida que impacta, sim, na hora que julga. Os juízes devem ser imparciais, e a maioria o é, mas não são isentos. Isenção é algo só atingido pelo Super-Homem, e eu asseguro que não somos super-homens.

As regras de processo garantem (ou deveriam garantir), por exemplo, que a investigação de um crime seja realizada pela polícia, órgão do Poder Executivo, e que, se aquilo se transformar em um processo criminal, o julgador não será previamente escolhido ou que, de alguma forma, tenha interesse no resultado do caso.

Garantem, ainda, que se mantenham presos, durante a tramitação do processo, apenas aqueles que representem perigo à garantia da ordem pública ou ao desenrolar do processo. E, para tanto, o julgador tem de fundamentar a opção pela prisão, demonstrando o porquê do perigo.

Garantem que cada um responda a uma acusação individualizada, ou seja, que o denunciado saiba exatamente do que está sendo acusado. Afinal, se não sei do que me acusam, como posso me defender? Esse é um direito básico.

Garantem, dentre outras coisas, que, se condenado, o juiz demonstre cabalmente que aquele se enquadra no que diz a lei. Portanto, se a lei diz que comete, por exemplo, o crime de roubo quem se apodera de algo se valendo de violência, o julgador tem de mostrar na decisão que A subtraiu um bem de B, mediante violência. Se não houver violência, mas somente a subtração, foi apenas furto.

Repito: as garantias processuais nos asseguram viver em um país com regime democrático e de direito e, com efeito, nos coloca na condição de sociedade civilizada. A não observância nos remete à barbárie, à vitória do mais forte sobre o mais fraco, ao arbítrio.

Isso tudo me lembra a obra fenomenal, que tenho como livro de cabeceira, “O Processo”, de autoria de Franz Kafka, considerado um dos mais importantes escritores ocidentais. Nascido em Praga, em 1883, Kafka manteve um tom pessimista em suas obras e destacou a fragilidade da condição humana, em um mundo pouco amistoso.

Em “O Processo” Kafka conta a história de Josef K., que se vê processado pelo Estado, sem conseguir saber do que era acusado, qual crime cometera. Preso no dia que completara 30 anos, foi levado à frente de um inspetor de polícia que, além da rudeza no tratamento dispensado a K., não sabia informar as razões da prisão. A partir daí o drama de Josef K. só aumenta.

O advogado contratado é pouco diligente e não consegue sequer responder à pergunta central: do que K. está sendo acusado? O Judiciário, diante de um número infindável de processos, também não lhe presta nenhum esclarecimento. Em suma, o cenário kafkiano nos apresenta um Estado que trilha o caminho da ilegalidade, que esmaga o indivíduo.

É isso, se não primarmos pelas garantias processuais e acharmos que o melhor caminho para os que delinquem ou mesmo pensam diferente da gente é a força, sem passar por um processo regular, a próxima parada desse trem pode ser na primeira estação da ferrovia Transiberiana, usada por Stalin, na Rússia Comunista, para expurgar opositores ou mesmo dos que apenas cometeram o “crime” de contar uma piada, como foi o caso de Vera Golubeva. Kafka,

JOAQUIM HAICKEL

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 35 ANOS DEPOIS

Joaquim Haickel • sábado, 07 de outubro de 2023

Depois de 20 meses de trabalho intenso de deputados e senadores constituintes, na tarde do dia 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

Em um discurso empolgante, Ulisses Guimarães conclamava toda a nação a honrar e defender a nossa constituição e os princípios humanitários, sociais e democráticos que ela trazia como base.

Aqueles foram meses de muito trabalho. Eu era o quarto mais jovem constituinte brasileiro. Mais jovens que eu, Aécio Neves, Rita Camata e Cássio Cunha Lima. Depois da Constituinte, o primeiro e o terceiro, citados acima, tiveram extensas carreiras políticas, chegando aos governos de seus estados e ao senado federal. A segunda foi candidata a vice-presidente em uma dessas eleições. Quanto a mim, voltei para o Maranhão, comandeí algumas secretarias de Estado e novamente deputado estadual, até resolver que a política formal, com mandato eletivo não fazia mais sentido para mim.

Tenho orgulho de ter participado daquele momento importante da história de nosso país, mesmo sendo eu apenas um mero figurante, que na época tinha pouco em idade (26 anos) e menos ainda em experiência, mas hoje, passados 35 anos, vejo melhor, tanto os acertos quanto os equívocos que cometemos e confesso que me preocupo muito com a forma com que nossa Carta Magna está sendo usada.

Muitos de nossos acertos estão nos artigos 5º e 6º de CF, pois ali estão os direitos e garantias institucionais e sociais das pessoas. Ali estão também parte dos nossos equívocos ou esquecimentos, pois não estabelecemos de forma proporcional os deveres que deveriam advir e respaldar os direitos que estavam sendo garantidos.

Apenas como curiosidade, sobre um de nossos equívocos mais gritantes, lembro que no preâmbulo da CF, não há alusão a nenhuma espécie de dever que os cidadãos submetidos a ela devam ter, apenas estabelecemos direitos. Estávamos cegos! Cegados pelo medo do retrocesso democrático, que nos rondava. Parecido com o que estamos vivendo agora.

Lembro a quem possa não ligar bem as coisas, que estávamos saindo de 21 anos de estado de exceção, aquilo que uns chamavam de Revolução e outros de Ditadura Militar, o certo é que era um regime onde as liberdades e os direitos não eram plenamente respeitados, por isso o medo que todos tínhamos de um retrocesso institucional.

Lembro também que um ano depois de promulgarmos nossa Constituição, a derrubada de um muro mudou toda a configuração geopolítica do mundo. Nós, de certa forma nos antecipamos a essa mudança, e por isso agimos de forma precipitada em alguns aspectos.

Por outro lado, é sempre importante que se diga e não deixemos que ninguém se esqueça, que uma constituição não é uma carta POLÍTICA, naquilo que essa palavra tem de mais pejorativo! Ela é súmula jurídica que deve reger o funcionamento de todos os mecanismos e instituições de um país.

Olhando em retrospecto, vejo que passados 35 anos, constatamos que o trabalho que realizamos foi quase que completamente desfigurado, em parte por culpa nossa mesmo, em parte pelo uso errado e pela má interpretação dos dispositivos contidos nesta lei que deveria nortear a vida de nosso país.

Algo urgente precisa ser feito para remediar isso, pois o medo é um campo fértil para a tirania!

ONTEM SONHEI COM MEU PAI

Ontem sonhei com meu pai, falecido já há 30 anos. No sonho ele me perguntava, como é que uma pessoa, minimamente inteligente, pode supor que alguém que acredita que a terra é plana, vai conseguir, sem a mínima organização, dar um golpe de estado, e ainda por cima, sem que para isso use uma única arma de fogo?

Nesse sonho, meu pai, dando uma daquelas de suas sonoras gargalhadas características, me perguntou, quem são essas pessoas que acreditam que um golpe de estado, pode ser dado por um grupo de vândalos, sem nenhum apoio de uma braço armado, sem ações e objetivos claramente definidos para isso? E continua: “Onde e quando já foi dado um golpe de estado em o emprego de força bélica organizada?”

Em meu sonho, meu pai, de forma jocosa, como costumava fazer, indagou, como é que pode alguém imaginar que um golpe de estado pode ser dado, por pessoas que deprezam e vandalizam os prédios onde funcionam os poderes constituídos?

Irritado, meu pai me perguntou, qual poderia ser o motivo que levou as forças institucionais a não coibirem imediata e energicamente a tentativa de golpe de estado, uma vez que uma de suas funções é manter a lei e a ordem e resguardar o estado de direito?

Fico imaginando porque só agora, meu pai resolveu me aparecer em sonho e perguntar essas coisas, tão sem propósito, uma vez que tudo foi controlado rápido e facilmente, os golpistas foram presos e estão sendo julgados e condenados.

Passados 30 anos meu pai continua um piadista!

YURI COSTA / MARCO ADRIANO FONSECA

A ESCRAVIDÃO E A RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES

O Banco do Brasil foi formalmente comunicado sobre a abertura de investigação que apurará o envolvimento da instituição na escravidão durante o século XIX. A notificação foi feita na última semana pelo Ministério Público Federal. O inquérito instaurado é inédito e inicia um movimento de cobrança por reparação histórica de instituições brasileiras, públicas e privadas, que de alguma forma tenham participado da escravidão no Brasil.

A investigação do MPF teve como base estudo de mais de uma dezena de historiadores, que pesquisaram sobre as relações do Banco do Brasil com a economia escravista. O estudo descobriu, por exemplo, que a instituição teve relevantes traficantes de escravizados entre seus fundadores e acionistas, indicando que o capital que possibilitou a estruturação do banco possa ter vindo diretamente do comércio de pessoas negras.

A proposta da investigação é fazer com que o Banco do Brasil admita formal e publicamente seu envolvimento com a escravidão e que forneça informações e financie pesquisas que possam aprofundar o tema. Posteriormente, não se descarta a possibilidade de que seja levado a arcar com ações que mais diretamente promovam políticas de reparação voltadas à população negra.

A apuração do MPF, em verdade, se relaciona com uma movimentação que atualmente ocorre em diferentes locais do mundo. A investigação histórica de instituições que incentivaram e patrocinaram a escravidão busca combater a naturalidade com que essa participação é encarada. Em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo, bancos e universidades vêm sendo responsabilizados a instituir políticas de reparação e mesmo indenizações, sempre a partir da apuração de sua participação na escravidão.

O caso do Banco do Brasil se relaciona com a chamada “justiça de transição”, que, de forma mais geral, pode ser definida como o esforço para a construção da paz e de reparações sustentáveis após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos. Nesse sentido, há a necessidade do reconhecimento do quanto a escravização de negras e negros no Brasil foi uma prática criminosa e o quanto ela ainda projeta efeitos em nosso país. Isso aponta para o dever do Estado e da sociedade de uma reparação histórica.

A justiça de transição exige a estruturação de medidas que busquem reconhecer a verdade do que aconteceu no passado, consolidar uma memória sobre o período, responsabilizar os envolvidos e, quando possível, reparar pessoas direta ou indiretamente atingidas pela violação de direitos. O que se pretende com ela é fazer conhecer o passado e consolidar um senso de repúdio a práticas violadoras de direitos, garantindo a sua não repetição.

Nesse quadro, não importa se a escravidão foi formalmente extinta em 1888. Sendo considerada um crime contra a humanidade, as violações dela decorrentes não prescrevem e permitem que ações relacionadas àquele período ainda possam ser processadas pelo Poder Judiciário brasileiro.

Provocado quanto à apuração do Ministério Público, o Banco do Brasil publicou uma nota oficial. Reconheceu a necessidade de uma “reflexão permanente” sobre a história da escravidão no Brasil e não descartou o envolvimento que teve com a prática no século XIX. Quanto ao dever de reparação da instituição, não o assumiu cabalmente, destacando que essa “é uma responsabilidade de toda a sociedade”.

Se por um lado a manifestação do banco não descarta a possibilidade de que as apurações avancem para um acordo, por outro lança mão de um argumento por demais falacioso. A afirmação de que o dever de reparação pelas violações de direitos ocorridas durante a escravidão é “de toda a sociedade” nada resolve e não aponta para uma efetiva justiça. É certo que não apenas o Banco do Brasil foi culpado pelo regime de escravização. Porém, mais certo ainda é que não se pode partir da ideia de que a escravidão era algo legitimado pela sociedade como um todo ou que todas as pessoas e instituições se valiam desse regime, inclusive lucrando com ele.

Além disso, não basta a adoção do discurso de adesão a práticas antirracistas, como afirmado pelo Banco do Brasil em outros trechos de sua nota. Os compromissos de governança e compliance antidiscriminatório exigem que a instituição incorpore a compreensão de seu papel no processo de desconstrução do racismo estrutural, o que passa, inclusive, pelo reconhecimento de sua responsabilidade histórica nas violações sistemáticas de direitos humanos da população negra. Assim fazendo, transcenderá o atual panorama e demonstrará efetivamente a incorporação de uma cultura institucional que promova a equidade racial no espaço corporativo, revertendo, por exemplo, a manifesta desproporcionalidade da representação de pessoas negras em seu conselho de administração.

Interessante anotar que a notificação do MPF aqui comentada ocorreu no mês de setembro, que registrou ao longo da história do Brasil a aprovação de pelo menos três leis que se inserem no cenário da escravidão: a Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, que proibiu a entrada de africanos escravizados no Brasil; a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871; e a Lei dos Sexagenários, de 28 de setembro de 1885, que previu liberdade aos escravizados com mais de 60 anos.

.Historicamente, houve muita conivência, incentivo e patrocínio da escravatura, inclusive por atos e omissões do Império do Brasil, do Parlamento e do Poder Judiciário de então. Por outro lado, existiu também muita resistência à escravidão, individual e coletivamente. Definitivamente, a escravidão não foi “culpa de todos”, sendo necessário e urgente que se resgate a história do período, que se definiam devidamente as responsabilidades e que se desenvolvam medidas de reparação à população negra dos dias atuais e do futuro.

SOLENIDADE DO "JUBILEU DE OURO" (50 ANOS) DE FORMATURA DA 1A TURMA DE PSICOLOGIA DO CEUB (1973).

Na ocasião, doei um exemplar do meu livro "Esfinge: decifra-me ou te devoro" para a Biblioteca Central do CEUB e para os componentes da mesa.

SINÉSIO BARRETO

THOMAS MOSES -

[MOVIMENTO DOS IRMÃOS: THOMAS MOSES \(movimentodosirmaos.blogspot.com\)](http://movimentodosirmaos.blogspot.com)

THOMAS MOSES nasceu a 15 de julho de 1902 em Coatbridge, uma cidade situada em North Lanarkshire, Escócia. Filho de John e Jane Moses, foi criado num lar cristão em Loanhead, próximo a Edimburgo.

O jovem Tom Moses trabalhou numa usina de aço em sua cidade. Um dia, quando trabalhava nas fornalhas, na fabricação de bombas para ataques aéreos, uma delas explodiu, cegando-lhe a vista direita. Seu amigo desde a infância que trabalhava no setor ao lado, foi o primeiro a acudi-lo. Esse amigo era Peter Marshall, que mais tarde se tornou um dos mais populares pregadores dos Estados Unidos de sua época.

Deus deu a Tom Moses o dom da Palavra, de forma a animar, encorajar e emocionar seus ouvintes. Mas ele foi despertado em usar desse dom a serviço da obra missionária. O desejo de Thomas Moses em trabalhar no campo era tão grande que, mesmo sem o apoio de uma missão, ele percorreu o País de Gales e a Escócia visitando amigos e irmãos a fim de se preparar e buscar o apoio necessário. Foi então que em 1926, o jovem Tom Moses deixou o Reino Unido, sozinho, embarcando com destino a São Luis no Maranhão.

No Maranhão, ele auxiliou a assembleia Ebenézer na capital e logo em seguida, a assembleia no bairro Anil, onde reunia o Sr. Miguel Mattar que muito apoiou o trabalho de Thomas Moses. Sr. Mattar era dono de uma fábrica de tecidos no Anil, e contribuiu de forma significativa para a construção de alguns templos no Maranhão. Muito colaborou com o serviço do [Sr. McNair](#) no Brasil. O prédio da igreja no centro de São Luis que Sr. Mattar ajudou a erguer, tinha a palavra “Ebenézer” moldada em sua fachada, e no Anil, as palavras “Igreja do Salvador”. Por meio desses títulos ele tentou dar a conhecer, da melhor maneira que pôde, que eles não eram denominacionais.

Durante oito anos, Tom Moses trabalhou sozinho no Maranhão, até que no final de 1934, em Lambeth na Inglaterra, se casou com a Senhorita Winifred Gladys Thompson, da qual, de igual forma, nutria a visão missionária. O casal foi recomendado pela Assembleia em Coatdyke e se instalou em São Luis.

Sra. Winifred Moses

Naquela época a perseguição aos missionários era muito grande e hostil. Algumas autoridades, mesmo sem o respaldo da lei que garantia a liberdade religiosa, procuravam proibir a pregação do Evangelho, principalmente por parte do chefe de polícia de Anil. Sr. Moses enviou um telegrama ao Comissário da região solicitando que a liberdade garantida por lei fosse respeitada, e recebeu a resposta positiva. Mas ainda assim, Sr. Moses continuou sendo perseguido por parte da população, às vezes, por ordem do padre local. Certa ocasião, após Tom Moses ser abordado e questionado pelo padre, foi apedrejado por alguns populares, mas sem grave ferimento. Isso chegou ao conhecimento do Governador do Estado que emitiu uma carta ao Sr. Moses, e que, a partir daí, passou a ter uma recepção cívica. O mesmo privilégio não teve outro irmão da Assembleia Ebenézer, que após a pregação do Evangelho veio a óbito ao ser apedrejado por populares lideradas pelo líder religioso. Entretanto, as duas assembleias estavam crescendo, batizando novos convertidos e discipulando nas Escolas Dominicais.

Egreja Ebenezer
RUA COLLARES MOREIRA
Reuniões:
Desde Segunda-Feira, 26, ao Sabbado,
31 do corrente.
Conferencias pelo missionário
THOMAS MOSES
A's 19 1/2 horas (horario antigo)
Themas:
1.º — A Preparação para a 1.ª Vinda de Christo.
2.º — A Missão e a Mensagem de Jesus Christo.
3.º — Porque temos 4 Evangelhos.
4.º — Christo, O Exemplo do Christão
5.º — Satanaz, o inimigo do Christão
6.º — A Preparação para a 2.ª Vinda de Christo.
A's 23 1/2 horas do dia 31, haverá o Culto de vigilia e acção de graças a Deus.

Em 1936, Sr. Moses fez quatro viagens arriscadas pelo interior, três delas acompanhado pela esposa. A primeira jornada foi através do rio Pindaré, que tiveram o privilégio em auxiliar a abertura do salão para reuniões. Os poucos crentes daquela localidade sofriam bastante perseguição e havia ali um homem que era temido por todos na região, e uma de suas ideias era se livrar das pessoas chamadas “Protestantes”. Aquele homem preparou suas armas, e juntamente com um colega se dirigiu a uma das reuniões. Mas, pela graça de Deus, aquele homem saiu dali convertido. As segundas e terceiras viagens foram pelo rio Mearim. O lugar ofereceu grandes esperanças, sendo geograficamente a cidade-chave para toda a extremidade inferior do Vale do Mearim. Entretanto, tinham pouca comida e não havia onde comprar. Os insetos prevaleciam à noite por toda a parte. Além disso, a estação das chuvas estava bem avançada e houve inundação de costume. Para chegar ao local da reunião, tiveram que caminhar através de pântanos e deslizar ao longo de árvores

lamacentas, cujos troncos serviam de pontes. Uma noite com uma tempestade os tirou o jantar destruindo toda a comida, e quase destruiu a barraca itinerante também. No entanto, foram recompensados pelo Deus realizou na vida daquele povo do interior durante aquela jornada. Em seu serviço missionário, Thomas Moses auxiliou ainda o trabalho no Pará, e na Guiana Britânica.

Sala de Reunião da Floresta Windsor na Guiana Britânica Foto tirada por Thomas Moses em 1938.

Em 1937, nasceu a primeira filha do casal, Jean Doris Moses, que se tornou uma excelente professora em São Luis. Quatro anos depois, nasceu sua irmã, Irene Marion Moses.

Em sua jornada missionária pelo Estado do Maranhão, Tom Moses coletou material botânico dos principais rios, destinando-os aos jardins botânicos de Londres, Nova York, Edimburgo e Miami. Prestou serviços ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sendo eleito seu representante no Maranhão.

Em dezembro de 1942, Sr. Moses passou a trabalhar para o consulado americano e deixou o serviço missionário em tempo integral. Foi bem-sucedido no serviço consular, sendo nomeado em 1948, secretário de Estado norte-americano, em nome do governo estadunidense, para exercer elevadas funções da agência consular. Eis talvez o motivo pelo qual muitos pensarem que o escocês Thomas Moses fosse americano. Ele criou o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (ICBEU) e por seus excelentes serviços prestados ao Governo Americano, foi à época o único estrangeiro a ser condecorado pelo departamento de Estado de Washington com o Meritorius Service Ziwards. Dentre outros grandes feitos em seu serviço no consulado, atuou como Capelão das Forças Armadas Americanas durante a Segunda Guerra na cidade maranhense de Carolina.

O sr. William Cavêdo, ao desenhor, tendo ao seu lado os srs. Thomas Moses e José de Freitas Argo, presidente da Associação Comercial.

Thomas Moses “descobriu” um outro Maranhão para os maranhenses. O Maranhão do babaçu, onde na realização de seus estudos, inventou uma máquina para quebrar coco. Descobriu a palmeira como fonte de riqueza industrial ao estimular a extração de seu óleo e assim, impulsionado a exportação. Dedicou-se às pesquisas sobre a flora brasileira, sendo eleito membro da Sociedade de Mineração dos Estados Unidos. Das palmáceas, catalogou mais de 200 espécies na América Latina, o que o levou a ministrar aulas nas Universidades de Glasgow, Escócia; da Grã-Bretanha; e dos Estados Unidos; e dos estados brasileiros do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, e Amapá.

Integrou muitas instituições culturais, sendo sócio do IHGM (Cadeira 2), da Sociedade Brasileira de Geografia e da Associação Brasileira de Imprensa. Escreveu artigos científicos em jornais, revistas, inclusive nas Seleções do Reader Digest: autor do Mapa Geo-Econômico do Maranhão e foi autor dos livros: *Taba Timbira*, *Curiosidades do Maranhão*, e *Maranhão por Dentro e Por Fora*, sendo condecorado com a Medalha dos 350 anos de São Luís, pelo Governo do Maranhão.

No final do ano de 1959, Thomas Moses foi levado as pressas para o Rio para cuidar da saúde, onde foi submetido a uma cirurgia estomacal. Nessa ocasião, [Sr. Kenneth Jones](#) o visitou no hospital e relatou que embora fraco, a cirurgia foi bem-sucedida, resultando em boa recuperação.

Embora suas múltiplas atividades, Thomas Moses permaneceu pregando no templo da Igreja Ebenézer, em São Luis. Foi chamada à Santa presença do Senhor no dia 21 de março de 1970, na capital maranhense.

DO EDITOR

O Combate (MA) - 1925 a 1965 Ano 1948\Edição 04417 (1)

Novo agente consular dos E.E.U.U., em S. Luiz

Estamos seguramente informados de que acaba de ser nomeado, pelo general Marshall, secretario de Estado norte-americano, em nome do Governo ianque, para exercer as elevadas funções da agente consular do E. E. U. U., em nosso Estado, o revmo. **Thomas Moses**.

O novo representante de Tio Sam será empossado amanhã, na sede da repartição de que era secretario.

A agência do Maranhão era de 3a. classe, tendo sido elevada, com o novo titular á 2a. classe, deven-do-se tal fato, unicamente, ao novo representante.

A noticia da nomeação do missionarie Mores e a elevação da agencia consular norte-americana, de categoria, foi recebida com grande satisfação no meio, principalmente entre as classes conservadoras.

No dia 4 foi condignamente comemorado, pelo Instituto Brasil-Estados Unidos, o "Independency Day". Falou em nome do Instituto, o jornalista dr. Fernando Perdigão, que disse da importância daquela data histórica para a América.

A reunião contou com a presença de autoridades, a colônia americana aqui radicada, alunos do Instituto e pessoas da nossa sociedade.

Mr. and Mrs. Thomas Moses, foram pródigos em gentilezas com os presentes.

Aos convidados, foi servido doces e bebidas, preparados pela simpática hostess, Mrs. vice-consul dos Estados Unidos no Maranhão, **Thomas Moses**.

Aconteceu na noite de segunda-feira, uma festinha, no Club Brasil, Estados Unidos e que contou com a participação de figuras de destaque nos meios artísticos da cidade. Esta festa foi organizada para comemorar a chegada de Irene Moses, que se encontra nos Estados Unidos, em estudos de aperfeiçoamento da língua inglesa. Irene está mais forte e mais simpática, simpatia que herdou dos seus pais sr e sra. vice-consul **Thomas Moses**. "Welcome" a Irene é o que desejo, como também as suas outras amigas.

Nesta capital o vice-presidente em exercicio da Camara de Comercio Americano do Rio de Janeiro

S. s. teve concorrido desembarque — O primeiro contacto com a imprensa — Almoço oferecido pela Associação Commercial — Os discursos —

Aspecto tomado no aeroporto do Tirirical por occasião da chegada a São Luiz do sr. William Combs, tendo-se s. s. cercado por destacadas figuras dos nossos círculos commerciaes.

Conforme noticiáramos, chegou, ontem, pela manhã, em avião da Panair, o sr. William Combs, vice-presidente em exercicio da Camara de Comercio Americana do Rio de Janeiro, ora em excursão pelo interior do País.

O desembarque do illustre homem de negócios esteve bastante concorrido, vindo-se no aeroporto do Tirirical destacados elementos do comércio e da industria.

Após os primeiros cumprimentos, dirigiram-se todos para a Associação Commercial onde o sr. Combs foi recepcionado cordalmente pelos membros daquele importante órgão de nossas classes conservadoras.

O sr. William Combs mostrava-se alegre e satisfeito com a maneira como foi recebido em São Luiz.

COM A IMPRENSA

A's 10½ horas, reuniram-se em torno do vice-presidente da Camara de Comercio Americana do Rio de Janeiro, os representantes da imprensa local afim de colher impressões de s. s., que a todos acolheu fidalgamente, com aquella simplicidade característica da gente lanque.

O sr. Combs, quando abordado inicialmente pelos jornalistas, declarou que tudo quanto poderia dizer á imprensa estava contido no discurso que iria pronunciar, logo mais, no almoço com que a Associação Commercial o homenagearia.

Entretanto, atendendo a algumas perguntas da reportagem, declarou:

— O objetivo da minha viagem é estender ao Maranhão as atividades da Camara de Comercio Americana, de que sou vice-presidente.

Esse órgão, que já conta 30 anos de existência, foi fundado para fomentar, promover, desenvolver, expandir e ajudar o comércio entre os Estados Unidos e o Brasil.

Cessada a guerra, pretende a C. C. A. ampliar suas atividades, para o que instalara em diversas capitais comités representativos.

Até o momento já foram instalados os comités de Salvador e Recife, e agora, com a minha presença em São Luiz, pretendo fundar ainda hoje o desta capital.

Muito breve estarão em pleno funcionamento os comités de Porto Alegre, Belo Horizonte, Natal,

O sr. William Combs, ao desembarcar, tendo ao seu lado os srs. Thomas Moses e José de Freitas Jorge, presidente da Associação Commercial.

Vitória, Fortaleza, Parnaíba e Belém.

A Camara de Comercio Americana edita duas publicações: "O Brazilian Business" e o "Weekly News Letter", repositórios de amplas informações sobre comércio.

Quero frisar, adiantou o sr. Combs, que tem sido a mais gentil e cavalheiresca possível, a acolhida que venho recebendo em todas as capitais por mim visitadas, trazendo de todas elas a mais liisonheira impressão sobre as condições economicas de cada região. Interrogado se demoraria al-

guns dias em São Luiz, respondeu que não lhe era possível, porque estava com o seu itinerário já delineado e que, assim, teria de prosseguir viagem para Belém no próximo dia 9 (sábado vindouro) onde pretende instalar também um comitê da C. C. A.

O ALMOÇO NO HOTEL CENTRAL

A's 12 horas, a Associação Commercial de São Luiz ofereceu lauto almoço ao sr. William Combs, no Hotel Central, com a presença dos

srs. interventor Saturnino Belo,

srs. Thomas Moses, Acfr Barbosa

(Conclue na 4.ª pagina)

CINEMA DE COMÉRCIO AMERICANA — FANTASIA DO MARCHÊ DE JANTAR, COM A PARTICIPAÇÃO DO SR. GEORGE COLMAN, CONSUL DOS ESTADOS UNIDOS, DO SENHOR THOMAS MOSES, AGENTE CONSULAR DOS ESTADOS UNIDOS, DO SENHOR MARCELO RAMOS, CHEFE DE POLÍCIA, DO SENHOR ALVES DE MELO, JORNALISTA, DO SENHOR LUIZ RÉGO, SR. HAROLDO CAVALCANTI E CLOVIS TELXEIRA. USARAM DA PALAVRA O CONSUL GEORGE COLMAN E O SR. THOMAS MOSES. — JANTAR INTIMO DO SR. MOSES.

Ano 1948\Edição 01107 (1)

Consul George Colman

Homenageado, ante-ontem na residência do senhor
Thomas Moses

Encontra-se entre nós, desde alguns dias, o sr. George Tildon Colman, consul dos Estados Unidos no Pará, que veio presidir a cerimônia de Juramento do sr. **Thomas Moses**, recentemente promovido a agente consular daquela grande nação amiga, neste Estado.

O Chefe do Governo do Estado mandou visitar o ilustre representante americano, por intermédio do seu ajudante de ordens, gentileza que o consul George Colman retribuiu indo ao Palácio dos Leões na companhia do sr. **Thomas Moses** e do jornalista Alves de Melo, presidente da Associação Maranhense de Imprensa.

Retiro das Professoras

Pregou o frei Policarpo de Mutamba

Realizou-se, ante-ontem e ontem, no Colégio "Santa Tereza", concorrido retiro espiritual das professoras, constituindo o fato um acontecimento de grande sig-

Ante-ontem à noite, realizou-se a cerimônia de posse e juramento do sr. **Thomas Moses** no cargo de agente consular dos Estados Unidos, a qual teve lugar na residência do respectivo titular, com a presença do Governador Sebastião Archer da Silva, dr. Costa Rodrigues, prefeito da capital, tten. Marcelo Ramos, Chefe de Polícia, jornalista Alves de Melo, professor Luiz Régo, sr. Haroldo Cavalcanti e Clovis Telxeira.

Usaram da palavra o consul George Colman e o sr. **Thomas Moses**.

JANTAR INTIMO

Após a cerimônia, realizou-se um jantar íntimo, homenagem do ilustre casal Moses aos seus convidados, servindo-se primoroso "menú".

Por mimia gentileza do sr. **Thomas Moses**, foram exibidos ainda vários fil mseeeducativos e descritivos, deixando todos a residência do Agente Consular **Thomas Moses** magnificamente impressionados.

— O consul George Colman regressou ontem para Belem pelo avião da Panair.

Ano 1948\Edição A01130 (1)

IRENE MARION MOSES —
Completa anos, hoje, a menina
Irene Marion Moses, filha do sr.
Thomas Moses, v. ce-consul dos
Estados Unidos em São Luiz, e
de sua digna esposa, sra. Winni-
fred Gladys Moses.

Irene faz nesta data, 8 anos
de idade, recebendo muitas ma-
nifestações de estima dos seus
pais e amigos.

Ano 1949\Edição A01248 (1)

JEAN DAVIS MOSES — A ete-
mérie de hoje assinala o aniver-
sário natalício da interessante me-
nina Jean Davis Moses, diletta fi-
lha do sr. Thomas Moses, consul
dos EE. UU. neste Estado, e pes-
sôa largamente estimada em nosso
meio social e cultural.

Jean Davis oferecerá em a resi-
dência dos seus pais, às suas ami-
guinhas uma lauta mesa de dô-
ces e guaranás.

DIÁRIO envia cumprimentos a
aniversariante e aos seus pais.

Ano 1949\Edição 01286 (1)

COOPERAÇÃO DO CONSUL AMERICANO

O mul digno consul americano em nossa terra, o sr. Thomas Moses convidado pela diretoria do Centro exhibirá os seguintes filmes educativos:

A Capital dos Estados Unidos;
Campeões de ginástica;

Cousas que os olhos não veem.

Com esta valiosa cooperação do sr. Thomas Moses o Centro Cultural Gonçalves Dias continua realizando com grande êxito a sua grande obra para o soerguimento cultural de nossa terra.

Jornal do Maranhão : Semanario de Orientação Catolica - Jornal a serviço da Família e do Povo (MA) - 1954 a 1971 Ano 1963\Edição 03105 (1)

Brilhante Comitiva da Embaixada Norte-Americana Visitou o Maranhão

Por alguns dias, o Maranhão hospedou oficialmente S. Excia. o Embaixador Lincoln Gordon, dos Estados Unidos, e esposa, Sra. Allison Gordon, acompanhados de brilhante comitiva diplomática e assessores, os Srs. John Dief-

fenderfer, Coordenador da Aliança para o Progresso, no Nordeste; Cel. Robert D. Kalb e Sra., adido da Aeronáutica (Embaixada Americana); Hyman Bloom, cônsul dos EE.UU. em Belém; Hoyt Ware, adido de imprensa (Em-

baixada Americana); C. Dirck Keyser, 2.º secretário da Embaixada Americana; Vincent Rotundo, adido cultural dos EE.UU. em Belém; Cap. Raymond Kahl, adido da Aeronáutica Adjunto (Embaixada Americana). A essa comitiva inseriu-se, como parte integrante, o Sr. Thomas Moses, agente consular dos EE.UU. em nossa capital.

A estada do representante norte-americano em nosso Estado se vinculou a negociações com o Governo Estadual, em referência ao plano que a Aliança para o Progresso se traçou para executar no Nordeste. Dai os encontros com o Governador e seu secretariado, visitas a subúrbios, instalações do Sa-
CONCLUE NA 2a. PAU

SINÉSIO BARRETO

GERSON ANTUNES

Gerson Antunes

Gerson Antunes nasceu em 06 de agosto de 1889, em Caxias, estado do Maranhão.

De família pobre, talvez descendente de escravos, tudo indica que teve acesso a alguma instrução, pois, às vezes, escrevia para um jornal de sua cidade e tinha um bom conhecimento musical. Tocava pistão.

De sua família sabemos apenas que deixou, no Maranhão, duas irmãs.

Ainda bem jovem, teve que deixar sua cidade, pois ousara escrever um artigo, em um jornal local, contra um juiz que fraudara uma eleição. Para não ser preso, fugiu para São Luís, capital do estado. Não se sentindo seguro ali, tomou um “Ita do Norte”, que era um tradicional navio, e foi para Salvador, Bahia.

Com poucos recursos, aceitou o emprego numa barbearia, onde não se adaptou, haja a vista sua falta de habilidade com as mãos.

Deixando o emprego, ficou a perambular, pelas ruas de Salvador, acabando por se ajuntar a um grupo de músicos boêmios. E, nas serenatas, foi acostumando-se com a bebida, chegando mesmo a viciar-se com álcool.

Vivia da generosidade dos companheiros de boemia e de alguma coisa que ganhava quando tocava seu pistão nos bares da cidade. Assim sendo, ficou numa situação bem difícil; roupas em mau estado, sapatos furados, caminhando para se tornar mais um mendigo na cidade de Salvador.

Às vezes, quando se lembrava dessa fase de sua vida, dizia, comovido: *“Cheguei a catar ponta de cigarro nas ruas para fumar”*.

Assim, neste estado deplorável, ia andando pelas ruas, bebendo de botequim em botequim, pois não faltava alguém que lhe pagasse uma dose.

Num domingo à noite, passando já bastante embriagado por uma rua, ouviu o cântico de uma melodia. Como era grande apreciador de música, procurou ver de onde partia aquela canção.

Era uma Casa de Oração, onde um coral cantava um hino. Foi convidado e lhe deram um lugar para sentar. Naquele momento, só pode apreciar a música, pois o álcool não lhe permitia entender direito o que estava sendo dito.

Atraído pela música e pela maneira como foi tratado, voltou. Agora, já não tão embriagado, pôde ouvir e entender a pregação. Quem estava pregando era o irmão [Edward Percy Ellis](#). Falava sobre Elias e os profetas de Baal, fazendo a leitura de 1 Reis, 18.

O pregador falou sobre o versículo 21, onde é feita a pergunta: “*Até quando coxeareis entre dois pensamentos? Se o Senhor é Deus, segui-O; e se Baal é deus, segui-o.*” Estas palavras o sensibilizaram, não lhe dando mais sossego.

Depois de alguns dias de reflexão, respondeu à pergunta, entregando-se ao Senhor Jesus para segui-Lo e servi-Lo pelo resto de sua vida. Deus usou o cântico de um coral para transformar aquela vida que estava caindo na mais negra perdição; perdição da vida física e, o que é mais terrível, perdição da alma.

Ele dizia: “*Tirou-me do mais profundo abismo*”.

Por isso, apreciava tanto corais, organizando bons corais em alguns lugares onde morou.

O Sr. [Ellis](#) se interessou por ele, vendo que, apesar de ter caído tanto na vida social, era uma pessoa inteligente e de bons princípios.

Sr. [Ellis](#) tinha uma representação de produtos farmacêuticos em Salvador e empregou Gerson Antunes em seu estabelecimento.

Por volta de 1918, ou 1919, o Sr. Ellis transferiu-se para o Rio de Janeiro, trazendo em sua companhia Gerson Antunes como seu funcionário.

Em 1920, o Sr. [McNair](#), morando na zona rural de Conceição de Carangola, MG, promoveu ali a terceira Escola Bíblica, dando oportunidade a vários moços crentes de estudarem a Palavra de Deus e também receberem alguma instrução. Ali tiveram o privilégio de receber ensinamentos de grandes conhecedores da Palavra de Deus, dentre eles, o renomado [Harold St John](#), que além de muito erudito, era, acima de tudo, um consagrado e piedoso servo do Senhor.

Terceira Escola Bíblica — Conceição do Carangola
Missionários: S.E. Mac Nair, D. Carlota Mac Nair, Harold St. John e Sr. Stear — 1920.
Gerson Antunes está de pé no centro da foto.

No final do período escolar que durou quatro meses, os alunos da Escola Bíblica receberam uma carta de Joaquim Paulo de Oliveira solicitando uma visita a Barreiros, onde o Evangelho estava se iniciando. Gerson Antunes e Joaquim Alves Mafra se dispuseram a fazer a visita.

O Evangelho no município de Itaperuna e região, teve início em 1913, com a colaboração do irmão [Alfredo Gonçalves Filgueiras](#). Nessa localidade iniciou um trabalho Evangélico que logo se estendeu com a conversão de Virgílio Tinoco Machado, que era proprietário de uma fazenda em Barreiros, Valão e indo até à cidade de Itaperuna.

Com a visita a Barreiros, Gerson ficou conhecido dos crentes dessa região.

Logo que terminou o período da Escola Bíblica, Gerson Antunes voltou para o Rio de Janeiro.

Algum tempo depois, o irmão Ellis acabou com o comércio, pois precisava dedicar-se mais à obra do Evangelho que crescia naquela cidade, ficando o irmão Gerson sem emprego. Como mostrava habilidade como professor, foi convidado, por volta de 1927, por Joaquim Paulo de Oliveira, a lecionar para seus filhos e outras crianças da fazenda e de vizinhos. Assim Gerson Antunes foi para essa região. Ministrava os ensinamentos seculares e cooperava com a obra do Senhor, pregando o Evangelho e ensinando as doutrinas Bíblicas para aqueles que desejavam ingressar na Obra.

Casou-se em 1928 com Herondina Bastos, filha de um colono de uma fazenda onde lecionava.

Em janeiro de 1929 nasceu o primeiro filho, Eleazar. Teve mais três filhas: Tirza (que morreu na infância), Milca e Naltina.

Em 1930, com a crise do café, muitas famílias, principalmente da região do Valão, mudaram-se para o Rio de Janeiro ou para a região do Rio Doce, escasseando o número de alunos. Como em Barreiros havia melhores condições de vida, e portanto maior número de alunos, ele optou por mudar-se para lá. Abriu uma escola em frente à sede da Fazenda, junto a casa em que residia.

Com a mudança do Sr. [Mc Nair](#) para Teresópolis, em 1933, a Associação das Casas de Oração ficou com a propriedade que o mesmo havia adquirido no morro que fica atrás da casa de Oração, onde foram construídos uma residência e um galpão para moradia de obreiros itinerantes e uma sala de Estudos Bíblicos. Ali, Gerson Antunes passou a residir, lecionando um curso básico para as crianças da região e também organizando o Instituto Evangélico, onde muitos moços vieram estudar não só, e principalmente, as verdades Bíblicas, mas também as bases da língua para melhor desempenhar o Trabalho do Senhor. Ali trabalhou até 1934, cooperando com a Igreja nos ensinamentos da Palavra e na evangelização. Formou, como já havia feito no Valão, um grande coral, levando a mensagem cantada a muitos lugares.

Em 1935, os diretores do Instituto Evangélico acharam conveniente transferi-lo para Carangola, MG. Sendo o professor Gerson o diretor, mudou-se em janeiro deste ano para lá. A Associação adquiriu ali uma chácara de uns três alqueires de terra onde havia uma casa de morada bem grande. Construíram alojamentos para alunos internos, um refeitório e uma cozinha e um salão para aulas. Essa propriedade ficava a dois quilômetros do Centro da cidade.

O Instituto Bíblico de Carangola funcionou até 1939. Com o desencadear da 2ª Guerra Mundial, em setembro deste ano, houve a necessidade de muitos alunos voltarem aos seus lugares de origem e também os recursos para a manutenção da organização ficaram mais difíceis.

Como o Professor Gerson, apesar de autodidata, era um bom conhecedor de línguas, dominando bem o inglês, o irmão [Alfredo GonçalvesFilgueiras](#), que era o diretor proprietário da Academia de Comércio de Vitória, ES, convidou-o para lecionar inglês em seu estabelecimento de ensino. Assim, ele transferiu-se para Vitória-ES, no princípio de 1940. Lá trabalhou lecionando e cooperando com o trabalho dos irmãos que estava se desenvolvendo naquela cidade.

ESCOLA SUPERIOR DE COMÉRCIO - VITÓRIA-ES

Sua esposa adoeceu e ele, que há algum tempo vinha sofrendo de hipertensão, teve seu estado de saúde agravado.

Com o agravamento de sua doença e a de sua esposa, ele escreveu para o irmão Joaquim Alves Mafra, com quem tornou-se muito amigo, para que fosse busca-lo. Assim, em março de 1943, o irmão Joaquim Mafra foi à Vitória e os levou para Itaperuna. Foi alugada uma casa para sua esposa Herondina, que já estava em fase terminal, ficando ela em companhia de sua mãe, Dona Rita, e mais uma pessoa que cuidava delas. O professor Gerson ficou na casa de Joaquim Mafra. Ele já estava cego, com dificuldade para andar, falar e até engolir.

Mesmo com todo o sofrimento físico e emocional, pois tinha que ficar separado da esposa, jamais reclamou e, nos momentos em que as dores aliviavam, se mostrava alegre, procurando, mesmo com dificuldades, passar algum ensinamento para os que o assistiam.

Um ex-aluno escreveu para ele dizendo que “ficava perguntando por que um servo tão dedicado sofria tanto?” Então ele, que já não podia mais escrever, pediu que respondesse a carta dizendo: “Não pergunte porque, mas para que.”

Herondina faleceu em junho de 1943, três meses após ter chegado em Itaperuna. Professor Gerson ficou na casa do irmão Joaquim Mafra até agosto deste mesmo ano, quando foi levado para Barreiro, onde ele dizia ser o lugar onde queria morrer. Lá ficou na casa de Jaime Tinoco Resende, onde veio a falecer em 09 de setembro de 1943.

Foi um grande conhecedor das Escrituras e tinha um dom especial para transmiti-las. Foi também um servo fiel. Viveu sempre no desejo de servir ao Senhor, procurando passar, especialmente para a mocidade, aquilo que aprendia no Estudo da Palavra de Deus. Hoje, temos certeza, ele já recebeu do Senhor... *“Bem está o servo bom e fiel.. entra no gozo do teu Senhor.”*

Da obra de Gerson Antunes poderemos destacar a composição de alguns hinos e a tradução de outros. Dentre eles estão, no Hinário Hinos e Cânticos, compostos por ele: Eternidade (nº 106); Jesus o Senhor (nº 397); Maravilhoso Senhor Jesus (nº 443) e é a sua tradução dos hinos: Os meu pecados todos (nº 387); A Beleza de Cristo (nº 756) e de um hino avulso: Um Dia no Calvário.

SINÉSIO BARRETO

JAMES McCABE - MISSIONÁRIO EM VARGEM GRANDE

Sr. McCabe retornou ao Brasil sozinho por um período, e estabeleceu o serviço em Vargem Grande, no Maranhão.

James McCabe nasceu em 12 de abril de 1874, em Keady, uma vila no condado de Armagh, na Irlanda do Norte. Filho de James McCabe e Ellen Thompson McCabe, foi membro de uma assembleia em Dublin.

O ano de 1896 representou um marco para a igreja em Dublin, que de uma só vez, recomendou quatro missionários para o campo, são eles: William James Clifford, George Langran com sua esposa Margaret Langran e James McCabe. Todos foram enviados para a Argentina, desembarcando em Buenos Aires, chegando em Córdoba no dia 10 de novembro, onde fixaram residência. Alugaram uma casa para o casal Langran e um quarto próximo para os Srs. Clifford e McCabe. Dali, por estes obreiros, o serviço missionário foi estendido para Tucumán e Rosário, onde em 1899, foi convertido um padre jesuíta espanhol que atuava no Brasil.

Missionários em Córdoba, Argentina. 1898

A partir da esquerda, em pé: Sr. Bathgate; Sr. James Clifford; Sr. Torre (em visita); Sr. W. Payne e o último não identificado. Sentadas no meio: Sra. Torre; Sra. Payne e Sra. Langran. Sentados no chão: Sr. Langran; Madge Payne e Sr. James McCabe.

Momento precioso na vida do Sr. McCabe foi quando, em abril de 1904, se casou com Mary Emma, que se uniu a ele no serviço missionário. O casal então, foi despertado para o serviço missionário no Brasil, cuja escassez de obreiros era muito grande devido ser o único país no Continente Americano de língua portuguesa, e os missionários britânicos, porém, em sua maioria, se preparavam para os países de língua espanhola.

Em 1904, chegaram ao Brasil, em Recife. Podemos dizer que o Sr. James e Mary Emma McCabe foram os primeiros missionários do movimento dos “irmãos” enviados por uma Missão ao Brasil, considerando que os Srs. [McNair](#) e [George Howes](#), que já atuavam no país, nunca se associaram a nenhuma missão.

O casal foi ricamente abençoado com o nascimento da filha Sophie, no dia 30 de dezembro de 1904. Precisou de alguns poucos meses para que a filha brasileira ficasse forte o suficiente, para que em maio do ano seguinte, a família se transferisse para Montevideo, a fim de cobrir a ausência do Sr. Percy Moore, que precisou licenciar-se indo para a Inglaterra.

Em 1908 retornaram ao Brasil, onde o Senhor estava direcionando-os. Desta vez, fixaram residência em Belém, no Pará. Ali, no dia 17 de julho, nasceu o segundo filho do casal. A igreja providenciou um quarto anexo junto ao salão de reunião para que a família pudesse se instalar com mais conforto. O Evangelho estava progredindo lentamente, até que no ano seguinte, a cidade foi duramente castigada pela malária, o que muito afetou o ajuntamento da igreja, incluindo a família, onde o Sr. James ficou por um bom período em estado febril, assim como as crianças, onde o filho mais novo com apenas 1 ano correu sério risco de vida, do qual, muitos pensaram que não escaparia. Ainda assim, no auge dessa epidemia, houve cinco batismos.

Em 1910, a família mudou para Recife, e ali, alugaram uma casa e iniciaram um trabalho num salão com capacidade para 40 pessoas na Rua dos Prazeres, 15. Sendo que, num domingo à noite, a assistência chegou a 60 ouvintes. Dali, o Sr. McCabe estendeu seu ministério para Olinda, e em 1912, foi morar em Alagoas.

Os filhos do casal estavam constantemente doentes, e o casal decidiu que a Sr^a Mary, juntamente com os filhos, deveria passar um tempo na Inglaterra para se recuperarem. E assim foram para lá em 1913. **Sr. McCabe retornou ao Brasil sozinho por um período, e estabeleceu o serviço em Vargem Grande, no Maranhão.** Dali, estendeu para Alagoinhas e Santo Antônio de Jesus, na Bahia. Sempre provendo trabalhos evangelísticos e implantando pontos de pregação.

Em 1917, Sr. McCabe passa alguns meses no Rio de Janeiro, onde conheceu novos irmãos. Dali estendeu seu serviço evangelístico, através da linha férrea, passando por Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e

Bemposta. Em 1919, visita Carangola, em Minas, onde leva uma pequena contribuição na Escola Bíblica, promovida por McNair e Harold St. John.

Segunda Escola Bíblica, Conceição de Carangola, Minas, 1919

Segunda Escola Bíblica em Conceição de Carangola - [Sr. McNair](#); James McCabe; [Harold St John](#); Ella St. John e o aluno João Francisco de Assis no meio.

Ainda 1919, teve uma passagem por alguns meses pela na cidade de Recreio, Minas Gerais. Ali promoveu um grande trabalho evangelístico, sendo numa reunião ao ar livre, com mais de 200 ouvintes. Em 1920, fixou residência na cidade mineira de Aymorés, onde continuou pregando, evangelizando e batizando também nas cidades próximas, até o ano de 1923.

Naquele ano de 1923, por diversos problemas de saúde na família, Sr. McCabe deixou o campo missionário, e antes de regressar ao Reino Unido, visitou por alguns meses as regiões onde residiu e trabalhou, como Recife e Maceió, até que em 1924 partiu para a Europa em definitivo.

D. Mary Emma partiu para o Senhor em 30 de abril de 1935, em Bath, Inglaterra. Sr. James McCabe, foi chamado à presença do Senhor aos 83 anos de idade, quando estava internado em um hospital de Londres, no dia 23 de outubro de 1957.

far into the night we could hear railing about Protestants, heretics, "green-caps" and many other names. Next day we came on by train to Santo Antonio de Jesus, where we were warmly welcomed by a Baptist brother, who gave my husband full liberty for preaching and teaching and to me for singing. We made some interesting visits, and some spoke of blessing. We were recommended to a place called Amargoza, (meaning "rather bitter"), where we found what had once been a thriving little gospel centre dwindled almost to nothing. We were very kindly received, many apologies being made for there being no better lodging for us, and we found very open hearts and much appreciation, and afterwards much warmth in the meetings, which were held every night. There was some opposition, which in itself is a healthy sign, but it was retaliated by a less instructed member of the family felling the opponent to the ground! A good meeting was also arranged at the shop and public-house (!) of a friend. The sound of an organ soon called many publicans and sinners round, and their faces were a study. Some were decidedly unsteady, but they listened well and seemed much interested in the discourses, first of my husband and then of a Brazilian whom God had reclaimed from something much lower than themselves.

Hence we were recommended to San Miguel, where we found a few so-called Baptists, each worshipping in his own house. Two families only were visible at first, but afterwards I discovered another large one dedicated to the nightly custom of reading and studying the Bible. Here I was besieged, morning, noon and night, by the sick and suffering, and as the gospel meeting was held in the house of an aged, half-blind widower, we had plenty to do, and much difficulty to find a few minutes for preparation for the meetings. The elder daughter was the essence of love and kindness, but when we were free at 4.30 p.m. for our first *sotã* meal it took some time to set it before us. Visits continued till 9.0 p.m., and the meeting was from 9.15 to 10.30, many remaining afterwards. Half-past one in the morning found us free and tired. The above is typical of a day's gospel work in a place where there is no resident doctor. It presents glorious opportunities for the presentation of the gospel. The second day we had a disturbance, a sub-official, the worse for drink, riding in among the people who were leaning at the windows and crowding the door. He tried to back his horse into the house, but it stumbled on the wooden threshold, and a superior officer caught the bridle and in spite of great resistance succeeded in drawing him away. The little girls of the house were very frightened, but we went on singing and soon had a larger congregation than before. A few days later, near the end of the meeting, a challenge was made by the village school-master, and the disturbance was great, lambs being changed to lions in their fury. We closed the meeting and announced the next night for preaching on the subject in

question, viz. the worship of images. It was splendidly attended, and my husband was wonderfully helped of the Lord to deliver a powerful testimony to the truth. He invited his opponent to reply, which he did with shouts and such gesticulation that we left the centre of the room clear, and when he wound up an abusive harangue the people were almost roaring with laughter at his clumsiness and wild movements. When my husband thanked him and expressed a wish that he had the same knowledge of Portuguese, saying that he would be glad to have a few months at his disposal in which to study with the *professor*, the people fairly broke out in wholesome fun, and my husband availed himself of the increase in the congregation to give a precious invitation to accept the love of God in Christ. For some days feeling ran very high, but we went in and out as usual, and the Lord used the sickness and need of the people to break down barriers. An altar and shrine were set up exactly opposite the house in which we were, and bombs, dynamite and all, raged all round, but we waited, opened the meeting a little later, and soon had a splendid gathering and a good hearing. We stayed long enough to outlive the attempt at persecution, and several dignities apologized for any inconvenience. Small tokens of gratitude were sent to us, and all the principal families accompanied us to the station, several speaking of spiritual blessing received. At least one, a gambler, had been converted.

Here in Vargene Grande we found the Christians prepared to receive blessing through the Word, and they had brought some of their sick ones from a distance to be treated. We have had some good meetings, and find a general recognition of the power of God to save and to keep. We had hoped to reach some other places from here, but there have been terrible railway accidents up those lines, caused by floods, due to heavy rains swelling the rivers. We ask that each of the places we have visited may be taken individually to God in prayer for great blessing, and that they may be centres from which many will go forth in the name of the Lord to evangelize their own people.

May E. McCabe.

ARGENTINA.

Conversion of a Swiss Romanist.—J. Clifford.

Tucuman, June 10th.—We have good attendance at gospel meetings, with evident interest on the part of some, for whose souls we watch. Recently a German-Swiss, not long in the country, was brought into touch with us through our open-air meeting. Our good German brother, Hermann Walter, has been on the watch for him ever since, as he understands but little Spanish, and at last we have the joy of seeing him rejoicing in the Lord Jesus. He comes from a village in Switzerland where all are Roman Catholics, and has written home to his people, telling

MIGUEL MATTAR – DO MARANHÃO

Por

SINÉSIO BARRETO

Extraí três páginas do meu livro: McNair, uma vida, que fala sobre duas idas ao Maranhão, e conta um pouco sobre o Sr. Miguel Mattar.

Eu vou analisar os detalhes dos relatórios dele se tem algo sobre o Maranhão, para te enviar. Vou te enviar ainda detalhes do Sr. Miguel Mattar, que era sírio e dono de uma fábrica no bairro do Anil.

De volta ao Brasil

I) Miguel Mattar

Em 1910, enquanto McNair estava em Coimbra, recebeu uma carta inesperada do irmão sírio Miguel Mattar do Maranhão, que dizia que esperava uma visita com muito desejo, e o envelope continha também um cheque na quantia de £16, o que era equivalente à época a um conto de réis, para ajudar nas despesas de viagem. McNair se viu embaraçado, sem saber o que fazer, visto que estava em plena atividade em Portugal e com duas casas alugadas, uma em Coimbra e outra em Aveiro, e ainda estava atuante na redação do periódico *O Semeador*. A princípio, procurou alguém que pudesse ir ao Brasil em seu lugar, mas não encontrou ninguém disponível que pudesse fazê-lo. Pouco depois, conseguiu encontrar um tempo em que pudesse fazer a visita e planejou ir não somente ao Maranhão, mas também aos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em maio daquele ano, aos 43 anos de idade, embarcou rumo ao Brasil diretamente para o estado do Maranhão. McNair conta que pensou ser essa viagem sua despedida do Brasil.

O Sr. Miguel Mattar era um homem de meia idade, fabricante de roupas na capital São Luís. Antes de sua conversão, fez uma viagem à Europa prometendo trazer para sua cidade no Maranhão, Engenho Central, uma imagem para adornar a igreja da qual era membro, que ele próprio havia ajudado na construção do templo. Nesse intervalo, ouviu o Evangelho na Síria, e quando voltou, trouxe consigo a Boa Nova. Não foi bem recebido pelos líderes de sua antiga religião e até sofreu perseguição.

McNair ficou hospedado pouco mais de um mês na casa do Sr. Mattar, ajudando e orientando o irmão sobre como poderia proceder em relação ao Evangelho em sua região. Ele tinha uma filha adolescente, e McNair conta que aproveitou para aprender um pouco de árabe com ela. Sentiu-se incomodado quando soube que o Sr. Mattar tirou de suas próprias economias para custear a vinda ao Brasil, e quando ofereceu custear o restante das despesas, McNair teve que recusar terminantemente.

No dia 7 de julho de 1910, McNair deixou o Maranhão com destino ao Rio de Janeiro, com uma rápida escala na Bahia. Desembarcou no porto do Rio no dia 10 de julho.

Do Editor

A Campanha : Orgão de interesses populares (MA) - 1902 a 1904 Ano 1902\Edição 00039 (1)

Passageiros entrados hontem do Pin-
dará no vapor Vianna:
Do Engenho Central,—Fabricio Cal-
das de Oliveira, Miguel Mattar, Felipe
Mattar.

Ano 1918\Edição 00982 (1)

Pela instrução

Foi nomeada, por portaria do gover-
no do Estado, de 4 do mez corrente,
para o cargo de professora da escola
«Arthur Azevedo», a professora nor-
malista laureada d. Mahiba Mattar.

Diario do Maranhão (MA) - 1855 a 1911 Ano 1902\Edição 08714 (1)

Protesto de lettra

Augusto Pereira Guterres, tabelião de protestos de lettras etc. etc. etc.

Faço saber que em meu cartorio e poder existe uma lettra de terra da quantia de rs 1:2865400, para ser protestada por falta de pagamento, e achando-se ausente o acceitante, como consta da certidão adiante transcripta, por este o intimo para pagar ou dar razões porque não paga a dita lettra. Encarrego o official de justiça Domingos Francisco das Chagas de intimar ao senhor Miguel Mattar, para pagar ou dar as razões porque não paga uma lettra da terra da quantia de rs. 1:2865400. saccada por José Pedro Azar, acceita por Miguel Mattar. Maranhão 2 de Setembro de 1902. O tabelião de protestos de lettras. Augusto Pereira Guterres. Estavam sellos adhesivos no valor de 600 rs. — Certifico que procurando o senhor Miguel Mattar, para fazer-lhe a intimação de que acima se trata, fui informado por pessoas fidedignas de que não se acha n'esta cidade e seu termo. O referido é verdade e dou fé. Maranhão 2 de Setembro de 1902. O official de jus-

Ano 1909\Edição 10645 (1)

Premios

NA
Exposição Nacional

PIAUHY

Grupo 30
*Malas, bolsas, artigos de viagem
acampamento*
Alfredo Fausto Henrique da Sil
va — Medalha de prata.
Mattar Irmãos & Comp. — Me
dalha de bronze.

Correio da Tarde : Folha Diaria (MA) - 1909 a 1911 Ano 1911\Edição 00578 (1)

Farid Elias **Mattar**, imposto de
Industria e Profissao do exercicio
de 1910 a 1911, 1. semestre
108:675.

Pacotilha (MA) - 1910 a 1938 Ano 1910\Edição 00044 (1)

Do Engenho Central — José
Coelho, sua mãe e 2 irmãs, **Mi-
guel Mattar**, sua senhora e 1
filha.
De Menção — Nelson Sereia de

LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ

1612, OUTUBRO, 20: PRIMEIRA MISSA NO VINHAIS VELHO

Há 411 anos, neste dia 20 de outubro de 1612, era rezada a primeira missa na capelinha erguida na Aldeia de Uçaguaba pelos missionários franciscanos vindos na armada de Daniel De LaTouche, Senhor de Lavardiére:

“(...) levaram-nos os índios, de canoa, até Eussauap, aonde chegamos no sábado seguinte ao meio-dia. O sr. de Pizieux e os franceses que com ele aí residiam receberam-nos com grande carinho (...).” (D'ABBEVILLE, 1975, p. 114).

EUSS-OUAP (EUSSAUAP) – Onçaquaba; Oçaguapi; Uçagoaba; UÇAGUABA - composto de *uça*, nome genérico do caranguejo, e *guaba*, participio de *u* comer: o que, ou onde se come caranguejos". (apud D' ABEVILLE, 1975, p.107).

Joseh Carlos Araújo nos traz à página 65-71 o capítulo “*O duro desabafo de Mamboré-uçu*” onde os moradores da também espaçosa aldeia de Eussauap, com a presença do honrado católico senhor de Pézieux como hospede do principal Tatuauçu pensavam ter um dos padres capuchinhos ali residindo:

“ [...] era implorada a permanência de um religioso na igrejinha, construída com esse fim. A comissão pastoral, por sua vez, lamentava a impossibilidade de atendê-los de imediato, pois um dos quatro missionários retornaria em breve para a França. Com a perda irreparável ocasionada pela morte recente do padre Ambrósio de Amiens, restavam dois: um servindo Junipará e o outro assistia a francesada, ao lado do Forte. “À tarde, após a rotineira fincada da cruz, seguida de uma concorrida missa dominguiera ainda pela manhã, se achegaram d’Razilly com o intérprete

Des Vaux e d'Abeville, acompanhados pelos principais e comunitários locais e da redondeza, para uma reunião na casa Grande. [...]”(p. 65-66).

Cesar Marques (1970), em seu Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, publicado em 1870, informa sobre Vinhais - freguesia e ribeiro, que os jesuítas Manoel Gomes e Diogo Nunes, que vieram junto com a armada de Alexandre de Moura, principiaram a estabelecer residências - ou missões de índios -, sendo a primeira que fundaram: “... foi a que deram o nome de Uçaguaba, onde com os da ilha da capital aldearam os índios, que tinham trazido de Pernambuco, e como esta se houvesse de ser a norma das mais aldeias, diz o Padre José de Moraes, nela estabelecessem todos os costumes, que pudessem servir de exemplo aos vizinhos e de edificações aos estrangeiros. Cremos que por este fim especial foi chamada aldeia da Doutrina.

“Fundada pelos jesuítas, parece-nos haver depois passado ao poder do Senado da Câmara, porque ele tinha uma aldeia ‘cujo sítio era bem perto da cidade’. Compunha-se de 25 a 30 índios entre homens e mulheres ‘para poderem acudir às obras públicas pagando-se-lhes o seu jornal’.[...] “Em 12 de maio de 1698 a Câmara pediu ao soberano um missionário para educá-los. Em 22 desse mesmo mês representou à Sua Majestade queixando-se por ter sido privada desta aldeia ‘por algumas informações más e apaixonadas’. ... foi no dia 1o. de agosto de 1757 elevada à categoria de vila com a denominação de Vinhais”. (p. 632-633).

A residência dos jesuítas em Uçagoaba é ocupada com a chegada da segunda turma de jesuítas ao Maranhão, os padres Luís de Figueira e Benedito Amodei. De acordo com Cavalcanti Filho (1990) a missão jesuítica no Maranhão inicia-se com a chegada dos padres Figueira e Amodei: "

... Ao que tudo indica, a aldeia de Uçaguaba, situada a margem esquerda do igarapé do mesmo nome, teria sido o ponto de partida dessa missão ... desta primeira, denominada 'Aldeia da Doutrina'".(p. 31).

Não há referência à Eussauap, Uçagoaba, Uçaguaba ou Aldeia da Doutrina na relação dos templos existentes na Ilha por ocasião da elevação de São Luís à sede de Bispado em 1677, pela Bula "Super Universas Orbis Ecclesias", muito embora em 1740 conste da relação das freguesias do Maranhão:

"Na ilha de São Luis. Além da freguesia de N. S. da Vitória que abrangia toda a capital do Estado com suas muitas igrejas, capelas e conventos, havia três outros núcleos com a presença permanente de religiosos e que também naquele ano seriam erigidos em paróquia - Anindiba (Paço do Lumiar), São José dos Poções, antiga aldeia da Doutrina ...". (MEIRELES, 1977, p.127).

Coelho (1990) em seu "Política indigenista no Maranhão Provincial", ao analisar "o lugar do índio na legislação: a questão da terra", afirma que " a situação das terras dos indígenas é caracterizada por um acúmulo de esbulhos e usurpações" e o processo oficial do sequestro dessas terras se dá pela ação de Pombal, que prescreveu, em 1757, a

"[...] elevação das aldeias indígenas, onde havia missões, à categoria de vila ou lugar, de acordo com o número de habitantes". Cita, dentre outros exemplos, que " a aldeia da Doutrina, em 1º de agosto de 1757, foi elevada à categoria de vila, com o nome de Vinhais".

D. Felipe Condurú Pacheco (1968) informa que em 1751, os jesuítas e os franciscanos tinham no Estado do Maranhão e Grão-Pará 80 missões e grande número de “doutrinas”, e que em oposição às numerosas propriedades dos demais religiosos,

“[...] os franciscanos possuíam então no Maranhão apenas o convento de Santo Antonio, com 25 escravos, e a ‘missão’ de S. José dos Poções, em 1757 vila de Vinhais, de onde, com as esmolas dos fíéis, se mantinham com seus alunos de filosofia e de teologia [...]”. (p. 50).

Ao listar as paróquias da Ilha do Maranhão,

“[...] no meado do século XVIII, conta de 1758,... distante da cidade ... Vila Nova de Vinhais, a que foi elevada a 1o. de agosto de 1757, (antes, S. João dos Poções) dos franciscanos[...]”. (p. 61).

De acordo com Barbosa de Godois (1904), o colégio dos jesuítas no Maranhão,

“segundo os Annaes Litterarios, contava estas residências: Conceição da Virgem Maria, em Pinheiros; S. José, na aldeia de S. José de Riba-Mar; S. João Baptista, em Vinhais; S. Miguel, no Rosário”.

Meireles (1964), conta-nos que o bem-aventurado Gabriel Malagrida - a quem César Marques chamou de “o desgraçado apóstolo do Maranhão” - costumava logo pela manhã percorrer as ruas da pequenina cidade de não mais de uma meia dúzia de milhares de habitantes, a convocá-los, com a campainha que ia fazendo tilintar, para a Santa Missa e o exercício do catecismo. E lá voltava ele, cheio de alegre beatitude, acompanhado de um bando irrequieto de meninos que o seguia até o Colégio. Depois, o confessorário e a visita aos enfermos e aos presos, consumia-lhe o resto do dia, pela tarde afora; à noite, retornava à aldeia da doutrina, como comumente então a povoação de São João dos Poções, antiga Uçagoiaba e hoje Vinhais, sede da primeira missão dos inicianos na Ilha-Grande fora conhecida...

Buscamos uma vez mais em Cesar Marques (1970) outras informações, agora sobre a Igreja do Vinhais:

“Pertenceu então a outro donatário porque descobrimos termos da junta das missões de 13 de abril de 1757, que passou para o domínio dos frades da Ordem de Santo Antonio, sem podermos contudo dizer como se efetuou esta mudança, e então se chamou aldeia de São João dos Poções.[...] [1o. de agosto de 1757 em que a Aldeia da Doutrina foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vinhais] foi criada a freguesia em virtude de Resolução Régia de 13 de junho de 1757, sendo o seu primeiro pároco encomendado o beneficiado Antônio Felipe Ribeiro”. [...] “Em 5 de maio de 1829 a Câmara ‘pediu ao Presidente a construção de uma igreja, por ter desabado a que havia, de uma cadeia, que era um quarto por baixo da casa da Câmara, porque tendo caído o templo de que o quarto fazia parte, ficou ele arreuinadíssimo, e de uma casa da Câmara porque a existente estava com os sobrados desprezados e com faltas’ “. (p. 632-633).

Ainda às páginas 632 do referido Dicionário ..., César Marques informa que no referido termo – ao passar a freguesia para a Ordem de Santo Antônio, com o nome de São João dos Poções, em 13 de abril de 1757 -, achavam-se em palácio, reunidos, o Governador da Capitania, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, o Governador do Bispado, Dr. João Rodrigues Covete, e o Desembargador Ouvidor-Geral Diogo da Costa e Silva, o Desembargador Juiz-de-Fora Gaspar Gonçalves dos Reis, e os reverendos prelados das regiões, mandava o Governador ler o termo da junta, feito na cidade de Belém do Grão-Pará em 10 de fevereiro de 1757.

Gaioso (1970), ao identificar as cidades, lugares, vilas, freguesias por toda a capitania, afirma que na ilha de São Luís do Maranhão - em 1818 -, tem a cidade deste nome e:

"A villa de Vinhaes he uma pequena povoação de Indios, que goza de privilégio de ter seu governo municipal, de que são membros os mesmos Indios. Tem sua igreja particular que lhes serve de freguezia, com a invocação de S. João Batista. A congrua dos vigários destas povoações he de 50,000 r. pagos pela fazenda real, que cobra os dizimos, e devem apresentar certidão dos respectivos diretores, em como compriro com os officios pastoraes." (p. 110)

Sobre a igreja existente em Vinhais, Moraes (1989) lembra que a capela de São João de Vinhais, construída no século XIX (sic), substituiu templo muito anterior, que ruíra, e que fora matriz da freguesia, criada pela Resolução Régia de 18 de junho de 1757.

A reconstrução da igrejinha do Vinhais foi feita pelo 15o. Bispo do Maranhão, D. Marcos Antonio de Souza. Em carta a seus auxiliares, datada de 30 de dezembro de 1838, "julgando aproximado o tempo de descer aos silêncios da sepultura", pede para ser enterrado na Matriz de São João Batista de Vinhais, que mandara reedificar:

"Se não fôr possível ter o último jazigo nesta Cathedral de Nsa. Sra, da Vitória, junto às cinzas dos meus Predecessores, como sesejava um santo Bispo de Milão, se não me fôr permitido descançar junto al Altar, em que poe muitas vêzes tenho celebrado os augustos mysterios da Religião Santa, que professo, hé de minha última vontade, que o meu enterramento, se fallecer nesta Cidade, ou suas vizinhanças seja na Matriz de S. João Baptista de Vinhaes, reedificada com algum trabalho meo". (CONDURÚ PACHECO, 1968, p. 164).

D. Manoel Joaquim da Silveira, 17o. Bispo do Maranhão, inicia, a 27 de dezembro de 1854, uma visitação às paróquias. Sob o "São Francisco" - "braço de mar em que deságua o rio Anil", em dois escaleres do brigue "Andorinha:

"... Pitoresco o promontório dos remédios, com a alvura deslumbrante e devota da Ermida de Nsa. Senhora. Com pouco mais de 3 quartos de hora de viagem, estão no pôrto de "Vinhaes, outrora Villa, e muito mais povoada que actualmente". Foguetes, recepção, bençãos. 'Hospedagem ecellente em casa de propriedade do Vigário Geral. Visita dos ingênuos habitantes dêste pacífico lugar'. [...] "Na manhã seguinte começam os trabalhos. Pouca frequência. Não há confissões: 75 crismas. 'Pequena a Matriz de pedra e cal; airosa, porém e mui bem ornada'. Construída por D. Marcos, já está arruinada. Ajudado com 4:000\$000 da Província e com o produto de loteria, D. Manoel fez os reparos desta... [...] "... a 3 de janeiro, por Vinhais, retorna S. Excia. à Capital". (CONDURÚ PACHECO, 1968, p. 234-235).

Ana Jansen, em meados do século XIX, monopolizava o abastecimento de água de São Luís, utilizando-se de aguadeiros, seus escravos, que se abasteciam nas fontes do Apicum e Vinhais, transportando suas pipas para o centro da cidade, vendendo o caneco por vinte réis, de acordo com Viveiros.

Catarina Mina – Catharina Rosa Ferreira de Jesus – uma escrava que amealhou grande fortuna com o comércio de seu corpo, e comprou sua alforria – no dizer de Graça Guerreiro, tornara-se uma Xica da Silva do Maranhão – achando-se adoentada – em 19 de fevereiro de 1886 - e sendo solteira e sem herdeiros, abriu mão de seus bens em testamento, deixando-os para seus escravos –sim, os possuía, e muitos ! – além da alforria dos mesmos. Entre as exigências que fez, pediu aos herdeiros que “enquanto lhes permitissem os seus recursos, não deixassem de fazer a festa de São Pedro em Vinhaes, como de costume”. (BARBOSA, 2002; 2002b). (Grifos nossos).

Em 1985, os moradores da Vila velha do Vinhaes pedem ajuda aos moradores do Conjunto Recanto dos Vinhaes para a reconstrução da Igrejinha ... o telhado estava no chão, mais uma vez ... A primeira pessoa que, nessa época estendeu a mão, foi uma médica, que mandou reconstruir o telhado. Depois, alguns moradores reuniram-se e resolveram ajudar, criando uma comissão – informal – pró-reconstrução da Igreja...

Muito embora conste do “Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados”, do Ministério da Cultura, que em 1995 tenha sido restaurada pela Secretaria de Cultura do Estado, através do Departamento de Patrimônio Histórico e Paisagístico (MinC, 1997) – recurso de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) – isso nunca se deu; desde 1985, todas as intervenções físicas se deram com recursos arrecadados junto à comunidade, sem qualquer interferência de qualquer poder público – seja nacional, estadual, ou municipal...

Onde hoje é localizado o bairro Vila Velha de Vinhais – ou Vinhais Velho – ficava antiga aldeia indígena, onde um certo David Migan habitava com os índios. Uçaguaba era a segunda maior aldeia de Upaon-Açú. Com a chegada da armada de Daniel de La Touche, veio a recebeu seus alguns habitantes brancos, em 1612, quando o sr. de Pizieux e alguns franceses ali fixam residência e edificam uma capela - a segunda da ilha, “batizada” por D'Abbeville a 20 de outubro do mesmo ano.

Em 1615, de acordo com Moraes (1987) ou 1622, no entender de Cavalcanti Filho (1990) os jesuitas ali estabelecem sua primeira residência, ou missão, em terras maranhenses. A Eussauap de D' Abbeville (1612) é chamada de Uçagoaba pelos padres Manoel Gomes e Diogo Nunes (1615) e, a partir de 1622, recebe o nome de Aldeia da Doutrina dos padres Luís Figueira e Benedito Amodei. Em 1º de agosto de 1757 recebe a atual denominação - Vila de Vinhais. Extinta em 1835...

Desde o ano de 1985, os moradores do "Vinhaes Velho" - hoje compreendendo os bairros da Vila Velha do Vinhais, Recanto dos Vinhais, Portal do Vinhais, Alameda dos Sonhos, Conjunto dos Ipês (Vale), Residencial Vinhais III, Conjunto dos Colibris - a estão reconstruindo - pela quinta vez, nesses mais de 411 anos.

Por muitos anos abandonada, tendo deixado de cumprir sua função de unir pela fé católica seus moradores, estava novamente em ruínas. Desde que o conjunto Recanto dos Vinhais foi construído, seus moradores tentam, junto com os residentes da Vila Velha de Vinhais, ter um Padre rezando missa. Estamos em campanha permanente para a recuperar fisicamente ... A histórica igreja precisa de sua ajuda.

A Igrejinha do Vinhais completa 411 anos, 20 de outubro.

BIBLIOGRAFIA

- ABBEVILLE, Claude d'. HISTÓRIA DA MISSÃO DOS PADRES CAPUCHINHOS NA ILHA DO MARANHÃO E TERRAS CIRCUNVIZINHAS. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975
- ARAUJO, Joseh Carlos. CRONICAS DE SÃO LUIS – 1612: a fundação da cidade sob o olhar tupinambá. Imperatriz: Ética, 2012
- BARBOSA DE GODOIS. Antonio Baptista. HISTÓRIA DO MARANHÃO – para uso dos alunos da Escola Normal. Maranhão: Typ. Ramos d' Almeida & Suc., 1904, tomo I e II
- BARBOSA, Helena. História Do Maranhão No Arquivo Do Judiciário. In REVISTA TJ MARANHÃO, São Luís, setembro/outubro 2002.
- CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. A QUESTÃO JESUÍTICA NO MARANHÃO COLONIAL. São Luís: SIOGE, 1990. D'ÉVREUX, Yves de. VIAGEM AO NORTE DO BRASIL – feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.
- COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (org.). MARANHÃO – ENSAIOS DE BIOGRAFIA E HISTÓRIA. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011, p. 65
- COELHO, Elizabeth Maria Beserra. A POLÍTICA INDIGENISTA NO MARANHÃO PROVINCIAL. São Luís: SIOGE, 1990. PIANZOLA, Maurice. OS PAPAGAIOS AMERELOS – os franceses na conquista do Brasil. São Luís: SECMA; Rio de Janeiro: Alhambra, 1968.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. COMPÊNDIO HISTÓRICO-POLÍTICO DOS PRINCÍPIOS DA LAVOURA DO MARANHÃO. Rio de Janeiro : Livros do Mundo Inteiro, 1970. MARQUES, César Augusto. DICIONÁRIO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO. São Luís: Tip. do Frias, 1870. (Reedição de 1970).
- MEIRELES, Mario M. HISTÓRIA DA ARQUIDIOCESE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO. São Luís: UFMA / SIOGE, 1977.
- MEIRELES, Mário M. SÃO LUÍS, CIDADE DOS AZULEJOS. São Luís: Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1964
- MORAES, José de. HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NA EXTINTA PROVÍNCIA DO MARANHÃO E Grão-PARÁ. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.
- PACHECO, D. Felipe Condurú. HISTÓRIA ECLESIASTICA DO MARANHÃO. São Luís: Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1968

JUNHO DE 2013 EM DEBATE

LANÇAMENTO DO LIVRO

“Sob o céu de junho: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural”, de Fábio Palácio

SOB O CÉU DE JUNHO
AS MANIFESTAÇÕES DE 2013 À LUZ DO MATERIALISMO CULTURAL
FÁBIO PALÁCIO

COM AS PRESENCAS DE:

Manuella Mirella
Presidente da UNE

John Kennedy Ferreira
Professor da UFMA

11 de outubro de 2023 - 18h30

**Local: Palácio Cristo Rei -
rua Rio Branco, Centro**

I SEMINÁRIO DE VALORIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DE VITÓRIA DO MEARIM
Índice do Seminário 00:00:00 ABERTURA
youtube.com

<https://youtu.be/shNxV4GCPEg?si=ENwNqwQbRDyXT7Vu>

08:21

HISTÓRIA DO DIREITO

Título	Autor(a)
?LIGADOS NO TEMPO E NO ESPAÇO?: ESTUDO COMPARADO ENTRE GODOFREDO VIANA E CARLOS MAXIMILIANO NA FORMAÇÃO DO PERFIL NOTÁVEL ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA	Diogo Guagliardo Neves

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

Artigo enviado para o GT HISTÓRIA DO DIREITO.

“LIGADOS NO TEMPO E NO ESPAÇO”: ESTUDO COMPARADO ENTRE GODOFREDO VIANA E CARLOS MAXIMILIANO NA FORMAÇÃO DO PERFIL NOTÁVEL ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Resumo:

Os mais diversos investimentos de capitais herdados, investidos e multiplicados, que permite a determinados agentes transitarem entre o direito e a política no Brasil, na passagem dos séculos XIX ao XX, são relevantes para a compreensão da própria historicidade do processo, que é de longo curso. A identificação das estratégias implementadas na construção de suas trajetórias pode revelar as cadeias de compromisso, tensões, possibilidades e bloqueios no processo de legitimação nos dois ambientes, e o modo como podem ser complementares. No ponto, utiliza-se os casos exemplares de Godofredo Viana e Carlos Maximiliano, aparentemente distantes geograficamente e possuindo origens relativamente díspares. No entanto, a partir dos referenciais oriundos do pensamento de Bourdieu, Weber e pesquisadores dessas linhagens sociológicas com foco na teoria das elites, mesmo em face das diferenças pontuais de um e de outro, é possível perceber que as semelhanças se ajustam aos padrões definidores do perfil legítimo a ocupar as instâncias de poder no ecossistema juspolítico nacional da época.

Palavras-chave:

Direito; Política; Brasil; Poder; República

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

I H G M

Rua de Santa Rita, 230 – Centro, Edifício Prof. Antônio Lopes – CEP: 65.015-430 – São Luís - MA
CNPJ: 06.407.860/0001-20 / Tel: (98) 3181-5239 / e-mail: ihgmma@gmail.com / Site: ihgm.org.br

CARTA CIRCULAR Nº 70/2023

São Luís (MA), 11 de outubro de 2023.

Assunto: Informação sobre a 16ª FELIS

Senhores Sócios:

É com grata satisfação que comunicamos a realização da 16ª FeliS, no período de 13 a 22 de outubro do ano em curso, pela Secretaria Municipal de Cultura de São Luís- SECULT. E como de praxe, o IHGM terá um stand, e neste ano será compartilhado com a Academia Maranhense de Trovas-AMT e a Academia Brasileira Rotária de Letras - ABROL-MA.

Estamos recebendo livros dos confrades e congreiras para venda e exposição no nosso stand e, além disso, estamos organizando lançamento e relançamento de livros no espaço do stand do IHGM, para tal será disponibilizada ficha de inscrição com dados do autor e livro, dia e horário para divulgarmos o cronograma dos referidos lançamentos.

Temos certeza de que será mais uma oportunidade e espaço de confraternização e divulgação da Casa de Antônio Lopes e das obras dos seus associados.

Prof. Dra. Dilercy Aragão Adler

Presidente

Com muita alegria e senso de responsabilidade, recebi o Prêmio de Eficiência e Qualidade da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Agradeço a Deus, a minha amada família e a equipe maravilhosa que trabalha comigo e tornou esse sonho possível. Dedico essa premiação a vocês! A velocidade do tempo é inexorável, e sem perceber, completei mais de uma década de exercício da atividade notarial e registral. Os desafios são constantes, mas os superamos diariamente com muita fé e perseverança. Parabéns a todos os Notários e Registradores do Maranhão, por desempenharem um serviço público de excelência que se tornou referência nacional.

1º Festival Cinépolis do Cinema Nordestino
João Pessoa, Fortaleza, Natal e São Luís.

PROGRAMAÇÃO - SÃO LUÍS
CINÉPOLIS SÃO LUÍS SHOPPING

EXIBIÇÕES SEMPRE ÀS 20H30

HOJE

**Manuel
Bernardino: O
Lenin da Matta**
Rose Panet

Filme sobre a trajetória de um líder camponês, espírita, socialista e vegetariano, durante a primeira metade do século XX. Conhecido como apelido de "Lénin da Matta", imposto pela imprensa da época, particularmente pelos jornais O Diário de São Luís e A Pacotilha, era defensor dos fracos e dos oprimidos e, embora não fosse, na verdade, um intelectual como Lenin, leu sobre o socialismo e foi bem versado na doutrina espírita. Sua história começa com fome e seca, o que o fez abandonar o Ceará e migrar para o Maranhão.

"Morte e ficção do Rei Dom Sebastião"

Um dos principais temas do nacionalismo português é o mito do retorno de dom Sebastião, monarca que, em 1578, partiu para o Marrocos para combater "os mouros" e foi morto na Batalha de Alcácer Quibir. O sebastianismo, como ficou conhecido, se apoia em uma série de rumores sobre a sobrevivência do rei e tomou conta de Portugal e da Europa nos anos que se seguiram ao conflito, apoiado por impostores que declaravam ser o rei.

O historiador André Belo faz uma investigação inédita dessa primeira fake news da Europa Moderna, reconstruindo os fatos da morte de dom Sebastião e também a ficção mais importante criada por um impostor: um italiano que afirmava ser o rei e acabou condenado à morte.

Numa autópsia desse importante evento da história portuguesa, que ao longo dos séculos ganharia repercussões e reinterpretações no Brasil, o autor se lança numa análise dos fatores que contribuíram para que uma ficção tão improvável se espalhasse. Com precisão e clareza, constrói um estudo rigoroso que se deixa ler como uma história de detetive, registrando o que tantos preferiram não ver.

"Morte e ficção do Rei Dom Sebastião" é publicado pela Tinta-da-China Brasil

FALAS SOBRE A BAIXADA

Francisco Viegas Paz (Peri Mirim/MA)

Tema: "A criação comunicativa do baixadeiro"

**Mediador: Prof. Manoel de Jesus Barros
Martins (São João Batista/MA)**

CICLO DE PALESTRAS

ACADEMIA
MARANHENSE DE CIÊNCIAS

Promoção:
Academia Maranhense de Ciências – AMC

Parceria:
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM e
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História da Arte e da
Cidade – GEPHAC/UFMA

**Arq. José Marcelo
do Espírito Santo**

Prof. Ms. Departamento de Artes Visuais da UFMA;
Doutorando em História PPGHIST/UEMA; Membro
da Academia Maranhense de Ciências (AMC) e
do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
(IHGM)

Monumento a
Gonçalves Dias

150 ANOS NA PAISAGEM DE SÃO LUÍS

26 OUT | 19H

LIVRARIA E ESPAÇO CULTURAL AMEI
(SHOPPING SÃO LUÍS)

VAMOS FALAR SOBRE RACISMO ALGORÍTMICO

- YURI COSTA (DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL E PROFESSOR UEMA)

- MARCO ADRIANO FONSÊCA (JUIZ DE DIREITO TJMA E PROFESSOR ENFAM E UEMA)

O racismo é uma tecnologia que opera há séculos a partir da lógica que perpetua e naturaliza desigualdades sociais a partir de um viés racializado. Projeta no imaginário social um papel de subalternidade a determinados grupos, como o das pessoas negras, que, nas relações de trabalho, passam a ser associados a funções secundárias, com maior incidência de vínculos informais e com menor remuneração. Esse quadro evidencia a estrutura racista ainda presente nos dias atuais, impactando negativamente a vida da população negra brasileira.

O racismo estrutural consiste num conjunto de práticas sistemáticas no contexto histórico-cultural que repercutem na sociedade de forma a frequentemente normalizar ou naturalizar a colocação de um grupo social ou étnico em posição de inferioridade. Ele toma relações discriminatórias como padrão de normalidade, de maneira a tornar velada a própria diferenciação de tratamento que se confere a esses grupos. Nesse sentido, funciona como peça fundamental no racismo à brasileira.

No cenário contemporâneo, em que a inteligência artificial é utilizada em nosso cotidiano, precisamos falar sobre uma nova e séria modalidade de discriminação: o racismo algorítmico.

A expressão ganhou recente repercussão na imprensa e nas mídias sociais a partir da divulgação de um suposto caso de racismo envolvendo a equipe de comunicação da deputada estadual do Rio de Janeiro, Renata Souza (Psol). A assessoria da parlamentar utilizou um aplicativo com inteligência artificial para criar uma imagem da deputada, com o intuito de participar de uma trend nas redes sociais. Ao ser sugerido ao aplicativo informações da deputada e do local, uma comunidade carioca, foi gerada uma fotografia em desenho animado de uma mulher negra com um revólver na mão.

Segundo Tarcízio Silva, autor da obra *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais* (2022), o racismo algorítmico é “uma espécie de atualização do racismo estrutural”, cuja manutenção produz vantagens em prol de um grupo hegemônico, “profundamente, dependente de uma epistemologia da ignorância para manutenção do poder”.

Em verdade, a tecnologia dos algorítmicos tem o potencial de reproduzir exponencialmente os estereótipos e as discriminações a partir dos vieses dos seus programadores. Dito de outra forma, a programação do algoritmo pode reproduzir o preconceito racial e implicar na perpetuação de discriminações, reproduzindo a mesma lógica de neutralidade da naturalização das discriminações raciais do mundo real.

Mas, afinal, o que é o algoritmo? De forma simplificada, nada mais é do que uma programação, um ensinamento. Os algoritmos são instruções para que o sistema, programa, aplicativo ou software, realize uma ação ou alcance um resultado. Essa programação é produzida, reproduzida e testada sistematicamente a partir de critérios de treinamento e uso de outros recursos tecnológicos, como a inteligência artificial, machine learning e big data.

Poderíamos fazer uma comparação com uma receita de cozinha ou um tutorial que dá o passo a passo para se fazer ou reproduzir algo. Como envolve essencialmente uma programação, a lógica algorítmica é realizada por seres humanos. Ao fim e ao cabo, as máquinas não possuem autonomia nesse processo.

Mas o racismo algorítmico não lança suas teias apenas nas redes sociais. Temos casos recentes da configuração desta modalidade discriminatória também em procedimentos de reconhecimento fotográficos no processo penal. No Ceará, por exemplo, foi divulgada a fotografia do artista hollywoodiano Michael B. Jordan no banco de dados de imagens de suspeitos da Polícia Civil, fotografia essa que chegou a ser apresentada no termo de reconhecimento nos autos de uma investigação criminal.

Temos, também, os recursos de reconhecimento facial implantados em vários ambientes que podem reproduzir os vieses discriminatórios das programações. Além disso, as próprias programações das redes sociais possuem algoritmos que potencializam ou não o alcance das postagens e dos perfis de determinadas pessoas, também com conotação de seletividade racial. Registramos, ilustrativamente, o acordo firmado pelo Twitter em ação judicial que tramitou na Vara de Direitos Difusos de São Luís/MA, em que se discutia a configuração do racismo algorítmico da rede social. Embora os representantes do Twitter não tenham reconhecido a responsabilidade, o acordo culminou na destinação de recursos para aplicação por instituições do movimento negro maranhense para a promoção de ações para equidade racial.

O propósito deste texto não é alimentar a ideia de ser impossível ou impraticável uma conexão entre a tecnologia algorítmica e o combate ao racismo. Em sentido contrário ao racismo algorítmico aqui comentado, poderíamos ter, apenas como ilustração, essa relevante tecnologia no monitoramento judicial dos crimes de racismo religioso e de assassinatos de lideranças negras, sobretudo quilombolas. Esses e outros usos são inquestionavelmente bem-vindos.

Diante do que aqui se registrou, temos que reconhecer que o debate está instaurado em torno do racismo algorítmico. Por isso mesmo, conclamamos pesquisadores, professores, programadores e sociedade civil em geral para reflexões sobre os efeitos do racismo nas tecnologias e no nosso cotidiano, as repercussões em nossa juventude e os reflexos na saúde mental e no imaginário social.

Outra pergunta central é o que efetivamente estamos fazendo para a promoção da equidade racial no Estado do Maranhão, onde 76% da sua população é negra, com expressiva população indígenas e quilombola. Não podemos silenciar às realidades impactantes que nos circundam. Precisamos empreender esforços na implementação de políticas públicas efetivas para a promoção de direitos humanos em favor da população negra brasileira.

Vamos falar sobre racismo algorítmico

YURI COSTA(*) E MARCO ADRIANO FONSÊCA (**)

(*)Defensor Público Federal e Professor UEMA (**)Juiz de Direito TJMA e Professor ENFAM e UEMA

O racismo é uma tecnologia que opera há séculos a partir da lógica que perpetua e naturaliza desigualdades sociais a partir de um viés racializado. Projeta no imaginário social um papel de subalternidade a determinados grupos, como o das pessoas negras, que, nas relações de trabalho, passam a ser associados a funções secundárias, com maior incidência de vínculos informais e com menor remuneração. Esse quadro evidencia a estrutura racista ainda presente nos dias atuais, impactando negativamente a vida da população negra brasileira.

O racismo estrutural consiste num conjunto de práticas sistemáticas no contexto histórico-cultural que repercutem na sociedade de forma a frequentemente normalizar ou naturalizar a colocação de um grupo social ou étnico em posição de inferioridade. Ele toma relações discriminatórias como padrão de normalidade, de maneira a tornar velada a própria diferenciação de tratamento que se confere a esses grupos. Nesse sentido, funciona como peça fundamental no racismo à brasileira. No cenário contemporâneo, em que a inteligência artificial é utilizada em nosso cotidiano, precisamos falar sobre uma nova e séria modalidade de discriminação: o racismo algorítmico.

A expressão ganhou recente repercussão na imprensa e nas mídias sociais a partir da divulgação de um suposto caso de racismo envolvendo a equipe de comunicação da deputada estadual do Rio de Janeiro, Renata Souza (Psol). A assessoria da parlamentar utilizou um aplicativo com inteligência artificial para criar uma imagem da deputada, com o intuito de participar de uma trend nas redes sociais. Ao ser sugerido ao aplicativo informações da deputada e do local, uma comunidade carioca, foi gerada uma fotografia em desenho animado de uma mulher negra com um revólver na mão.

Segundo Tarcízio Silva, autor da obra *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais* (2022), o racismo algorítmico é “uma espécie de atualização do racismo estrutural”, cuja manutenção produz vantagens em prol de um grupo hegemônico, “profundamente, dependente de uma epistemologia da ignorância para manutenção do poder”.

Em verdade, a tecnologia dos algoritmos tem o potencial de reproduzir exponencialmente os estereótipos e as discriminações a partir dos vieses dos seus programadores. Dito de outra forma, a programação do algoritmo pode reproduzir o preconceito racial e implicar na perpetuação de discriminações, reproduzindo a mesma lógica de neutralidade da naturalização das discriminações raciais do mundo real.

Mas, afinal, o que é o algoritmo? De forma simplificada, nada mais é do que uma programação, um ensinamento. Os algoritmos são instruções para que o sistema, programa, aplicativo ou software, realize uma ação ou alcance um resultado. Essa programação é produzida, reproduzida e testada sistematicamente a partir de critérios de treinamento e uso de outros recursos tecnológicos, como a inteligência artificial, machine learning e big data. Poderíamos fazer uma comparação com uma receita de cozinha ou um tutorial que dá o passo a passo para se fazer ou reproduzir algo. Como envolve essencialmente uma programação, a lógica algorítmica é realizada por seres humanos. Ao fim e ao cabo, as máquinas não possuem autonomia nesse processo.

Mas o racismo algorítmico não lança suas teias apenas nas redes sociais. Temos casos recentes da configuração desta modalidade discriminatória também em procedimentos de reconhecimento fotográficos no processo penal. No Ceará, por exemplo, foi divulgada a fotografia do artista hollywoodiano Michael B. Jordan no banco de dados de imagens de suspeitos da Polícia Civil, fotografia essa que chegou a ser apresentada no termo de reconhecimento nos autos de uma investigação criminal.

Temos, também, os recursos de reconhe-

cimento facial implantados em vários ambientes que podem reproduzir os vieses discriminatórios das programações. Além disso, as próprias programações das redes sociais possuem algoritmos que potencializam ou não o alcance das postagens e dos perfis de determinadas pessoas, também com conotação de seletividade racial. Registramos, ilustrativamente, o acordo firmado pelo Twitter em ação judicial que tramitou na Vara de Direitos Difusos de São Luís/MA, em que se discutia a configuração do racismo algorítmico da rede social. Embora os representantes do Twitter não tenham reconhecido a responsabilidade, o acordo culminou na destinação de recursos para aplicação por instituições do movimento negro maranhense para a promoção de ações para equidade racial.

O propósito deste texto não é alimentar a ideia de ser impossível ou impraticável uma conexão entre a tecnologia algorítmica e o combate ao racismo. Em sentido contrário ao racismo algorítmico aqui comentado, poderíamos ter, apenas como ilustração, essa relevante tecnologia no monitoramento judicial dos crimes de racismo religioso e de assassinatos de lideranças negras, sobretudo quilombolas. Esses e outros usos são inquestionavelmente bem-vindos.

Diante do que aqui se registrou, temos que reconhecer que o debate está instaurado em torno do racismo algorítmico. Por isso mesmo, conclamamos pesquisadores, professores, programadores e sociedade civil em geral para reflexões sobre os efeitos do racismo nas tecnologias e no nosso cotidiano, as repercussões em nossa juventude e os reflexos na saúde mental e no imaginário social. Outra pergunta central é o que efetivamente estamos fazendo para a promoção da equidade racial no Estado do Maranhão, onde 76% da sua população é negra, com expressiva população indígenas e quilombola. Não podemos silenciar às realidades impactantes que nos circundam. Precisamos empreender esforços na implementação de políticas públicas efetivas para a promoção de direitos humanos em favor da população negra brasileira.

Assim caminha a humanidade

LUIZ THADEU NUNES E SILVA*

Chegamos no penúltimo mês do ano, de um ano difícil, pesado. Novembro raiou. Dez meses ficaram para trás, faltam apenas dois meses para fechar 2023. Depois de uma pandemia, causada por um vírus, que matou, sem dó ou piedade, milhões de pessoas ao redor do mundo, não aprendemos nada. Ao contrário, pioramos. Foi comum ouvirmos: "Como seria o mundo pós pandemia?" Muitas análises e especulações foram feitas. A resposta está aí; estamos pior. Nossas tragédias do cotidiano só aumentaram. O coronavírus arrefeceu; não satisfeitos, estamos nos matando ainda mais. Vou ser repetitivo, não aprendemos nada. Só pioramos. Duas guerras ao mesmo tempo, coisa inimaginável em tempos ditos modernos. A falta de respeito com a natureza nos fez ver coisas impensáveis. Quem poderia prever seca nos rios da maior bacia hidrográfica do mundo, como estamos assistindo na Amazônia? Vê o drama daquelas famílias a procura de água potável, em lugar que tem o maior reservatório de água doce do planeta não é somente trágico, mas acima de tudo preocupante. As imagens dos ribeirinhos andando na terra rachada, nos leitos dos rios, lembra a triste realidade nordestina. E, as enchentes no sul do país? Com cidades gaúchas e catarinenses dizimadas pelas cheias dos rios, causadas por ciclones. Por sermos um país continental assistimos esses dois extremos climáticos em nosso imenso Brasil. Alguém poderia prever essas catástrofes? A falta de conscientização, a falta de noção, -de que de onde se tira, acaba,

está aí o resultado. Estamos ferozmente dizimando a natureza, e já colhemos os frutos das nossas sandices. A continuar nesse diapasão, no futuro vamos nos matar por um pouco de água potável. E, a violência urbana? Estamos diante da falência do Estado, perdendo a guerra para a bandidagem. O Rio de Janeiro, outrora capital do Brasil, cartão postal do país, é exemplo disso. Assistir as cenas de selvageria, desencadeados pela morte de um miliciano, expõe nossa vulnerabilidade diante do crime organizado, e de governos caóticos e desorganizados. Vivemos uma aridez de homens comprometidos em resolver nossos problemas. Não temos lideranças, somos reféns de políticos nocivos, venais, corruptos, que querem se e locupletar; que o resto se exploda. E, isso não só acontece em nossa imensa república de

bananas, mas no mundo todo. Não temos mais líderes, os governantes mundiais, são homens pequenos, aquém dos difíceis momentos que estamos vivendo e vivenciando. A última grande líder foi uma mulher, Ângela Merkel, da Alemanha. No Brasil temos corrupção: sistêmica, endêmica e capilarizada. Está em todas as esferas de poder, diante de uma sociedade anestesiada, que está se acostumando com o errado. Não é porque a maioria está fazendo o errado, que o errado está certo. O errado continua errado. Tempos difíceis exigem homens fortes, de visão. Não esses mequetrefes que nos governam. Energúmenos que se sucedem no poder, sem preparo, desqualificados, mesquinhos, sem visão de mundo. Os problemas se avolumando, e nossos políticos fazendo conchavos, com o único objetivo de se perpetuarem onde estão. E, o poder judiciário? Caro, perdulário, venal, muitas vezes corrupto. Criamos uma casta, distante da realidade. Amigo leitor, querida leitora, até para mim que sou otimista por vocação e escolha, não estar difícil encarar tudo isso. Lhe pergunto, como mudamos esse quadro? Fico com a irreverência do saudoso jornalista carioca, Sérgio Porto, o famoso Stanislaw Ponte Preta: "Restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos!" Urgentemente.

***Eng. agrônomo, palestrante, cronista e viajante: o latino americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes da terra. Autor do livro "Das muletas fiz asas". Membro do IHGM, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. E-mail: luiz.thadeu@uol.com.br**

Mesa-redonda
A batalha de Guaxenduba
Bombadas, cuteladas e arcabuzadas
Histórias de uma guerra brasílica

Euges Lima
Historiador

Lourdes Lacroix
Historiadora

José Almeida
Pres. da AILCA

18 de novembro
às 18h
Livraria Amei- São Luís Shopping

Paulo Matos (mediador)
Historiador

Sociedade Brasileira de Médicos Escritores -SOBRAMES, lançamento do livro EURICO BRANCO RIBEIRO, PINTOR e ESCRITOR. Palácio Cristo Rei, Praça Gonçalves Dias, São Luís do Maranhão.

LANÇAMENTO

10 NOV
17h

Local: Auditório da Prefeitura

Realização:

Apoio:

PIRAGUAÇÚ, O SURUBIM GIGANTE DO RIO PARNAÍBA(BICÓ)

(Primeiro Conto Pós Manifesto da Arte Piaga)

INTRODUÇÃO À MITOLOGIA IDENTITÁRIA PIAUIENSE)

Autor:

FREDERICO A. REBELO TORRES - ESCRITOR E FOLCLORISTA,

ALVAL/AHMOCAMPI/UBE

Em tempos ancestrais, quando o majestoso Rio Parnaíba fluía sereno e imponente, e a Ilha do Areal mantinha sua pureza intocada, habitava ali uma nobre índia da ilustre nação Tupy da Tribo Tabajara Tapuio, conhecida como Amanayara. Ela, com notável distinção, desfrutava da honra de ser a primogênita e favorita do eminente Cacique Ibá-guaçu. Nesse remoto período, a Ilha do Areal, um território sagrado para encontros e festas religiosas dos indígenas locais e visitantes, encontrava-se em uma região influenciada, em tempos mais recentes, pelas leis dos homens brancos de Bitorocara, um modesto povoado no Grão-Pará, reverenciado como um local sagrado pelos Tupy Ibi.

Com o fluir do tempo, os nomes dos lugares gradualmente evoluíram, e foi nessa região, embora não seja possível precisar o ano ou a era exatos, que os acontecimentos narrados se desenrolaram. Relembrando o passado, tudo teve início nas proximidades de Bitorocara, que ao longo do tempo recebeu o nome de Santo Antônio do Surubim, e, posteriormente, passou a chamar-se Campo Maior. Por fim, essas terras desde início do século passado foram incorporadas sob a jurisdição do município de Miguel Alves, agora situado no recém-criado Estado do Piauí.

Conta a lenda que Amanayara, cujo nome indígena significa “Ama das Chuvas”, era a mais deslumbrante dentre as índias de sua tribo, suspeitou que carregava em seu ventre a semente de um guerreiro Tremembé, chamado Porã, que significa “O Belo” cuja tribo rivalizava com os indígenas locais, pois os Tremembés àquela época tinham a fama de serem canibais, uma prática estranha aos Tapuios. Envoltos em desespero, confrontada pela impossibilidade de justificar tamanho dilema e temendo a reação de seu pai e da inteira tribo, a jovem Amanayara decidiu encerrar seu sofrimento, lançando-se, mesmo grávida, nas águas do Rio Parnaíba. Ali, a formosa Amanayara encontrou seu trágico destino, afogando-se nas profundezas das águas barrentas do sagrado Rio Parnaíba, diante das palavras de maldição do pai cheio de ira.

Tupã, o deus do trovão, comovido por tal infortúnio, agiu para que o filho de Amanayara, da índia que havia perecido nas profundezas do Rio Parnaíba, fosse gerado no ventre do maior dos peixes que habitavam suas águas, assim preservando-lhe a vida. Após vários meses, no ventre de um enorme Surubim, que percorreu o Parnaíba da nascente à foz, entre o verão e o inverno, nasceu o curumim com sua natureza metade peixe, metade homem. Tupã, o próprio pai de Ibá-guaçu com a índia tupy Uyara, para promover a justiça puniu o próprio filho o semideus Cacique Ibá-guaçu, por sua atitude egoísta e injusta transformando-o em vegetação, uma palmeira frondosa hoje conhecida como Babaçu, para servir aos ribeirinhos eternamente e outorgou ao filho de Amanayara a tornar-se o guardião das correntezas do Rio Parnaíba e o protetor das criaturas aquáticas, o filho de Amanayara foi agraciado com dádivas divinas. Tupã maravilhado por sua criação, concedeu-lhe a habilidade de existir tanto sobre, quanto sob as águas doces daquele rio, e não bastando, Tupã ordena à natureza que conceda ao vivente o poder de metamorfosear-se conforme o desejo, alternando entre a forma humana e a pisciderme, e ainda híbrida, conforme lhe aprazia. O nome conferido por Tupã a esse ser foi Piraguaçu, que significa em Tupi-Guarani “O Grande Peixe” e ele foi coroado como o maior entre todos os habitantes das águas do Parnaíba.

No entanto, Tupã advertiu Piraguaçu a não se afastar excessivamente do Rio Parnaíba, nem a permanecer em terra por longos períodos. Pois, quando ele se encontrasse na esfera terrestre sob a forma humana, quanto mais tempo passasse afastado do rio, maior seria a ameaça ao seu bem-estar físico, dado que sua natureza era mais

aquática do que terrestre. Tupã também lhe comunicou que, enquanto permanecesse mergulhado nas profundezas do Velho Monge, as águas seriam protegidas, e as chuvas fluiriam ininterruptamente.

Piraguaçu, por eras incontáveis, permaneceu submisso a Tupã. Contudo, durante suas incursões na pele de um homem, um ser de sedução e vigor inigualáveis, ele se viu arrebatado pelo amor de uma jovem. Movido por uma paixão avassaladora, tomou a decisão de abdicar de sua divindade fluvial e estabelecer-se como um humano de forma irrevogável. Esse ato desencadeou um terrível seca que assolou o Vale do Parnaíba no alvorecer do século XX, na década de quinze.

Tupã, enfurecido pela desobediência, exigiu que Piraguaçu, mesmo a contragosto, retornasse às profundezas das águas do Parnaíba e reassumisse seu papel de guardião. A partir desse momento, como punição, Tupã retirou-lhe a capacidade de transformar-se em humano. Assim, ao mergulhar novamente nas águas do Rio, sua forma física cresceu a proporções gigantescas. Mas as penalidades não cessaram por aí.

Tupã, em sua fúria, decretou que qualquer descendente do encontro com o Surubim Piraguaçu, seja ele masculino ou feminino, seria uma criatura híbrida, metade homem, metade peixe, assemelhando-se às sereias. Além disso, essas criaturas estariam destinadas a habitar as águas sagradas do Rio. Para manterem-se vivas, deveriam, a cada setenta anos, seguir um ciclo de renovação, seduzindo outras criaturas a adentrarem o Parnaíba.

Muitos pescadores declaram acreditar que a Mão D'Água do Rio Parnaíba, é na verdade uma filha de Piraguaçu com uma humana, naquela relação da qual o mesmo foi punido pelo deus do trovão.

Ribeirinhos alegam a décadas, ter avistado o imenso peixe nas proximidades da Boca do Furo, no entorno do Pontão e nas profundezas das águas do Morro do Mangue no leito do Rio Parnaíba. Conta-se que, um século atrás, tripulantes do Vapor Rio Parnaíba atacaram o gigantesco surubim, deferindo-lhe golpes na cauda, mutilando-o, resultando no epíteto "Surubim Bico do Rio Parnaíba". Alguns pescadores alegam que Bico, ou Piraguaçu, reside nas profundezas do Rio Parnaíba, em cavernas subaquáticas, nas margens do Rio, entre União e as abissais profundezas do canal próximo ao Morro do Mangue em Miguel Alves.

Os pescadores mais antigos relatam que, ao lançarem seus anzóis ou redes, os enganchos nas águas do Rio Parnaíba, frequentemente testemunham um fenômeno misterioso, onde suas redes são subitamente arrebatadas por uma força desconhecida que as arrasta implacavelmente para as profundezas das águas. Outros narram histórias igualmente enigmáticas, mencionando que suas frágeis canoas foram viradas inexplicavelmente, como se desafiassem as leis da natureza.

Uma antiga tradição entre os pescadores nativos, hoje praticada por poucos homens que compreendem o sagrado equilíbrio do Rio Parnaíba, envolvia o ato de devolver os primeiros peixes capturados às águas, um gesto de veneração ao imenso Surubim. Este ritual visava conter a possibilidade de que o gigante emergisse das profundezas, rumando para as "coroas" do Rio Parnaíba, uma jornada que poderia perturbar o equilíbrio das águas e, por consequência, afetar a pesca de todos. Aqueles que pescam nas proximidades da Ilha do Areal, juram que já avistaram um homem em posição fetal sobre as areias e outros afirmam que o Surubim Gigante do Rio Parnaíba, vive no entorno da Ilha e pode ser visto nas noites mais escuras.

Foram realizadas inúmeras tentativas de capturar o magnífico ser em fotografias, mas este ser desafia as convencionalidades do tempo e do espaço, manifestando-se de maneira imprevisível e súbita. No entanto, no século passado, ocorreu um evento intrigante que deixou todos atônitos: o desaparecimento de um jovem que trabalhava na construção da Praça José Rêgo. Ele fora seduzido por uma misteriosa moça de beleza extraordinária, chamada Iara, que até então jamais havia sido vista na região. O desaparecimento ocorreu após ela conduzi-lo para um banho nas águas coroadas do Rio Parnaíba, e desde então, ambos jamais foram avistados.

Estes acontecimentos levaram os ribeirinhos, pescadores e a comunidade que conhece as histórias do Surubim a suspeitarem que Iara, com o propósito de garantir sua própria sobrevivência e perpetuar sua linhagem, tenha atraído o homem para as profundezas do Parnaíba por meio de encantamentos. A suspeita que paira sobre Iara é a de que ela possa ser filha do próprio Surubim Piraguaçu.

Esses relatos envolvendo Iara e outras narrativas extraordinárias foram devidamente registrados no conto intitulado "A Mãe D'Água do Rio Parnaíba", uma obra concebida por um escritor daquela cidade, que eternizou essas misteriosas e encantadoras histórias

Sempre que a seca se intensifica, as águas do rio recuam, expondo as coroas de areia que emergem como ilhas no leito do Parnaíba. Nesse momento, os peixes desaparecem e os pescadores, que dependem da pesca às margens do Rio Parnaíba, especulam sobre o destino de Piraguaçu, o Surubim Gigante, questionando se ele teria perecido ou se Iara, sua suposta filha, teria emergido das águas em busca de amantes para seduzir e levar consigo para as águas turvas do rio.

Neste contexto, a lenda não apenas preserva a cultura local, mas também nos convida a refletir sobre nossa relação com a natureza e as consequências de nossas ações no equilíbrio frágil que sustenta nossas vidas.

Assim como os heróis gregos aprendiam a humildade diante dos deuses, nós também devemos aprender a humildade diante da natureza, dos nossos próprios mitos, reconhecendo que somos parte dela e que nossa sobrevivência depende de cuidar e respeitar o mundo natural que nos cerca. A lenda nos convida a refletir sobre nossa relação com o meio ambiente e a importância de preservar a beleza e a integridade da Terra para as futuras gerações.

No enigmático conto do "Surubim Gigante do Rio Parnaíba," deparamo-nos com uma valiosa lição que está presente tanto nas mitologias gregas quanto nas lendas indígenas. Tal como nas narrativas gregas, onde os deuses puniam a arrogância e a desobediência dos mortais, esta genuína mitologia piauiense nos adverte sobre as consequências de desafiar a harmonia natural e divina.

1952

CARLOS NINA

É COLUNISTA E COLABORADOR DA PLATAFORMA DO FACETUBES/BRASIL.

"O CUSTO DA OMISSÃO E A ATEMPORALIDADE DO DISCURSO DO SENADOR SARNEY"

Críticos da obra de Karl Marx dizem que ela é calcada na de Georg Hegel. Da estrutura dialética a frases como a que teria iniciado sua ironia a Napoleão III, em O 18 Brumário de Luís Bonaparte: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

Como ideólogo do comunismo, sabia do que estava falando e do que viria.

Observando-se com isenção a história, é fácil constatar a reincidência no seu enredo. Mais vezes até do que o número que Jesus diz a Pedro que deve perdoar o pecador: Não sete, mas setenta vezes sete.

A recorrência é fácil de explicar: egoísmo e ambição. Aí vale tudo.

Revisitem-se os conflitos tribais desde a era mais primitiva às guerras sofisticadas de hoje. A (des)informação e a comunicação usadas cada vez mais como Cavalos de Tróia invisíveis. O emprego cirúrgico da tecnologia letal. O risco permanente da autodestruição planetária, num apertar de botão, reconhecimento facial, digital, de retina, ou leve toque na tela de um celular. No percurso, as tentativas de exterminação de povos inteiros, para lhes tomar os territórios. Algumas, com êxito; outras, em parte. Os recursos usados variam ao longo do

tempo. A tecnologia tem permitido maior eficiência e eficácia nesse desiderato. A brutalidade que emergia da rudeza primitiva foi-se aperfeiçoando em maldade consciente, crueldade mesmo, com requintes diferenciados de impiedade.

A farsa e a tragédia se revezando ao sabor das obsessões doentias de quem está no poder.

Assim como os meios de dominação e destruição evoluíram, também os discursos de fachada e as formalidades cerimoniais foram deixadas de lado.

Alexandre, o Grande

A desfaçatez está à mostra, exibida triunfante, afrontosa, impune, no comando da farsa e da tragédia. Não há criatividade, senão na maldade, em intensidade e extensão. Tudo, porém, doloroso desperdício à humanidade. Disso já sabia até Alexandre, o Grande, que aos 20 anos tornou-se Rei da Macedônia e poucos anos depois, derrotando os persas, construiria um império, da Grécia à Índia.

Morto aos 32 anos, de causa desconhecida e até hoje objeto de estudos, Alexandre teria pedido aos seus generais que seu caixão fosse carregado por médicos, para lhes mostrar que não têm poder sobre a morte; que a prata, o ouro e as pedras preciosas que conquistara fossem espalhados pelo caminho, para mostrar às pessoas que bens materiais não as acompanham na viagem da morte; finalmente, que suas mãos ficassem balançando do lado de fora do caixão, para que todos vissem que deste mundo partimos de mãos vazias, como chegamos.

Essa realidade não muda. Basta visitar a história, com cuidado, para não se deixar enganar pelas fake news, tema analisado com maestria pelo eminente jurista e magistrado Paulo Brasil Menezes, em obra com esse nome – Fake News -, prática que entrou na rotina diária das pessoas, recebendo-as, compartilhando-as, enfim, criando uma área nebulosa, cinzenta, onde a verdade não existe. É criada, imposta, desde os tempos de Adão e Eva, que sucumbiram à fake news da traiçoeira serpente.

Hieróglifos, figuras e escritas em pedras e tábuas, pergaminhos, papéis, jornais, revistas, folhetos, livros, cartuchos, K7, VHS, fitas e cartões perfurados, disquetes, cds, dvds, pen drives, HDs e agora cirros, cúmulos, estratos e nimbos são repositórios incríveis da reiteração de farsas e tragédias.

O discurso do Senador Sarney

Nos Anais do Senado Federal, na fantástica web, precisamente na 25ª Sessão Deliberativa Ordinária do dia 20 de março de 2002, há um desses registros que se immortalizam pela atemporalidade, pela atualidade diante das farsas e tragédias da história. É um discurso do então Senador José Sarney, sempre lembrado quando vejo as falas arrogantes, paranoicas e cruéis dos [Darth Vader](#), Hannibal Lecter e Norman Bates que se revezam sob os aplausos da mídia corrompida, de oportunistas, fanáticos e ignorantes.

Personagem dos mais importantes da história do País, com trajetória ímpar, postura respeitável, responsável pela administração pacífica de um dos momentos graves da história nacional, José Sarney foi sempre criticado com intensidade e virulência. Entretanto, nunca soube do Senador se deixar dominar, como os maus, pelo ódio, escorrer bñlis de raiva pelos cantos da boca ou divertir-se ironizando ou atacando adversários, saboreando gosto de sangue espelhado na perversidade do olhar.

Disse o Senador Sarney naquele discurso, sinceramente emocionado, como orador talentoso que é: “As conversas privadas entre homens públicos devem ser respeitadas.” Explicou: “Falo pelo dever que tem um ex-Presidente da República - de defender o país e suas instituições, e a base delas são os direitos individuais. O direito de cada um de nós não ser espionado, escutado, seguido, perseguido, tocado pelo aparato do Estado, construído para proteger os cidadãos.”

O Senador estava indignado com os “atos de violência política que aconteceram no Maranhão” e que visavam inviabilizar a candidatura de sua filha Roseana à Presidência da República. Disse claramente: “planejou-se esse escândalo com o objetivo de afastá-la da sucessão.” O prestígio da ex-governadora, conquistado pelo seu carisma, contribuía favoravelmente para viabilizá-la.

Padre Vieira

O Senador Sarney, conhecedor da obra do padre Vieira, referiu-se ao episódio de seu encarceramento “pelo Tribunal do Santo Ofício, também, sem saber do que era acusado. Sabem qual o método da Inquisição? Os juízes lhe perguntaram: -- Por que está sendo processado? Vieira respondeu: -- Eu é que devo dizer? Não os senhores? Será que é por causa da defesa que faço dos judeus? Responderam-lhe eles: -- O Senhor acaba de confessar sua culpa. Era assim o método da Inquisição.”

José Sarney arrematou a citação: “Isto foi em 1663. Estamos em 2002 - 340 anos depois – e o método não mudou. Há que se perguntar ao acusado, e é ele quem tem que responder do que está sendo acusado? Vieira chamou seus julgadores de “equíssimos doutores” e, em seguida, esclareceu que não falava de equus mas de equidade.”

Mais adiante, o Senador fez perguntas como um Júlio Verne antecipando os fatos: “Quem acredita neste país, qual o idiota, que uma ação desta magnitude seria armada sem que a máquina estatal de nada soubesse ou dela não participasse? Quem nesse país não sabe que foi uma ação política suja, com propósito determinado?” (...) “E, para farsa geral, com o timbre sigiloso. Sigilo para proteger o vazamento, a calúnia, a mentira, o desrespeito à dignidade das pessoas, expostas a versões falsificadas, difamadoras e interessadas.”

Perguntou o Senador Sarney: “De que adianta dizer a Constituição que todos têm direito à defesa, que ninguém é culpado senão depois de julgado pela Justiça em procedimentos legais? O aparato do Estado espalha, sem defesa, versões, documentos e calúnias. É assim que funcionavam os Dops, a Gestapo, pior hoje, neste tempo de comunicação em tempo real, em que a imagem de defesa é impossível.”

Olga Benário

Caminhando para o final de seu discurso, disse o Senador José Sarney: “Precisamos ter cuidado quando quisermos julgar as aparências de atos formais como sendo atos legais. Sabe-se como se fazem estas coisas. Não devemos esquecer: Quantos milhões de pessoas foram levados ao forno crematório e às valas da Sibéria por investigações, inquéritos, papeluchos. Por um mandado foi Olga Benário levada das masmorras do Estado Novo para o campo de concentração. Processos, inquéritos, condenações políticas forjadas, foram sempre métodos de intimidação e liquidação de adversários, métodos já ultrapassados na humanidade. O Brasil não pode ter inquéritos secretos para provocar o medo, o terrorismo moral. É este o estado democrático que queremos?” “(...) Que se diga a qualquer cidadão de que é acusado, tipifique seu crime, se assegure o direito de defesa. Que se condene quem tiver culpa. Mas que não se invoquem simulacros, mascarados sob a capa de formalidades. Seja respeitado o processo legal. Respeitem os direitos individuais, as garantias constitucionais, e não usem o Estado para esse tipo de ação que denigre o país e as instituições. Não persigam.”

No caminho, com Maiakovski

Poeta, o Senador encerra seu discurso com o poema E não sobrou ninguém, do pastor alemão Martin Niemöller, algumas vezes atribuído equivocadamente a Vladimir Maiakovski ou Bertolt Brecht. Um poema que certamente inspirou Eduardo Alves da Costa, que refez o drama, com versos a que deu o nome de No caminho, com Maiakovski, o que talvez tenha gerado a confusão sobre a autoria do poema original. A mensagem é parecida. No caminho, com Maiakovski, Alves da Costa verseja: “Na primeira noite eles se aproximam / e roubam uma flor / do nosso jardim. / E não dizemos nada. / Na segunda noite, já não se escondem: / pisam as flores, / matam nosso cão, / e não dizemos nada. / Até que um dia, / o mais frágil deles / entra sozinho em nossa casa, / rouba-nos a luz e, / conhecendo nosso medo, / arranca-nos a voz da garganta. / E já não podemos dizer nada.”

E não sobrou ninguém

Disse o Senador: “O que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês, das escutas, da espionagem na vida privada das pessoas. Todos têm medo. Ninguém tem confiança de que o aparato estatal não seja jogado contra si.”

E finalizou: “É sempre bom lembrar o pastor Niemoller, um dos líderes da resistência protestante contra o nazismo: `Quando vieram buscar os comunistas, eu não disse nada, eu não era comunista. / Quando vieram buscar os judeus, eu não disse nada, eu não era judeu. / Quando vieram buscar os católicos, eu não disse nada, eu não era católico. / Então vieram me prender, e não havia mais ninguém para protestar.’”

A atemporalidade do discurso do Senador está inclusive na atualidade de seu apelo final: “Peço que meditem sobre isso os políticos, a imprensa, o governo e o povo brasileiro.”

*Advogado e jornalista.

AO INSTALAR TELÉGRAFO NO SUL DO ANTIGO MT, RONDON ENCONTROU ONÇAS E PIRANHAS

SILVIA FRIAS

MUITO ANTES DA CRIAÇÃO DE MS, MARECHAL RONDON RELATAVA OS DESAFIOS E BELEZAS DE "VILAS PROMISSORAS"

Inauguração da estação telegráfica em Aquidauana (Foto/Reprodução)

Sete décadas antes da divisão do Estado, a região sul do então Mato Grosso já era considerada estratégica e de potencial desenvolvimento. As belezas naturais, os perigos e desafio das “vilas promissoras” são detalhadas nos diários de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, durante a expedição para instalação das linhas telegráficas, de 1900 a 1906.

Nos relatos, Rondon descreve a dificuldade de atravessar o Pantanal em áreas alagadas, a caça às onças, os ataques mortais das piranhas e fala de grande enchente em Porto Murinho, que deixou a população aterrorizada e povoado em “estado desolador”.

Rondon sentado em acampamento da Comissão Rondon, sem data (Foto: Museu do Índio)

A “Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégias no Estado de Mato Grosso”, comandada por Rondon, faria a ligação de Cuiabá a Corumbá, prolongando-se até as fronteiras do Paraguai e da Bolívia.

No livro “Rondon Conta sua Vida”, a escritora Esther de Viveiros colheu o depoimento do militar, que detalhou todo o processo e o motivo de o governo querer a ligação, para que permitisse “constante comunicação com aquelas longínquas paragens e, desse modo, sobre elas exercer proveitosa vigilância”.

A empreitada começa em 1900, formada com praças de Goiás e de Mato Grosso, além de civis contratados para trabalhos pesados, telegrafistas e guarda-fios cedidos pela Repartição Geral dos Telégrafos e indígenas.

“Ele tinha estratégia boa, fez amizade com os indígenas, utilizava o conhecimento e a mão de obra deles”, explica o professor e historiador Braz Leon.

Ao longo dos anos, por conta do desfalque na tropa, seja por malária ou deserção, o próprio Rondon se incumbiu de fazer a expedição prévia para traçar a rota das linhas e retornava depois, já com a comitiva. As áreas também não eram de total desconhecimento do militar: descendente dos indígenas bororo, guaná e terena, Cândido da Silva Rondon nasceu em Mimoso (MT).

Rondon em foto com os indígenas parecis, no norte de Mato Grosso, durante a expedição (Foto: Museu do Índio)

Expedição – O trabalho seguia várias etapas: a expedição prévia, depois, a passagem da comitiva. As frentes de execução eram realizadas em vários trechos ao mesmo tempo. Os praças extraíam árvores usadas como postes telegráficos, transportados para área de picada, onde eram levantados; depois, a equipe esticava os fios e, posteriormente, ainda tinha a construção ou compra do imóvel que serviria de agência telegráfica.

Na travessia, a Comissão Rondon contava com ajuda de fazendeiros da região e montavam acampamentos para execução do serviço. As tralhas eram carregadas em lombos de burro e mantimentos também chegavam por carretas, nos caminhos onde as águas não dominavam o trajeto. Em alguns momentos, a tropa enfrentava a fome, à espera da chegada do alimento.

No relato feito à escritora, Rondon conta que a comissão chegou na região de Coxim em 17 de maio de 1901. Nesse trecho, perdeu auxílio dos bororo, indígenas que o ajudaram durante um ano, empreitada iniciada em Goiás. Um deles disse ao militar: “aqui fico; bororo não entra em terra de caiamo, terra de terena, guaicuru, uachiri”.

No trajeto da Comissão Rondon, o Pantanal se desvendava e se mostrava belo e perigoso. O marechal relata o dia em que um dos cachorros da tropa quase foi engolido por uma sucuri. “Esse incidente alvoroçou todo o acampamento. Os soldados ficaram preocupados com o perigo a que se achavam expostos no Pantanal”.

Em Rondônia, a amostra do trabalho realizado pela Comissão Rondon (Foto/Reprodução)

Depois da inauguração da estação em Coxim, Rondon partiu para exploração do Rio Taquari até Paraguai-Mirim, para estudar melhor o traçado para a linha em Corumbá. Na construção da linha, relata que poderiam usar angico, aroeira e outras madeiras de lei, próprias para postes.

Em março de 1902 chegou em Aquidauana, “a vila fundada em 1894 e de muito promissor desenvolvimento”. Descreveu, ainda: “(...) é muito bem colocada, em planalto, com algumas baixadas apenas junto às barrancas do rio”.

No diário, descrevia as inaugurações, como a instalada no Corixão. “Muito se trabalhou na preparação dos postes, na ornamentação do edifício da estação (...). O dia 2 [de maio de 1902] foi empregado em ultimar os preparativos para a inauguração da linha: terminou-se a limpeza da praça e da rua, preparou-se um caramanchão, colocaram-se bandeirinhas, deram-se os últimos retoques. No dia 3, data do Descobrimento do Brasil, foi solenemente inaugurada a estação, com um banquete e um baile, sendo no ato da inauguração franqueada ao público a sala dos aparelhos”.

Rondon citou várias dificuldades para a instalação dos postes, como local denominado por ele como Morro do Guaxi. “A chamada areia-manteiga não permitia que se fizessem buracos; era, pois, necessário fazer ponta nos postes para que se cravassem pelo seu próprio peso até encontrar argila. Impossível nessas condições levantar mais de seis postes por dia quando era de 100 a nossa média diária”.

Rondon com oficiais da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (Foto: Museu do Índio)

Também era marcado por encontros com os indígenas. Em maio, fazia o reconhecimento da área para estudar trecho alternativo para o Taboco. “Foi aí que pela primeira vez vi índios nachiri, ou guaxi. Desciam na seca pelo Rio Negro e estendiam suas incursões pelo Pantanal afora em busca de caça”, segundo relato dele no livro “Rondon Conta sua Vida”. Guaxi era outro nome dado aos ofaié. Hoje, conforme site da Funai (Fundação Nacional do Índio), há apenas 148 pessoas da etnia ofaié-xavante em MS, vivendo em Brasilândia.

Perigos – Nos capítulos que trata da Comissão Rondon por Mato Grosso uno, o marechal descreve, em vários trechos, o encontro das equipes com a natureza.

Em um trecho, sobre passagem por Corumbá, em novembro de 1903, Rondon relatou a morte do alferes aluno Francisco Bueno Horta Barbosa. O rapaz foi designado para trabalhar no "trecho do Saram" para instalação dos postes. Passados cinco dias, ele ainda não tinha voltado. Rondon resolveu seguir o trajeto e encontrou o soldado Lourenço, que contou que Barbosa havia morrido.

Na travessia, o burro em que Barbosa estava montado o atirou na água. “A mordedura das piranhas fez o animal corcovar e correr para a margem, deixando o cavaleiro entregue aos ferozes peixes. Cessou assim uma tão promissora existência (...). As piranhas, pequenos e voracíssimos peixes, só não tinham podido devorar as pernas, na parte protegida pelas botas. O esqueleto estava limpo. Foi, entretanto, possível identificá-lo pelo vestuário e por alguns objetos que lhe pertenciam.

Rondon (de chapéu nas mãos), em 1905, ao lado do túmulo de Coronel Camisão, em Nioaque (Foto: Departamento de Imprensa Nacional)

Em várias passagens, cita o encontro com onças-pintadas. Várias foram caçadas no percurso, como em março de 1905, na exploração da região do Rio Negro. “Não foram poucas as onças que avistamos nas margens, mas a brevidade do tempo disponível não nos permitia persegui-las. Matamos ainda, contudo, uma que estava estirada, aquecendo-se ao sol numa árvore seca atravessada sobre o rio”. Em um percurso, contou 11 onças-pintadas, todas de grande porte.

Também enfrentou as mudanças climáticas. Após inauguração da estação de Corumbá, em janeiro de 1904, a 1ª seção começou os trabalhos para a construção do ramal de Miranda a partir de Aquidauana. No reconhecimento da área, se deparou com a seca. “Verdadeiras lagoas quase desapareciam, e a fauna lacustre modificava seus hábitos. Os jacarés, arquejantes pela falta de água, saíam pelo campo à procura dos veadinhos que vinham matar a sede”.

Na expedição para ligar Aquidauana a Porto Murtinho e Bela Vista, enfrentou grande enchente. Em 1905, recebeu notícia da inundação do povoado de Porto Murtinho, com cerca de 3 mil habitantes, uma “população aterrorizada que pedia socorro”.

Rondon foi até a localidade de chalana e encontrou tudo inundado. “Fui, então, ver o deplorável estado em que ficara o povoado. Com água pelas ruas e dentro das casas, mantinham-se estas profundamente mergulhadas numa desolação aterradora. O povoado só era habitado pelos peixes, que boiavam nas ruas e praças como se estivessem nas baías (...)”.

“O serviço prosseguia, apesar de tudo, depois de tomadas as necessárias providências para fazer face, ainda, ao desânimo e às deserções”, continua Rondon. As linhas de Porto Murtinho e Bela Vista foram inauguradas entre 1905. Nessa última etapa, enfrentou frio abaixo de zero. “Consegui inaugurar a Estação de Bela Vista. Coroamos assim nossos trabalhos no sul do Estado com um golpe de ação, construindo essa linha em um mês, com 100 praças apenas — 61 km e 590 metros de linha assentada de Bela Vista até Margarida”.

Em 70 meses de trabalho, de 1º de outubro de 1900 a 1º de agosto de 1906, foram construídos 1.746 km de linha, servindo 17 estações. A fronteira do Paraguai passou a ser ligada por dois pontos: Porto Murtinho e Bela Vista, e da Bolívia por outros dois, em Corumbá e Coimbra. Como trabalhos preparatórios, realizaram-se 4,1 mil km de reconhecimento e cerca de 600 de exploração parcial.

“Hoje no Estado ainda temos lugares de difícil acesso, se você retroagir no tempo, aquela época era muito mais difícil. Então, o trabalho dele, juntamente com o apoio que teve, o pessoal que acreditou no projeto dele, é um trabalho de persistência”, descreveu o professor e historiador Yhuls Bueno. - CREDITO: CAMPO GRANDE NEWS

CRÍTICA-TIRE 5 CARTAS

Arcanos trambiqueiros!

MARINA COSTIN FUSER

É cientista social, doutora em cinema e estudos de gênero por Sussex. Atualmente é professora da Escola de Cinema do Maranhão e pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Não acredito no que dizem as cartas de tarô, mas, como dizem sobre as bruxas... "pero que las hay, las hay". Penso que é melhor acreditar duvidando que duvidar acreditando. Tem gente que faz um trabalho sério com os arcanos do tarô, mas é sabido que no meio da cartomancia há muitos picaretas querendo se aproveitar da credulidade alheia. Há algo de curiosamente fascinante em ver o futuro antes que ele aconteça, e o tarô joga com nossas expectativas de um amanhã promissor. Não importa se a taróloga é boa ou muito pelo contrário, o rito é sempre mais ou menos o mesmo: corte o baralho e "tire 5 cartas" (sic). "Tire 5 cartas" é o nome do longa-metragem cuja ideia inicial e o roteiro são de autoria de Joaquim Haickel, que contou com a colaboração de Gustavo Pinheiro, Melina Dalboni, Diego Freitas, Gilda Bertioli e Julia Antuerpen. Diego Freitas foi escolhido a dedo para dirigir essa comédia que foi produzida pelo próprio Joaquim Haickel e por Elisa Tolomelli. Além de cineasta, Joaquim Haickel é poeta imortal da Academia Maranhense de Letras, e é ele que dá o tom e o compasso aquilo que este filme tem de melhor: o roteiro. Em entrevista ao jornal maranhense, O Imparcial, Haickel diz: "Eu sempre quis escrever um roteiro onde pudesse reunir de forma harmônica, algumas histórias que eu ouvi contar e outras as quais fui testemunha, todas elas ambientadas em minha cidade, que deveria ser também um dos personagens desse entredo".

Através da câmera de Victor Alencar, que ora passeia, ora sobrevoa o centro histórico de São Luís, percorremos a cidade seguindo as pegadas do poeta maranhense, entre azulejos em relevo e cores vibrantes, lojinhas de souvenirs, praças e fachadas de casarões coloniais tombados pelo patrimônio histórico. São Luís é um personagem dessa história, cuja presença adquire relativa autonomia na narrativa por condicionar afetos que oscilam entre amor e ódio, e por suscitar o retorno de problemas que Fátima (Lilla Cabral) havia deixado para trás. A cidade é a materialização de seu passado, que retorna junto com a filha pródiga à sua cidade natal, muitos anos depois dela ter largado tudo para correr atrás de seu sonho de ser cantora no Rio de Janeiro. Fátima e Lindoval (Stapan Nercissian) se entregam aos personagens com acuidade, na introspecção de cada movimento, emprestando aos personagens uma fisiologia afetiva transposta à tela. É na tela que ganha corpo a sinergia entre esses dois adoráveis trambiqueiros.

Esta é uma história de fracasso, que se remete ao velho dilema existencialista: o que fazer daquilo que finaram de você? A vida é cruel, os sonhos se frustram e findam, na medida em que a vida nos impõe de pôr os pés no chão. Com efeito, Fátima não se torna cantora sequer em cabaré. Mas com seu companheiro ela descobre a malandragem carioca. Com ele, que além de seu companheiro, também é cover de Sidney Magal, ela aprende a arte do trambique, fazendo-se passar por taróloga. Não são os arcanos que ganham a confiança da clientela, mas a "clarividência" da taróloga. É, na verdade, Lindoval que antes pesquisa informações pessoais de seus clientes nas redes sociais, como no mistério do automóvel turco que joga xadrez de Edgar Allan Poe, onde tudo não passa de uma grande farsa, com um jogador de xa-

drez escondido debaixo do pano da mesa, fazendo as vezes de uma máquina jogadora de xadrez, entre os séculos XVIII e XIX. Só que no filme maranhense não há uma máquina, a farsa vem mesmo das pessoas. Até que um cliente meio paspalhão (Gabriel Godoy) erra o endereço e deixa na mesa de tarô um anel azul de turmalina e soez. É este anel azul que muda os destinos dos personagens. Tudo começa com o anel... O plot twist, cujo sigilo remete ao anel misterioso, ocorre quando o cliente quixotesco e seu companheiro (Allan Souza Lima) voltam para reaver a jóia, que vale muito dinheiro. Fátima, após encontrar sua casa vandalizada pelos bandidos, recebe uma ligação da irmã, propiciando assim uma rota de fuga. Ao fugir de um problema, surge outro: ela herda um casarão com sua irmã Nazaré (Cláudia Moura), com quem é brigada há muitos anos, não podendo desfazer-se do imóvel. Não há saída a não ser lidar com sua difícil relação fraternal, marcada por mútuo ressentimento. A cidade, que no início ela diz odiar, alegando que "aquí tudo é feito de bauri", é precisamente aquela onde irá viver a vida larica braba, afogando suas mágoas em bombons dessa deliciosa fruta.

O inesperado acontece e o jogo vira com a morte súbita de Lindoval, que não se levanta da cama, depois de momentos íntimos de amor e sexo. O corpo vai, mas o espírito fica. Seu sobrinho Josué (Sergio Malheiros) é quem a aproxima da família. É também ele quem a convence e incentiva a voltar a jogar tarô. Com a ajuda de um Lindoval desencarnado soprando informações sobre seus clientes em seu ouvido, Fátima volta a ler as cartas. O negócio vai bem até que ela se envolve com outro homem, o Joaquim (Guilherme Piva). O processo de luto é representado de forma leve, curiosa. O rito é possível mesmo na tristeza, quando Fátima vela o corpo do marido abanando uma raquete elétrica de matar mosquito.

A referência explícita dos desdobramentos deste rito de passagem é o filme "Ghost - do outro lado da vida" (1990) de Jerry Zucker, em que nem mesmo a morte súbita de um jovem recém-casado (Patrick Swayze) é capaz de separá-lo de sua amada (Demi Moore), comunicando-se com ela através de uma vívida picareta (Whoopi Goldberg, outro ponto em comum entre os dois filmes. O trabalho de luto é elaborado por Freud como reações psíquicas à perda de um objeto afetiva e libidinalmente investido. O ciclo do luto se completa tão logo o sujeito encontra um novo objeto de investimento pulsional, podendo ou não ser humano, em torno do qual o "eu" se reorganiza. Judith Butler entende o "eu" enquanto categoria instável, que se faz e se desfaz em sucessivos atravessamentos pelo outro. Mas quando esse processo é interrompido por um corte, há um desarranjo de si, uma rearticulação do seu centro de gravidade. Não é o objeto investido que se perde, mas uma compreensão de si mesmo que perde seu sentido. Quando o tempo e a vida acontecem, e sempre acontecem, e a poesia baixa, é possível recompor. Embora se trate de uma comédia, a maneira como isso se desenrola no filme é bastante

sensível, e dá um tom de leveza a uma das dores mais pungentes da vida humana. "É possível amar duas vezes na vida" – o fantasma do marido da protagonista, diz isso para ela, no fim do filme.

Com uma estética kitsch, a direção de arte de Sérgio Silveira colore a tristeza de azul, em contraste com a sensualidade de tons avermelhados e alaranjados. Cores que remetem a Almodóvar, suscitando um equilíbrio cromático entre cores quentes e frias, como se cada cena fosse uma pintura. Mas enquanto as cores quentes oscilam em tonalidades, o azul eletrizante do anel de turmalina não sai da tela. O azul se desloca do anel para a cor da parede, da parede para alguma peça do figurino, depois vai parar na sombra que cintila sobre os olhos de Firmiano (César Boaes), nos objetos, nas luzes, passando intenso pela tela. As cores vibrantes ajudam a contar a história dos trambiqueiros, dos afetos e desafios entre os personagens, com uma semiose que trepida em intensidades, numa linguagem de excessos, acompanhando toda a carga emocional na relação entre os personagens. Essa linguagem de excessos se mobiliza pelo esdrúculo.

O esdrúculo comemora o triunfo simbólico da vida sobre a morte, a profanação do sagrado, e a sacralização do profano, como com a santinha do pou-oco que fuma um baseado (Giulia Bertolli). O esdrúculo é um subgênero que tornou-se prolífico na comédia brasileira com o Teatro de Revista, que invade os palcos franceses, portugueses e brasileiros nas primeiras décadas do século XX. É o humor polissêmico sobre o qual escreve Bakhtin, o humor que carnavalesca e brinca com os significados das palavras e expressões. É através de um esdrúculo zombeteiro que esse filme nos incita a tir dos ridicúlos mais triviais da vida, parodia e subverte o que há de mais dramático na história, suavizando a dor de uma perda irreparável. O humor se articula com o drama e com elementos do realismo fantástico, que levam a metafísica, a fantasia e o extraordinário para contextos mundanos, para lugares comuns do cotidiano. No filme o real e o espiritual estão imbricados, seja pela fantasmagoria trambiqueira de Lindoval, seja nos momentos em que entidades aparecem e desaparecem em naves de purpúria, ou docetes citilantes.

O filme faz jus ao artigo do G1 em que é tratado como "a maior produção cinematográfica feita totalmente no Maranhão", apresentando qualidade estética, cênica e criativa.

A princípio, me questionei por que não deram papéis mais relevantes aos atores maranhenses Aneia Maranhão e Al Danúzio, cuja participação é muito rápida, considerando o comprovado talento cênico dos artistas. Eles não são os únicos atores maranhenses no set, como o César Boaes, Claudiana Cotrim, Deo Garcez, Xyco Pedrosa, Tássia Dhuir... Mas ao conversar com o roteirista e produtor, soube que este filme foi pensado inicialmente para ser uma série, com episódios em que cada um dos personagens interpretados por estes atores seriam protagonistas. Sendo assim, a legítima defesa da prata da casa, que é tão valiosa a cinemas emergentes que lutam por mais espaço na cena nacional, não faz sentido aqui. Pelo contrário, o filme traz o melhor do caldo cultural maranhense e retrata São Luís com uma sensibilidade envolvente. A comédia à brasileira é um gênero cinematográfico que nem sempre funciona para mim, mas este filme me surpreendeu. Dá vontade de assistir várias vezes.

HISTÓRIA INDÍGENA
E ARQUEOLOGIA
NO TAPAJÓS

Alexandre
Robazzini

DIALÉTICA
EDITORA

Prismas

No velho sobradão dos verdes tempos,
onde nascemos nós, irmãos de sempre,
 havia numa sala,
(a ampla sala de todos os sobradões),
 um lustre de cristal.

Peça rara e preciosa, cinzelada com arte,
com delgados pingentes dançarinos,
 que prendiam a luz, toda una,
transformando-a em fios refulgentes,
 de mil notas difusas,

E a criança de então, que eu era a sonhar,
ganhava horas perdidas, a contemplar,
esse jogo tão belo, de mil luzes em cores,
a dançar com leveza, um bailado irisado,
 todo em tom de arco-iris.

 E a beleza era múltipla!

 Uma oferta tão pura, que fazia nascer,
dentro em meu coração, uma fonte de luz,
 desmaiada em azul,

 amarelo,
 violeta,
 rosa e verde.

Uma orgia de cores, em brilho de promessas.

 O vento caricioso, maranhense,
 balançava os pingentes bailarinos,
E a luz, sorria, generosa, regente do belo,
 na difusão desses prismas.

 Era doce o momento, no sabor da infância,
 arco-iris de amor, partilha, proteção.

 O adulto que sou, nessa vida de agora,
nos momentos de dor, quando a luz vai embora,
 regressa ao sobradão.

 E criança outra vez, senta na sala ampla.
Com olhos de sonhos, na neblina de outrora,
 recria o passado, no brilhar do cristal

 As lágrimas a correr,
 tomam formas de cor,
 nesses olhos de névoa,
 que não veem o presente.

O coração dolorido, busca a luz da lembrança,
pincelada em cores, no balanço di vento,
 e no brilho do sol.

 O verde é esperança, na alvura da paz.

 O rosa é miragem, de saudades bem ternas.

 O azul é o céu, no dançar do pingente.

 E a dor, faz-se cor.

O coração, protegido, desfaz-se em beleza, luminosa,
 de cores, em nuances.

Nas dores do presente viver, a magia soberana do passado,
 feito força, rediviva.

Na luz, surgida em cores, a esperança do amanhã
presa em vitórias,
no lustre de cristal,
feito farol, guia, suporte, remissão, retorno.

Rosa Maria Soares Bugarin

LANÇAMENTO

DATA: 11/11

HORA: 19H ÀS 21H

**LOCAL: LIVRARIA E ESPAÇO
CULTURAL AMEI**

UM DEDO DE PROSA

A ARTE NA PRAÇA

LUIZ THADEU NUNES E SILVA*

Após dois meses exposta no Mirante da Cidade, espaço Cultural da Prefeitura de São Luís, a exposição itinerante de fotografias "Andanças pelo mundo" esteve no último final de semana na praça na matriz Nossa Senhora da Conceição, em Barreirinhas.

Antes passou pelo aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado, minha porta de saída para o mundo, onde tenho uma placa na entrada principal, narrando a história deste andarilho que venceu seus medos e ganhou o mundo. A placa foi uma homenagem da Infraero, então administradora do aeroporto, quando cheguei a 130 países visitados. É a única placa que conta a história de um viajante brasileiro em um aeroporto. Aos chegar a 140 países, os Correios homenagearam-me com um selo, e a exposição foi para a Biblioteca Pública Benedito Leite. Foi no silêncio daquela imponente biblioteca, através dos livros, que conheci o mundo. Quantas viagens fabulosas fiz através da literatura. Por causa da pandemia a exposição ficou em cartaz por dois anos e meio. Agradecimentos permanentes à Aline Nascimento, minha confeitira no IHGM, que com competência e amor dirige aquele sagrado templo do saber e do conhecimento.

Convidado pelo multitalentoso Tutuca Viana, a exposição "Andanças pelo mundo" pegou a estrada e aportou na belíssima Barreirinhas, portal de entrada para um dos lugares mais deslumbrantes do mundo, os Lençóis maranhenses.

A exposição ficou três dias na praça da matriz, como parte do projeto Culturarte Maranhão, idealizado e conduzido por Tutuca e equipe. Com uma logística impecável, o evento foi sucesso de público. Arte, música, fotografia, gastronomia, artesanato, tudo junto e misturado; no período de 02 a 04 de novembro, Barreirinhas respirou cultura e arte.

"A arte existe porque a vida não basta", disse nosso

COLOQUE A FOTOGRAFIA ACIMA, O TÍTULO, O ESCRITOR LUIZ THADEU EM BARRERINHAS NO CULTURARTE MARANHÃO 2023

poeta Ferreira Gullar. A arte salva, redime, renova, revigora, revive. Imagine o mundo sem arte em um período pandêmico, que recentemente passamos. Distanciados uns dos outros, por causa de um vírus mortal, foi nas artes que busquei refúgio.

No palco montado na praça da matriz, apresentaram-se cantores, poetas, repentistas; escritores lançaram suas obras. Professores e alunos locais, entusiasticamente, recitaram poesias próprias para deleite da plateia.

Na ocasião fui diplomado e passei a compor a Academia Barreirinhense de Letra, Arte e Ciências, ABLAC, a convite de seu presidente Ronildo Calisto. Muito me honra fazer parte desta Casa de notáveis.

Fico feliz em ver o ressurgimento de um movimento cultural em nosso estado. Os jovens que se apresentaram,

com suas poesias, contos e histórias é sinal de que o Maranhão resgata perante o Brasil e o mundo seu lugar como berço cultural de grandes escritores, autores, dramaturgos, artistas.

No ano do bicentário do nascimento do poeta Antonio Gonçalves Dias,

levar cultura e arte para as cidades do interior do Maranhão é fundamental para incentivar as novas gerações mostrarem seus talentos.

Como diz a bela canção "Comida", dos Titãs: "A gente não quer só comida A gente quer comida, diversão

e arte. A gente não quer só comida A gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida A gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida A gente quer a vida como a vida quer.....

A gente não quer só comer, A gente quer comer e quer fazer amor A gente não quer só comer, A gente quer prazer pra aliviar a dor A gente não quer só dinheiro, A gente quer dinheiro e felicidade A gente não quer só dinheiro, A gente quer inteiro e não pela metade".

Luiz Thadeu Nunes e Silva*

Eng. Agrônomo, Palestrante, cronista e viajante: o latino americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes da terra. Autor do livro "Das muletas fiz asas".

Membro do IHGM, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA AGRÔNOMICA - ABCA

DIPLOMA

O Presidente da **ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA AGRÔNOMICA**,
no uso de suas atribuições, **CONFERE** ao Engenheiro Agrônomo

JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA,

cadeira 47, Patrono Veridiana Victória Rossetti,

o **DIPLOMA DE ACADÊMICO TITULAR**, em reconhecimento ao
seu trabalho pela valorização da Ciência Agrônômica Nacional.

Brasília, 9 de outubro de 2023

Roberto Rodrigues

Presidente da Academia Brasileira de Ciência Agrônômica - ABCA

UM PLANO ANTIRRACISTA PARA O BRASIL

- Yuri Costa (Defensor Público Federal e Professor UEMA)
- Marco Adriano Fonsêca (Juiz de Direito TJMA e Professor ENFAM e UEMA)

Em um país estruturalmente marcado por desigualdades e pelas cicatrizes deixadas pela escravidão, pode o combate ao racismo ser um projeto de governo? Ou, em sentido diferente, deve a luta antirracista ser adotada como uma política de Estado, encarada como desafio permanente e que não dependa deste ou daquele governo de plantão?

As perguntas aqui apresentadas ressurgiram recentemente, quando a Advocacia Geral da União declarou que protocolará novo parecer sobre o tema, mesmo já tendo se manifestado formalmente em ação judicial que levou ao Supremo Tribunal Federal o debate sobre a adoção de um plano nacional de enfrentamento ao racismo.

A ação em questão é a ADPF 973 (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental). Ela foi apresentada ao STF em maio de 2022 pela Coalização Negra por Direitos, articulação da sociedade civil que reúne mais de 250 organizações, coletivos e entidades do movimento negro e antirracista que atuam na promoção de ações de incidência política à população negra brasileira. Além da Coalização, a ação foi assinada por sete partidos políticos (PT, PSOL, PSB, PCdoB, Rede Sustentabilidade, PDT e PV).

Na prática, é a primeira vez em que o Judiciário brasileiro está sendo provocado a reconhecer, de maneira mais substancial e ampla, a existência do racismo estrutural e institucional em nosso país. Isso porque a ADPF propõe que o Supremo reconheça que atos comissivos e omissivos do Estado brasileiro têm impacto negativo diferenciado sobre a população negra, o que exige a implementação de medidas reparatórias concretas e urgentes. Vista por esse ângulo, a ação aqui discutida aproxima-se de outra relevante ADPF, a de número 347, na qual o STF foi chamado a decidir sobre a falência do sistema carcerário do Brasil.

Quanto aos pedidos apresentados pelas entidades e pelos partidos na ADPF 973, merece destaque o requerimento principal de criação e implementação de um Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional e à Política de Morte à População Negra. Para isso, a própria ação registra diretrizes nas quais deve o Plano se erguer, dentre elas: a de que planos de segurança nacional, estaduais e municipais prevejam, necessariamente, ações concretas para a redução da violência policial e da letalidade, estabelecendo protocolos para abordagem policial e uso da força; a previsão de conteúdo voltado às relações raciais e enfrentamento ao racismo institucional nos cursos de formação para integrantes das agências de segurança pública; e a garantia de atendimento a vítimas do racismo institucional, prioritariamente mães e vítimas órfãs. Isso apenas para citar algumas das diretrizes ali propostas.

Até aqui, a ação basicamente apreciou pedidos de atuação no processo de diferentes entidades e colheu as manifestações do Ministério Público Federal e do Poder Executivo federal sobre as demandas da ADPF. Mesmo que não seja certo quando o Supremo apreciará os pedidos, há expectativas de que o julgamento se inicie ainda em 2023.

Foi justamente sobre o parecer anteriormente apresentado na ação pelo Governo Federal, datado de junho de 2022 e assinado pelo então Advogado-geral da União bolsonarista, Bruno Bianco, que o atual chefe da AGU se pronunciou recentemente. Na última quinta (9/11), Jorge Messias declarou que fará “uma nova manifestação formal, construindo amplamente dentro do governo as condições para isso”. Na visão do atual AGU, o parecer anterior, contrário aos pedidos formulados na ADPF 973, não representa o entendimento do atual governo.

Não coincidentemente, o anúncio de que haverá nova manifestação por parte da AGU veio no contexto de reunião de Messias com a Coalização Negra por Direitos. Assim como nos demais fóruns de debate sobre o combate ao racismo, na ADPF 973 o protagonismo é e deve ser da sociedade civil.

Somente a sociedade, na luta antirracista que desenvolve há séculos, sabe a exata medida das consequências da ruptura do regime de escravidão, marcada pela negação do acesso da população negra a condições dignas

de existência e pela reinvenção de formas compulsórias de trabalho. Sabe, ainda, as cruéis e cotidianas consequências de serem mulheres e homens negros os principais alvos da repressão policial, expondo essa população à violação sistemática dos direitos à vida, à saúde e à segurança.

A ADPF 973 pode trazer avanços significativos na implementação de políticas de reparação e de enfrentamento à letalidade policial contra pessoas negras. Além disso, como aqui citado, é capaz de construir condições para que, pela primeira vez, seja concebido e implementado um Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional e à Política de Morte à População Negra.

O anúncio de que a Advocacia Geral da União adotará outra postura no âmbito da ADPF, ao que tudo indica reconhecendo a necessidade do Plano Nacional, é muito bem-vinda. No entanto, um projeto dessa envergadura, mais do que fruto da vontade política de um governo, depende do reconhecimento, de uma vez por todas, de que a dívida histórica com o povo negro no Brasil é algo que deve ser seriamente perseguido. Daí a relevância de que o STF se manifeste sobre o tema.

O combate ao racismo e ao extermínio cotidiano de mulheres e homens negros não pode se reduzir a um projeto de governo. Necessita se consolidar como política permanente de Estado, a envolver as esferas federal, estadual e municipal, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, em especial, a sociedade civil brasileira.

QUATRO PALAVRAS, QUATRO MULHERES

EDMILSON SANCHES

Publicado em 14 de novembro de 2023, às 5:07

Ilustração: “As Quatro Mulheres”, pintura de Salua Saleh. Imagem cedida pelo autor.

— Da origem e sentido de palavras e dos fins sem sentido de agressões

DATA – 16, 19 e 21 de outubro de 2022.

PAÍS – Brasil. ESTADOS – Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo.

(DES)QUALIFICATIVOS – Bruxa. Prostituta. Puta. Vagabunda.

SUBSTANTIVOS (ANTROPÔNIMOS) – Carmen. Laura. Marina. Michelle.

Segundo a estranha (senão louca) percepção de muitos, Carmen e Marina estão de um lado. Laura e Michelle, de outro. É tempo de eleições, a maior delas, no Brasil.

“Carmen” (latim “carmen”), na origem, significa “canto”, “canção”, “poema”.

“Laura” (latim “laurus”) significa “vitoriosa”, “triunfadora”. O nome vem do “louro” ou “loureiro”, a planta com cujos ramos, na Roma e Grécia antigas, se fazia a coroa (“corona triumphalis”) colocada na cabeça de heróis e outros vencedores, pessoas de destaque nas Artes, no Atletismo, nas Guerras... As flores e folhas dessa planta têm ou assumem cores/tonalidades amarelas ou douradas.

“Marina” (latim “marinus”) significa “do mar”.

Michelle (do francês “Michèle”, originado do hebraico Mikhael, união de “mikhayáh” e “El”), significa “Deus é incomparável” ou “Quem é como Deus?”

Eram as melhores as intenções dos pais das quatro mulheres acima quando lhes deram o nome que cada uma carrega até hoje. O amor dos pais e o sentido da Etimologia se igualam na origem: os nomes Carmen, Laura, Marina e Michele são bons e, histórico-linguisticamente, têm nobreza, nobreza de modos e não necessariamente de majestade.

Mas, em menos de uma semana, de 16 a 21 de outubro de 2022, esses nomes (ou quatro mulheres portadoras deles), foram objeto da mais baixa vileza, da mais vil baixaza que habita cada um de nós e que, em certas situações, muitos de nós deixamos aflorar, vir à tona.

Nesses casos, não importa o porquê: qualquer que seja ela, a razão é torpe, a justificativa é ignóbil, o motivo é infame, a origem é suja, o argumento é nojento, a causa é asquerosa. Falou aquelas palavras maculadoras de ou para uma mulher, já está errado. E dizer que uma mulher é bruxa, prostituta, puta ou vagabunda por escrito ou em áudio, em redes sociais, em suportes impressos ou digitais, mais errado ainda. E dói saber do sofrimento íntimo — e quiçá duradouro, eterno — de cada uma das vítimas, cada uma à sua maneira, por terem o substantivo de seu nome obscenamente ligado à repulsa daquele (des)qualificativo.

Se você acha que é exagero, permita-se ouvir de algum boca-suja chamar sua filha, irmã, esposa, mãe, avó de nomes como estes quatro – bruxa, prostituta, puta, vagabunda.

Carmen, que é jurista e ministra, foi ofendida (“bruxa”, “prostituta”) por Roberto, que é advogado e ex-deputado federal, no Rio de Janeiro. Era 21 de outubro de 2022.

Em 16 de outubro de 2022, Laura era criança, estudante, tinha 11 anos e foi ofendida (“puta”) por uma mulher Bárbara, jornalista aposentada, de São Paulo, como antecipado “presente” por seu aniversário de 12 anos dois dias depois. E dois dias depois, no colégio e no dia do aniversário, repetiu-se o “presente” para Laura: um garoto, reconhecendo-a, perguntou: “Você é a puta?” Gente bárbara faz escola...

Marina, que é professora e política, foi ofendida (“vagabunda”) por uns comensais, anônimos e aloprados, em restaurante em Minas Gerais. Era 21 de outubro de 2022.

Michelle, que é intérprete de Libras e ex-primeira-dama do Brasil, foi ofendida (“vagabunda”) por uma mulher, Samya, procuradora-geral, de Alagoas. Era 19 de outubro de 2022.

Quer saber mais sobre as quatro ofensas, veja na Internet.

Não é por nada, não, mas, lamentando profundamente os xingamentos a essas (e a outras) mulheres, fico me perguntando sobre a criança mulher. Não fomos nós brasileiros, por nossos representantes federais, que asseguramos em Lei (nº 8.069, de 13 de julho de 1990) que:

— “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, MORAL, espiritual e social, em condições de liberdade e de DIGNIDADE”;

— “Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, SEM DISCRIMINAÇÃO de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.”;

— “É dever da família, da comunidade, DA SOCIEDADE EM GERAL e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à DIGNIDADE, ao RESPEITO, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”;

— “NENHUMA CRIANÇA ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”?

É claro, sabemos que muito antes de Laura e muito depois dela violências verbais e físicas se somarão e assomarão o corpo e a mente de gente criança e adolescente que nem ela. O Brasil ainda é, sob qualquer ângulo, muito injusto...

Quanto à mulher Bárbara, que falou de Laura, tarimbada que é, de família de história em São Paulo, sabe se defender e o que dizer. Disse, entre outras coisas, à “Carta Capital”, em 24/10/2022, oito dias após juntar criança e puta na mesma frase: “Eu sempre vou até o limite. O que sempre faço é polemizar. Fiz a minha vida inteira, tentar ir até o mais longe possível. É como um comediante com a sua piada. Obviamente, fui longe, admito que esse meu ‘tweet’ realmente é ousado. Mas ele não está insultando ninguém”. E continua: “É óbvio que eu estou absolutamente horrorizada com o que eles estão fazendo comigo, porque eles pegaram um ‘tweet’ de uma pessoa que não tem mais uma vida pública, que é uma pessoa particular, e transformaram num fato político. Me jogaram numa frigideira. Pegaram, para variar, uma jornalista mulher, aposentada, que não trabalha em nenhum veículo, que não pode se defender.”

Como se lê, as mulheres sabem se defender. Perpétua Almeida, deputada federal do Acre (PCdoB) levantou-se: “Nós não podemos aceitar nenhum desrespeito às mulheres” (“Estado de Minas”, 22/10/2022). Simone Tebet, senadora (MBD-MS) foi no mesmo tom: “Ninguém tem o direito de agredir uma mulher, seja ela uma

autoridade pública ou não [...]” (“Correio”, Salvador – BA). Estas duas defesas ou alertas foram em favor da ministra Carmen Lúcia, 68 anos à época, chamada de “bruxa” e “prostituta”.

Essas duas defesas ocorreram seis dias depois de, na rede social (microblog) Tweeter (hoje, “X”), Laura, de 11 anos, ter sido chamada de “puta”. Como o Brasil agora se divide em dois lados, um dos lados não socorre, não defende, não alerta, não se indigna, não se comove se o ocorrido ocorre — correntemente — com o lado oposto. Nem mesmo quando se trata de uma criança. Alguém de um lado expressar-se em favor de alguém do outro lado não é de bom tom. É obrigado ser partidário. É proibido ser humano... “Partidário” é agente interessado em poder. “Humano” é gente interessada em civilidade.

Aqui, nenhuma intenção de demover nem “a” nem “b” de seus princípios e fins, erros e acertos. Já escrevi que, em certas situações e com certas pessoas, nenhum argumento é preciso, e, em certas situações e com certas pessoas, todo argumento é inútil. Deste modo, apenas exerço o livre direito à expressão (escrita) do pensamento — ainda pode? Creio que, do jeito que falo e escrevo, eu não seja desrespeitoso — pelo menos não mais e bem distante do que a todo instante se lê, se vê, se ouve por aí.

Suetônio (69-141), escritor romano, creditou a Calígula o lema “Oderint , dum metuant”. A frase é de um drama de Cícero (106 a. C.–43 d. C.). Em português, fica-se sabendo que ela resume sentimentos humanos antípodas mas necessários à convivência:

“Odeiem-me, contanto que me respeitem”.

Mas estamos no moderno Brasil, não na Antiga Roma...

Além das quatro pessoas que sofreram os xingamentos, além daquelas que os promoveram, outros entes igualmente se contraíram nessa “Guerra de Seis Dias” de desqualificação de mulheres: as palavras, quatro, todas também femininas, todas substantivas, todas também com sua história, sua peculiaridade, seu... respeito:

BRUXA – A palavra “bruxa” (de um ainda não provado latim “brouxa”) registra-se em Língua Portuguesa desde 1559. Neste caso, seu uso não tem a ver com seu sinônimo “feiticeira”, mas com dotes de beleza (ou falta deles) ou com estado de espírito (mal-humorada, azeda).

PROSTITUTA – Chamadas de “mulheres de vida fácil”, as prostitutas estão longe de ser o que lhe chamam. Não saber com que tipo de parceiros vai-se envolver em suas saídas, se vai ser amada ou também espancada, humilhada, se conseguirá o necessário para sobreviver mais um dia, se conseguirá ter um futuro longe do ofício — eis o que esperam essas mulheres todos os dias, e noites. O nome que denomina a pessoa e a atividade (prostituição) resulta também de um encontro: a união do prefixo greco-latino “pro-“ (que tem, entre outros significados, o de “diante de”) mais o interpositivo “-stare-“ (que significa “estar de pé”). Juntando-se, fica: “estar de pé diante de” — neste caso, estar de pé, exposta, “à venda” (está na etimologia da palavra), frente à rua, frente ao vidro (como na Holanda), frente ao possível futuro cliente...

PUTA – A palavra atirada – barbaramente — contra Laura criança traz na sua origem a inocência infantil... que os adultos logo deturpavam. Realmente, a palavra “puta” tem origem no latim popular “puttus” / “putta”, com o significado de “menino” / “criança”, nome aplicado pelas famílias romanas em lugar do latim culto “pueri”, presente em adjetivos como “pueril” (“infantil”) e “puérpera” (mulher que acabou de ter uma criança) e, entre outras, “puericultura” (ciência do desenvolvimento físico e psíquico da criança, da gestação à puberdade). Ainda hoje, em Portugal, nomina-se uma criança como “puto” ou “puta”. Veja-se também a conexão com o também latim “putus”, com um só “t”, que tem o significado de “puro” — e com cujo sentido de “apurar uma conta” veio contribuir para a formação da palavra “computar”, “computador” e seus derivados e conexos.

VAGABUNDA – O antepositivo latino “vagus” (significando “que se move de um lugar para outro”, “errante”, “desocupado”) juntou-se ao sufixo latino “-bundus” (“cheio de, propenso a”) e, com essa riqueza de ociosidade, formou esse substantivo que se aplica à pessoa que leva a vida sem trabalhar, “na flauta”, que perambula, pessoa vadia e, pejorativamente, o malandro, o canalha, gente inferior etc.

*

Certa vez, quando, menor ainda, adquiri o “Aurélio de fardão” (a versão com encadernação almofadada do “Dicionário Aurélio”), li que as três palavras com maior número de sinônimos eram: dinheiro, bebida... e mulher. Mas a “mulher” cujos significados se avolumavam no verbete principal não era a mulher “mulher”; era a mulher “vadia”, “de vida fácil”, ...puta. Dezenas, senão centenas, de palavras enfileiravam-se em ordem alfabética, formando um tapete de vocábulos todos dedicados à definição desqualificadora da mulher...

Lamentavelmente, as quatro palavras de hoje e seus significados tão cedo ficarão em estado de dicionário. Elas há muito decolaram das pistas de “bits” e de celulose e tinta que as guardavam e foram pousar — pelo visto, para sempre — nas mentes e dedos e bocas dos que, incapazes de tornarem melhor a Humanidade, preferem ser o pior dela...

As palavras não têm culpa de nada. Igual às facas na cozinha, que cortam e limpam aquilo que alimenta mas também podem ferir e matar, as palavras, bem utilizadas, têm como alimentar histórias, relatos, biografias, conversas...

...ou, refletindo o pior de quem as manuseia, podem ser agressivas, ferinas, doloridas, infelizes, recalcadas... e covardes.

“Quousque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?”

Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?

Lucius Sergius Catilina, desmascarado, ficou sabendo do poder que boas palavras têm.

Hoje, infelizmente, faltam-nos os Cíceros para dizê-las.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

I H G M

Rua de Santa Rita, 230 - Centro, Edifício Prof. Antônio Lopes - CEP: 65.015-430 - São Luís - MA
CNPJ: 06.407.860/0001-20 / Tel: (98) 3181-5239 / e-mail: ihgmma@gmail.com / Site: ihgm.org.br

EDITAL N.º 21/2023

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODINÁRIA

A Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, Casa de Antônio Lopes, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 19 do Estatuto, convoca os associados para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, no **dia 14 (quatorze) de novembro de 2023 (terça-feira)**, que será realizada no formato virtual, cujo link será enviado com antecedência, com a primeira convocação às **17h** e segunda e última às **17:30**, para tratar da seguinte pauta:

- 1 - Submissão de nomes para outorga do título de Sócio Honorário.

São Luís, 10 de novembro de 2023.

Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler
Presidente

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM recebeu na tarde de hoje (17/11), o professor, escritor e palestrante ambientalista José Carlos Aroucha Filho. Na oportunidade, o visitante fez a doação de um exemplar de seu livro mais recente "PLANETA TERRA: A Grande Lixeira Humana".

O escritor Carlos Aroucha foi recebido pelo professor José Augusto Silva Oliveira, Vice-presidente do IHGM.

Onde e quando foi enforcado Beckman?

EUGES LIMA

Historiador, professor, bibliófilo e ex-presidente do IHGM

Manoel Beckman era português, judeu, filho de pai alemão e mãe portuguesa, chegou a São Luís aos 24 anos em 1662. Já em 1668, tornou-se vereador da cidade. Quando o Brasil era uma colônia incipiente, no Maranhão, Beckman liderou a primeira revolta brasileira contra Portugal, um movimento que defendia os interesses e direitos dos colonos maranhenses contra os desmandos da Companhia de Comércio do Maranhão. Seus líderes expulsaram os jesuítas; destituíram o governo local e assumiram o poder por 15 meses, antes de serem controlados e seus líderes, executados como exemplo por forças enviadas de Portugal.

Teria Beckman ou Bequimão como era mais conhecido aqui no Maranhão e como gostava de assinar, sido enforcado mesmo no dia 2 de novembro (dia de finados) de 1685, como aprendemos nos manuais de história do Maranhão? Em novembro desse ano, Beckman, subira no patíbulo, em frente ao Beco da Trindade e fora en-

forcado numa Praia de São Luís, a Praia do Armazém, depois chamada de Praia da Trindade, localizada entre o Beco do Silva e a Rua das Barrocas, região hoje, onde existe uma Praça e um monumento piramidal no seu centro em sua homenagem. Antes da construção do Cais da Sagração (1841/1909), toda essa área era ocupada pela maré, daí serem chamadas de Praias.

João Lisboa em seu "Jornal de Timon", registrou o dia 2 de novembro, como data do enforcamento de Beckman, isso explica a tradição do 2 de novembro. Porém, não se executavam prisioneiros no Brasil colonial no dia de finados.

O brilhante João Lisboa, o príncipe dos historiadores brasileiros se equivocou nesse detalhe, erro corrigido somente séculos depois pelo historiador maranhense Milson Coutinho, em seu livro "A Revolta de Bequimão", de 1984 (tricentenário da Revolta), pois ele teve acesso a carta então enviada ao Conselho Ultramarino pelo governador do Estado do Maranhão, Gomes Freire de Andrade no dia 15 de novembro de 1685, dando conta dos condenados envolvidos na Revolta liderada por Manoel Beckman e Jorge de Sampaio.

É esse documento, que talvez, pela primeira vez, trazemos a público, transcrito integralmente abaixo, confirmando o "10 de novembro" como data da execução de Manoel Beckman, "O Bequimão", na Praia do Armazém (Beira-Mar, nas proximidades da Pirâmide de Beckman) em 1685: CARTA DE GOMES FREIRE DE ANDRADE DE 15 DE NOVEMBRO DE 1685, ENVIADA AO CONSELHO ULTRAMARINO E AO REI DE PORTUGAL D. PEDRO II. Senhor.

Como o principal motivo com que V.Mg^a foi servido mandar-me a este Estado, foi o de sossegar a alteração em que os moradores desta cidade de São Luís estavam em desserviços de V. Mg^a; e castigar os cúmplices nela, tendo logo que cheguei dado cumprimento ao sossego, fazendo restituir a obediência tudo ao que tinham faltado, como por outras vias dei conta a V. Mg^a; a dou por esta de que em dez deste mês de novembro se fez execução de morte natural na forca em Manuel Bequimão e Jorge de Sampaio de Carvalho; por se achar serem os mais culpados para o castigo, e os mais poderosos para o exemplo.

Foram também condenados em perdimento de seus bens para a Coroa Real. Com doze se fez açoitar pelas Ruas públicas Belchior Gonçalves, que tinha sido um dos míseros do povo, e pareceu não devia morrer por se não provar legitimamente tiveste tratado antecipado para o levantamento; e assim foi só condenado em mais oito anos de degredo para o Reino dos Algarves, respeitando-se também ser homem de mais idade, casado e com muitos filhos menores.

Fica para se sentenciar qualquer dia a outro mister ausente chamado Francisco Dias de Eiro, que não se pode dar esta sentença com os outros, a respeito de ser estar esperando uma testemunha essencial para a causa.

Amor é construção - parte II

Luiz Thadeu Nunes e Silva, - Eng. Agrônomo, Palestrante, cronista e viajante: o latino americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes da terra. Autor do livro "Das muletas fiz asas". Membro do IHGM, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, ABLAC, Academia Maranhense de Letras, Artes e Ciências. E-mail: luiz.thadeu@uol.com.br

Na semana passada ocupei o nobre espaço deste jornal com a crônica "Amor é construção", e citei a frase do escritor argentino Jorge Luis Borges, que no final da vida, disse: "Eu cometi o pior dos pecados de um ser humano: não fui feliz". A busca pela felicidade é permanente em qualquer tempo.

A crônica era sobre a construção das relações humanas, especialmente o amor entre casais. Fui ao casamento de um jovem casal, e o celebrante falou que "o que acaba com os relacionamentos não são as diferenças, mas as indiferenças".

Recebi várias mensagens de leitores sobre o tema. Destaco duas.

Uma leitora de nome Valquíria, me escreveu: "É muito triste perceber tantos relacionamentos falindo; mais triste ainda é perceber o que está por trás de algumas dessas rupturas de alianças. Por incrível que pareça, existem muitos casais se separando porque estão desnutridos emocionalmente, exatamente isso, os cônjuges não trocam, de forma satisfatória, o contato físico. São casais constituídos por pessoas que, possivelmente, se amem, porém, por alguma razão reduziram ou pararam com o contato físico tão necessário para alimentar a conexão entre eles.

Alguns casamentos teriam tudo para serem muito felizes, porém, por um descuido, um problema se instala e vai se agigantando até tornar-se irreversível. É estanteceadora essa constatação, mas baseado em desabafo que tenho ouvido, tanto de homens quanto de mulheres, alguns casamentos chegam à ruína porque carinhos tão simples como um abraço deixaram de fazer parte do cotidiano do casal, os beijos, que no início eram sempre demonstração de desejo e afeto, transformaram-se em discretos selinhos, e olhe lá". Concorro plenamente com Valquíria. Com o passar do tempo parece que os casais focam a sua atenção em muitas questões, porém, pouco a pouco vão negligenciando algo que é vital para a relação: o toque. Por vários descuidos, os cônjuges vão se desconectando emocionalmente e fisicamente e, quando caem em si, já existe um muro gigante entre eles. Acredito que nem todas as pessoas tenham consciência do quão importante é o contato físico, especialmente para a mulher.

Outro leitora, Angélica, me escreveu para dizer que vive com a mesma marido há 40 anos, mas não tem mais alegria no relacionamento, e acrescenta: "Talvez seja uma medrosa para acabar, pois temos filhos crescidos, casados, e netos que amo. Construímos patrimônio, e a essa altura da vida fica difícil de separar".

Verdade, separar não é uma coisa fácil, indolor. Trabalhei com um sujeito pacato, reservado, pouco falava de sua vida. Casado com a mesma mulher há mais de quarenta anos. Aposentado, em casa, sem ter se preparado para a aposentadoria; solitário, encontrou uma namorada pela internet. Eufórico, começou a sair de casa todas as tarde. Descuidado, a mulher descobriu sua pulada de cerca. Mesmo com um casamento acabado, após a traição, a mulher não o quis mais. Divorciaram, ele foi morar sozinho. O namoro não demorou muito, e ele ficou desamparado. Diabético, deprimido, não aguentou a solidão, morreu em pouco tempo.

Somos seres afetivos, carentes de atenção, carinho e amor. Sabemos também, que algumas pessoas valorizam mais do que outras essa comunicação corporal, entretanto, ela deve sempre estar presente dentro de um relacionamento afetivo. Um abraço, por exemplo, transmite muitas sensações como o acolhimento, o relaxamento, a sensação de segurança etc. Embora silencioso, um abraço pode transmitir a seguinte mensagem a quem recebe: "eu estou aqui e eu estou contigo" e por vezes, isso é tudo o que alguém precisa sentir após um dia tenso e corrido.

Gosto de uma frase do escritor Rubem Alves: "A arte de amar e a arte de ouvir estão intimamente ligadas". Em tempos de redes sociais em que o tempo acelerou, e quase ninguém presta atenção no outro, quantos relacionamentos seriam salvos apenas deixando o smartphone de lado, e envolver o outro em um afetivo abraço.

O cônjuge precisa disso quando está cansado, quando está triste, quando está tenso, quando está assustado e quando está feliz também. Ofertar carinho e afeto ao cônjuge é o melhor investimento para o seu casamento, o retorno é garantido.

BATALHA DE GUAXENDUBA DÁ SÃO LUÍS AOS LUSOS

Historiadores, na AMEI, sentiram falta de Razilly na derrota dos franceses e alteiam postura de Japi-Açu
by [JP Turismo](#)

[Observado por Frans e Paulo Matos, Euges Lima incursiona na refrega vencida pelos portugueses – Foto: Luzia Pereira](#)

A Batalha de Guaxenduba (uma das mais encarniçadas no período do Brasil Colônia, acontecida entre franceses e portugueses, no sítio de igual nome, no atual povoado de Santa Maria, município de Icatu-MA), vai completar 409 anos, no próximo 19 de novembro, e foi debatida, na tarde/noite de 19.11.2018, numa mesa-redonda e por um auditório atencioso, no Espaço Cultural AMEI, no São Luís Shopping. Sobre o assunto, expuseram seus conhecimentos: Euges Lima (pós-graduado lato sensu em Teoria e Metodologia para o Ensino da História da Uema, graduado em História/Uema, professor da rede pública estadual do Maranhão, historiador, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão-IHGM, e membro do Instituto de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão/Portugal) e Frans Cistelinck (graduado em Teologia, professor de Teologia e conservador de coleções antigas e preciosas da biblioteca da Faculdade de Teologia na Universidade de Lovaina; foi professor da Uema e autor do livro 1612: A França Equinocial); e, como mediador, Paulo Matos: graduado em Administração de Empresa, membro da Academia Icatuense de Ciências, Letras e Artes (Ailca), presidente da Casa dos Açores do Maranhão, pesquisador e ex-professor da Uema, no Programa de Qualificação de Docentes(PQD).

Herbert de Jesus Santos fazendo honra ao mérito para Japi-Açu Tupinambá e o feito francês – Foto: Luzia Pereira

Consoante Euges Lima, as forças portuguesas, comandadas pelo mameluco pernambucano Jerônimo de Albuquerque, mesmo mais debilitadas, acabaram derrotando os expedicionários franceses, sob a liderança de Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, por utilizarem um estilo de combate peculiar ao Brasil colonial, mesclando estratégias de guerra europeia com a nativa. “Ao contrário dos seus inimigos que, apesar de possuir um contingente de mais de dois mil Tupinambás e duzentos soldados franceses, usaram o estilo de tipicamente europeu das guerras dos Flandres”! — assinalou. Conforme ainda Eudes, “Os franceses sofreram uma baixa de entre 115 a 150 combatentes, muitos não soldados profissionais, ou seja, uma verdadeira carnificina, fora centenas de aliados indígenas que tombaram”! Euges Lima arrematou: “A Batalha de Guaxenduba, como relata Diogo de Campos Moreno, em sua Jornada do Maranhão, foi um verdadeiro inferno na praia, sobretudo para as tropas de la Ravardière!”

A sentida falta de Razilly — Frisando que a história poderia ser outra, se no comando dos expedicionários de França estivesse o almirante François de Razilly, àquela altura de volta a Paris, tentando trazer mais reforços, junto à regente Maria de Médici, em vão, contudo, Frans Cistelincq dissertou, em síntese, o conteúdo da sua portentosa obra 1612: A França Equinocial. A partir daí, com o debate aberto para o auditório, tomou a palavra o escritor, engenheiro-civil, artista plástico e marinheiro de muitas viagens Bento Moreira Lima, que apontou, entre as causas da derrota dos fundadores de São Luís, em Guaxenduba, o pouco conhecimento das marés, principalmente na adjacência da Praia de Santa Maria, em Icatu.

Debate de alto nível — Numa discussão de alto nível, em que participaram integrantes da Allca, qual o major do exército Reginaldo Lima (debatedor), mestres e estudantes universitários e de ensino médio, e (ouvinte) o professor, guia de Turismo e poliglota Simão Cireneu Ramos, a conferência histórica atingiu o seu auge, ainda com a presença do suplente de vereador(PTC) Vieira Lima, Cel. Furtado (da Academia de Ciências, Letras e Artes da PM), prof. Azullay (da União Brasileira de Escritores-UBE), e o pastor Luiz Porto, sócio correspondente da Ailca, que nem este repórter.

Maria de Médici na salvação do pescoço — O ciclo de debates foi encerrado pelo jornalista, poeta, prosador e pesquisador Herbert de Jesus Santos, argumentando, ao microfone, à mesa e ao auditório, que sem Japi-Açu, o principal cacique dos Tupinambás, não haveria França Equinocial e, por conseguinte, a Fundação de São Luís, com a expedição francesa comandada por Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, e François de Razilly, pois foi ele quem preferiu estes aos lusitanos. Salientou que a Batalha de Guaxenduba, em 19.11.1614, só foi vencida pelas forças lusas, quando a regente Maria de Médici, católica, deixou os expedicionários dela à própria sorte, sem enviar os reforços solicitados por Razilly, na corte, porque estava cuidando de safar-se contra adversários protestantes, ali. Assim, em 21 de novembro de 1615, casou Luís XIII, com apenas 14 anos, com a infanta Ana d’Áustria, filha do poderoso rei [Felipe III da Espanha](#), e dava sua filha, [Isabel de Bourbon](#), em casamento a [Felipe IV da Espanha](#), irmão de Ana. Era o tiro de misericórdia no sonho de França Equinocial, com La Ravardière derrotado de regresso à sua pátria, após detenção em Portugaal.

Do Cacique Japi-Açu à Mestra Rosa Mochel — Este repórter acrescentou, num tom eloquente e emocionado, no que foi bastante aplaudido: “Em represália, os tubarões (portugueses) perpetraram um verdadeiro genocídio nas vinte e sete aldeias de Upaon-Açu, com os sobreviventes Tupinambás fugindo para a selva. Japi-Açu só é recordado, hoje, graças à professora e historiadora Rosa Mochel, secretária da Educação do Município, então, com nome de colégio no Anjo da Guarda, em 1970, e o também importante, em 1972, Centro de Artes Japi-Açu, no Diamante, na formação de profissionais de todas as classes em pintura, cerâmica, dentre outras atividades, sucateado, por ironia do destino, pelo Palácio de La Ravardière, com o prefeito de então (Edivaldo Holanda Júnior), e Rosa Mochel não tem nome sequer no Parque da Juçara, cuja festa ela criou, há cinquenta anos, no Maracanã. A par disso, peço ao IHGM, encarecidamente, por sua presidenta Dilercy Adler, que providencie a justiça e honra ao mérito, a fim de que a guilhotina, inventada na Revolução Francesa, não faça estragos na memória maranhense, quanto nesta parte relevante do Brasil colonial, ao que parece, sobre que irei confirmar, se suprimida da sala de aula em nossos colégios, e apor o nome de Rosa Mochel no Parque da Juçara, em Maracanã. A placa ficaria assim, para ninguém errar, dos operários aos funcionários de escalão maior: PARQUE DA JUÇARA ROSA MOCHEL.

Texto: Herbert de Jesus Santos

Edição: Gutemberg Bogéa

FINALIDADES DO IHGM

- I. Estudar, debater e divulgar questões sobre História, Geografia e Ciências afins, referentes ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão;
- II. Cooperar com os poderes públicos que visem ao engrandecimento científico e cultural do Estado, colocando-se à disposição das autoridades para responder as consultas e emitir pareceres sobre assuntos pertinentes às suas finalidades;
- III. Defender e velar o patrimônio histórico do Maranhão;
- IV. Promover a coleta de documentos relativos a efemérides;
- V. Estimular o estudo da História, da Geografia e das Ciências afins em todo o país, particularmente neste Estado, possibilitando a organização de um dicionário histórico-geográfico do Maranhão e ampliação da bibliografia maranhense;
- VI. Manter e estabelecer correspondência e intercâmbio com instituições congêneres locais, nacionais e estrangeiras;
- VII. Providenciar para que funcionem, plenamente, a biblioteca e o arquivo;
- VIII. Editar revista periódica, em cujas páginas sejam inseridos os trabalhos apresentados às reuniões, e registradas as atividades deste IHGM;
- IX. Estabelecer prêmios para monografias e estudos sobre assuntos previamente escolhidos e postos em concursos;
- X. Promover a edição e a reedição de obras de autores maranhenses, preferencialmente as antigas e as inéditas.

PROGRAMAÇÃO

Dia 20/11/2023 - Local: Palácio Cristo Rei - UFMA

Sessão Solene em Comemoração ao Aniversário de 98 anos de Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão-IHGM, Casa de Antônio Lopes, e Fechamento do Ano Cultural Antônio Gonçalves Dias

18h30 - Composição da Mesa de Abertura

- Execução do Hino Nacional
- Apresentação da vinheta dos 98 anos de Fundação do IHGM

18h40 - Abertura dos Trabalhos: Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler, Presidente (IHGM)

18h50 - Conferência de Fechamento do Ano Cultural Antônio Gonçalves Dias:

Título: Monumento a Gonçalves Dias: 150 anos na paisagem de São Luís

Conferencista: José Marcelo do Espírito Santo, Diretor de Patrimônio (IHGM)

19h30 - Apresentação do vídeo: Gonçalves Dias na Era da Inteligência Artificial:

Autoras: Maria Luisa Reis, Camilla Pinheiro e Valentina de Almeida (Estudantes da Escola Crescimento)

19h50 - Entrega de Diploma de Sócios Honorários

20h20 - Encerramento

20h30 - Coquetel

DIRETORIA

Gestão Pe. João Dias Rezende Filho
(2023-2025)

Presidente: Dilercy Aragão Adler
Vice-Presidente: José Augusto Silva Oliveira
1ª Secretária: Elizabeth Sousa Abrantes
2ª Secretária: Edna Maria de Carvalho Chaves
1º Tesoureiro: Ribamar de Castro Ramos
2º Tesoureira: Madalena Martins de Sousa Neves
Diretora de Patrimônio: José Marcelo do Espírito Santo
Diretora de Serviço de Divulgação: Rita Ivana Barbosa Gomes
Conselho Fiscal - Titulares:
Cristiano de Lima Vaz Sardinha
Abianci Alves de Melo
Francisco Roberto Brandão Ferreira
Conselho Fiscal - Suplentes:
Felipe Costa Camarão
Ana Luiza Almeida Ferro
Antônio Guimarães de Oliveira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dilercy Aragão Adler
José Augusto Silva Oliveira
Elizabeth Sousa Abrantes
José Marcelo do Espírito Santo

Parceiros:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

IHGM

CELEBRAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE 98 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO-IHGM, CASA DE ANTÔNIO LOPES, E FECHAMENTO DO ANO CULTURAL ANTÔNIO GONÇALVES DIAS

(20 a 21 de novembro de 2023)

Programação:

Dia 20/11 - (segunda-feira) às 18h30 - Local: Palácio Cristo Rei (UFMA), na Praça Gonçalves Dias, 351 Centro.

Dia 21/11 - (terça-feira) às 10h Local: Fundação Sousaândrade (FSADU) na Rua das Juçaras, 28 Jardim Renascença (Evento híbrido: Google Meet)

Dia 21/11 - (terça-feira) às 17h Local - Palácio Cristo Rei (UFMA)

Dia 21/11 (Tarde) Local: Palácio Cristo Rei-UFMA

I Encontro de Institutos Históricos e Geográficos do Estado do Maranhão

17h - Abertura dos Trabalhos: Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler, Presidente (IHGM)

17h10 - Roda de Conversa

- **Tema:** A importância de Institutos Históricos e Geográficos nas cidades do Estado do Maranhão

19h10 - Palavras Finais

19h20 - Coquetel

Comissão Organizadora do "I Encontro de Institutos Históricos e Geográficos do Estado do Maranhão"

Natividade Silva
Melissia Abreu Lima de Sousa
Kélia Maria Sousa Santos Cruz
Hômullu Buzar dos Santos
Dulcinéia Espindola

Comissão Organizadora do "I Encontro de Sócios Correspondentes do IHGM"

Delasnieve Daspert
Edson Santana
Flávio Torres
Paulo Knauss
Raimundo Colares
Vanda Lúcia da Costa Salles

A presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM, Casa de Antônio Lopes, Prof^a. Dra. Dilercy Aragão Adler e os Sócios deste sodalício, têm a honra de convidar Vossa Senhoria para as Comemorações do Aniversário de 98 anos de Fundação desta Casa, com a outorga do Título de Sócio Honorário a personalidades renomadas do Estado do Maranhão, o Fechamento do " Ano Cultural Antônio Gonçalves Dias ", a realização do " I Encontro de Sócios Correspondentes do IHGM" e do " I

Encontro de Institutos Históricos e Geográficos do Estado do Maranhão ", nos dias 20 e 21 de novembro do ano em Curso.

ANIVERSÁRIO
IHGM

Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
MCMXXV

IHGM
1923
98
ANOS
98 ANOS DE HISTÓRIA E CULTURA

Programação:

Dia 20/11 (segunda-feira) às 18h30 - Local: Palácio Cristo Rei (UFMA), na Praça Gonçalves Dias, 351 Centro

Dia 21/11 (terça-feira) às 10h - Evento híbrido: Local: Fundação Sousemra (FSADU) na Rua das Juçaras, 28 Jardim Renascença (Virtual: Google Meet)

Dia 21/11 (terça-feira) às 17h - Local: Palácio Cristo Rei (UFMA)

Parceiros:

GOVERNO DO MARANHÃO | SEDUC | UFMA | FACULDADE FLORENCE | FUNDAÇÃO SOUSÊNDRADE

Primeiro Encontro dos Institutos Históricos e Geográficos do Estado do Maranhão, realizado no Palácio Cristo Rei, da UFMA.

Diogo Gualharo Neves

2 h · 🌐

Selecionado para publicação!

O artigo científico "LIGADOS NO TEMPO E NO ESPAÇO": ESTUDO COMPARADO ENTRE GODOFREDO VIANA E CARLOS MAXIMILIANO NA FORMAÇÃO DO PERFIL NOTÁVEL ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA", que defendi na última sexta-feira no XXX CONPEDI, em Fortaleza, foi selecionado para publicação, e constará no próximo número da "Revista Brasileira de História do Direito". ... [Ver mais](#)

INDEX LAW JOURNALS

Organização Comitê Científico
Double Blind Review pelo SEER/OJS

Artigos selecionados para as Revistas Científicas/Periódicos do
XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

IMPORTANTE: As orientações para a submissão foram enviadas para o seu e-mail. Caso não tenha recebido, verifique a caixa de spam. Fique atento ao prazo de submissão - 10 de fevereiro de 2024.

TÍTULO	AUTOR(A)	AUTOR(A)	AUTOR(A)	REVISTA
7ARKANGEL? E RELAÇÕES PARENTAIS: VIGILÂNCIA TECNOLÓGICA E REPERCUSSÕES AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	Raissa Arantes Tobbin	Valéria Silva Galdino Cardin	Tereza Rodrigues Vieira	Revista de Direito de Família e Sucessão
7INNOVAR É PRECISO!? A DELIMITAÇÃO ADEQUADA DO PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO SOB AS PERSPECTIVAS NACIONAL E GLOBAL	Milton Pereira de França Netto	Sergio Torres Teixeira		Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência
7LIGADOS NO TEMPO E NO ESPAÇO?: ESTUDO COMPARADO ENTRE GODOFREDO VIANA E CARLOS MAXIMILIANO NA FORMAÇÃO DO PERFIL NOTÁVEL ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA	Diogo Guagliardo Neves			Revista Brasileira de História do Direito

O “HERÓI OBSCURO” DO 17 DE NOVEMBRO DE 1889

O fuzilamento do dia 17," que foi uma grande onda de manifestações populares, compostas, principalmente por ex-escravizados, mestiços, negros e "pardos", ocorrida durante todo esse dia que abalou a cidade de São Luís.

Euges Lima

Um dia antes da proclamação da República no Maranhão (18 de novembro), dia 17 de novembro de 1889, antes de sua oficialização e instalação, ocorreu em São Luís uma forte reação popular ao novo regime – que estava na iminência de ser implantado – e ao suposto retrocesso que ele poderia vir a trazer, principalmente no que concerne a questão escravista. Esse episódio ficou conhecido como "Movimento popular 17 de novembro ou O fuzilamento do dia 17," que foi uma grande onda de manifestações populares, compostas, principalmente por ex-escravizados, mestiços, negros e "pardos", ocorrida durante todo esse dia que abalou a cidade de São Luís, concentradas nas imediações da Rua 28 de Julho (Rua do Giz), n.º 05, cruzamento como o Beco do Vira-Mundo, onde se localizava a redação do Jornal republicano "O Globo", que tinha como redatores, Paula Duarte e Casimiro Jr.

Diante das inúmeras informações e boatos que circulavam na cidade, naquele 17 de novembro, sobre a queda da Monarquia e instauração da República no Rio de Janeiro; boatos de revogação da Lei Áurea e retorno da escravidão com o novo regime, as massas urbanas de ex-escravizados de São Luís, leais à monarquia, agora, homens livres, se organizaram em grandes manifestações e focaram em uma das principais lideranças do movimento republicano da capital, o bacharel em Direito e jornalista, Francisco de Paula Belfort Duarte, o famoso “Paula Duarte”, conhecido por sua eloquência, seus discursos inflamados em Praça pública e por ser um grande tribuno e agitador popular.

O objetivo inicial desse movimento era impedir a ida de Paula Duarte para uma conferência com populares, convocada por ele que iria acontecer na Câmara Municipal, provavelmente para mobilizar a população para o fim da Monarquia no Maranhão e ascensão da República, trazendo certamente o conteúdo dos últimos telegramas do que ocorria na Capital do Império.

Hoje, vamos tratar como o título sugere, expressão usada por Dunshee de Abranches – no livro A Esfinge do Grajaú, 1959 – para denominar um dos supostos negros manifestantes que do alto da ladeira do "Vira-Mundo", hoje, escadaria, envolto da bandeira imperial teve o peito atingido por bala, aos gritos de "Viva a monarquia...!"

Esse suposto personagem dessas manifestações pro-monarquia, compostas principalmente por negros, mestiços e "pardos," nesse alvorecer do regime republicano no Maranhão, foi citado pela primeira vez por Dunshee de Abranches que o chamou de "herói obscuro", obviamente por não conhecer sua identidade... Ou porque simplesmente tratava-se de um personagem simbólico, fictício que ele criou para dar um teor mais romântico e dramático para história?

Segundo Abranches, “Era um negro; devera a liberdade à Lei Áurea de 13 de Maio; e, ao ver os soldados descerem em perseguição dos fugitivos, arrancou da haste a flâmula auriverde e, enrolando-se nela, com o peito já crivado de balas, com a voz forte e resoluta bradou; " Viva a Princesa Redentora, viva a Monarquia! " Conclui Abranches, sugerindo a morte do manifestante negro: “Assim tombava na tarde trágica de 17 de novembro de 1889, em São Luís do Maranhão, aquele herói obscuro.” Na verdade, foi à noite o momento do fuzilamento, por volta das 19 horas, nas proximidades da Rua 28 de Julho, esquina com a Rua dos Barbeiros ou Ladeira do Vira-Mundo, no Bairro da Praia Grande.

De acordo com os Mapas dos feridos que deram entrada naquela sangrenta noite no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, fontes primárias, que tivemos acesso, cotejando com essa passagem de Abranches,

podemos a princípio, tirar pelo menos duas conclusões: a primeira, o personagem “heroico” poderia ter existido, pois havia entre os feridos, certo Manuel da Silva Assunção que foi alvejado no peito direito; segunda, ao contrário do que pensou Dunshee de Abranches, sobreviveu aos ferimentos, foi internado e teve alta do Hospital no dia 21 de dezembro de 1889.

Como podemos ter certeza? Porque das catorze vítimas, entre mortos e feridos desse massacre que deram entrada no dia 17 de novembro na Santa Casa, apenas um foi registrado com ferimento à bala no peito, foi ele, “O herói”, agora, não mais tão obscuro, Manuel da Silva Assunção. Todos os demais feridos e mortos, foram registrados com ferimentos em outras áreas do corpo, como pernas, braços e mãos, inclusive, vários sobreviventes, tiveram membros amputados. Os nomes dos quatro mortos foram: João de Brito (40 anos); Sérgio (22 anos); Martinho (29 anos) e Raimundo Araújo Costa (34 anos), todos “pardos” e pretos, vítimas da repressão a essas manifestações populares que ocorreram no dia 17 de novembro de 1889 em São Luís, pró-monarquia e contrárias a proclamação da República.

ACADEMIA PAN-AMERICANA DÁ POSSE A EDMILSON SANCHES

--- Entidade de 42 anos é sediada no Rio de Janeiro e está presente nas três Américas

Ilustrações - Logomarca da Academia Pan-americana de Letras e Artes. Newton Nazareth e Regina Brito, presidente e vice-presidente da Academia. Edmilson Sanches, com a odontóloga e fonoaudióloga Monica Vetsch e a pedagoga e psicopedagoga Adriane Michely, professoras da universidade federal UniRio.

A Academia Pan-americana de Letras e Artes realizou na tarde de quarta-feira, 22, solenidade de posse de novos membros. O evento, presencial, deu-se no auditório do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, na capital fluminense.

O jornalista, escritor e administrador maranhense e caxiense Edmilson Sanches foi empossado na Cadeira 51, cujo patrono é outro maranhense e caxiense, Raimundo Teixeira Mendes, que é mais conhecido por ser o autor da Bandeira Brasileira, mas igualmente é autor das primeiras leis brasileiras de proteção à mulher trabalhadora, ao menor trabalhador, ao índio e aos doentes mentais e, ainda, autor do primeiro dispositivo constitucional que promoveu a separação Igreja-Estado, com liberdade de crença e culto, conforme a Constituição Brasileira de 1891.

A Academia Pan-americana também nomeou Sanches como Vice-Presidente do Conselho Fiscal, em razão da experiência do acadêmico, que tem formação e experiência na área e é membro do Conselho Regional de Contabilidade e o Conselho Regional de Administração.

Edmilson Sanches foi indicado pelo jornalista, radialista e acadêmico Carlos Alberto Rocha, do “Programa Carlos Rocha”, da Rádio Mundial News, do Rio de Janeiro. Na apresentação do novo acadêmico, o presidente da Academia, o escritor, músico e musicólogo Newton Nazareth disse à plateia que “Edmilson Sanches é considerado um dos mais destacados intelectuais do cenário literário nacional” e que Sanches “vem de Caxias, sua cidade natal, de grande importância histórica no cenário cultural maranhense e brasileiro”. Newton Nazareth é da família do pianista e compositor Ernesto Nazareth (1863-1934), um dos mais importantes músicos brasileiros, autor, entre muitas outras peças, do tango “Odeon”, nome dado em homenagem a um antigo cinema do bairro carioca Cinelândia.

Bem recebido por todos os membros e convidados que prestigiaram a solenidade, Edmilson Sanches foi convidado a fazer seu pronunciamento de posse, oportunidade em que ressaltou a importância da Literatura, das Artes e da Cultura em geral, tanto como fator econômico (Economia Criativa) quanto de formação, fixação e ampliação dos valores positivos de uma sociedade.

Sanches destacou a importância histórica e cultural de Caxias e do Maranhão e, também, e uma segunda fala, ressaltou a importância da mulher e a incompreensão e insegurança de muitos homens em relação à condição feminina e o papel das mulheres no mundo de hoje, que se beneficia, segundo o jornalista maranhense, da

“maior revolução silenciosa por que a Humanidade, com a justa ascensão da mulher a postos e a atividades. Segundo Sanches, “o que mais as mulheres desejam é tornar melhor o mundo ao lado da maior obra que elas geraram -- nós, os homens”. Para o acervo da biblioteca da Academia, Sanches fez doação de livros de autoria dele e de outros autores maranhenses, entre eles o poeta e professor universitário caxiense Adailton Medeiros (1938-2010).

Em março de 2024, ocorrerá nova solenidade da Academia Pan-americana, quando o jornalista e escritor caxiense e outros acadêmicos estrearão o novo traje acadêmico. A Academia Pan-americana tem 42 anos de fundação, com sede no Rio de Janeiro e está presente nas três Américas (Sul, Central e Norte).

DESTAQUE

NOVO MEMBRO DO IHGM

Com a presença de numerosa platéia, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, realizou no dia 27 de fevereiro p. passado sua sessão plenária, ocasião em que foram empósados naquele sodalício os novos componentes da Casa de Antônio Lopes: Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães, Lucy Mary Seguius Sotão e Antônio Cordeiro Feltosa.

No decorrer da movimentada sessão, foi enfatizada pelo presidente José Ribamar Seguius, a importância e o valor cultural que a Revista daquele tradicional instituto vem despertando entre os intelectuais de nossa terra e de outros Estados pelo valor do conteúdo dos seus artigos e excelente feição gráfica apresentada.

Ainda na mesma reunião foi proposta e aprovada, por unanimidade, a inclusão do nome de Francisco Alves Camêlo, na qualidade de membro do seu quadro efetivo daquela instituição, cuja data de posse será oportunamente definida.

Resalte-se ainda que no transcorrer daquela solenidade de caráter cultural foi exaltada a eficiência da Equipe de Pesquisa e Jornalismo do SIOGE, ali representada por Wilson Martins, Jorge Nascimento, Pedro Oliveira, Maria José Valle Oliveira e Vilson Costa, em razão da boa-vontade com que vêm se dedicando em prol da difusão do IHGM, nos seus mais diversos aspectos.

Por outro lado, é a seguinte a petição lida naquela oportunidade pelo presidente José Ribamar Seguius, redigida e encaminhada através do Jornalista José Adirson de Vasconcelos ao IHGM:

"Os sócios efetivos deste Instituto, todos abaixo assinados, vêm propor à Presidência e aos demais confrades, o nome de FRANCISCO ALVES CAMÊLO para ocupar uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão na qualidade de Sócio Efetivo.

O "currículum vitae" de Francisco Alves Camêlo é o registro e o retrato de um homem sempre devotado e amante dos livros e das artes, desde a infância e juventude, quando se enamorou das obras de Humberto de Campos, Coelho Neto, Gonçalves Dias e outros maranhenses que todo jovem nascido em terras timbiras tem a vocação de apreciá-los, mas nem sempre o fazem. Afora os seus pendores à intelectua-

lidade, Francisco Alves Camêlo tem revelado o seu caráter com testemunhos de uma personalidade amante dos pais, da família, e um leal companheiro daqueles que d'ele se aproximam.

Hoje, quando, na vida funcional, é, em razão da sua capacidade intelectual e dos seus méritos de administrador competente, elevado à destacada função de diretor-presidente do SIOGE e do DIÁRIO OFICIAL do Maranhão, Francisco Alves Camêlo coloca o órgão que dirige a serviço, também, da difusão cultural do Maranhão. Exemplos disto, temos seguidas demonstrações através das diversas obras que em curto espaço de tempo já editou de autores maranhenses nossos conhecidos, numa forma de incentivo à divulgação dos trabalhos dos nossos historiadores, ensaístas, poetas e romancistas. Francisco Alves Camêlo tem ido mais além ao promover, recentemente, uma viagem a São Paulo, onde participou da Bienal do Livro, com o fim específico e louvável de estabelecer, com os grandes distribuidores nacionais do sul do País, um programa de distribuição e venda em todo o território nacional dos livros escritos por autores maranhenses, pois, até então, os nossos escritores — com as raras exceções de Mohana, Montello e alguns outros poucos — tinham suas obras circunscritas à área territorial da Ilha de São Luís e, no máximo, algumas outras cidades do interior.

Por último, Francisco Alves Camêlo promoveu uma ampla edição especial do "Diário Oficial", que dirige, dedicada à vida e a obra de Gonçalves Dias, que se constitui num excelente documento histórico. Nesta edição, o espírito e os ideais intelectuais de Francisco Alves Camêlo extravasam quando, na apresentação, revela a sua "satisfação por proporcionarmos subsídios que enriquecerão as nossas fontes de pesquisa e, por outro lado, uma homenagem autêntica e válida que podemos prestar a Gonçalves Dias". E vai mais além Francisco Alves Camêlo ao se revelar "empenhado na difusão e revitalização das nossas letras" para concluir afirmando o seu desejo de "ajudar a reviver a cultura da terra" que Gonçalves Dias tanto amou."

A AVENIDA

GAZOMETRO

A 15 DE FEVEREIRO DE 1863 começou a cidade de S. Luiz a ser iluminada a gaz hidrogenio, cuja empreza foi tomada pelos norte-americanos Silvestre Batin e Marcos William, em virtude de contrato feito com o prezidente da então provincia, João Silveira de Souza, a 30 de março de 1861.

A AVENIDA

S. LUIZ ANTIGA—Largo do Carmo

S. LUIZ MODERNA—Praça João Lisboa (Ant. L. do Carmo)

Marjens do Bacanga—Vista tirada da praia de Santiago

S. JOSÉ DE RIBA-MAR--Altar-mór da Ermida

Arrabalde de S. Luiz--Vinhais

A Avenida histórica

A 26 de setembro de 1856, a presidência, em virtude da lei provincial n.º 429, de 20 de agosto do mesmo ano, contrata com os cidadãos dr. Raimundo Teixeira Mendes, Leite & Irmão e José Pedro dos Santos & Irmão a incorporação duma companhia para a navegação dos rios Itapicurú, Mearim e Pindaré.

—Neste mez. no ano de 1845, cria-se a Sociedade Filomatica Maranhense, que institue, nas salas da camara municipal, preleções de quimica, fisica e matematica elementar, publicando, no ano seguinte, dois numeros do *Jornal da Sociedade Filomatica*.

As dissensões partidarias acabaram com a agremiação.

—Em sessão de 25 de agosto de

1865, a Camara Municipal desta cidade mudou o nome das seguintes ruas: de Sant'Anna para *Gonçalves Dias*; de S. João para *Odorico Mendes*; do Egypto para *João Lisboa*; das Violas para *Gomes de Souza*; das Hortas para *Brigadeiro Falcão*; da Cascata e parte da da Inveja para *Riachuelo*; da Manga para *Tamandaré*; da Nova para *Barrozo*; da Direita para *Marcilio Dias*.

E' curiozo como não calhou essa denominação, que viria homenajear, com justiça, gloriosos vultos nacionais.

Entretanto, foram aceitas denominação posteriores e de ruas acima indicadas, como a das Violas, hoje sagrada dos *Afogados*, e a da Cascata, hoje *Jacinto Maia*.—A. M.

S. José de Riba-mar

ARREDORES DE S. LUIZ—Entrada da Fonte do Bispo

Os edificios de S. Luiz--Hospital da Santa Casa de Misericórdia

S. Luiz--Praça do Comercio--A Associação Comercial

ARREDORES DE S. LUIZ—PANORAMA TIRADO DO GAZOMETRO

S LUIZ—Parque 15 de Novembro (Local provavel da edificação da nova Escola de Aprendizes Marinheiros)

S. LUIZ MODERNA—Praça Benedicto Leite

S. LUIZ—Quartel da Companhia de Bombeiros—As forças formadas com o material

S LUIZ - RUA DO SOL

Mentir a um povo é uma vilania e um crime. Dizer a verdade é cumprir á propria lei e á justiça e principalmente a quem esta fielmente executa. *Symbú*"

A VOZ DO NORTE

JORNAL DAS CLASSES POPULARES

Redacção provisoria: RUA F. MARQUES RODRIGUES n. 331

Mais um logar a o Sol é um direito facultado á todas as raças e á propria humanidade.

Ruy Barbosa"

FOLHA INDEPENDENTE: — Director-proprietario, ELESBÃO DO NASCIMENTO LUZ
Secretario — NESTOR NASCIMENTO

ANNO 3

São Luiz do Maranhão, 28 de Março de 1932

NUM. 48

EPHEMERIDE

Nascimento Moraes

PROFESSOR AMIGO

Não obstante publicarmos essa gravura que ali vêtes, solicitamos-te entretanto aqui a devida venia, para escrevermos ainda algumas linhas a respeito.

Os jornaes da terra noticiaram no dia 18 do corrente o teu natalicio, e o fizeram seguido de alguns preconcios e que bem o mereces

Pela nossa parte, igualmente desejavamos daqui dessa humilde tenda de trabalho, não só o fazermos, assim como t a m b e m dizermos naquella data acima o que vamos referir agora.

Mas, o que queres ?

Pois, você, na qualidade de um dos decanos do jornalismo maranhense, que de facto o é, e igualmente como do professorado desta terra, muito bem deves saber meu caro Moraes, que a vida financeira de um jornal aqui em S. Luiz, por mais pequeno que elle o seja se torna um tanto difficil quanto a exacta pontualidade destes, jámais quando surgem da parte dos desherdados da sorte!

Felismente, apesar dos pesares, contudo nos é preferivel palmilharmos a estrada de espinhos,—segundo os nossos proprios destinos e a ainda mesmo com a pobreza dos nossos tão rudes quão medicos conhecimentos, afim de

lutarmos pela quotidiana vida, á esquentarmos diariamente os bancos das praças e Avenidas durante as 8 horas diurnas de intenso labor.

E para melhor dizer-te meu

é, com honrosas excepções, —como seja: o furto de uma gallinha, o roubo de uma joia, a degradação de um obscuro, um elogio a um ladrão de sacaca e a infelicidade de uma

mais se lembram os taes argu-gue azues, que uma offensa ao pudor dessas ditas infelizes, tanto attinge sem querer até o mais altosobrado, como um palacote e bem assim o mais rico solar todo ornamentado da mais fina pedraria!

E' da historia, como de todas as épocas meu caro Moraes. Não é assim ?

E muito principalmente aqui nessa terra de mesclados e na qual nascemos e vivemos, onde as mulatas do nosso Brasil se devem sentir bastante orgulhecidas de terem filhos brancos, já mais vendo a seu lado uma mãe que é preta, cuja genitora negra perante o grande creador e redemptor dos mundos, é junto a aquelle que ellas se sentirão felizes, ante a originaria estirpe dos seus bisavós ou tataravós etiopeis!

caro Moraes, só mesmo triumpham os jornalsinhos humoristicos. ou aquelles que são avidos de uma pedra de escandalo para a obtenção dos precisos meios lucrativos; isto

mocinha pobre, que, como qualquer outra da melhor estirpe, traz na sua origem a mais pura e limpida candidez virginal, mas que pelo facto de descenderem de humildes, já

Quanto a parte que diz respeito ao assumpto relativamente a escandalo, conforme ja nos occupamos acima; propositalmente faz-nos lembrar aqui, que, em uma das vezes, por occasião do almoço que, quasi sempre tem sido levado a effeito pelos Rotaryanos no Maranhão Hotel, (cujas reuniões aliás para nós, são estas reputadas de uma proveitosa utilidade;) um daquelles illustres pares, abordou em um dado momento e aliás com muito asserto e precisão, acerca

EPHEMERIDE

(CONCLUSÃO)

Tribuna livre

do assumpto de que ora nos occupamos quer sobre o ponto de vista moral como social no seio das classes humildes; lembrando elle a substituição dos ataques e as sensuras acres e offensivas ao melindre do proprio delinquente por uma outra linguagem toda emotiva quão sentimental, na qual podesse mais sensibilisalo, do que reincidir nos seus reprovados actos e costumes.

Emfim seria essa nobilissima idéa uma quasi iniciativa toda util e reformadora, como que preparando a esses tendenciosos errantes para um fim exclusivamente melhor quanto a sua pessoa delles ou da propria sociedade e a moral!

E' assim que em duas obras denominadas «O Poder da Vontade» e «O Character»; isto é, principalmete nesta ultima, onde certos factos muito bem se identificam com a esplanacção do assumpto que aqui vimos referindo.

E, caso fosse creada essa nova escola um tanto civica e ao mesmo tempo moral, a qual de novoamente repetimos; achamos nós, que só assim seria evitado os taes escandalos publicos, e de quando em vez as scenas de pugilatos que sempre presenciamos tanto nas praças publicas como nas ruas!

Pois, os obscuros, apesar de pobres; mas dentro da sua propria alma delles, as vezes consequente de uma falta de educação e completa ignorancia, estes tambem não deixam de ter o seu amor proprio, e que só os sabios quão doutrinarios conselhos de pessoas educadas, em vez das chacotas da Imprensa, muito bem poderia aproveitá-los para o melhor caminho da regeneração social e do bem.

Oxalá, que o Maranhão e os nossos pontificadores maranhenses seguissem ás tão sabias idéas ventiladas pelo Rotary Club recentemente fundado nesta capital, e que se tornassem as mesmas, aliás, de bastante utilidade, e introduzidas fossem aqui no nosso meio; cujos sasonados fructos já estão produzindo tanto faz na America do Norte como em alguns paizes da Europa, — esse futuro Congresso Internacional, que dentro de poucos annos será internaciona-

lisado officialmente em todo o mundo culto e civilizado.

Agora, pondo de parte a nossa divagação acima, passemos de novoamente aqui a nos occuparmos do principal ponto objectivo, o qual levounos a traçal-os, seguidos dos nossos commentarios a respeito

Mas, como diziamos. A nossa Capital dispõe actualmente de oito jornaes diarios.

Com quanto estes se encontrem com prélos proprios, e abundantes materias graphico, e muito especialmente com um excellente corpo redaccional; quanta das vezes, alguns destes matutinos não lutam os seus proprietarios, financeiramente fallando, afim de mantel-os com a devida pontualidade?

Portanto: isso de comer pescadas e arrotar sardinhas, é que aqui comnosco não vai!

Motivo porque, meu muito estimado Nascimento Moraes, «A Voz do Norte» no dia do teu festivo natalicio não poude dizer de você, o que disse João Alfredo de José do Patrocinio!

Emfim, meu caro Nascimento; você, assim como o nosso bonissimo amigo Dr Alcides Bahia; insubstituivel e lembra dissimo José do Patrocinio e o grande e saudoso mestre de Direito Dr. Tobias Barreto, o inesquecivel poeta Cruz e Sousa, — esses ultimos já de ha muito fallecidos, — constituem para nós outros, cinco grandes brilhantes negros, cujos sintilantes fulgurações aliadas ao mais sólido preparo, bastante illustração e talento inteiramente invulgar, (muito embora os que já se foram, mas não em espirito;) são por assim dizer os verdadeiros astantos intellectuaes de uma raça, e o exaltado orgulho de 40 milhões de brasileiros!

Já bem vê, pois, meu caro professor amigo, que não é a côr da pelle que faz o homem, mas sim o saber o talento, a e a competencia comprovada; os quaes associados a uma variada dôse de conhecimentos scientificos conforme possues, de ha muito que vem você

espargindo luzes não sei a quantas gerações de moços da nossa terra, os quaes depois que terminam os seus tirocinios, se entregam em seguida ao constante labutar da vida!

Se tens por acaso algum defeito, quem é que na presente quadra que não os vêm possuindo desde o seculo 19, e mesmo nesse meiado do seculo 20, como no tempo das duas monarchias; entrando pela Republica Velha e passando para a Republica Nova, onde os mascarados tambem pululam aos milhares e as mascararas se revczam de uma para outra, como se ainda tivessemos em pleno carnaval?!

Se não és rico meu caro Moraes, foi porque o destino não te quiz fazer subir até a vertigem das alturas!...

Já estava portanto, decretado pela providencia Divina essa tua nobre quão elevada missão, qual é o teu sacerdocio — ensinar!

Portanto, segue-a e continúa para deante.

Caminha, pois, e não para, certo de que a tua apothose civica, um dia será feita com a mais exemplificada justiça, embora seguida do seu sempre acostumado aphorismo já por demais conhecido: — «les plaies que fait la langue sont plus dangereuses que celles que fait le glaive.»

E' esse portanto, o grande palco theatral da humanidade, em que a vida dos povos meu caro Moraes, sempre foi, ainda é e será até o fim das gerações que vão se succedendo uma após outra.

E, de envolto com as nossas sinceras felicitações ainda que tardiamente, aqui te dirigimos, accéttas, os nossos sinceros saudaes, pelo teu 19 de Março ha pouco festejado!

LEIAM

O MOMENTO POLITICO
E ADMINISTRATIVA-
MENTE INTER-
VENTORIAL DO ESTADO.

No proximo numero

O QUE RECEBEMOS

«A VOZ DO NORTE»

Não ha
quem seja
contra a
constituente

Digo eu é que não vale a pena se ter feito a revolução com tanto sacrificio de vida e depois empanarem-na!...

Voltando a Constituinte, serão os mesmos eleitores inconsciente quem vão eleger os politicos profissionaes.

E' cêdo! Só devemos ter a Constituinte quando os nossos cidadãos estiverem preparados para eleger os seus verdadeiros candidatos.

Mas, para chegarmos até lá, é preciso a educação.

Devemos educarmos-nos para recebê-la.

Ella é finissima e só pôde utilizar-se da Constituinte os conscientes.

Os que saibam o que vão fazer na hora do voto e do direito de cada cidadão

S. Luiz do Maranhão,
10 de Março de 1932.

Freire de Lemos

ASSIGNAE

A Voz do Norte

DUNSHEE DE ABRANCHES

Discurso de Posse no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a 28.jul.92

Carlos Gaspar

APRESENTAÇÃO

Há cerca de quarenta anos que conheço Carlos Gaspar

Conheci-o, de princípio, ainda adolescente e comerciário, mas já bastante cômico de suas obrigações e responsabilidades, porque, não obstante a pouca idade, era o auxiliar imediato, a pessoa de confiança do chefe da firma em que trabalhava, e que era seu próprio pai. A dupla condição de filho e empregado somada ao bom exemplo e à austera autoridade do patrão e pai, terão concorrido, sem dúvida, para forjar-lhe a personalidade do vitorioso empresário que é ele hoje.

O mais interessante, porém, em sua personalidade, será, por certo, a circunstância de tendo, e desde o começo da vida, aparentemente assegurada a perspectiva de um futuro garantido no campo das atividades comerciais, em que nascera e crescera e em que deveria vir a ser o natural sucessor do pai – Armando Gaspar, não se ter deixado levar por essa cômoda convicção e, muito ao contrário, o ter querido, desde muito cedo, e talvez ainda sem um objetivo premeditado, se preparar intelectualmente para atividades outras, outras experiências e tentativas, que o futuro pudesse lhe oferecer, dentro de horizontes mais largos.

De fato. Muito novo fez-se Técnico em Contabilidade pela tradicional Escola de Comércio do Centro Caixeiral, sediada ali no antigo largo de João do Vale, o que deveria se lhe afigurar bastante, pelo que então só podia oferecer o meio, para quem se destinaria, fatalmente, a bem controlar os lançamentos de débito e crédito em um livro Caixa, ou em um Diário. Mão para ele, porém, que logo em seguida conquistaria um diploma de nível superior, o de Bacharel em Direito, pela velha Faculdade da Rua do Sol.

E, no curso desses estudos superiores, já se mostraria um ativo líder estudantil, nas disputadas eleições dos diretórios acadêmicos, em que pugnava pela defesa dos direitos que decorrem do próprio cumprimento dos deveres.

Data mais precisamente desse tempo, dos anos cinquenta, pelo ter sido então, nos bancos escolares, colega de minhas filhas, o nascimento da amizade que nos tem ligado, não obstante a diferença de idades, pois que toda uma geração nos distancia no tempo.

Aqueles dois diplomas já conquistados, um técnico e profissionalizante, o outro profissionalizante e superior, não bastaram para satisfazer sua curiosidade, sua vontade de saber mais ou seu ainda indefinido propósito de poder vir a ser, um dia, algo mais do que um simples comerciante bem-sucedido. Consequentemente, aberta, em 1953, a faculdade de Filosofia de São Luís, correu a nela se matricular em 1959 para, decorridos quatro anos de estudos, dela sair com mais um e duplo diploma – o de bacharel e licenciado em Geografia e História.

Mas o contabilista, o advogado e o agora geógrafo e historiados continuaria, de imediato, vivendo do fruto de suas atividades na Praia Grande, embora não mais como simples comerciário, pois que ascendera à categoria de comerciante, passando a sócio do pai que no entanto não abria mão de suas prerrogativas de patrão.

Quis, porém, experimentar uma diversificação de vida e fez-se, concomitantemente, professor de História, na Faculdade por que não há muito havia se licenciado.

Cedo, contudo, há de se ter desiludido do magistério, mesmo o de terceiro grau, como profissão economicamente viável, não obstante a pomposidade que, ao título conquistado, pudesse emprestar o uso de uma beca, servida de borla e capelo, e, dando-se por satisfeito de com ele ter enriquecido seu currículo, voltou a se dedicar exclusivamente à atividade em que nascera e de que até então sempre vivera.

Sentindo-se melhor armado, melhor servido com o que de novidade aprendera no estudo das ciências de Estrabão e de Heródoto, e confiante de que assim passara a dispor de mais fortes e alongados remígios que lhe permitiriam voos mais altos e mais alongados, dispôs-se a se aventurar a sós, por conta própria, sem a prévia segurança da assistência paterna que fatalmente um dia lhe faltaria.

E, mesmo talvez para sua surpresa própria, muito cedo alcançaria uma posição de maior destaque no meio empresarial, posição que faria reacender-se, dentro de si, aquela energia, aqueles ideais que, havia trinta e cinco anos, o tinham posto na vanguarda de seus colegas universitários e agora o elevariam a um nível de liderança no seio das chamadas classes conservadoras.

Natural, portanto, que o pusessem na Presidência da Associação Comercial, a veneranda Casa de Martinus Hoyer, de destacado papel nas páginas de nossa História regional, coo bem o soube demonstrar o Professor Jerônimo e Viveiros, nos três volumes de sua admirável História do Comércio do Maranhão, e em os quais a conta não desde 1878, quando assim passou a se intitular, mas desde 1854, quando foi fundada com o nome de Comissão da Praça e funcionava em sala do pavimento térreo do imenso sobradão que ainda lá existe, na Rua da Estrela, de esquina com a Travessa da Alfândega.

Uma vez instalado no gabinete da Presidência, que é hoje no Palácio do Comércio, e mais do que o exemplo nele deixado, há quase uma centúria e meia, por seu primeiro titular – João Gualberto da Costa que, sem deixar de ser comerciante e industrial, emprestou sua valiosa colaboração à administração pública, inclusive como membro do Senado a Câmara de São Luís, e aos intelectuais de então, com se fazer um dos fundadores de nossa primeira instituição cultural, a Sociedade Filomática Maranhense...; mais do que esse exemplo primeiro, que começa a se fazer esquecido à proporção que mais se afasta no tempo, parece animá-lo a maiores empreitadas, o exemplo de um seu antecessor menos remoto. O exemplo de Arnaldo de Jesus Ferreira que, ainda que um comerciante economicamente de mediano porte, de tal maneira, por sua forte personalidade, por seu ilibado caráter, por seu comportamento retilíneo e inflexível, pelos princípios que sempre defendeu sem arrefecimento, se salientaria entre os companheiros de profissão que estes, nele vendo um líder seguro e confiável, deram-lhe a Presidência da Associação por nada menos que doze anos consecutivos, de 1946 a 1958, e não mais, por motivo de seu prematuro falecimento.

E, dono da mais tica biblioteca particular do Maranhão, em a qual terá empregado o melhor dos lucros que o comércio lhe proporcionava, nela ia sempre buscar os subsídios para os estudos sobre nossa História que fez publicar, e que tudo lhe valeu ser um dia convidado a integrar o quadro de sócios efetivos da Academia Maranhense de Letras.

Carlos Gaspar, o atual presidente da Casa de Martinus Hoyer, tem demonstrado não desconhecer essas lições, esses exemplos.

Desde quando assumiu e enquanto logo cuidaria de procurar revigorar financeiramente a instituição, para que ela possa melhor atingir seus objetivos sociais, cuidou de mandar recuperar o rico acervo que se guardava, meio esquecido, em seu arquivo, em sua biblioteca e em seu museu e fez atualizar, com a publicação de um quarto volume, a História do Comércio, iniciada pelo professor Jerônimo de Viveiros.

Seus propósitos não ficaram despercebidos fora das paredes do Palácio do Comércio. Primeiro foi o órgão local, da grande cadeia nacional de meios de comunicação que são os Diários Associados, que lhe ofereceu uma coluna dominical para que fizesse públicas suas ideias, suas reivindicações, seus reclamos, seus protestos, suas sugestões; e depois, foi o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão que, para não viesse a esquecer o diploma último que conquistara, chamou-o pata integrar seu quadro social.

E, depois de lhe ter dado posse, exigiu-lhe a Presidência do Instituto que publicasse o discurso de praxe, para fazer rediviva, no instante, a personalidade de seu patrono – Dunshee de Abranches.

Foi, então, que ele teve mais um gesto que bem qualifica e comprova que ainda é obediente aos ensinamentos de Seu Armando e D. Zizi. Pediu-me que, lido previamente o discurso, escrevesse a “apresentação” com que deverá ser dado a público.

Ou terá a isso sido levado pelo vezo do homem de negócios que, para melhor garantia de transação, antecipadamente oferece o aval, a fiança que poderia ser reclamada?

Não, não o terá sido; e sim um gesto de carinhosa amizade de dividir, com um velho professor que a frígida rigidez da compulsória repeliu para fora de campo, ou louros de mais uma vitória alcançada.

E que professor, e principalmente se já deixou de sê-lo, não se crê vaidosamente, com direito a partilhar dos louros conquistados por seus ex-alunos, tenha ou não a isso direito?!

Por isso, aqui ficam a “apresentação”..., e meus agradecimentos por motivo dela.

São Luís, setembro de 1993

Mário M. Meireles

Peço desculpas pela demora. Chego, quando talvez nem acreditásseis mais na minha vinda. Já se passaram quase dois anos do honroso convite que vós me fizestes, para partilhar de tão belo e tico convívio intelectual, sobremodo desvanecedor, mas também repleto de responsabilidades, raramente experimentadas. Daí i meu retardamento, e até porque muitos de vós já nem contásseis comigo, concebi entrar nesta Casa, tal como o faço agora, de modo discreto, sem que ninguém se surpreendesse com o que tenho a oferecer-vos, visto ser o valor das minhas dádivas infinitamente menor que o tesouro cultural de que vós sois portadores, do qual espero aproveitar para também aprimorar os meus conhecimentos.

No decorrer de todo esse período, compreendido entre a data em que me convocastes para ser um dos vossos, e este momento, ao iniciar privar da intimidade cultural de todos os que compõem este sodalício, pelo menos no pensamento, peregrinei bastante, procurando relacionar o chamamento com a devoção e o apego que tenho por São Luís e pelo Maranhão. Em minha mente projetei roteiros, percorri praças e ruas da nossa cidade, admirando os traços arquitetônicos dos seus majestosos sobrados e de suas casas mais simples; andei a pé e de bonde, como se ainda vivesse os anos da mocidade, revendo este Instituto em sua sede de prédio baixo, neste mesmo local. E retrocedi mais ao passado, para deparar-me, na velha e estreita Rua do Sol, com o imponente e antigo casarão, de nº 141, situado entre a Rua do Ribeirão e o Beco do Teatro, onde funcionou o antigo IAPC, e em que, no século passado, a 2 de setembro de 1867, nasceu o ilustre advogado, polemista, historiados, sociólogo, crítico, romancista, poeta, jornalista, parlamentar e internacionalista JOÃO DUNSHEE DE ABRANCHES MOURA.

Perdoem-me, se logo neste nosso primeiro encontro, segredo-vos determinadas particularidades que guardo dentro de mim. Mas é que elas, sem dúvida alguma, estão enlaçadas com esta circunstância ímpar, como se tudo houvesse sido previamente preparado ao longo dos anos. Refiro-me às coincidentes ligações que sempre mantive com esta Casa, sem qualquer conotação de ordem intelectual, mas, no mínimo, físicas e afetivas, já que, ainda na época em que o soberbo casarão aqui fincado, de feitura igual ao da Academia Maranhense de Letras e ao da Procuradoria Geral do Estado, todas as noites estava bem, à sua frente, depois de saltar do bonde Gonçalves Dias. E não raro ainda via o apagar das luzes e as últimas pessoas fechando suas portas. Isto se deu por vários anos, enquanto duraram meu namoro e o meu noivado com Paula, minha mulher há vinte e oito anos, que residia nesta rua transversal à Grande, denominada de Santa Rita, e a quem também credito o sucesso que tenho obtido em todas as empreitadas que abracei, em minha existência.

Outra confidência que vos faço é sobre a inolvidável lembrança, que nunca me fugiu da memória, do palacete de nº 141, da Rua do Sol, de vinte e uma janelas, onde inúmeras vezes subi e desci suas escadas, degrau por degrau, no cumprimento do meu ofício de empregado do comércio, para efetuar pagamentos de guias previdenciárias. Como se estivesse eu fadado a manter profundas e extensas afinidades com esse antigo edifício, ou com algum dos seus moradores, jamais me cansei de com ele me defrontar no dia a dia, em convivência harmoniosa, gerada pelo destino que não construí.

Sede, atualmente, da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Conheci-o quando, ainda menino e morando em uma pequena casa na Praça de Santaninha, rumava todos os dias pela Rua do Sol abaixo, no sentido do Colégio Marista, então estabelecido ao lado da Igreja da Sé, exatamente onde hoje é o Palácio do Bispo. E mais tarde, já residindo numa morada inteira, na Rua de Santo Antônio, para onde se mudara minha família, habitualmente palmilhava pela do Ribeirão, na direção da Praia Grande, meu local de trabalho, sendo parte do meu passar rotineiro as calçadas do casarão em que nasceu o patrono da Cadeira nº 40, que hoje venho ocupar, mais por benevolência de todos vós, do que por eventuais méritos de que possa ser portador.

Bem a propósito dessas reminiscências, peço permissão para descrever um episódio que diz respeito também ao demolido sobrado de que vos falo, do qual, inicialmente, fiquei sabedor, através de um fascinante relato de nosso Josué Montello, contido na orelha do livro Como se faziam presidentes, da pena de Dunshee de Abranches, publicado em 1973, obra da trilogia que, com o subtítulo Homens e Fatos do Início da República, o autor publicou originalmente no jornal O País, durante o ano de 1903, com o pseudônimo de Eurico, o Cirineu, em séries denominadas O livro negro, O livro verde e O livro branco.

Pois bem, o escritor de Os tambores de São Luís conta-nos o incidente de modo tão perfeito e em linguagem que só ele sabe manejar, que prefiro transcrever “ipsis litteris” o que li, para não incorrer na mínima infidelidade quanto ao fato que, ao imortalizar o seu protagonista, também nos retrata, tal como se fosse o mesmo de antanho, o mencionado casarão nº 141, da Rua do Sol. Eis o texto: “Tinha Dunshee de Abranches tinha onze anos de idade quando chegou ao Maranhão a notícia da subida ao poder do Partido Liberal, com o Ministério Sinimbu. Quem quiser ter uma ideia do que passava em São Luís, com essas mudanças políticas, bastará reler as páginas em que João Francisco Lisboa as fixou com a sua pena de testemunha e de historiador.

“Por que esse tempo, residia a família Abranches num palacete da Rua do Sol, entre a Rua do Ribeirão e o Beco do Teatro, e que não mais existe, tendo cedido lugar a um prédio moderno, sem o bom gosto modelar do que lá estava, com as suas sólidas paredes de pedra e cal.

“EM frente à casa do Dr. Carlos Ribeiro, futuro Barão de Grajaú, reuniu-se a multidão que desceria depois em passeata pela Rua do Sol, na direção do Largo do Carmo, por entre o espocar dos foguetes, os dobrados da banda de música e os vivas repetidos dos correligionários mais exaltados.

“Era de uso, nessas manifestações de ordem política, parar de vez em quando o cortejo, para ouvir os recitativos, feitos geralmente por crianças, de poesias de inspiração laudatória ou patriótica.

“Dunshee de Abranches guardou a data do episódio: 5 de janeiro de 1878.

“Quando o cortejo passou em frente às janelas de seu sobrado, o menino bateu palmas, como se fosse recitar.

“Lá embaixo, a passeata parou, parou a banda de música, cessaram os foguetes, todas as cabeças se voltaram para a sacada onde avultavam os braços, o pescoço e a cabeça do menino. E ali estavam, não apenas as pessoas do povo, mas os figurões locais, como senadores, deputados, magistrados, professores, jornalistas.

“E então Dunshee de Abranches grita, com toda a força de seus pulmões juvenis, sacudindo para o ar os punhos irritados.

“Morra a Monarquia! Morra a escravidão! Viva a República!”

Deparo-me, em seguida, com mais uma curiosa e agradável coincidência. É que passo a substituir, na cadeira em que tomo assento, o Professor Pedro Ratis de Santana, com quem tive o privilégio de privar, amiúde, no final da década de cinquenta. Naquela época, havendo logrado êxito em vestibular a que me submeti para o bacharelado de Geografia e História, no começo do curso, estabeleci com o meu antecessor um vínculo fraternal e respeitoso. Todos vós, aqui presentes, convivestes intensamente com o saudoso confrade e, melhor do que quem vos fala, vos tornastes cientes de seus dotes e de sua inteligência que, aliados, serviram para prestar a esta Casa e ao Maranhão, inestimáveis serviços. Não desejo subtrair os preciosos minutos dos que, pacientemente, resolveram escutar-me neste fim de tarde, mas ainda que o protocolo determine o realce e a homenagem ao patrono Dunshee de Abranches, não poderia, no entanto, cometer a indelicadeza da omissão de enaltecer o Professor Pedro Ratis de Santana, homem de méritos invejáveis, que principiou sua jornada na humilde profissão de cabo da Polícia Militar do Estado e, enfrentando as agruras da vida, venceu os obstáculos e as dificuldades que se lhe opuseram, transformando-se em educador emérito, pesquisador e estudioso de História, com inúmeros trabalhos elaborados. E foi neste mesmo dia 28 de julho, em 1981, que meu saudoso predecessor proferiu brilhante palestras sobre a data, comemorativa que é a Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, tendo os participantes da sessão cívica, dentre eles muitos de vós que estais aqui, ouvido e aplaudido, merecidamente, aquele que deixou a marca do seu devotamento e do seu amor pela causa que abraçou.

Por fim, quis a Providência Divina que hoje, 28 de julho, quando, igualmente, se rememora e louva o mesmo feito histórico, como que entrelaçando as ditas coincidências, tomasse eu assento na Cadeira de número 40, cujo patrono, n seu livro Garcia de Abranches, o Censor, nos descreveu, em detalhes, as lutas da Independência travadas na nossa Província. Questão às vezes controversa, possivelmente pela demora do Maranhão em acolher a decisão simbolizada pelo Grito do Ipiranga, vale lembrar o que, sobre o assunto, nos ensina Henriques leal: “A Adesão mais tardia da nossa terra à causa da Independência, não se deve levar à conta da relutância em corresponder ao nobre pensamento de formar com suas irmãs um só estado livre e soberano, senão às circunstâncias peculiares que nela influíram desde o seu descobrimento.

“Formando com o Pará por quase todo o tempo colonial m Estado, que não dependia do resto do Brasil, e ainda quando a Monarquia veio estabelecer sua sede no Rio de Janeiro mais contato com Portugal do que com a Corte, suas relações de comércio e de amizade, suas recordações e tradições, sua educação, tudo prendia o Maranhão à metrópole”.

Aliás, estas explicações estão também transcritas no aludido Garcia de Abranches, o Censor, obra que veio às minhas mãos, através de um amigo que, gentilmente, me cedeu seu histórico compêndio, edição de 1922, que porta uma dedicatória subscrita pelo próprio autor Dunshee de Abranches ao Sr. Presidente da república, Dr. Epitácio Pessoa, com data de 7 de setembro de 1922. A obra, como se depreende, é comemorativa do primeiro Centenário da Independência. Elaborou-a, meu patrono, com o objetivo especial de homenagear o Velho Censor, seu estimadíssimo avô, a quem, movido pelo sagrado sentimento do afeto maior, em razão de tão puro laço de parentesco, se extremou no extravasamento desses mesmos sentimentos. Aliás, sem prejuízo do reconhecimento de que Dunshee de Abranches foi uma das glórias da inteligência brasileira, é especialmente necessário saber conviver com as eventuais paixões, próprias do seu temperamento, no conteúdo de determinadas descrições, se estas envolvem parentes queridos, tal a inspiração familiar que moldou o seu caráter, a partir da educação inicial, recebida de sua tia D. Amância Leonor de Castro Abranches, no Colégio Nossa Senhora da Glória, estabelecimento de ensino que, embora destinado à educação de meninas e moças, contemplou uma secção para meninos de até doze anos de idade, com o fim de prepara-los para ingresso no Liceu Maranhense.

Garcia de Abranches, o Censor, é a manifestação mais pura desse forte influxo familiar. E é o neto de Dunshee, na dedicatória que faz ao avô, prefaciando a obra, sobre a Memória histórica do Maranhão no ano de 1822, quem confessa: “... exerceste assim uma influência decisiva na formação do meu espírito e nos meus destinos”. E mais adiante: “De muitos dos meus atos no despontar da vida pública, foste, sem dúvida, o íntimo, o irresistível inspirador”.

Dentre tantos ângulos abordados, na obra, relativamente às lutas da Independência no Maranhão, os capítulos dedicados a Cochrane, bem como os debates travados entre O Argos da Lei, de Odorico Mendes, e

O Censor Maranhense, de Garcia de Abranches, merecem menção especial, pela abundância de detalhes tão consideráveis para melhor se analisar esta fase da nossa vida política.

Perdoem-me, Senhoras e Senhores, perdoem-me estimados confrades, se não vos posso falar de tudo o que foi e fez o patrono desta cadeira, a quem devemos contribuição para a vida social, política, cultural e moral da nação brasileira, vez que nos avançaríamos noite adentro em tão importante e atraente estudo. Prefiro deter-me, como estou procedendo, em alguns aspectos de sua vida e de sua colaboração, destacando aqueles que mais dizem respeito às finalidades específicas desta Casa.

Alguns dados biográficos de João Dunshee de Abranches Moura me parecem de suma necessidade elucidar, para que vós possais compreender melhor o significado e a amplitude de cada uma das 165 obras que nos legou. Seus pais foram o negociante Antônio da Silva Moura, nascido em Portugal e educado desde os 5 até aos 21 anos no Havre e em Paris, e Dona Raimunda Emília de Abranches Moura, filha do Censor que, em segundas núpcias, casara com D. Matilde Alvarez de Castro Abranches. Preliminarmente teve como professoras, além de sua mãe e das tias Amância e Martinha – estas três, fundadoras do Colégio Nossa Senhora da Glória -, também suas irmãs, Emília, Amélia e Helena. Completamente alfabetizado aos 4 anos de idade, aos seis já traduzia francês e aos sete principiava as lições de inglês e espanhol. Em 1883 partiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade de Medicina, onde frequentou até o 5º ano, curso que não concluiu, em face de lamentável incidente com um dos seus professores, por ocasião de uma das provas do currículo, quando acalorada discussão entre o aluno e o mestre culminou com uma cena de pugilato. Em 1889, a 6 de agosto, casou em cerimônia celebrada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, nesta cidade, com a senhorita Maurina da Silva Porto, de cujo consórcio teve filhos. Em 1891 iniciou os estudos jurídicos, vindo a especializar-se em Direito Internacional.

Em junho de 1898 foi convidado por Machado de Assis para integrar a Academia Brasileira de Letras, recusando a honraria, que disse tratar-se de “generosa oferta”, por meio de uma carta aberta intitulada Na República das Letras. Mais tarde, em 1934, quando morreu Coelho Neto, um grupo de intelectuais maranhenses lembrou-se, mais uma vez, do seu nome, para substituir aquele notável conterrâneo, mas já não obtiveram sucesso os portadores da ideia.

Não desejo abusar da boa vontade dos que aqui vieram para prestigiar-me com suas ilustres presenças, motivo pelo qual torna-se impossível avançar pelas múltiplas atividades de Dunshee de Abranches, deputado ao Congresso do Estado, desde 1904, e também nosso representante na Câmara Federal entre 1905 a 1917. Jornalista por vocação, dedica-lhe Joaquim Vieira da Luz, no seu livro Dunshee de Abranches e outras figuras, somente sobre esta sua faceta, um capítulo inteiro de vinte páginas, onde descreve, às vezes até sucintamente, a atuação deste ilustre maranhense, na imprensa do Maranhão e do Brasil.

Estou cada vez mais convencido de que o jornalismo se tornou o grande encantamento do homenageado de hoje, já que sua tendência e suas ideias mais poderiam se propagar através deste canal de divulgação. Se fizemos um retrospecto minucioso sobre a produção jornalística de Dunshee de Abranches, vamos constatar, com relativa facilidade, ser ela a maior de todas as que nos legou, visto que somente trilhando esse caminho encontraria espaço para difundir e polemizar suas convicções políticas, voltadas marcadamente para as lutas abolicionistas e republicanas, continuando com sua pena austera e combativa, na defesa e na consolidação do regime proclamado em 1889. Além de sua produção exuberante nos diversos periódicos de São Luís, a atuação jornalística de Dunshee de Abranches foi de veras intensa em todo o Brasil, escrevendo, com habitualidade e sempre fiel a seus princípios morais e doutrinários, para os jornais Federação de Porto Alegre, a República do Pará, a Federação de Manaus, Jornal do Brasil, A Notícia, Jornal do Comércio e O País, do Rio de Janeiro, dentre tantos outros periódicos onde publicava seus artigos com os mais diversos pseudônimos e com seu próprio nome. E foi através da imprensa que, em virtude da doença de Eduardo Salamonde, representante e defensor do Itamarati, no jornal O País, foi chamado a substituí-lo, vindo daí sua forte ligação com o Barão do Rio Branco, a quem emprestou inestimável ajuda por cerca de dez anos, dedicando-lhe seu talento e aprendendo a admirar aquele grande diplomata e homem público, que, de modo imprescindível, concorreu para resolver os problemas dos limites territoriais do Brasil, além de outros de sua pasta. A afinidade entre estas duas personalidades era de tal ordem que levou Dunshee de Abranches a ser cognominado de órgão do Ministério das Relações Exteriores, a exercer, na Câmara Federal, a Presidência da

Comissão de Diplomacia e Tratados, e a ter sido convidado pelo amigo para a função de Subsecretário de Estado das Relações Exteriores, fato que nunca se concretizou, por não se ter consumado a criação do cargo, em virtude da morte do Barão. E para corroborar esta assertiva, basta lembrar o quanto o ilustre maranhense escreveu sobre a diplomacia brasileira e o desempenho de seu titular, produção que está recolhida ao livro intitulado O Barão do Rio Branco.

Ao tentar dar os últimos retoques no retrato de João Dunshee de Abranches Moura, com o desejo de repassar-vos, da maneira mais fiel, os traços de sua alma e as lições de vida que nos legou, como homem público que sempre foi, reportar-me-ei, com a vossa permissão, a três trabalhos de valor para o presente e para a posteridade, pelo que representam de interpretação da vida política, social e econômica do Maranhão e, particularmente, de São Luís. Refiro-me à trilogia, A Setembrada, O cativo e A esfinge do Grajaú.

A Setembrada, obra escrita sob a forma de romance histórico, vem a ser, com certeza, o mais vivo e humano retrato da face maranhense da Revolução Liberal de 1831. Publicado em 1933, esse livro confere uma atuação de primeiro plano a dois ascendentes do autor: Garcia de Abranches, seu avô, de quem já vos falei, e Frederico Magno de Abranches, seu tio, fruto do primeiro casamento do Censor. Conquanto não se deva perder de vista o apego e a admiração, inusitados, que o escritor sempre devotou, sem reservas, aos seus, a personalidade de José Cândido, o proprietário e redator de O Pharol Maranhense, que estreou em 26 de dezembro de 1827, mesmo sob fortes pressões dos “corcundas”, em nenhum instante é apresentada sem os méritos de que é portadora. Assim, o chefe incontestável do movimento libertador do Maranhão e, ao lado de Frederico Magno, também um dos personagens d’A Setembrada. Este livro, no entanto, tem um alvo que transcende à própria vocação de historiador do seu autor, qual seja o de fazer uma reparação, para a posteridade, sobre Frederico Magno de Abranches, cujos procedimentos, expostos no livro Garcia de Abranches, o Censor, foram abordados sob ótica diversa da verdadeira, havendo sido Frederico Magno, que empalmou a causa liberal de sua terra, considerado pura e simplesmente um opositor, inimigo do próprio pai, por se debaterem ambos em razão de teses contrárias, muitas vezes levadas a público por um e por outro, quer através de O Censor Maranhense, o jornal do pai, quer através de O Argos da Lei, o jornal do aliado Odorico Mendes. Desta forma, as atitudes de Frederico Magno, maranhense de nascimento, embora educado em Coimbra onde se relacionou com Odorico Mendes e com ele travou estreita amizade até mesmo pela convergência de princípios filosóficos, não revelavam ingratidão a seu progenitor, português amantíssimo de sua terra, a ponto de afastar-se do Maranhão, sua outra pátria, e mesmo da família, para acompanhar D. Pedro I no exílio. Naquela época, as lutas entre portugueses e brasileiros eram comuns e até encarniçadas, cada qual em busca dos seus ideais. E é Dunshee de Abranches, finalmente, que enfatiza: “Chamar Frederico Magno de ingrato seria uma grande injustiça! A sua biografia bem estudada constituiria sem dúvida a história vivida da Revolução Liberal que convulsionou o Brasil do 7 de Abril até o advento do Segundo Reinado e se estendeu no Maranhão, da Setembrada à revolta dos Balaios.

O outro trabalho, O cativo, não é apenas um livro de memórias, como teria talvez pretendido seu próprio autor. Escrito em 1938, para comemorar o cinquentenário da abolição da escravatura e o centenário da Balaiada, o resultado das disputas entre os cabanos e bem-te-vis, que se alastrou por toda a Província, em forma de luta fratricida, trata-se, na verdade, de fascinantes registros de acontecimentos políticos e sociais do Maranhão. Ensina-nos também a conhecer a cidade de São Luís, seu povo, seus hábitos, suas tradições religiosas e suas paixões, bem como nos familiariza com pessoas notáveis e simples do seu dia a dia. Fala-nos de suas ruas e ladeiras, casas de morada inteira, sobrados e mirantes, festas, tambores e batuques, da raça negra escravizada e dos horrores a que foi submetida, da doce e inesquecível mãe-preta, como que exalando da tinta do escritor o perfume inebriante do passado e do presente juntos, que continuam dando graça e formosura incomuns à cidade que os franceses fundaram e a raça lusa conquistou, lá estão narradas as festas dos Santos Reis, os reisados, ou as reisadas coo ainda se diz e comemora em Portugal, que nos legou a tradição e ainda a conserva, como tive oportunidade de apreciar numa das últimas vezes que lá passei em mês de janeiro, inverno de 1991; também a festa de São Benedito, celebrada que era quase sempre no final do mês de abril, quando as chuvas são mais abundantes em São Luís, fenômeno meteorológico que não se repete no dia da procissão, graças ao santo milagroso, que sai à rua em cortejo concorrido, com seu hábito velho e já desbotado pela ação do tempo; o pelourinho, o tronco e a forca, com suas histórias e explicações, sinais ainda muito fortes do regime escravocrata que se prolonga até os dias de hoje, com os problemas do racismo; a figura de Ana Jansen,

mulher que marcou, pelo poderio econômico que detinha, a vida da Província, no século passado, e de quem ainda nos dias atuais se ouvem lendas e histórias estarrecedoras; a fundação e as diretrizes do Colégio Nossa Senhora da Glória, de que já falei, o famoso Colégio das Abranches, como era denominado, e mais uma sequência de temas e assuntos, quase todos vinculados à sociologia e à economia da nossa urbe, sem que ficasse esquecido o ambiente cultural que dominava a Atenas Brasileira. Relata-nos Dunshee de Abranches episódios que antecederam a seu nascimento e com os quais viria a familiarizar-se, em razão do castigo a que fora submetido, quando protestou contra a monarquia e a escravidão e deu vivas à República naquela passagem que já vos contei, citando Josué Montello. A reclusão por um mês em casa, sem sair à rua, causada pela insubordinação cometida, terminou por conduzir o então garoto de doze anos a desvendar alguns segredos da família, guardados em forma de documentos e cartas, em um antigo armário denominado “Papeleira”. Juntou a tudo isso os momentos que vivenciou e as pesquisas que efetuou, para terminar por elaborar O cativeiro, um livro de cabeceira para quem desejar ter intimidade com esta cidade e que em breve estará à disposição do público, reeditado que será, sob os auspícios da Academia Maranhense de Letras.

Por fim, comento, rapidamente, a última obra da trilogia anunciada: A esfinge do Grajaú livro também de memórias, mas que a isso não fica circunscrito, pelo próprio estilo do invejável polígrafo.

Na verdade, deparamo-nos com uma abordagem eminentemente política, que, tendo como pano de fundo as teses republicanas, nos fornece elementos indispensáveis para conhecermos o sertão maranhense, sua origem, sua gente e seus sentimentos, bem como a formação de cidades e vilas que, com o passar do tempo, adquiriram importância no contexto do Maranhão. São interessantes e curiosas as descrições dos tortuosos e longos caminhos, vencidos e costa de burro ou navegando pelos rios que cortam e enriquecem esse pedaço do Maranhão, tudo explicado, cuidadosamente, pelo recém-formado promotor de Barra do Corda, a quem coube a missão, que lhe outorgou o ilustre governador Dr. José Moreira Alves da Silva, de decifrar a permanente situação de violência em que há muito vivia a região, e que parecia agravada, elo que lhe escrevera, em missiva, o Dr. José Bernardo de Sousa Brito, Juiz de Direito interino de Grajaú. Os crimes e levantes se desenrolavam por ali há mais de quarenta anos e não parecia ao governador apenas consequência de questões partidárias, em que se digladiavam os irreconciliáveis grupos de Araújo Costa e Leão Leda, devendo haver, segundo o pensamento do Dr. Moreira Laves, algo de muito regional, já que a polícia armada tinha se mostrado insuficiente, ao longo dos anos, para pôr fim aos atos de sedição. Em face das denúncias explicitadas na carta do juiz, que passou a se sentir impotente para o exercício de sua função, entendeu o Sr. Governador de prestar-lhe auxílio, não mais através do uso da força, mas por intermédio da Justiça da Comarca mais próxima, motivo pelo qual nomeou o jovem Dunshee de Abranches Promotor Público de Barra do Corda, que iria desvendar o mistério, o enigma, a esfinge de Grajaú e de todo o sertão maranhense. E é em determinada passagem de seu livro que o ilustre patrono desta cadeira remete-nos a concluir acerca das desordens que ocorreram naquelas plagas. Urgia estudar a alma revolucionária dos sertões. Formara-se, na opinião nacional, um conceito errôneo e injusto sobre seus habitantes, causado principalmente pelos exploradores políticos. Eram eles sempre apontados como bandidos, ladrões e assassinos, que agiam em forma de grupos. Os viajantes, entretanto, cruzavam aquelas matas, numa e noutra direção, e não se ouvia falar que tivessem sido assaltados, com perda das vultosas quantias de dinheiro que conduziam. Dunshee de Abranches, como que desvendando o mistério, que determinou sua missão, assim salienta: “O que existia recalcado naqueles ínvios recôncavos era o amor exagerado à liberdade, o fanatismo cego pela terra natal. Filhos e netos de patriotas que se bateram pela Independência do Brasil e ali se refugiaram perseguidos a ferro e a fogo pelos governos imperiais que, no afã de manter a ordem, preferiram esmagar o espírito liberal da nossa nascente nacionalidade, ainda não se haviam convencido de que extinto já se achava o regime colonial. O sertanejo maranhense era um rebelde nato. Guardava no coração, sempre vívido e pronto a explodir, o ódio contra o Poder Central. Viviam a sonhar com um federalismo sui generis. Aspirava para o seu sertão uma vida à parte, uma independência própria. Ficava dentro da ilusão libertadora de 1831”...

Ainda mais valeria alongar o assunto, para contar-vos de Isaac Martins, o chefe da revolução republicana nos sertões maranhenses, e do destemor do bravo jornalista Frederico Figueira, não fosse a maçada a que já vos submeti, bem como interessante seria se pudesse, em continuidade, expor em detalhes de como ocorreu a Proclamação da República em Barra do Corda, alastrando-se pelas cidades circunvizinhas, sem qualquer orientação ou vínculo com os acontecimentos de São Luís. Apenas, para uma reflexão sobre os dias

de hoje, repasso-vos o que disse Isaac Martins, de volta do Rio de Janeiro, após o histórico 15 de novembro. “Foram-se as instituições corruptas, mas ficaram os mesmos homens corruptos e corrompidos!”.

Senhoras e Senhores, estimados consócios, as palavras finais. João Dunshee de Abranches Moura, esse publicista ímpar da nossa história, que disse o seu último adeus a este mundo e, em particular, aos seus amigos e familiares, em 11 de março de 1941, em Petrópolis, foi também, talvez ainda envolvido pelos sonhos da juventude, tal como muitos maranhenses ilustres, um poeta. E não poderia deixar de lembrar aqui uma de suas mais belas produções do gênero, o soneto intitulado A Pecadora, que me atrevo, emocionado, a recitar:

Ajoelhada a vi junto à tristonha nave
da velha catedral, orando sobre a cruz.
Era ainda moça e bela, e os seios seminus
tremiam sobre a crepe em um arfar suave.

Diante dessa mulher, não há hoje quem crave
um olhar puro e bom. Beleza extinta à luz
do sentimento, ali, à plantas de Jesus,
de um poema de amor talvez guardasse a chave.

E a prece terminou: então a pecadora,
trêmula, suplicante e triste levantou-se,
e do confessionário aos pés ajoelhou-se.

Aquele colo nu tornava-a tentadora;
e eu vi o confessor, tão meigo e tão curvado,
falar como Jesus e olhar como o Pecado!

Obrigado, Senhores membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, por me terdes convocado para uma grande missão que almejo cumprir com amor e dedicação. Obrigado, caros confrades, por me haverdes acolhido para prosseguirmos, juntos, na grande obra iniciada por Antônio Lopes. Obrigado, Senhoras e Senhoras, vós que tivestes muita paciência para ouvir-me.

Solenidade de posse da Diretoria da Federação das Academias de Letras do Maranhão - FALMA.

29 MIÉRCOLES
10-45 PER
NOVIEMBRE

ENTIDADES LITERÁRIAS,
CIENTÍFICAS, HISTÓRICAS E ARTES

DILERCY
ADLER
(BRASIL)

LENI ZILITO
EMBAJADORA
CULTURAL
(BRASIL)

CAFÉ
COM LENI

Feria Virtual del Libro Perú

09:33

Homenagem aos 210 anos de fundação do Tribunal de Justiça do Maranhão- TJMA, na pessoa do seu Presidente Exmo. Desembargador Paulo Sérgio Velter Pereira e concessão de título de Cidadão de São Luís ao desembargador Manoel Gomes Pereira.

Autoria do confrade (Sócio Efetivo do IHGM), Dr. Gutemberg Araujo